UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE RIBEIRÃO PRETO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

LEANDRO AMORIM ROSA

Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de
educação de um assentamento rural

RIBEIRÃO PRETO

2013

LEANDRO AMORIM ROSA

Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de
educação de um assentamento rural

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como
parte das exigências para a obtenção do título de
Mestre em Ciências.

Área: Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Soares da
Silva

RIBEIRÃO PRETO

2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Rosa, Leandro Amorim

Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural, 2013.

259 p. : il. ; 30 cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP. Área de concentração: Psicologia.

Orientadora: Silva, Ana Paula Soares da.

1. Participação política. 2. MST. 3. Subjetividade. 4. Práxis.

Nome: Rosa, Leandro Amorim.

Título: Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia.

Aprovado em: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a toda minha família. Em especial ao meu pai, Orivaldo; minha mãe, Cleusa; meu irmão, Fernando. Obrigado por, mesmo distantes, nunca permitirem que eu deixasse de sentir seu apoio e amor e por me ensinarem para onde apontar a arma que o conhecimento representa.

Agradeço aos meus grupos de pesquisa pelas discussões e companheirismo. Especialmente às pessoas com as quais eu convivi cotidianamente. SEITERRA/CINDEDI: Lê, Rê, Ciça, Má, Delma, Poli, Ronie, Nati Gil, Tati, Bixão, Thá e Jú. GEPSIPOLIM: Felipe Corrêa, Edilson Mineiro e Fábio Bosso.

Agradeço aos meus professores todos. Em especial aqueles que participaram mais ativamente do meu processo de formação: Vera Navarra, Marquinho Figueiredo, Alê Soares da Silva, Clotilde Rossetti Ferreira, Rodrigo de Souza Filho, Giancarlo Manfrin, Francesco Colucci.

Agradeço aos companheiros de República Gamby-arra pela amizade, debates e galhos quebrados: Davisão, Tanabi, Zé, Malabi, Kálu, Sara Vizinha, Cássio, Pastel e Rafael.

Aos companheiros de lutas e sonhos por me ensinarem de fato o que significa participar politicamente: Marcelo, Lucas, Cidinha, Paraguai, Lages, Paulo, Ricardo, Mayara, Pedrão, Jabá, Fer, Vinicião, Lívio, Ramon, Dário e felizmente muitos outros.

A todos os amigos por me sustentarem. Em especial: Ninguém, Moisa, OB, Grafite, Panda, Bala, Tevão, Fred, Dode, Thati, Creu, Lara, Glaucão, Rafael Peron e Sara Cañedo.

A todos os funcionários da Universidade de São Paulo que contribuíram com esse trabalho. Em especial: Jacqueline Corrêa e Maria Cristina Manduca Ferreira.

Agradeço a todos os membros do MST que possibilitaram esse trabalho e continuam mantendo vivo o sonho de um Brasil mais justo. Em especial, àqueles que dividiram seu tempo, memórias, conhecimentos e sentimentos nas entrevistas.

Agradeço Luiza “Broto” Veronese por, tão inesperadamente, mudar as coisas.

Agradeço muito a Ana Paula. Obrigado por acreditar e não cessar de apoiar e orientar esse projeto. Obrigado por ensinar conteúdos, valores e posturas. Obrigado pela amizade.

Obrigado a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa da qual resulta essa dissertação, e em especial a sociedade que sustenta tais instituições.

Obrigado a tod@s vocês!!

RESUMO

Rosa, L. A. (2013). *Participação política: Sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Os estudos situados no campo de intersecção entre a psicologia e a política têm contribuído de forma significativa para a investigação de diversos fenômenos ligados ao comportamento político. Entre os principais temas abordados nesse campo interdisciplinar, está presente a participação política. Os referenciais que abordam tal temática, via de regra, têm privilegiado os processos e os fatores implicados na participação política. A presente pesquisa teve como foco de interesse compreender esse fenômeno partindo das perspectivas dos sujeitos e das tensões por eles vivenciadas. A partir do referencial vigotskiano, em articulação com a teoria gramsciana, objetivou-se estudar os sentidos e os significados atribuídos à participação política por sujeitos do setor de educação de um assentamento rural vinculado ao MST. A práxis política, ação intencional que visa a intervenção no homem enquanto ser social, é a categoria central do trabalho. Ela é entendida aqui como imersa em uma realidade social e política gramsciana e orientada a partir de uma subjetividade vigotskiana. Segundo o referencial aqui adotado, a constituição do sujeito é perpassada a todo o momento pelas relações sociais nas quais ele está inserido, ou seja, as tensões presentes no campo social e econômico também se manifestam no campo da subjetividade, na organização do seu drama subjetivo. Participaram da pesquisa quatro sujeitos adultos. Foram priorizados como participantes os envolvidos com as atividades de educação de crianças e jovens no assentamento. O *corpus* empírico foi construído por meio de duas entrevistas individuais com cada participante e observações de atividades que envolviam o setor de educação do assentamento. As informações obtidas por esses dois instrumentos foram articuladas durante a análise. A análise foi elaborada a partir da construção de categorias baseadas nas entrevistas e nos referenciais teóricos. Foram realizadas análises individuais e uma análise transversal com o intuito de abordar elementos comuns aos quatro sujeitos. Os principais conceitos que orientaram o olhar para o *corpus* empírico foram: práxis política, sentido, drama e senso comum. Evidencia-se que a práxis política deve ser entendida como um processo em constante movimento e transformação, relacionado a dimensões diversas: gerais e específicas; objetivas e subjetivas; cognitivas e afetivas. Além disso, o entendimento da práxis política não pode se limitar somente à participação no movimento social, mas deve abranger vivências nos diferentes campos da vida dos sujeitos: família, religião, trabalho, etc. Os papéis desempenhados nesses diferentes campos se entrelaçam com o papel de militante. Os sujeitos demonstram passar por contínuos processos de mudança relacionados à práxis política. Destacam-se aqui mudanças ligadas aos seus sentidos, aos seus dramas subjetivos e ao senso comum. Tais mudanças são apenas possíveis a partir das contradições e potenciais críticos presentes na própria subjetividade dos participantes. Por fim, defende-se a importância de se entender a práxis política dos sujeitos enquanto processo concreto sempre manifestado a partir de um contexto específico e um projeto/objetivo determinado.

Palavras chave: Participação política; MST; subjetividade; práxis.

ABSTRACT

ROSA, L. A. (2013). *Politic participation: Senses and significances assigned by members of the educational sector of a rural settlement*. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Studies located in the field of intersection between psychology and politics have contributed significantly to the investigation of various phenomena related to political behavior. Among the main topics discussed in this interdisciplinary field, political participation is present. As a rule, the references that deal with this theme have privileged the processes and factors involved in political participation. This research focused on understanding the phenomenon starting from the perspective of the subjects and the tensions they experienced. From the Vygotskian point of view, in conjunction with the Gramscian theory, the research aimed at studying the senses and significances attributed to political participation by individuals of the education sector of a rural settlement linked to the MST. The political praxis, which is an intentional action aimed at the intervention in men as a social being, is the central category of this work. It is understood here as immersed in a social reality and in a Gramscian-oriented politics from a Vygotskian subjectivity. According to the framework adopted, the constitution of the subject is constantly permeated by the social relations in which the subject is embedded, i.e., the tensions that are present in the social and economic fields are also manifested in the field of subjectivity, in the organization of their subjective drama. The participants of this research were four adult subjects. Those involved with educational activities for children and young people in the settlement were prioritized as participants. The empirical corpus was constructed through two interviews with each participant and observations of activities involving the education sector of the settlement. The information obtained by these two instruments were articulated during the analysis. The analysis was performed from the construction of categories based on the interviews and on the theoretical framework. Individual and across-sectional analyses were performed in order to approach common elements to the four subjects. The main concepts that guided the look for the empirical corpus were political praxis, sense, drama and common sense. It is evident that the political praxis must be understood as a process in constant motion and transformation, related to different dimensions: general and specific, objective and subjective, cognitive and affective. Furthermore, understanding the political praxis can not be limited only to the participation in the social movement, but it must cover experiences in different fields of the subjects' life: family, religion, work, etc. The roles played in these different fields intertwine with the role of being an activist. The subjects demonstrate they undergo continuous change processes related to political praxis. Changes linked to their senses, to their subjective dramas and to common sense stand out from the analyses. These changes are only possible from the contradictions and critic potential present in the participants' own subjectivity. Finally, we advocate the importance of understanding the political praxis of the subjects as a concrete process that is always manifested from a specific context and a determined project / goal.

Keywords: Political participation; MST; subjectivity; praxis.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Informações gerais sobre os sujeitos entrevistados	109
Quadro 2 – Dados sobre as entrevistas	111
Quadro 3 – Observações de campo	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CINDEDI – Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil
CNBB - Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
ENERA - Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PCI - Partido Comunista Italiano
PIB - Produto Interno Bruto
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PSI - Partido Socialista Italiano
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PT - Partido dos Trabalhadores
SEITERRA – Subjetividade, Educação e Infância em Territórios Rurais da Reforma Agraria.
TMR - Teoria da Mobilização de Recursos
TNMS - Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP - Teoria do Processo Político
UDR - União Democrática Ruralista
UnB - Universidade de Brasília
Unesco - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	19
 1. CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	23
1.1. Participação política segundo enfoques psicopolíticos	23
1.2. A construção da nossa proposta	30
1.2.1. Raiz teórico-metodológica dos pensamentos de Gramsci e Vigotski: Materialismo Dialético	31
1.2.2. Antonio Gramsci	40
1.2.3. Lev Semyonovitch Vigotski	53
1.2.4. Práxis	63
1.2.5. A práxis política	69
1.2.6. Senso Comum.....	78
 2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	87
2.1. Breve Histórico do MST	87
2.3. Fazenda da Barra	93
2.4. O MST e a educação.....	99
2.5. Ciranda	100
 3. PERCURSO METODOLÓGICO	105
3.1. Condições de produção da pesquisa	105
3.2. Construção do material empírico.....	108
Entrevistas	109
Observação do contexto.....	112
Materiais produzidos pelos sujeitos relacionados à participação política	114
3.3. Análise do material empírico.....	114

4. ANÁLISE.....	119
4.1. Os sujeitos e suas histórias.	119
4.1.1. Maria	119
4.1.2. Lúcio	147
4.1.3. Elis.....	174
4.1.4. Geraldo	193
4.2. A práxis política dos sujeitos	218
4.2.1. Práxis política como um processo de vida: movimento permanente	218
4.2.2. Práxis política do sujeito concreto: totalidade	221
4.2.3. Análise a partir do senso comum: contradição.....	234
 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	 241
 REFERÊNCIAS	 247
 APÊNDICES.....	 255
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecimento.....	255
APÊNDICE B - Roteiro geral 2ª entrevista	256
APÊNDICE C - Quadro de análise individual.....	258
 ANEXO	 259

APRESENTAÇÃO

O senhor... mire e veja: o mais importante e bonito, do mundo é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas vão sempre mudando.

Afinam ou desafinam. Verdade maior.

Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas.

As pessoas vão sempre mudando. Elas mudam ao mudar o mundo ao seu redor. Mudar o mundo e mudar a si mesmo, duas dimensões de um mesmo processo.

A presente dissertação se inicia a partir da vontade de estudar o engajamento de pessoas no processo de mudança de seus mundos e, com isso, de mudança de si mesmas. Ou seja, inicia-se a partir do desejo de estudar a participação política.

A participação política tem se revelado tema de grande interesse e relevância atualmente. Vivemos em um país no qual se tem questionado cada vez mais as possibilidades e os limites da atual democracia. Recentemente, milhões foram às ruas por todo o Brasil pelas reivindicações mais diversas. Porém, a insatisfação com o sistema político hoje estabelecido parecia perpassar quase a totalidade dos atos. Reformar nosso sistema político e aprofundar nossa democracia eram exigências que, se não expressas em cartazes, se faziam sentir nas formas e conteúdos das manifestações em si.

No entanto, o processo de democratização passa pelo potencializar em quantidade e qualidade a participação política. Assim, faz-se de grande importância melhor entender o fenômeno da participação política em seus diversos aspectos e dimensões. Faz-se necessário compreendê-lo em sua totalidade, a qual, como as ruas têm insistentemente nos dito, vai muito além das urnas e das instituições já estabelecidas.

Buscar entender a participação política é uma demanda que se faz presente desde os primeiros anos de graduação. No entanto, é apenas em contato com o grupo da Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva que esse tema passa a se mostrar de fato como uma área possível de pesquisa e atuação da psicologia.

Podemos tomar como marco inicial da jornada um estágio curricular junto à Ciranda Infantil do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no qual foi possível inferir as grandes possibilidades da psicologia no campo da participação política. Foi em contato com educadores da Ciranda que pudemos sentir a importância da participação política naquele contexto. Aquelas pessoas tiveram (e ainda têm) suas vidas profundamente modificadas em função de suas ações políticas. A partir das perguntas suscitadas pela

participação dos cirandeiros e dos referenciais do grupo de pesquisa e intervenção da Profa. Ana Paula, foi elaborado o projeto que resultaria nesta dissertação.

Escolhemos o psicólogo Lev S. Vigotski como principal teórico para nossa pesquisa, que teve como objetivo “*Investigar os sentidos e os significados sobre participação política de sujeitos do setor de educação de um assentamento rural vinculado a um movimento de luta pela reforma agrária*”. A nossa vinculação ao setor de educação do movimento explicava a opção por tal contexto específico. Porém, entendíamos que, para investigar nosso objeto, seria necessário possuir um referencial que abordasse o campo do político propriamente dito, tarefa que Vigotski não se propõe a realizar. Encontramos no pensador italiano Antonio Gramsci uma possibilidade de diálogo que se mostrou muito pertinente ao longo da pesquisa. Articulando o pensamento político gramsciano e a psicologia histórico-cultural vigotskiana, poderíamos abarcar dimensões diversas da participação política. Assim, essa articulação passou de certa forma a ser também parte dos objetivos de nosso trabalho.

Além desses dois principais autores, na construção da dissertação, tivemos acesso a vários referenciais da psicologia social e política que contribuíram para que pudéssemos pensar o fenômeno da participação política.

No primeiro capítulo abordamos o percurso teórico que nos orientou durante a pesquisa. Destacamos nesse percurso as contribuições, além evidentemente do grupo SEITERRA¹, do Prof. Dr. Alessandro Soares da Silva e do Prof. Dr. Francesco Paolo Colucci. Os autores e referenciais que nos foram apresentados por esses professores e seus grupos de pesquisa, sem dúvidas, ampliaram nossas possibilidades de entendimento sobre a participação política. No capítulo, exploramos, a partir de categorias centrais do materialismo dialético, algumas possibilidades de diálogo entre os pensamentos de Vigotski e Gramsci, como já citado acima.

O capítulo 2 se trata da contextualização do trabalho. Assim, abordamos o movimento social no qual a pesquisa é realizada e, mais especificamente, o assentamento rural no qual o *corpus* empírico foi produzido. Apresentamos aqui um breve histórico e uma breve caracterização do MST assim como do assentamento Mário Lago.

No terceiro capítulo, tratamos do processo teórico-metodológico da pesquisa. São descritas as formas de construção do *corpus* e a abordagem de análise empregada.

¹ Subjetividade, Educação e Infância em Territórios Rurais da Reforma Agrária, vinculado ao Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil (SEITERRA/CINDEDI/FFCLRP-USP).

O capítulo 4 se refere às análises do nosso *corpus*. Ele abordará as análises individuais de nossos participantes e as análises que buscam apreender elementos comuns a todos os sujeitos.

No último capítulo estarão nossas considerações finais. Aqui buscamos sintetizar alguns aspectos gerais de nossa pesquisa e sistematizar os pontos surgidos durante nosso trabalho que consideramos de especial relevância.

Estudar a participação política de pessoas envolvidas naquele que pode ser considerado um dos mais importantes movimentos sociais da América Latina, a partir do olhar da psicologia, pode contribuir de forma significativa para o entendimento desse fenômeno. Além disso, esperamos subsidiar reflexões que possam potencializar processos de aprofundamentos democráticos. Afinal, assim como as pessoas, o mundo também ainda não foi terminado.

1. CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Apresentaremos aqui a síntese da elaboração teórica que subsidiou nosso trabalho. Essa construção teve como o objetivo oferecer um instrumental para se pensar a participação política.

Entendemos que a participação política deve ser estudada em sua totalidade, ou seja, em suas dimensões gerais e específicas, objetivas e subjetivas. Para isso procuramos teorias que pudessem nos auxiliar em uma construção que não só perpassasse tais dimensões, mas que as integrassem de tal forma a superar possíveis dicotomias. Iniciamos o capítulo abordando brevemente alguns referenciais da participação política, com vistas a contextualizar o leitor no campo referente ao objeto de estudo do presente trabalho. Os autores abordados são aqueles que se destacaram em nossos estudos para a construção de nossa proposta. Consideramos pertinentes aqui colocá-los, pois são teóricos relevantes no que concerne a participação política e por construirmos diálogos com eles na análise do *corpus* da pesquisa.

Posteriormente, apresentamos os autores de referência de nosso trabalho – Gramsci e Vigotski – e algumas das possíveis articulações realizadas entre as teorias de ambos. Encerrando o capítulo, abordamos o conceito de senso comum, a partir do qual realizamos a análise dos sentidos partilhados dos participantes.

O percurso teórico que será abaixo abordado foi construído em diálogo com o material empírico produzido junto aos sujeitos da pesquisa. Assim sendo, esse capítulo não se caracteriza como a exposição de uma proposta de olhar para a participação política que se deu a priori, mas como o resultado de uma relação dialética entre uma proposta inicial e as vicissitudes concretas expressas pelo nosso *corpus*. Pretendemos que esse capítulo possa fornecer tanto o plano de fundo teórico e epistemológico que perpassa esse trabalho como também explicitar as categorias e conceitos principais que nos instrumentalizaram durante a pesquisa.

1.1. Participação política segundo enfoques psicopolíticos

Sandoval (1997) elabora um breve percurso histórico dos estudos sobre o comportamento político. O autor defende que a análise deste fenômeno, no século XX, foi predominantemente de cunho determinista. Ele divide os referenciais sociológicos para se pensar tal comportamento em duas grandes correntes: estruturalismo e categorialismo. Segundo os teóricos dessas linhas, o comportamento político seria determinado por variáveis

sociológicas. O primeiro grupo daria ênfase às estruturas econômica e social, e o segundo destacaria a determinação de diversas categorias sociais como idade, sexo, trabalho, raça, etc. Assim sendo, para entender a forma como as pessoas se comportam politicamente seria, segundo esses referenciais, desnecessário olhar para o sujeito, uma vez que as variáveis sociológicas explicariam o fenômeno.

Outra abordagem explicitada por Sandoval (1997) é a chamada psicologia das massas. Tendo como seu principal teórico Le Bon, a psicologia das massas defende a irracionalidade das ações coletivas e entende que o indivíduo em grupo perde parte de sua capacidade racional, havendo uma “regressão” a estados predominantemente instintivos e violentos (Le Bon, 1910). Segundo Sandoval (1997), algumas destas vertentes da psicologia utilizam em sua argumentação pressupostos biológicos na tentativa de explicar que tais comportamentos seriam determinados por uma origem genética e fisiológica.

Na leitura realizada por Sandoval (1997), mesmo com suas diferenças, as abordagens sociológicas e a da psicologia das massas possuiriam um ponto em comum. Ambas destacam um papel pouco ativo do sujeito nos seus processos de inserção social. A primeira por entender que o indivíduo é determinado por categorias ou estruturas que o transcendem, e a segunda por defender a perda da racionalidade e do controle individual em uma situação de ação coletiva.

Segundo o autor, essas abordagens são, a partir dos anos 50, consideradas insuficientes para explicar o comportamento político por seus excessos deterministas. Surgem vertentes psicoculturais que se tornam hegemônicas nesse campo, tendo destaque o referencial da cultura política nos anos 60 e 70. No entanto, ao final dessas décadas ficam evidentes os limites destas abordagens. No polo oposto da generalidade sociológica, tais abordagens foram consideradas demasiadamente microcósmicas. A saída para essa questão foi a tentativa de aproximação entre as vertentes psicossociais e sociológicas. Sandoval (1997) defende que a possibilidade de uma ciência do comportamento político se encontra na transdisciplinaridade, e define esse momento de aproximação de diversas áreas do saber com o mesmo interesse como o ponto de partida da sociologia do comportamento político e da psicologia política.

Sabucedo (1996) situa a participação política como tema de interesse do campo da psicologia política. Ele escreve sobre a história de tal campo dividindo-o em antecedentes remotos e antecedentes imediatos. Entre os antecedentes remotos, o autor destaca Maquiavel, Hobbes, Montesquieu, Locke, Rousseau e Marx. E agrupa como antecedentes imediatos nomes como Durkheim, Le Bon, Freud, autores da escola de Frankfurt, Lasswell, Campbell, Hyman, entre outros. Segundo o autor espanhol, os diversos conceitos de participação política

estariam permeados por essa história, sendo que, evidentemente, cada autor se aproximaria mais ou menos de determinados antecedentes.

Em seu manual de psicologia política, Sabucedo (1996) escreve sobre algumas diferentes formas de abordagem que sistematizariam as principais discrepâncias entre os estudos da participação política. Seriam elas: formas ativas de participação x formas passivas de participação; comportamentos agressivos x comportamentos não agressivos; objetivos estruturais x objetivos não estruturais; objetivos governamentais x objetivos não governamentais; ações dirigidas x ações voluntárias; intencionalidade x consequências não esperadas.

O autor diferencia quatro tipos de participação política: persuasão eleitoral; participação convencional; participação violenta; e participação direta pacífica. E a define como

(...) aquelas ações intencionais, legais ou não, desenvolvidas por indivíduos e grupos com o objetivo de apoiar ou questionar a qualquer dos distintos elementos que configuram o âmbito do político: tomada de decisão, autoridades e estruturas (Sabucedo, 1996, p. 89).

De acordo com Costa (2009), no rol dos temas a serem tratados nos estudos sobre participação política, vários autores incluem as atividades comunitárias e cita, nesta direção, os trabalhos de Verba e Nie² e de Booth e Seligson³. A adoção dessa posição, que aproxima a participação comunitária da participação política, não deixa de considerar, entretanto, a dificuldade de se perceber, em alguns momentos, a projeção política da participação na comunidade.

Essa perspectiva, de acordo com Costa (2009), vai ao encontro das proposições da venezuelana Montero⁴, que situa o estudo da participação política como parte dos temas de interesse da psicologia comunitária e ainda acrescenta que esse assunto é pouco explorado em sua totalidade como fenômeno social. Montero defenderia o conceito de *ação política* como uma ampliação da concepção de *participação política* que, até o final dos anos 70, dizia respeito mais estritamente ao ato de votar e de filiar-se a partidos políticos. O termo

² Verba, S., & Nie, N. H. (1972). *Participación in America. Political democracy and social equality*. New York, NY: Cambridge University Press.

³ Booth, J. A., & Seligson, M. A. (1978). Images of political participation in Latin America. In J. A. Booth & M. A. Seligson (Eds.), *Political participation in Latin America*. New York, NY: Holmes and Meier.

⁴ Montero, M. (2004). *Teoría y práctica de la Psicología Comunitaria. La tensión entre comunidad y sociedad*. Buenos Aires: Paidós.

participação política indicaria, nessa proposta, uma redução das possibilidades dos indivíduos intervirem nos fenômenos políticos, o que tornaria suas atividades limitadas a algumas formas de atuação apenas. Assim, o uso do conceito de *ação política* designaria uma forma mais ampla de intervenção em tais fenômenos, principalmente no que se refere à esfera de atuação não diretamente eleitoral (Costa, 2009).

Outro relevante teórico que estuda a questão da participação política é o já citado Sandoval. O autor aborda fatores que exercem a função de controle social referente à participação em ações coletivas e movimentos sociais (Sandoval, 1994). Sandoval tem como primeiro fator a ser considerado as noções culturais, ou seja, as crenças e valores históricos que constituem a “visão de mundo da pessoa”. Junto a isso, poder-se-ia também categorizar como mecanismo de controle as restrições da vida cotidiana. O autor aponta que tais restrições dificultariam a capacidade dos indivíduos de desenvolverem análises abstratas. Em conjunto, os elementos citados acima seriam responsáveis por uma visão fragmentada de coletividade, além de permeada por discriminações e preconceitos.

Sandoval (2001) escreve que seu modelo de consciência política, o qual articula ao entendimento do processo de participação política, retrata:

(...) as várias dimensões sócio psicológicas que constituem a consciência política de um indivíduo sobre a sociedade e sobre si mesmo/mesma como um membro dessa sociedade e, conseqüentemente, representa sua disposição em agir de acordo com tal consciência. Por consciência política nós entendemos uma composição de dimensões sócio psicológicas de significados e informações inter-relacionadas que permitem indivíduos tomar decisões quanto ao melhor curso de ações em contextos e situações políticas específicas (Sandoval, 2001, p. 185. Tradução livre do autor⁵).

Esse modelo considera que sete dimensões psicossociais constituem a consciência política. São elas: identidade coletiva; crenças e valores societais; identificação de adversários e de interesses antagônicos; eficácia política; sentimento de justiça e injustiça; metas de ação coletiva; e vontade de agir coletivamente (Sandoval, 2001). Como se pode inferir, Sandoval relaciona a possibilidade da participação política com a configuração da consciência política do sujeito.

⁵ “This model of political consciousness depicts the various social psychological dimensions that constitute an individual’s political awareness of society and himself/ herself as a member of that society and consequently represents his/her disposition to action in accordance with that awareness. By political consciousness we understand a composite of interrelated social psychological dimensions of meanings and information that allow individuals to make decisions as to the best course of action within political contexts and specific situations”.

Uma perspectiva de participação também por nós estudada é a defendida por Prado (2002). Ele propõe que a participação política se relaciona à necessidade de haver uma passagem da identidade social para a identidade política. Segundo Prado, a diferença determinante entre tais identidades é que enquanto a primeira diz respeito a uma identificação com determinado grupo social específico, a segunda, além de estabelecer tal identificação, relaciona-se a um conjunto de significações ligadas à delimitação de direitos sociais de um grupo por outro, assim sendo, envolve necessariamente uma relação de antagonismo “Nós x Eles”. A passagem de uma identidade a outra envolve a passagem de uma consciência de relações de subordinação a uma consciência de relações de opressão.

Prado (2002) defende dois principais fatores para a emergência da psicologia no campo de estudo das mobilizações sociais, e mais especificamente da participação política que é nosso foco de interesse. Esses fatores são: o fim do sujeito coletivo unificado, também abordado como o fim do modelo de ator único; e a relevância da expansão do político para além de suas fronteiras tradicionais institucionalizadas. Segundo ele, tais fatores evidenciariam a necessidade da inclusão de elementos psicossociais nas análises antes predominantemente marcadas por abordagens sociológicas e políticas.

Segundo o autor

O processo de mobilização social, a nosso ver, se dá a partir do momento em que se inicia um processo de politização das relações sociais. Com isso, estamos assumindo, juntamente com Mouffe (1995)⁶, que o político deve ser tomado como o espaço do antagonismo e, como tal, constituinte da diferenciação indenitárias dos sujeitos coletivos (Prado, 2002, p. 65).

Em síntese, Prado (2002) propõe três aspetos psicossociais como fundamentais para os processos de mobilização social: identidade coletiva e mobilização de recursos; transformação das relações de subordinação em relações de opressão; e demarcação de fronteiras políticas (Nós x Eles).

Klandermans (2002) elabora uma concepção para se pensar a participação política em movimentos sociais a partir de duas principais dimensões: *demand-side* e *supply-side*. Usando a analogia com o campo econômico, Klandermans defende que é importante analisar a “demanda” ou “procura” social (*demand-side*) pelo estabelecimento de determinada

⁶ Mouffe, C. (1995). Democratic politics and the question of identity. In J. Rajchman, *The identity in question*. New York: Routledge.

mobilização, assim como analisar os “recursos” ou “ofertas” sociais (*supply-side*) que um contexto específico tem para suprir tal demanda.

A análise da dimensão *demand-side* da participação incluiria, para o autor, pensar nos processos relacionados à socialização, à formação de queixas, à atribuição causal e à formação de identidade coletiva. Por sua vez, *supply-side* se referiria a repertórios de ação, à efetividade dos movimentos sociais, aos *frames*⁷ e aos movimentos ideológicos presentes naquele contexto. Assim, em linhas gerais, podemos identificar o *demand-side* com a potencialidade de mobilização em determinada sociedade, enquanto que o *supply-side* se identificaria com as oportunidades presentes para efetivação ou não dessa potencialidade.

Ainda segundo Klandermans (2002), ambas as dimensões teriam que ser analisadas a partir das razões fundamentais relacionadas à participação em movimentos sociais. O autor defende que são três essas razões: “(...) as pessoas podem querer mudar suas circunstâncias, elas podem querer agir como membros de seus grupos, ou elas podem querer dar significado para o seu mundo e expressar seus pontos de vista e sentimentos” (Klandermans, 2002, pp. 95-96, tradução livre do autor⁸).

Ele define essas três principais razões respectivamente como instrumentalidade (*instrumentality*), identidade (*identity*) e ideologia (*ideology*). Segundo o autor, essas razões deveriam ser observadas nas duas dimensões de acordo com a especificidade de cada uma. Por exemplo, verificar se as reivindicações de um movimento social correspondem aos anseios de mudança de determinado grupo de pessoas. Essa seria uma análise da instrumentalidade de ambos os lados. Ou seja, se verificaria qual a demanda de alteração das circunstâncias e quais recursos disponíveis para a sua efetivação (Klandermans, 2002).

Assim como Klandermans, diversos outros autores pesquisam a temática dos movimentos sociais e os elementos que levam a participação em tais grupos.

Alonso (2009) define três referenciais como “clássicos” nos estudos dos movimentos sociais. Seriam eles: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR); a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS); a Teoria do Processo Político (TPP). Cada uma dessas teorias têm, segundo a autora, características específicas que permitem agrupar determinados autores em suas fileiras.

⁷ “(...) quadros interpretativos que simplificam e condensam o “mundo exterior”, destacando, codificando e selecionando objetos, situações, acontecimentos, experiências e sequências de ações” (Alonso, 2009).

⁸ “(...) people may want to change their circumstances, they may want to act as members of their group, or they may want to give meaning to their world and express their views and feelings”.

A TMR entende que a participação ou não em um movimento social tem como fundamento a decisão racional do indivíduo. Esse indivíduo realizaria um cálculo de custos e benefícios de seu engajamento e o resultado de tal operação definiria como ele participaria da ação coletiva. Além disso, para um movimento social se compor, seria necessária a existência e a mobilização tanto de recursos materiais (financeiros e infraestrutura) como humanos (ativistas e apoiadores). Destacam-se McCarthy e Zald entre os autores da TMR. Tais autores sofreram duras críticas pelo caráter predominantemente racional e estratégico de sua teoria (Alonso, 2009).

Diferentemente da abordagem acima brevemente retratada as duas outras teorias, TNMS e TPP, possuem um enquadramento macro-histórico mais evidente. Ambas surgem na tentativa de superar as explicações deterministas e economicistas muito presentes no campo dos movimentos sociais até meados da segunda metade do século XX. Segundo Alonso

As duas constroem explicações macro-históricas que repelem economia como chave explicativa e combinam política e cultura na explicação dos movimentos sociais. Contudo, a TPP investe numa teoria da mobilização política enquanto a TNMS se alicerça numa teoria da mudança cultural (Alonso, 2009, pp. 53-54).

Podemos citar Touraine, Habermas e Melucci como autores de referência da TNMS. Por sua vez os teóricos de destaque na TPP são principalmente Tilly e Torrow. Mais recentemente, Tilly e Torrow se juntaram a McAdam com o projeto de desenvolver um referencial teórico que fosse capaz de abordar todos os fenômenos por eles definidos como de confronto político (Alonso, 2009). Segundo esses autores, avançando a partir de elementos da TPP e TNMS, é possível propor alguns processos gerais que permeiam diversos tipos e episódios de confrontos políticos, os quais podem variar desde reivindicações pacíficas e greves até guerras civis e revoluções (McAdam, Tarrow, & Tilly, 2004).

Na análise dos movimentos sociais latino-americanos, a partir da sociologia, Gohn (1997) defende que a realidade específica da América Latina produziria a necessidade de uma abordagem própria para esse contexto. Ela destaca como principais categorias teóricas de análise dos movimentos sociais latino-americanos: participação; experiência; direitos; cidadania; exclusão social; identidade coletiva. Além disso, Gohn elabora uma categorização dos movimentos sociais que aborda a questão de classes sociais junto a outros critérios. Busca com isso englobar fatores objetivos da realidade social (por exemplo, carências econômicas), mas também fatores subjetivos (busca de igualdade, autoconfiança, por exemplo).

Outros autores da psicologia também têm estudado a participação política nas mais diversas esferas. Por exemplo, Donato e Borges (2007) escrevem sobre a participação de mulheres negras abordando a construção da identidade e a ação política. A participação entre jovens é o tema de M. G. Castro (2007) e E. G. Castro (2009), que investigam o lugar desses sujeitos no acompanhamento e formulação de políticas para a juventude, seja no meio urbano ou rural. Por fim, citamos trabalhos que se aproximam do nosso objeto de estudo em específico, a participação política de militantes do MST. Entre tais trabalhos destacamos os de Silva (2002, 2003, 2007), nos quais ele estuda a consciência política de militantes do MST paulista segundo o modelo teórico de Sandoval; e o de Leite e Dimenstein (2011) que aborda a militância no MST a partir da produção de subjetividade e da amizade como exercício político.

1.2. A construção da nossa proposta

A proposta de entendimento sobre participação política do trabalho está fundada em autores que se baseiam no referencial materialista dialético. São eles: o psicólogo soviético L. S. Vigotski e o pensador italiano A. Gramsci.

Buscamos uma articulação entre a teoria da subjetividade de Vigotski e a teoria política gramsciana compreendendo que esse caminho pode fornecer elementos profícuos para o olhar sobre a ação política. Reconhecendo as grandes contribuições dadas à área do comportamento político pelos referenciais que abordamos no tópico anterior, nossa aproximação ao referencial da dialética marxista é inspirada por aquilo que Lukács (Netto, 2009) define como o grande diferencial do marxismo: “o olhar da totalidade”. Totalidade que buscamos expressar considerando elementos gerais e específicos, objetivos e subjetivos, cognitivos e afetivos. É evidente que tal projeto excede em muito as possibilidades desse trabalho. Assim sendo, pretendemos apenas começar a mapear caminhos possíveis entre os limites e as possibilidades dos nossos referenciais diante do campo da participação política.

Na construção de nossa proposta, apresentamos algumas categorias básicas do método dialético e buscamos evidenciar como elas se manifestam em algumas esferas do pensamento de Vigotski e Gramsci. As categorias brevemente apresentadas são o movimento ou a transformação permanente, a totalidade e a contradição. Em cada uma delas são apresentadas pequenas citações de Gramsci e Vigotski, com vistas a apontar o potencial de suas presenças nos dois autores. São apenas pequenos trechos, retirados de obras pontuais. Evidentemente, as categorias do materialismo dialético estão no conjunto de suas obras, informam seus olhares, são lentes que estruturam suas formas de construção teórica e, portanto, estão ao longo de

todas as suas produções. Ao final do tópico, abordaremos ainda a concepção de Marx sobre a construção do conhecimento como busca das determinações que compõe o objeto concreto estudado.

Em um segundo momento, ocupamo-nos da apresentação das perspectivas de Vigotski e Gramsci. Tais apresentações são tecidas a partir de nosso interesse na participação política; ou seja, são construídas com base nos conceitos e categorias que nos permitem ampliar a compreensão sobre esse fenômeno.

Após a apresentação do entendimento que será aqui abordado sobre o pensamento de Gramsci e Vigotski, haverá um item no qual nos debruçaremos sobre uma categoria, também radicalmente ligada ao marxismo, que entendemos como fundamental para o desenvolvimento de nossa proposta, a *práxis*. Nesse tópico, o principal autor que nos servirá de guia em nossas aproximações à categoria de *práxis* será A. Sánchez Vázquez.

Por fim, no último tópico desse capítulo, é feita a síntese da proposta que pretendemos utilizar como referencial teórico para pensarmos a participação política neste trabalho. Essa proposta tem como categoria central a *práxis* política. A *práxis* política que propomos é entendida essencialmente a partir da síntese de elementos da teoria política gramsciana e do pensamento vigotskiano sobre a subjetividade.

1.2.1. Raiz teórico-metodológica dos pensamentos de Gramsci e Vigotski: Materialismo Dialético

A. Aproximações ao materialismo dialético

Netto (2009), ao apresentar o materialismo dialético, escreve sobre a relação entre teoria, método e instrumentos de pesquisa neste referencial. Segundo ele, as esferas da teoria e do método não podem ser vistas como separadas ou como se uma determinasse unilateralmente a outra. Ele defende a relação teoria-método no materialismo dialético como uma unidade de duas dimensões que se influenciam mutuamente e não podem ser pensadas de forma isolada. Por sua vez, os instrumentos ou técnicas de pesquisa não estão ligados necessariamente a um referencial teórico-metodológico específico. Há uma diversa gama de técnicas de pesquisa que podem ser utilizados pelas mais diferentes concepções teórico-metodológicas. Assim sendo, é indispensável para o cientista que ele tenha clareza de seus objetivos e do referencial que pretende usar para alcançá-los e, a partir daí, possa realizar as escolhas mais adequadas sobre os seus instrumentos de pesquisa.

Sánchez Vázquez (2007) em sua publicação sobre a Filosofia da Práxis propõe que o materialismo dialético é a busca pela superação tanto do idealismo (que concebe o mundo como fruto da consciência humana), como do materialismo vulgar (o qual defende a relação sujeito-objeto sem considerar a subjetividade). Ele escreve

Nem o objeto pode ser mais considerado à margem da subjetividade humana, fora de sua atividade – concepção do materialismo metafísico e, em geral, de todo materialismo vulgar –, nem a atividade da qual o objeto é produto pode ser entendida – como faz o idealismo – como mera atividade espiritual, embora se trate da atividade da consciência humana (Sánchez Vázquez, 2007, p. 170).

Assim sendo, a epistemologia marxista considera a materialidade dos objetos presentes no mundo, no entanto também leva em consideração a subjetividade humana ao reconhecer que tal objeto só pode ser acessado por nós tendo a nossa práxis como referencial. Netto (2009) defende ainda que a prática histórica e social é a própria instância de verificação da verdade e objetividade de determinado conhecimento a partir do materialismo dialético.

Além da postura abordada acima diante dos objetos a serem estudados, é importante pontuar algumas categorias básicas presentes no materialismo dialético. Engels em “*Dialética da Natureza*”⁹ defende três leis gerais da dialética:

- 1) Lei da passagem da quantidade à qualidade (e vice-versa);
- 2) lei da interpenetração dos contrários;
- 3) lei da negação da negação.

A primeira lei diz respeito ao estado de permanente mudança que se encontra a realidade. E como tais mudanças podem ser mais lentas e conjunturais (quantidade) ou mais abruptas e estruturais (qualidade). A segunda lei se refere ao modo como os elementos que compõem o real estão intrinsecamente conectados. Ela se relaciona com a categoria de totalidade, ou seja, a realidade está conectada como um todo e não podemos realizar qualquer análise rigorosa dessa sem levar em consideração os diversos níveis dessas conexões entre seus elementos. Tais elementos são muitas vezes contraditórios, mas ainda assim se influenciam mutuamente e compõem uma unidade. Por fim, a terceira lei aborda a superação dialética. O movimento dialético pressupõe a síntese entre tese e sua contradição, a antítese. Essa superação não é meramente o predomínio de uma sobre a outra, mas sim uma elaboração

⁹ Engels, F. (s.d.). *Introdução à dialética da natureza*. Recuperado de <http://www.odialetico.hd1.com.br/filosofia/dialecticannatureza.htm>

que agregue elementos de ambas, mantendo algo, mas que também as supere, acrescentando a esses elementos antigos outros novos e mais elevados e formas de organização superiores possíveis a partir da síntese do anterior. A síntese não se dá por meio simplesmente da negação da tese pela antítese, mas sim pela superação de ambos os elementos, ou seja, pela negação da negação.

Nesse trabalho optamos por abordar a dialética a partir das categorias defendidas por Löwy (1991). Seguindo a tradição marxista entendemos categorias como construções lógicas que emergem das relações com o real. É a partir das experiências junto ao mundo objetivo que podemos elaborar categorias, as quais são sempre históricas, ou seja, modificam-se junto com os processos que acompanham a realidade. As categorias nunca são eternas ou universais. Sempre possuem sua utilidade e sentido dentro de um momento histórico e social específico ao qual está ligado seu processo de criação, desenvolvimento e, mesmo, superação. Segundo Lukács (1978, p. 3) “(...) as categorias não são tidas como enunciados sobre algo que é ou que se torna, mas sim como formas moventes e movidas da própria matéria: ‘formas do existir, determinações da existência’”. Souza Filho (2002-2003, p. 124), seguindo a proposta de Lukács, escreve que as categorias “(...) expressam determinações constitutivas do real. Elas não são as determinações efetivas da realidade, são construções lógicas para reproduzir no pensamento essas determinações”.

As categorias defendidas por Löwy (1991) como fundamentais da dialética são: o movimento perpétuo (ou transformação permanente); a totalidade; e a contradição. Abordaremos em separado cada uma dessas categorias buscando demonstrar como elas se manifestam nos autores básicos que utilizamos em nossa proposta, Vigotski e Gramsci. Como haverá tópicos específicos para a apresentação dos pensamentos de ambos os autores, nesse momento temos como foco apenas algumas de suas considerações sobre as categorias do materialismo dialético que discutimos a seguir.

B. Movimento perpétuo ou transformação permanente

A categoria da transformação permanente diz respeito à concepção de que não existe nada que não seja passível de transformação, nada é eterno ou imutável. Tudo está sujeito ao movimento da história, seja a história humana ou natural. Devemos ser capazes de entender os fenômenos que pretendemos estudar nesse inevitável movimento que sempre lhes é inerente. Só podemos de fato captar a essência de algo entendendo as leis que regem as transformações pelas quais ele passa. Adotar a postura de pensar sobre determinado objeto apenas olhando para sua forma imediata atual, faz com que percamos uma parte essencial de sua realidade (Löwy, 1991).

A transformação permanente está presente ao longo de todo o trabalho de Vigotski. O psicólogo soviético defende que os fenômenos psíquicos só podem ser entendidos a partir de seus processos de desenvolvimento. Não podemos entender qualquer característica de nossa subjetividade sem apreender a história desse fenômeno, seja a sua história filogenética, social ou pessoal. Ele faz duras críticas às tradições da psicologia que entendem os processos psicológicos como fixos e estáveis. Vigotski (2007, p. 68) escreve

Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança: esse é o requisito básico do método dialético. Numa pesquisa, abranger o processo de desenvolvimento de uma determinada coisa, em todas as suas fases e mudanças – do nascimento à morte –, significa, fundamentalmente, descobrir sua natureza, sua essência, uma vez que “é somente em movimento que um corpo mostra o que é”.

Em Gramsci essa categoria é também evidente. Segundo Löwy (1991), Gramsci defende que o marxismo é um historicismo radical, ou seja, a partir desse referencial tudo deve ser encarado como historicamente circunscrito e nada é tido como fixo ou imutável. Em seus escritos, o pensador italiano evidencia sua postura materialista dialética em vários momentos, entre eles, ao abordar o estudo sobre a “natureza humana” e a ciência política como necessariamente históricos. Gramsci defende em sintonia à filosofia da práxis¹⁰

(...) que a natureza humana é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com os métodos da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento (Coutinho, 2011a, p. 232).

C. Totalidade

A segunda categoria colocada por Löwy (1991) é a da totalidade. Qualquer fenômeno que pretendemos estudar deve ser entendido em sua relação com a totalidade na qual ele está inserido, assim como ele mesmo deve ser tido como uma totalidade. Não podemos entender determinado objeto olhando apenas para ele isoladamente ou pela simples decomposição de seus elementos constituintes. É necessário que estudemos como este objeto compõe e se relaciona a outros elementos em níveis de totalidade diferentes, sejam esses níveis mais amplos ou mais restritos. Evidentemente é impossível que ao estudar determinado fenômeno

¹⁰ Gramsci utiliza o termo filosofia da práxis muitas vezes para se referir ao marxismo nos Cadernos do Cárcere.

sejamos capazes de abarcar a totalidade completa na qual ele está imerso, a qual é sempre inesgotável, infinita. No entanto, faz-se necessário que, ao abordar um fenômeno, tenhamos claro que ele compõe um todo orgânico e que não pode ser entendido isoladamente.

Para que possamos estudar qualquer objeto adotando a perspectiva da totalidade é necessário que partamos de uma unidade de análise. Carone (2004) escreve que Marx utiliza em seu método uma analogia com a forma de um “biólogo” ou anatomista realizar seus estudos. Segundo ela, Marx buscava iniciar suas análises a partir de um elemento de um todo que pudesse ser comparado a uma célula de um organismo. Esse elemento possuiria características do todo ao qual ele pertence, assim, por meio do estudo de suas determinações seria possível abordar a totalidade. Dada a busca pelo entendimento dos diversos níveis de totalidade que compõe uma realidade que se pretende estudar, é muito importante que o elemento concreto do qual partirão os estudos não seja o simples resultado da decomposição de um todo em diversas partes. Ou seja, não se pretende aqui defender que a forma mais adequada de se estudar algo é decompô-lo em diversas partes mais simples, analisá-las isoladamente e, depois, realizar a soma de tais análises. Entendemos a necessidade de estudarmos elementos que não sejam simplesmente partes da totalidade que buscamos entender, mas sim, que contenham em si expressões dessa totalidade completa.

Vigotski (2004a) defende em sua obra a necessidade de se estudar a subjetividade como uma totalidade orgânica, em contraposição aos pesquisadores que decompõem os processos psicológicos em diversos elementos e depois buscam estudar de forma isolada memória, atenção, pensamento, percepção, fisiologia e etc. Segundo ele, devemos ter claro que esses diversos elementos se influenciam mutuamente e não podem ser entendidos de forma isolada. O autor soviético defende que para se entender a esfera psíquica humana – que ele define como um fenômeno psicofisiológico – há que se buscar uma unidade de análise que possa expressar a complexidade dessa esfera em sua totalidade. No estudo dos processos psicológicos, a unidade adotada por ele é a palavra. Vigotski escreve

A palavra está para a consciência como o pequeno mundo está para o grande mundo, como a célula viva está para o organismo, como o átomo para o cosmo. Ela é o pequeno mundo da consciência. A palavra consciente é o microcosmo da consciência humana (Vigotski, 2010, p. 486).

Gramsci, por sua vez, entende o conjunto social como uma totalidade orgânica. Ele define tal totalidade em determinado momento da história como um bloco histórico. O bloco

histórico seria um todo que abarcaria dialética e organicamente as dimensões estruturais e superestruturais da sociedade (Portelli, 2002). Segundo Coutinho (2011a, p. 188)

Não é verdade que a filosofia da práxis “destaque” a estrutura das superestruturas; ao contrário, ela concebe o desenvolvimento das mesmas como intimamente relacionado e necessariamente inter-relativo e recíproco.

Segundo Coutinho (2011b), para desenvolver os seus estudos sobre a “ciência política”, Gramsci utiliza como elemento fundamental a existência de governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Ou seja, ele entende que, ao buscar as determinações desta unidade de análise básica, será possível desvelar características da totalidade na qual ela está imersa.

D. Contradição

Por fim, Löwy (1991) defende a importância da categoria contradição. Segundo ele, toda a realidade estaria perpetrada de elementos contraditórios. Não é possível entendermos determinado objeto pensando apenas nos seus elementos constituintes que afirmam seu atual estado. Devemos estar atentos também à existência, inerente à constituição desse mesmo objeto, de elementos que negam o seu atual estado e possibilitam possíveis transformações, ou seja, devemos também olhar para as contradições que compõem aquilo que buscamos estudar. As mudanças ou transformações, segundo esse referencial, não são meramente a passagem da contradição enquanto potência para ato. As mudanças sempre se dão a partir de uma complexa relação entre tese e antítese, resultando em uma síntese, a qual nega, mas também conserva e supera elementos do estado precedente¹¹. Segundo Konder (1987, p. 49), “Num sentido amplo, filosófico, que não se confunde com o sentido que a lógica confere ao termo, a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento pelo qual os seres existem”.

Na busca pelas determinações das funções psíquicas superiores, Vigotski (2007) demonstra como o desenvolvimento do domínio dos signos na atividade psicológica gera um salto qualitativo em toda a organização da subjetividade humana. O processo do qual esse domínio emerge é permeado de mudanças quantitativas e qualitativas. Desde fases mais elementares a organização psíquica infantil tem em si a possibilidade de se desenvolver e

¹¹ Usa-se o termo alemão *Aufheben* para essa “transformação dialética” (Coutinho, 2007).

passar, por meio de mediações sociais, a utilizar signos. Essa potencialidade não se desenvolve inevitavelmente. O psiquismo infantil deve passar por determinados processos para que essas potencialidades tornem-se reais. Vigotski demonstra que se estudarmos a psicologia infantil apenas enquanto fenômeno terminado e fixo, e não buscarmos entender seus elementos e processos que podem possibilitar mudanças em sua natureza, deixaremos de entender grande parte de sua essência. Também a psicologia adulta possui, segundo Vigotski, elementos contraditórios que podem gerar transformações (Vigotski, 2002).

Gramsci, por sua vez, ao estudar a política, busca entender os processos contraditórios existentes nesse fenômeno e, a partir deles, pensar possibilidades de transformação social. O próprio elemento fundamental do qual o autor italiano parte para o estudo da “ciência política”, a existência de governantes e governados, é tido por ele como um produto histórico e, assim sendo, passível de ser transformado ou superado (Coutinho, 2011a). Segundo Coutinho (2011a), Gramsci defende que a política deve necessariamente se interessar pelo campo do “deve ser”, ou seja, a análise da realidade política deve ser feita considerando a todo o momento os elementos contraditórios que podem possibilitar transformações. O autor sardo ressalta que apenas abordando corretamente as potencialidades concretas presentes no atual momento histórico podemos realizar uma ação política consequente. Gramsci escreve que “o político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva (...)” (Coutinho, 2011a, p. 245). Por fim, o marxista italiano entende que a própria filosofia da práxis é expressão das contradições históricas (Coutinho, 2011a).

E. A busca pelo concreto

Dado que qualquer objeto que nos propomos a estudar é um complexo sempre em movimento, ligado a totalidades de diferentes níveis e composto por elementos contraditórios, como conseguiríamos, a partir de unidades de análise, conhecer suas determinações?

Segundo Netto (2012), para construirmos conhecimento devemos partir do concreto, porém ainda idealizado, no qual temos uma representação caótica do todo. A partir daí começaríamos um processo de análise que nos levaria a abstrações cada vez mais tênues, determinações cada vez mais precisas e simples relacionadas ao concreto inicial. Nesse ponto devemos então retornar, “fazer a viagem de modo inverso”, até chegarmos novamente ao concreto do qual partimos. Concreto este que não mais será uma representação caótica de um todo, mas sim concreto pensado, ou seja, uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (Netto, 2012, p. 254). Marx escreve:

O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação (Netto, 2012, p. 255).

Carone (2004) demonstra como Marx, utilizando desse método, escolhe a mercadoria como ponto de partida de sua análise sobre o Modo de Produção Capitalista. Ou seja, ele parte da mercadoria enquanto um concreto idealizado e abstrai dela determinações diversas cada vez mais simples e precisas. Depois desse movimento de análise, Marx realiza o caminho de volta. O processo de síntese a partir das determinações alcançadas anteriormente faz com que ele seja capaz de chegar a sua unidade inicial, a mercadoria, agora como concreto pensado. A mercadoria é escolhida para ser submetida a esse processo, pois o autor acredita que ela é uma “célula” do “organismo capitalista”, ou seja, ela é uma unidade de análise que carrega em si determinações que são características da totalidade na qual ela está inserida. Segundo Carone (2004) “as características macroestruturais estão, pois, refletidas e reproduzidas em suas microunidades”. Essas determinações do real que buscamos em um processo de construção do conhecimento são de diversos níveis. Sobre isso Netto (2009, p. 21) escreve:

Por isto, o conhecimento concreto do objeto é o conhecimento das suas múltiplas determinações – tanto mais se reproduzem as determinações de um objeto, tanto mais o pensamento reproduz a sua riqueza (concreção) real. As “determinações as mais simples” estão postas no nível da universalidade; na imediatez do real, elas mostram-se como singularidades – mas o conhecimento do concreto opera-se envolvendo universalidade, singularidade e particularidade.

F. A busca pelo homem concreto

O materialismo dialético carrega em si uma concepção de homem. Concepção essa que busca, como não poderia ser diferente, estudar o humano em sua natureza concreta e não abstrata e genérica.

Marx escreve que o homem possui uma essência histórica, assim sendo faz-se necessário também entender sua concepção de história. O pensador alemão (Netto, 2012) defende a materialidade do processo histórico. Segundo ele, para que seja possível se fazer história é necessário que as condições de sobrevivência dos homens estejam satisfeitas. Ou seja, o fato histórico fundante é a produção de formas de satisfazer as necessidades básicas de existência. A partir daí o autor argumenta a favor de que para se estudar qualquer processo

histórico é necessário considerar esses meios de produção da vida como centrais na pesquisa. Para ele é a partir das formas concretas com que determinada comunidade humana supre suas necessidades materiais que se é construído o complexo social, o qual também influenciará nessas formas de produção. Nas palavras de Marx

Segue-se daí que um determinado modo de produção ou uma determinada fase industrial estão sempre ligados a um determinado modo de cooperação ou uma determinada fase social – modo de cooperação que é, ele próprio, uma “força produtiva” –, que a soma das forças produtivas acessíveis ao homem condiciona o estado social e que, portanto, a “história da humanidade” deve ser estudada e elaborada sempre em conexão com a história da indústria e das trocas” (Netto, 2012, pp. 140-141).

Marx (Netto, 2012) compõe sua concepção de história em oposição à filosofia alemã de sua época. Segundo ele, ao contrário do que os idealistas alemães defendiam, as teorias e filosofias não eram a causa motora do processo histórico, pelo contrário, eram elas também condicionadas por tal processo. Para Marx as teorias podem sim contribuir com a transformação social, mas apenas a partir do momento em que elas subsidiam a práxis das pessoas e não como ideais puros.

As pessoas que influenciam em seu contexto podendo transformá-lo, são também influenciadas por ele. Marx critica a concepção de homem de Feuerbach escrevendo que este “(...) não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração ‘o homem’ (...)” (Netto, 2012, p. 138). Entendemos com esse trecho a concepção marxista de homem como histórica e contextual, ou seja, não seria possível falar de uma natureza humana universal e genérica. Segundo Marx, são os processos históricos e sociais, nos quais os homens estão imersos, o fundamento real do que os filósofos definem como “essência do homem”. Desta forma, os homens modificam e são modificados pela realidade histórica e social na qual estão imersos.

Gramsci e Vigotski, em coerência com os escritos de Marx, também defendem o caráter histórico e social da “natureza humana”. Para Vigotski, o homem é “a personalidade social = conjunto de relações sociais, encarnadas no indivíduo (funções psicológicas, construídas pela estrutura social) (...). As funções psíquicas superiores criam-se no coletivo” (Vigotski, 2000, p. 35). O psicólogo soviético estrutura a sua concepção de homem tendo como uma de suas grandes referências a psicologia concreta de Politzer (1998).

Quanto a Gramsci podemos utilizar como trecho ilustrativo sobre sua concepção de homem o texto abaixo.

A afirmação de que a “natureza humana” é o “conjunto das relações sociais” é a resposta mais satisfatória porque inclui a ideia do devir: o homem “devém”, transforma-se continuamente com as transformações das relações sociais; e, também, porque nega o “homem em geral” (Coutinho, 2011a, p. 184).

Realizado este sobrevoo abordando alguns aspectos do materialismo dialético, passaremos agora a apresentação dos principais teóricos utilizados neste trabalho e de algumas das categorias/conceitos fundamentais que compõem o pensamento desses autores. Após essa apresentação nos ocuparemos da categoria práxis e, em seguida, trabalharemos a nossa proposta de práxis política.

1.2.2. Antonio Gramsci

Tendo em vista os objetivos desse trabalho, daremos especial destaque ao pensamento político de Gramsci. O contato que tivemos com o pensamento gramsciano, além de seus textos, foi também por meio das obras de Carlos Nelson Coutinho. Assim sendo, certamente grande parte das referências a Gramsci durante nosso texto terá direta influência da visão de Coutinho sobre esse autor, configurando uma determinada leitura de suas contribuições dentre as diversas possíveis que se travam na interpretação atual de sua produção.

A. Dados bibliográficos¹²

Antonio Gramsci nasceu em 22 de janeiro de 1891 em Ales (Oristano, Sardenha). Foi o quarto filho entre os sete de Francesco Gramsci e Giuseppina Marcias. Destacava-se entre os meninos de sua idade pela sua dedicação aos estudos, bem como pela fragilidade de sua saúde. Já durante o ensino médio, participa de grupos socialistas sob a influência do irmão Gennaro, dirigente sindical na época. Mesmo tendo ganhado uma bolsa de estudos na Faculdade de Letras da Universidade de Turim, Gramsci abandona os estudos universitários para poder se dedicar, a partir de 1915, integralmente ao jornalismo e à política. Naquele ano, ele havia passado a integrar a redação do jornal *Avanti!*, o cotidiano do PSI¹³.

¹² Os dados bibliográficos expostos aqui foram extraídos de Coutinho (2007, 2011a).

¹³ Partido Socialista Italiano.

Em 1919, com alguns amigos, cria o semanário *L'Ordine Nuovo*, *resenha semanal de cultura socialista*. Nesse meio, escreve artigos defendendo os conselhos de fábrica como espaços do futuro poder do proletariado, tese que abandonaria tempos depois. Dois anos mais tarde, Gramsci funda, junto a outros dissidentes do PSI, o Partido Comunista Italiano (PCI). Como liderança do PCI, o pensador italiano é indicado, em 1922, para representar o partido na cidade de Moscou. Nesse ano passa alguns meses em uma clínica para “doenças nervosas” em Moscou onde conhece sua futura mulher e mãe de seus dois filhos, Julia Schucht. Em outubro do mesmo ano, os fascistas chegam ao governo italiano, tendo Mussolini como chefe do gabinete.

Gramsci retorna à Itália em maio de 1924 como deputado pelo distrito de Veneto. Mesmo desfrutando de imunidade parlamentar, é preso pelo regime fascista junto a outros deputados comunistas em 8 de novembro. O pequeno sardo é condenado pelo promotor Michele Isgrò que afirma: “Devemos impedir este cérebro de funcionar por vinte anos”. Gramsci, em carta para sua cunhada Tatiana, que seria sua grande correspondente daí para frente, fala sobre sua ideia de fazer algo “para sempre”¹⁴. No entanto, apenas em 1929, recebe permissão para escrever no cárcere. Além de escrever, ele realiza estudos sistemáticos a partir de livros encomendados e grupos de discussões com outros presos políticos. Até o ano de 1933, quando foi transferido para a prisão de Civitavecchia, Gramsci trabalhou na produção de 21 cadernos.

Sua saúde, que sempre foi fragilizada, fica significativamente pior na prisão. Sofre duas graves crises em 1931 e 1933. Depois da segunda crise, é transferido para uma clínica em Fórmia. Apenas no ano seguinte lhe é concedida a liberdade condicional. Em 1935, após nova crise, é transferido para a clínica “Quisisana” em Roma. Em abril de 1937, Gramsci readquire sua liberdade plena. No entanto, na noite de 25 de abril do mesmo ano sofre um derrame cerebral. Ele morre dois dias depois tendo Tatiana junto dele. As cinzas de Gramsci estão atualmente no Cemitério dos Ingleses em Roma.

B. Bloco histórico

Uma das grandes perguntas que Gramsci tenta responder ao longo de sua obra é porque a revolução socialista, vitoriosa em uma Rússia praticamente feudal, não conseguiu ser levada a cabo nos países do oeste europeu. Segundo as interpretações marxistas mais ortodoxas, o socialismo chegaria primeiramente aos países em que o capitalismo já estivesse

14 “Für ewig”

em uma fase de desenvolvimento avançada. Tal previsão foi refutada em absoluto com a Revolução Russa. Gramsci chega a escrever um artigo sobre como a Revolução de Outubro supostamente contrariava muitos dos postulados marxistas presentes n'O Capital¹⁵.

Tendo como pano de fundo a questão sobre as possibilidades e limites de uma revolução socialista no oeste europeu, em especial na Itália, Gramsci busca, a partir da obra de Marx e Lenin, elaborar novas categorias. Essas categorias deveriam servir de guia tanto teórico como prático. Ou seja, tinham como objetivo auxiliar no entendimento dos processos que diferenciavam a Rússia da Europa ocidental, assim como, orientar uma ação política consequente que pudesse levar à transformação social em ambos os contextos. Segundo Coutinho (2007), a partir dessa grande temática presente em seus *Cadernos do Cárcere*, Gramsci consegue elaborar categorias que depois se mostrariam aplicáveis a muitas outras realidades e momentos históricos. Importante destacar que Gramsci não apenas soma novas categorias aos trabalhos de Marx e Lenin. Coutinho (2007) defende que a obra gramsciana realiza um processo de superação dialética a partir dos autores anteriores, ou seja, o pensamento gramsciano conservaria, segundo ele, elementos das obras que o precederam, mas também em certa medida as negaria e superaria. É por meio desse movimento dialético de conservação, negação e superação – inerente ao método marxista – que Gramsci elabora a sua teoria crítica da política.

Mantendo a tradição marxista, Gramsci entende a sociedade em sua esfera estrutural e superestrutural. Assim como em Marx, a esfera estrutural seria a dimensão econômica da sociedade, nas palavras de Portelli (2002, p. 52) “a estrutura define-se aí, de modo bastante clássico, como o conjunto das forças sociais e do mundo da produção”. Segundo esse mesmo gramsciano, o pequeno sardo não se ocupa muito nos *Cadernos* com a esfera estrutural da sociedade. Isso se dá, de acordo com ele, porque Marx já teria dedicado grande estudo a tal dimensão.

É sobre a superestrutura social que Gramsci desenvolverá grande parte de seus estudos, e é nessa esfera que se concentra a maior parte de suas contribuições à tradição marxista. Marx define a superestrutura, segundo Netto e Braz (2007, p. 61), como um conjunto de instituições e de ideias coerentes com a estrutura que “compreende fenômenos e processos extra-econômicos: as instâncias jurídico-políticas, as ideologias ou formas de consciência social”. Gramsci, por sua vez, distingue na totalidade da superestrutura duas dimensões: sociedade civil e sociedade política. Abordaremos essas dimensões ou esferas da superestrutura no próximo tópico.

15 A revolução contra O Capital.

Marx escreve sobre a relação entre a estrutura e a superestrutura da seguinte forma:

A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e a qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual (Netto, 2012, pp. 270-271).

Na citação acima, fica evidente a influência da estrutura sobre a superestrutura. No entanto, pouco se pode extrair desse trecho sobre a influência em sentido contrário, ou seja, da superestrutura na estrutura. Gramsci nega a leitura economicista que alguns autores fazem de Marx, assim sendo, defende estar seguindo a tradição marxista ao dar ênfase em sua obra à mútua influência entre estrutura e superestrutura (Coutinho, 2007). O pensador italiano evidencia tal influência mútua ao abandonar a clássica metáfora marxista do prédio e adotar a metáfora do bloco para explicar o complexo social. Dessa forma, a estrutura econômica não ocuparia mais o lugar dos alicerces sobre os quais seriam construídas as esferas políticas, jurídicas e ideológicas, mas a partir de então, Gramsci defenderia que tanto estrutura como superestrutura fazem parte de uma mesma totalidade que ele define como *bloco histórico*. O bloco histórico gramsciano nega, segundo Portelli (2002), tanto interpretações que postulam o determinismo da estrutura sobre a superestrutura como o oposto. Gramsci defende o vínculo orgânico entre estrutura e superestrutura. Para ele, entre as duas esferas “existe um nexo necessário e vital” (Coutinho, 2011a, p. 189). Sobre essa relação Portelli escreve:

Enfim, a relação entre esses dois momentos do bloco histórico é uma relação dialética entre dois momentos igualmente determinantes: o momento estrutural, pois ele é a base que engendra diretamente a superestrutura, que no início é apenas o seu reflexo; durante o período considerado, a superestrutura só poderá desenvolver-se e agir entre os limites estruturais bem precisos: assim, a estrutura influi, constantemente sobre a atividade superestrutural. O momento ético-político desempenha de qualquer modo, em função dessa base, um papel motor. É ele que desenvolve a consciência de classe dos grupos sociais, que os organiza política e ideologicamente; no seio da superestrutura, então, desenrola-se o essencial do movimento histórico e a estrutura torna-se o instrumento da atividade superestrutural. A fraqueza ou importância desta última pode, inclusive, limitar a evolução da estrutura (...) (Portelli, 2002, p. 66).

Na citação transcrita acima, fica evidente a mútua influência entre estrutura e superestrutura no seio do bloco histórico. E mais, o autor defende a importância que a dimensão política (momento ético-político) possui na superestrutura para gerar mudanças estruturais.

Assim sendo, a partir desse referencial, fica clara a importância de se estudar a participação política como parte fundamental do processo de transformação social. Faz-se necessário agora nos aprofundar um pouco mais no entendimento que temos sobre a esfera que está intimamente ligada à ação política, ou seja, a superestrutura.

C. Estado Ampliado

Como já citamos acima, Gramsci tem uma concepção de superestrutura que difere daquela defendida pelo marxismo clássico. O autor italiano considera que para entender a complexidade das sociedades de capitalismo avançado faz-se necessária a ampliação da categoria Estado. O marxismo clássico identifica o Estado como esfera da superestrutura responsável pela coerção e manutenção por meio da força da dominação de classe. Segundo Coutinho (2007), Gramsci entende que essa concepção de Estado se adequa ao contexto histórico no qual seus antecessores desenvolveram sua obra. No entanto, para compreender a dinâmica das sociedades de seu tempo, o pensador italiano considera necessário ampliar tal concepção para além dos aparelhos ditos repressores do Estado. Assim sendo, defende que, no seio da superestrutura, há duas esferas organicamente ligadas, mas com especificidades próprias: sociedade política e sociedade civil. Essas duas dimensões compõem a concepção ampliada de Estado gramsciano.

Segundo Portelli, para Gramsci a sociedade civil é “(...) o conjunto dos organismos, vulgarmente ditos privados, que correspondem à função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda sociedade” (Gramsci¹⁶ conforme citado por Portelli, 2002, p. 22). Por sua vez, a sociedade política “(...) agrupa o conjunto das atividades da superestrutura, que dizem respeito à função de coerção” (Portelli, 2002, p. 30). Assim sendo, na sociedade política, são agrupados os aparelhos estatais que asseguram legalmente a disciplina social, ou seja, a administração pública, o Judiciário e o conjunto de suas leis, as forças armadas, a censura, etc. Por sua vez, na sociedade civil, concentra-se o restante da diversidade da superestrutura, ou seja, escolas, igreja, sindicatos, movimentos sociais, entre outros.

16 Gramsci, A (1975). *Quaderni del carcere*. Torino, Italia: Einaudi.

Complementando o exposto acima, na leitura defendida por Coutinho (2007), essas duas esferas possuem distinções no que se refere às suas funções e às suas materialidades sócio-institucionais próprias. Sendo ambas consideradas como dimensões do Estado (em seu sentido amplo), as duas possuem função de conservar ou promover determinada organização da sociedade que diz respeito aos interesses de uma classe ou grupo social fundamental. No entanto, o que as difere é o modo como essa função é exercida. A sociedade política exerce tal função por meio prioritariamente da coerção, o seja, estabelece-se aí uma relação de dominação por meio da força. No âmbito da sociedade política, um grupo social estrutura, através da coerção, a sua dominação sobre outros grupos que não aderiram ao seu projeto de sociedade por meio do consenso, passivo ou ativo. A materialidade sócio-institucional da sociedade política está concentrada naquilo que poderíamos chamar de Estado em seu sentido restrito. Ela se manifesta nos aparelhos repressivos do Estado, os quais foram o maior foco da atenção dos autores marxistas que precederam Gramsci.

No entanto, é nos seus escritos sobre a sociedade civil que Gramsci traz contribuições fundamentais ao pensamento marxista clássico. No que diz respeito a sua função, Coutinho escreve “no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso” (Coutinho, 2007, p. 128). Quanto à materialidade sócio-institucional, a sociedade civil se identifica aos “aparelhos privados de hegemonia”. Coutinho (2007) defende que tais aparelhos, nas sociedades capitalistas mais complexas, possuem uma autonomia material e funcional em relação ao Estado em sentido restrito. Seria o nível de desenvolvimento desse conjunto de organismos sociais coletivos voluntários que definiria a diferença fundamental entre as sociedades ditas “ocidentais” e “orientais”¹⁷ e, com isso, a forma mais adequada de se pensar transformações sociais em cada uma delas.

As formações sociais do “Ocidente” possuem, segundo Coutinho (2011a), um desenvolvimento significativamente superior de sua sociedade civil em relação às formações sociais do “Oriente”. Nas sociedades “orientais” (entre elas a Rússia pré-revolucionária), há o predomínio quase único do Estado-coerção, ou seja, da sociedade política. Por sua vez, nas sociedades “ocidentais”, há um equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil. Essas especificidades fazem com que se torne necessário elaborar estratégias de transformação social distintas para cada realidade. Coutinho (2007, p. 147) escreve

17 As formações sociais “Ocidentais” ou “Orientais” em Gramsci não são referências geográficas, mas dizem respeito a determinadas formas de organizações sociais em diferentes níveis de complexidade.

Nas formações “orientais”, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma “guerra de movimento” ou “de manobra”, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito; no “Ocidente”, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços (“guerra de posição”), da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder de Estado e sua posterior conservação (Coutinho, 2007, p. 147).

Na citação acima, podemos verificar em linhas gerais a hipótese gramsciana sobre o porquê a revolução socialista não se deu nos países “ocidentais”. Segundo ele, seria necessário adotar a estratégia da “guerra de posição” em tais países e não reproduzir a “guerra de movimento” utilizada na Revolução Russa. Mesmo Gramsci destacando a necessidade em sociedades de capitalismo avançado da “guerra de posição”, ou seja, da tomada de espaços (“trincheiras”) no seio da sociedade civil, ele não entende como desnecessária a tomada também da sociedade política para a transformação social.

O pensador italiano define supremacia quando um grupo social prevalece nas duas esferas do Estado ampliado. “A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral’” (Coutinho, 2011a, p. 290).

Em síntese, para Gramsci: “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (Coutinho, 2011a, p. 269). Para se efetuar uma transformação da sociedade em escalas estruturais é necessária, para o autor sardo, a tomada de ambas as esferas. A forma como se dá esse embate concretamente varia segundo as diferentes realidades históricas e sociais.

Entendemos que o fenômeno que temos como foco nesse trabalho – participação política em movimento social – está prioritariamente relacionado à esfera da sociedade civil, ou seja, à luta pela hegemonia. Entendendo essa busca pela hegemonia como um embate entre diferentes grupos sociais pela direção ideológica da sociedade, abordaremos a seguir a concepção gramsciana de ideologia e seus desdobramentos.

D. Ideologia e Intelectuais

Entendemos, assim como Portelli (2002), a sociedade civil como o campo que constitui prioritariamente o domínio da ideologia. Gramsci dá “ao termo ‘ideologia’ o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (Coutinho, 2011a, p. 133). Assim sendo, percebe-se que o sentido adotado aqui de ideologia não se identifica com a concepção marxista clássica.

Segundo os escritos de Marx, em linhas gerais, a ideologia é tida como falsa consciência da realidade (Coutinho, 2011a). Por sua vez, entendemos que Gramsci identifica ideologia como uma determinada concepção de mundo que não possui por definição um caráter de falsificação da realidade, ou seja, diferentes grupos sociais possuem diferentes ideologias, podendo essas serem mais ou menos reveladoras da realidade social. Por exemplo, segundo Portelli (2002), Gramsci coloca a filosofia da práxis como um elemento fundamental da ideologia da classe subalterna essencial, a classe operária.

Mesmo tendo na superestrutura, e mais especificamente na sociedade civil, o campo onde o domínio da ideologia se manifesta de forma prioritária, Gramsci não deixa de considerar a relação dialética entre esse campo e a estrutura econômica social. O autor italiano diferencia ideologias de duas naturezas: historicamente orgânicas (ou necessárias) e arbitrárias. Segundo Gramsci

Enquanto historicamente necessárias, as ideologias têm uma validade que é validade ‘psicológica’: elas ‘organizam’ as massas humanas, formam o terreno no qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam etc. Enquanto são ‘arbitrárias’, não criam mais do que ‘movimentos’ individuais, polêmicas etc. (Coutinho, 2011a, pp. 148-149).

Portelli (2002) escreve que uma ideologia é considerada orgânica apenas quando representa a concepção de mundo de uma classe fundamental. As diferentes classes sociais fundamentais, que estão radicalmente ligadas ao seu lugar na base econômica social, a partir dessa posição, possuem limites e possibilidades específicos de desenvolvimento de uma concepção de mundo. Quando uma ideologia está ligada a uma dessas classes fundamentais e a sua inserção no mundo material, ela é considerada orgânica ou historicamente necessária. Porém, quando uma concepção de mundo não representa uma classe fundamental – não tem vínculo orgânico, mesmo que indireto, com o mundo da produção – ela é tida como arbitrária. Será ela apenas negação das ideologias orgânicas, ou seja, ela se limitará a um pequeno impacto social ou mesmo ações individuais isoladas, as quais não serão capazes de gerar impactos estruturais na sociedade. Gramsci escreve

As construções arbitrárias são mais ou menos rapidamente eliminadas pela competição histórica, ainda que por vezes, graças a uma combinação de circunstâncias imediatas favoráveis, consigam gozar de certa popularidade; já as construções que correspondem às exigências de um período histórico complexo e orgânico terminam sempre por se impor e prevalecer (...) (Coutinho, 2011a, p. 143).

As ideologias se manifestam em diferentes graus qualitativos segundo a leitura de Portelli (2002) sobre Gramsci. No topo desses graus está a forma mais elaborada da concepção de mundo de determinada classe, a filosofia. Abaixo da filosofia seguem em ordem decrescente senso-comum e folclore. A filosofia diz respeito à forma como intelectuais ligados a determinado grupo social manifestam a sua ideologia. Por ser o nível mais elaborado da concepção de mundo, a filosofia exige um maior rigor lógico e coerência que os outros graus. Além disso, normalmente os ditos “filósofos”¹⁸ conhecem não só as ideias que eles defendem, mas também grande parte da história das filosofias que os precederam. Dadas todas essas características, é evidente que a filosofia – no sentido trabalhado até aqui – não é acessível a todos os sujeitos de todas as camadas sociais. No entanto, para que determinada classe possua a soberania é necessário, como já vimos, não só o controle estatal (no sentido restrito), mas também que suas concepções de mundo sejam dominantes em toda a sociedade, ou seja, ela precisa, além de ser dominante, possuir a hegemonia. O grau da ideologia acessível à população em geral é o senso-comum.

O senso-comum, segundo Portelli (2002), é composto por uma mistura de diversas ideologias tradicionais – ideologias que já perderam seu vínculo orgânico com o momento histórico analisado – e a ideologia dirigente. No entanto, os principais elementos do senso-comum são de fato ligados às ideologias tradicionais, em especial, às religiões. Dada a concepção fragmentada, diversa e muitas vezes contraditória, não há apenas um senso-comum. Ele toma diversas formas em contextos sociais específicos, porém sua eficácia histórica permanece a mesma: criar uma homogeneidade ideológica na sociedade que defenda a hegemonia de uma determinada classe. A temática do senso comum será abordada mais detalhadamente em um tópico específico.

Por fim, o folclore é caracterizado como o grau mais estratificado e menos elaborado da ideologia. O folclore também se manifesta, via de regra, entre as classes subalternas e camadas mais populares da sociedade. Esse grau da ideologia é o que mais se distancia da filosofia, ou seja, do “núcleo duro” da concepção de mundo da classe dirigente. Gramsci chega a dizer que sobre o folclore se pode

(...) até mesmo falar de um aglomerado indigesto de fragmentos de todas as concepções do mundo e da vida que se sucederam na história, da maioria das quais, aliás, somente no folclore é que podem ser encontrados os documentos mutilados e contaminados que sobreviveram (Coutinho, 2011a, p. 151).

18 Aqui se trata de filósofos em sentido restrito, ou seja, aqueles que têm essa como sua principal função social. Em sentido amplo Gramsci defenderá que todos são filósofos.

Portelli (2002), ainda abordando a ideologia, define estruturas ideológicas e material ideológico. As estruturas ideológicas seriam as organizações sociais responsáveis pela difusão da ideologia. Por sua vez, o material ideológico seriam os instrumentos e técnicas utilizados para tal difusão. O autor destaca como principais organizações que compõem a estrutura ideológica de sua época a Igreja, organização escolar e organizações da imprensa. Segundo Portelli (2002, p. 29), “Gramsci relaciona a essas três instituições essenciais, no seio da estrutura ideológica, ‘tudo que influi ou pode influir direta ou indiretamente sobre a opinião pública’”.

Defendemos até o momento a relação orgânica entre a estrutura e a superestrutura social. Escrevemos também sobre como o domínio da ideologia é radicalmente relacionado ao mundo da produção. No entanto, ainda não abordamos um elemento fundamental na vinculação orgânica entre todas essas esferas: os intelectuais. Segundo Portelli (2002), esses são os encarregados de gerir a superestrutura. Gramsci distingue dois principais tipos de intelectuais, os intelectuais orgânicos e os intelectuais tradicionais. Escrevendo sobre os intelectuais orgânicos, ele defende que

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (Coutinho, 2011a, p. 203).

Como exemplo Coutinho (2011a) cita o empresário capitalista que “cria” junto consigo um cientista político, um técnico industrial, um político e um jurista liberal. Assim, esses intelectuais orgânicos não são capitalistas no sentido restrito, no entanto, servem à formação social capitalista ao representar a classe burguesa e sua concepção de mundo em diversos setores da sociedade: político, judiciário, científico, cultural, etc. Importante destacar que esses intelectuais não são apenas transmissores ideológicos, mas também possuem papel ativo na construção da concepção de mundo da classe ao qual eles estão vinculados.

A outra categoria de intelectuais proposta por Gramsci (2011a) é a de intelectuais tradicionais. Esses intelectuais são os não relacionados a grupos sociais fundamentais do mundo da produção no contexto histórico abordado.

O pensador sardo defende a categoria dos eclesiásticos como a mais típica categoria de intelectuais tradicionais. Esses por muito tempo, segundo ele, monopolizaram a vida da superestrutura. Eram ligados essencialmente aos senhores de terra feudais e representavam a

concepção de mundo desse grupo. Com o advento do capitalismo, a aristocracia fundiária feudal perdeu sua centralidade na estrutura social, mas isso não fez com que a camada de intelectuais ligada organicamente a eles desaparecesse. Mesmo possuindo suas próprias concepções de mundo, esses intelectuais tradicionais não raramente se aliam a grupos sociais mais importantes em seu atual momento histórico, inclusive, assimilando conteúdos ideológicos de tal grupo. Enfim, para que uma classe tenha de fato um bloco ideológico forte para disputar a hegemonia é necessário que ela seja capaz de se aliar a várias camadas de intelectuais.

Abordadas algumas das categorias fundamentais que compõem o pensamento gramsciano, é o momento de nos focar especificamente em sua concepção de política. Sem dúvidas já permeamos muitas vezes tal concepção, mas tendo em vista os objetivos do presente trabalho, faz-se necessário uma abordagem mais aproximada.

E. Política

Coutinho (2007) defende que a contribuição fundamental de Gramsci ao marxismo elaborado por seus antecessores é no campo da teoria política. Segundo ele, o tema da política perpassa toda a obra gramsciana “madura” e é precisamente nesse ponto que o autor sardo teria realizado a superação dialética em relação aos escritos de Marx e Lenin. O gramsciano brasileiro também defende que Gramsci é um crítico da política. Assim como Marx elaborou uma economia política crítica, ou seja, que questionava a aparente universalidade e eternidade da organização econômica de sua época, Gramsci o fez com a teoria política. O marxista italiano entende que a “ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento” (Coutinho, 2011a, p. 232). Gramsci toma como unidade primordial da ciência ou da arte política o fato de existir governantes e governados, dirigentes e dirigidos. Ele partirá dessa unidade para buscar as determinações que compõe a totalidade da vida política. Mas não só isso. Por ser um crítico da política, Gramsci questiona a própria necessidade da existência da diferenciação entre governantes e governados. Ele questiona: “(...) parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas uma fato histórico, correspondente a certas condições?” (Coutinho, 2011a, p. 232). Para compreender a posição de Gramsci sobre tal questão, faz-se necessário que entendamos a distinção existente no pensamento gramsciano entre política no sentido “amplo” e no sentido “restrito”.

Política no sentido “amplo” está presente em qualquer forma de práxis¹⁹ que supere a recepção ou manipulação passiva dos dados imediatos e se dirija conscientemente a níveis mais universais da totalidade do real. Além disso, nessa acepção ampla, a política se dá também nos momentos nos quais é possível, a partir da cadeia de causalidades impostas pelas necessidades, alcançar o nível da teleologia, ou seja, ser capaz de tangenciar o domínio da liberdade. A política “ampla”, segundo Coutinho (2011b), é identificada com liberdade, e assim sendo, é elemento (real ou potencial) ineliminável de todas as esferas do ser social e sinônimo de “catarse”. Para o autor gramsciano o momento “catártico” identifica-se com a “passagem da ‘classe em-si’ à ‘classe para-si’ (Marx), ou a elevação da consciência tradeunista à consciência político-universal de classe (Lenin)” (Coutinho, 2007, p. 91). Gramsci escreve

Pode-se empregar a expressão “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa, também, a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. A estrutura, de força exterior que esmaga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em origem de novas iniciativas (Coutinho, 2011a, p. 192).

A política em Gramsci também assume um sentido “restrito”. Segundo Coutinho, a política em sentido “restrito” é o objeto de fato de estudo da “ciência política”, ou seja, é “um conceito que envolve o conjunto das práticas e das objetivações diretamente ligadas às relações de poder entre governantes e governados” (Coutinho, 2011b, p. 112). Na acepção “ampla”, a política é um elemento ineliminável do ser social, faz parte de sua ontologia e está potencialmente presente em toda a gama de práxis existentes. Assim sendo, todas as formas de práxis carregam a potencialidade de superar o predomínio do determinismo e da causalidade pelo predomínio da liberdade e da teleologia, sendo esses últimos próprios do momento ético-político. No entanto, em seu sentido “restrito”, a política é vista por Gramsci como produto histórico e, com isso, transitório e potencialmente eliminável. Gramsci ratifica sua posição de crítico da política ao defender que a divisão entre governantes e governados é fruto de condições específicas e não uma necessidade “natural”. O pensador italiano entende que determinadas formas de organização social tornariam obsoleta tal divisão.

¹⁹ A categoria práxis será abordada em no tópico 1.2.4.

Segundo Coutinho (2007), Gramsci defende a luta por uma sociedade na qual a divisão entre governantes e governados desapareça. No entanto, para se alcançar tal sociedade é necessário que se entenda as determinações presentes nas atuais formas políticas. Em seus escritos, o autor sardo distingue duas categorias de política “restrita”: *grande política* (alta política) e *pequena política*.

Grande política – pequena política (política do dia a dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (Coutinho, 2011a, p. 243).

Como não poderia ser diferente, dado seu caráter dialético, Gramsci entende a política dentro da totalidade social. Assim sendo, como o autor italiano conceberia a relação entre a esfera da política e a estrutura econômica da sociedade? Seguindo a tradição marxista, o pensador sardo defende que a base econômica social estabelece as possibilidades e limites da esfera política. No entanto, essa influência não é unilateral, mas sim dialética. A ação política possui papel fundamental nas alterações estruturais da sociedade. Assim sendo, a política não está sujeita apenas às determinações e causalidades do mundo econômico, mas ela também abrange a dimensão da teleologia e da liberdade a partir das possibilidades geradas na estrutura. Gramsci defende que para se fazer política é necessário articular a realidade concreta dada com as possibilidades que tal realidade comporta. O autor italiano cita o político como aquele que modifica o conjunto das relações sociais nas quais está inserido. Segundo Gramsci é preciso elaborar um “deve ser” a partir da realidade efetiva. O político precisa ser capaz fazer seu projeto (seu “deve ser”) tendo como base a realidade social e histórica com suas potencialidades e limites concretos. Dessa forma “o ‘deve ser’ é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política” (Coutinho, 2011a, p. 245).

Após essa breve abordagem de nossa concepção sobre algumas das principais categorias gramscianas, partiremos agora para o próximo teórico fundamental de nosso trabalho: Lev. S. Vigotski.

1.2.3. Lev Semyonovitch Vigotski

O referencial vigotskiano tem sido utilizado principalmente nas áreas da educação e psicologia. Suas contribuições sobre pensamento e linguagem e sobre as funções psicológicas superiores foram sendo assimiladas na academia e nas instituições educativas. Contudo, a obra de Vigotski constitui-se num complexo teórico muito além de seus conceitos mais popularizados.

A. Dados bibliográficos²⁰

Lev Semyonovitch Vigotski nasceu no dia 5 de novembro de 1896 em Orsha, Bielo-Rússia. Ele foi o segundo entre os oito irmãos que compunham sua família. Seus pais eram membros de uma comunidade judaica de Gomel e, segundo relatos biográficos, eram bem instruídos e possuíam boas condições de vida. A família do jovem Vigotski, mesmo não sendo muito religiosa, instruiu os filhos segundo as tradições do judaísmo. Há também relatos de que eles tenham sofrido as duras restrições que eram impostas aos judeus naquela época em sua região.

Os principais passatempos de Vigotski durante sua juventude foram a coleção de selos, o xadrez e a correspondência em esperanto. O jovem também participava ativamente de grupos de discussão com temáticas filosóficas diversas, além de apreciar poesia e teatro. Vigotski completou sua educação básica com medalha de ouro no colégio particular judeu de Gomel. Posteriormente, foi admitido na Universidade de Moscou, onde se candidatou ao departamento de medicina, mas depois optou pelo curso de direito. Graduou-se também em história e filosofia em uma universidade que na época não era oficialmente reconhecida. Durante toda a vida universitária, Vigotski manteve seu interesse pela literatura e arte. Concluídos seus estudos superiores, ele retorna em 1917 à Gomel.

O período que compreende o retorno de Vigotski à Gomel até sua nova partida para Moscou é o momento em que se há menor número de informações sobre a vida do autor. Entre o pouco que se sabe, é conhecido que o futuro psicólogo se tornou uma importante figura da vida cultural de sua cidade e lecionou em várias instituições, entre elas o Colégio Pedagógico de Gomel. Nesse colégio, Vigotski montou um pequeno laboratório psicológico no qual seus estudantes poderiam desenvolver experimentos simples. Esse laboratório possivelmente foi muito importante para a posterior carreira científica do jovem professor. Os temas abordados por ele em suas aulas e palestras variavam entre literatura, língua russa,

20 Os dados apresentados aqui foram retirados de Van Der Veer e Valsiner (2006) e Vigotski (2007).

lógica, psicologia e pedagogia. Entre suas atividades durante esse período em Gomel, Vigotski também chefiou a sessão de teatro do departamento de Educação Popular e foi co-fundador da editora “Eras e Dias”. Foi nessa época, em meio aos sérios conflitos internos e externos que a Rússia se encontrava, que ele manifestou pela primeira vez sinais de tuberculose e foi internado em um sanatório, onde conseguiu se recuperar. Em 1924, Vigotski se casou com Roza Smekhova e partiram para Moscou.

Em Moscou o autor morava com sua mulher e suas duas filhas em um quarto de um apartamento superlotado. Segundo relatos, foi um tempo em que a família passou por dificuldades econômicas significativas e ele tinha ataques de tuberculose frequentes. Mesmo em situação desfavorável, Vigotski era extremamente dedicado a sua meta de desenvolver uma nova ciência do homem. Ele trabalhou em Moscou no Instituto de Psicologia, e depois no Instituto de Estudos das Deficiências, o qual foi criado por ele mesmo. O autor também cursou medicina durante esse período. Entre os anos de 1925 e 1934, o jovem cientista reuniu um grupo com grande número de pesquisadores que partilhavam de seus interesses e meta. Vale destacar seus dois primeiros colaboradores: A. R. Luria e A. N. Leontiev, os quais se tornariam também grandes pesquisadores. Sobre sua motivação para o trabalho, Vigotski em carta para Luria escreve:

A sensação da imensidão e enormidade do trabalho psicológico contemporâneo (vivemos em um período de cataclismos geológicos em psicologia) é minha principal emoção. (...) esta é uma estrada muito difícil que exige a pessoa inteira (Vigotski conforme citado por Van Der Veer & Valsiner, 2006).

Essa dedicação e sua simpatia fizeram com que as pessoas se juntassem ao seu grupo e partilhassem de seus objetivos. Os relatos descrevem Vigotski como um homem culto e racional, que buscava submeter suas emoções ao controle do intelecto. Mas também uma pessoa com aguçado senso de humor e grande sensibilidade tanto artística como interpessoal.

Por fim, Vigotski foi convidado para dirigir o departamento de psicologia do Instituto Soviético de Medicina Experimental. Ele morre de tuberculose pouco tempo depois, no dia 11 de junho de 1934. É enterrado no cemitério de Moscou. Vigotski deixou uma família e um grupo de pesquisadores que se comprometeriam a desenvolver e divulgar sua obra após sua morte.

B. A crise da psicologia

Vigotski foi um grande crítico da psicologia do seu tempo. O texto no qual ele desenvolve de forma mais sistemática sua leitura sobre o desenvolvimento da psicologia até então e as possibilidades desta jovem ciência é “O Significado histórico da crise na psicologia”. Esse trabalho foi elaborado na década de 20 do século passado.

Em seus escritos, Vigotski começa destacando a falta de coerência e unidade entre as descobertas dos diferentes referenciais da psicologia. Ele aborda variadas correntes psicológicas da época tentando pensar onde cada uma avança e onde é mais frágil. O autor analisa grandes escolas psicológicas da década de 20: psicanálise, reflexologia, gestalt e behaviorismo. O psicólogo soviético defende que é necessária a elaboração de uma “psicologia geral”. Essa psicologia seria a responsável, segundo ele, pela unificação metodológica e conceitual da ciência psicológica. A partir dessa psicologia geral, poderíamos ter a clareza de que campos de cada uma das correntes psicológicas diferentes poderiam ser unificados na busca de uma única ciência (Van Der Veer & Valsiner, 2006).

Segundo Van Der Veer e Valsiner (2006), Vigotski defende que o desenvolvimento conceitual de qualquer ciência possui alguns processos comuns. O teórico soviético entende que todo desenvolvimento conceitual científico parte de uma descoberta factual específica. A partir desse primeiro passo, a descoberta, até então restrita a um campo em especial do conhecimento, começa a ganhar influência em outras áreas progressivamente. Com o tempo, ela se torna cada vez mais abstrata e universal tomando assim domínios diversos do saber. Chega-se a tal ponto que a descoberta se transforma em um conceito que é chave explicativa para fenômenos das mais diversas disciplinas. É nesse momento de maior desenvolvimento conceitual que a ideia manifesta mais claramente sua posição ideológica. Vigotski exemplifica esse processo com o conceito de reflexo condicionado de Pavlov. Segundo ele, o reflexo condicionado começa como uma descoberta factual sobre um determinado comportamento de uma espécie específica. No entanto, essa ideia começa a se ampliar a outros comportamentos e outras espécies, chegando a alcançar outros campos do saber. Não em muito tempo o reflexo condicionado passa a ser um princípio explicativo para fenômenos não só da psicologia animal, mas também da sociologia e antropologia. Seria após esse momento que ficaria claro em qual campo ideológico o conceito se encontra, a qual classe social ele serviria em última instância.

Ao analisar as diversas correntes psicológicas de seu tempo, Vigotski entende que ao se desenvolver até seu último nível, segundo o modelo apresentado no parágrafo anterior, os conceitos defendidos por essas correntes tornam-se vazios. Nenhuma delas teria o vigor

necessário para se tornar a psicologia geral que o autor busca. Segundo ele, a psicologia geral deveria ser capaz de relacionar dialeticamente a abstração com a base empírica para construir seus conceitos gerais (Van Der Veer & Valsiner, 2006).

Mesmo defendendo a unificação da psicologia em torno de uma psicologia geral, Vigotski se posiciona contrário ao ecletismo. Segundo ele, é um erro comum os psicólogos se apossarem de conhecimentos de teorias diversas sem levar em consideração as consequências quiméricas que isso pode gerar. Para o teórico soviético, é necessário, ao tentar aproximar duas correntes diferentes, ter claro quais são as raízes mais profundas do arcabouço conceitual utilizado por cada uma. Em alguns momentos, as teorias podem parecer possuir intersecções em suas superfícies, no entanto, ao examinar mais profundamente a história de tais correntes, podemos descobrir que elas partem de princípios incompatíveis. Vigotski não é contrário a conhecermos as mais diversas teorias existentes ou mesmo tentarmos encontrar proximidades entre elas. O que o autor condena é tentar tais aproximações de forma irresponsável o que produziria, segundo ele, uma teoria quimérica sem rigor algum. O psicólogo russo defende a práxis como melhor critério de verificação para uma teoria, e caminho inevitável na busca por uma psicologia geral (Vigotski, 2004a).

Van Der Veer e Valsiner (2006) escrevem que Vigotski destaca uma bifurcação dicotômica entre as correntes psicológicas de seu tempo. De um lado havia a psicologia causal explicativa e do outro a psicologia intencional descritiva. A primeira possuía um rigor metodológico adequado, no entanto só se ocupava de processos psíquicos elementares, enquanto a segunda ocupava-se de fenômenos psíquicos superiores, mas com uma metodologia predominantemente inadequada. O que Vigotski buscava era a utilização da metodologia explicativa pra estudar os fenômenos psíquicos superiores. Na busca por uma metodologia para a psicologia geral que desse conta de processos complexos, o autor procura respostas no materialismo dialético.

Vigotski tece críticas aos psicólogos que buscavam construir uma psicologia marxista a partir de citações de Marx. Segundo ele os escritos de Marx não tinham como objetivo abordar a psicologia e, assim sendo, qualquer tentativa de extrair desses textos teorias psicológicas seria improdutivo e até dogmático. O que ele busca é a partir do materialismo dialético produzir uma psicologia marxista ou dialética da psicologia. Vigotski escreve

Não quero receber de lambuja, pescando aqui e ali algumas citações, o que é a psique, o que desejo é aprender na *globalidade* do método de Marx como se constrói a ciência, como enfocar a análise da psique (Vigotski, 2004a, p. 395).

Segundo Vigotski, a “dialética da psicologia” seria a psicologia geral. Ela seria capaz de unificar o campo do saber psicológico, não ignorando o conhecimento já construído, mas sim, sendo a síntese de um processo dialético, ou seja, mantendo, porém também negando e superando elementos das correntes que a precederam.

Vigotski propõe como definição dos processos psicológicos, segundo a psicologia dialética, o seguinte:

A psicologia dialética renuncia a ambas as identificações, não confunde os processos psíquicos com os fisiológicos, reconhece o caráter irredutível da singularidade qualitativa da psique e afirma apenas que os processos psicológicos são únicos. Chegamos, por conseguinte, ao reconhecimento de processos psicofisiológicos singulares e únicos, que constituem as formas superiores de comportamento do homem, aos quais propomos denominar processos psicológicos (...) (Vigotski, 2004, p. 146).

C. As funções psicológicas superiores

Tomando como base a crítica aos teóricos de seu tempo e buscando a construção de uma psicologia marxista, Vigotski se propõe a estudar as funções psíquicas superiores. Ele defende três pontos básicos para suas pesquisas:

(...) o objeto e os fatores essenciais da análise psicológica são os seguintes: (1) uma análise do processo em oposição a uma análise do objeto; (2) uma análise que revela as relações dinâmicas ou causais, reais, em oposição à enumeração das características externas de um processo, isto é, uma análise explicativa, e não descritiva; e (3) uma análise do desenvolvimento que reconstrói todos os pontos e faz retornar à origem o desenvolvimento de uma determinada estrutura (Vigotski, 2007, p. 69).

Vigotski defende que um processo complexo é mais que a soma de seus elementos. Assim sendo, tais processos devem ser abordados em sua totalidade e em seus movimentos. Os processos psicológicos devem ser estudados como “processos vivos” e não como fenômenos mortos e estáticos. Em coerência com seus pressupostos, o psicólogo soviético busca entender os processos psicológicos em seu desenvolvimento. Para isso, ele dá grande atenção à psicologia infantil e seus movimentos quantitativos e qualitativos até a idade adulta. Ele defende que o desenvolvimento infantil é um processo dialético complexo que envolve fatores internos e externos com momentos de ruptura e continuidade. Para Vigotski entender os processos infantis e o caminho que eles percorrem até a idade adulta é a chave para se entender a psicologia em geral (Vigotski, 2007).

O psicólogo soviético diferencia as funções psicológicas elementares das funções psicológicas superiores. As primeiras têm como característica principal serem totalmente determinadas pela estimulação do ambiente. Sobre as segundas, Vigotski (2007, p. 56) afirma “(...) podemos usar o termo função psicológica superior, ou comportamento superior com referência à combinação entre o instrumento e o signo na atividade psicológica”. Ou seja, as funções psicológicas superiores não são mais reféns diretos da estimulação ambiental, mas sim atividades nas quais ocorre mediação simbólica. Assim, entre o estímulo ambiental e a resposta surge um terceiro termo nas funções superiores: o signo.

Vigotski considera importante diferenciar os termos signo e instrumento. Segundo ele, ambos dizem respeito a uma atividade mediada, no entanto não se identificam. O instrumento é orientado para uma mediação entre o homem e um objeto externo, ou seja, sua mediação se dá para o domínio da natureza. O signo, por sua vez, é orientado internamente, ou seja, o signo age sobre o próprio sujeito fazendo com que o indivíduo tenha a possibilidade de controlar seu próprio comportamento dentro de certos limites. Os signos são abordados aqui como “(...) estímulos artificiais ou autogerados” (Vigotski, 2007, p. 32). A partir de quando há o uso de signos as funções psicológicas passam a não mais estarem sujeitas apenas um sistema interno de atividade organicamente predeterminado. Para abordar essa diversidade de possibilidades de organização psicológica – a qual ele também denomina de personalidade – Vigotski utiliza-se do conceito de *drama*²¹

Segundo o autor, as funções superiores se organizam de forma variada, ou seja, desempenham diferentes papéis em cada estrutura psíquica individual. Essa organização singular estaria relacionada às relações sociais específicas da pessoa. Assim sendo, seria necessário o estudo do sujeito concreto para se entender como as funções se hierarquizam naquela dada personalidade – ou subjetividade. “O drama da personalidade. Psicologia concreta. As funções mudam seu papel: sonho, pensamento, intelecto prático” (Vigotski, 2000, p. 35).

Dessa forma, a personalidade, segundo Vigotski, é composta por um conjunto de determinadas relações sociais. Ou seja, as funções superiores que constituem o drama específico de cada subjetividade foram interiorizadas por meio de três momentos específicos

²¹ Entenderemos Drama para a análise do *corpus* dessa pesquisa da mesma forma que é defendida por Delari Junior (2011). Ou seja, abordaremos por meio desse conceito os diferentes papéis desempenhados socialmente pelo sujeito, assim como, os diferentes papéis subjetivos assumidos por suas funções psíquicas e os sentidos que as compõem.

– em si, para o outro e para si²². Assim sendo, a estruturação da personalidade não está relacionada diretamente a uma formação orgânica específica. Segundo Vigotski (2000, p. 36): “O drama realmente está repleto de luta interna impossível nos sistemas orgânicos: a *dinâmica da personalidade é o drama*”. O fato de não haver uma permanente hierarquia das funções demonstra tal dinâmica psíquica, “(...) não existe a vontade fixa. Embora, haja uma amplitude natural de possibilidade em cada função que determina a esfera de seus papéis possíveis” (Vigotski, 2000, p. 36).

Importante destacar que o autor mantém a posição de que a passagem “de fora para dentro” das relações sociais transforma o processo. Assim sendo, a interiorização não é apenas o simples reflexo do externo para o interno, ela envolve um complexo sistema de interação com o coletivo qualitativamente transformado pela própria interiorização e os elementos correspondentes aos conteúdos já possuídos pelo sujeito. Segundo Vigotski, como já citamos acima, o que diferencia qualitativamente o comportamento humano do animal é a possibilidade de, por meio da interiorização, ser desenvolvida a atividade simbólica, a qual possui “(...) uma função *organizadora* específica que invade o processo do uso de instrumentos e produz formas fundamentalmente novas de comportamento” (Vigotski, 2007, p. 11).

O autor Pino (2005, p. 107) ajuda a entender esse processo de “conversão” do plano social para o plano da pessoa:

Pode-se concluir que as funções mentais superiores não são simples transposição no plano pessoal das relações sociais, mas a *conversão*, no plano da pessoa, da significação que têm para ela essas relações, com as posições que nelas ocupa e os papéis ou funções que delas decorrem e se concretizam nas práticas sociais em que está inserida.

Como fica claro no já exposto, o uso de signos interfere qualitativamente em todos os processos psicológicos humanos. No entanto, um elemento se destaca pelo importante papel que desempenha na organização psicológica: a relação palavra e pensamento. O vínculo entre esses dois é um produto e não uma premissa da formação humana. Esse vínculo se dá por meio de um complexo processo dialético entre pensamento pré-verbal e linguagem pré-intelectual. Tal processo tem como síntese o pensamento discursivo (ou verbal) e a palavra consciente, os quais são a unidade da palavra com o pensamento (Vigotski, 2009a). Segundo

22 “A personalidade torna-se para si aquilo que ela é em si, através daquilo que ela antes manifesta como seu em si para os outros. Daí está claro, porque necessariamente tudo o que é interno nas funções superiores ter sido externo: isto é, ter sido para os outros, aquilo que agora é para si” (Vigotski, 2000, p. 24).

Vigotski (2009a, p. 485), “pensamento e linguagem são a chave para a compreensão da natureza da consciência humana”. Ele defende que toda a consciência em seu desenvolvimento está ligada ao desenvolvimento da palavra, e que a palavra consciente é a expressão máxima da natureza histórica da consciência humana. Pois “se a consciência, que sente e pensa, dispõe de diferentes modos de representação da realidade, estes representam igualmente diferentes tipos de consciência” (Vigotski, 2009a, p. 485).

As diferenças de representações da realidade se dão pelos diferentes sentidos e significados que as palavras tomam em cada consciência específica. Vigotski diferencia sentido e significado baseado em Paulhan. O autor soviético defende que o sentido diz respeito ao conjunto dos mais diversos eventos psicológicos que a palavra nos incita – sejam eles cognitivos, afetivos, volitivos, etc. É um todo dinâmico, complexo e fluido, com várias zonas desiguais de estabilidade. O significado é a zona mais estável e precisa do sentido. O sentido como um todo é adquirido e alterado de acordo com o contexto em que surge e se desenvolve. No entanto, o significado, via de regra, permanece mais estável, mesmo diante das alterações das outras zonas do sentido. Em resumo, “significado é apenas uma pedra no edifício do sentido” (Vigotski, 2009a, p. 465).

D. Emoções

As emoções e afetos²³ não são um tópico comum quando se busca referências à obra de Vigotski. No entanto, esse é um tema que aparece em seus escritos de diversas épocas. Tentaremos aqui abordar brevemente algumas concepções que Vigotski desenvolveu sobre os processos afetivos e emotivos durante sua vida.

Primeiramente, o autor soviético escreve sobre a emotividade em seus estudos sobre arte, em especial na “Psicologia da Arte”. Nesse texto, ele defende que a arte cumpre a função de intervir afetivamente na subjetividade gerando uma reorganização psíquica por meio de descarga ou potenciamento. O processo de catarse (no sentido aristotélico) seria uma forma específica de reorganização, a qual representaria a elaboração saudável de vivências artísticas – conscientes e inconscientes – junto à consciência como um todo. Vigotski também propõe, nesta época, algumas leis dos sentimentos inspiradas na “Dialética da natureza” de Engels (Toassa, 2011).

²³ Toassa (2011) defende que mesmo aparecendo com frequências diferentes em sua obra, as palavras emoção, afeto e sentimento são, em geral, utilizadas com o mesmo significado por Vigotski.

Vigotski diferencia as emoções animais e humanas. Van Der Veer e Valsiner (2006) escrevem que o autor classifica as emoções humanas como função psicológica superior, ou seja, elas também estariam entre as funções reestruturadas pelo uso dos signos. Dessa forma, as emoções também fazem parte do drama que compõe a personalidade e, como as outras funções, não possui um papel fixo e determinado na vida psíquica. Vigotski defende que as emoções, assim como outras funções superiores, são fortemente influenciadas historicamente e culturalmente. O autor soviético exemplifica essa concepção com o ciúme. Ele defende que é evidente que o ciúme de uma mulher com valores maometanos é radicalmente diferente de uma de valores opostos. Vigotski escreve que “(...) o sentimento é histórico, (...) de fato altera-se em meios ideológicos e psicológicos distintos, apesar de que nele fica indubitavelmente certo radical biológico, em virtude do qual surge a emoção” (Vigotski conforme citado por Toassa, 2011, p. 101). Nessa citação, fica clara a definição dos sentimentos como função superior, ou seja, função transformável historicamente por meio dos signos a ela incorporada, mas ainda com raízes biológicas que possibilitam a sua existência e seu desenvolvimento.

Clot (2006) defende que há migração funcional entre afetos/emoções e conceitos, ou seja, em cada organização subjetiva específica cada uma dessas funções pode se tornar recurso para o desenvolvimento da outra e vice-versa. O autor ainda faz a distinção entre fonte da atividade subjetiva e recurso para essa atividade. Dessa forma os afetos e emoções podem migrar entre fonte ou recurso da atividade a depender da organização do drama subjetivo da pessoa. Vigotski escreve

Como todas as outras funções mentais, emoções não permanecem na conexão em que são dadas inicialmente em virtude da organização biológica da mente. No processo da vida social, sentimentos se formam e antigas conexões desintegram-se; emoções aparecem em novas relações com outros elementos da vida mental, novos sistemas desenvolvem-se dentro de enquadramentos especiais, interdependências, formas especiais de conexão e movimento são dominantes (Vigotski conforme citado por Toassa, 2011, p. 101).

Dada essa particularidade subjetiva presente em cada sujeito concreto, Vigotski elabora o conceito de vivência para definir a experiência particular de cada pessoa diante de determinada situação. Segundo o autor

A vivência é uma unidade na qual, por um lado, de modo indivisível, o meio, aquilo que se vivencia está representado – a vivência sempre se liga àquilo que está localizado fora da pessoa – e, por outro lado, está representado como eu vivencio isso,

ou seja, todas as particularidades da personalidade e todas as particularidades do meio são apresentadas na vivência, tanto aquilo que é retirado do meio, todos os elementos que possuem relação com dada personalidade, como aquilo que é retirado da personalidade, todos os traços de seu caráter, traços constitutivos que possuem relação com dado acontecimento (Vigotski, 2010, p. 686).

Vigotski inspira grande parte de suas concepções sobre emoções e afetos na filosofia de Espinosa (Vigotski, 2004b). Segundo Toassa (2011) para esse filósofo há três afetos básicos: desejo, alegria e tristeza. O desejo é o que nos leva, a partir de determinadas afecções, a agir de uma maneira específica. A alegria é o resultado de um bom encontro, ou seja, quando há uma afecção que aumente nossa potência de agir sentimos basicamente alegria e os sentimentos dela derivados. Por outro lado, sentir tristeza e os derivados desta significa que tivemos um mau encontro, ou seja, a afecção diminui nossa potência de agir.

Sawaia (2009), inspirada em Vigotski e Espinosa, defende o potencial emancipador dos afetos. Segundo a autora os bons encontros seriam também potencializadores de liberdade e ações em pró da emancipação do sujeito. Espinosa argumentaria que devemos aprender a lidar racionalmente com nossos afetos. Isso se daria a partir do momento em que buscássemos entender quais afecções aumentam e quais diminuem, nossa potência. Não deveríamos procurar eliminar os afetos, mas sim buscar interferir neles a partir do conhecimento da trama causal que os gera (Sawaia, 2009).

Vigotski, assim como Espinosa, estende as emoções não como manifestações do corpo ou da mente, mas como um fenômeno no qual manifestações tanto físicas como psicológicas são elementos básicos. Segundo Toassa (2011), Vigotski escreve que as emoções constituem sistemas complexos com componentes simbólicos em nossa subjetividade. Seria por meio desses elementos simbólicos que poderíamos controlar indiretamente nossas emoções. Assim

Marx, Stanislavski, Espinosa e a neuropsicologia convergem na regulação voluntária das emoções em Vigotski, mediada por uma via cultural mais complexa que outras funções psíquicas como a memória, atenção e pensamento, e que conhecemos ainda imperfeitamente (Toassa, 2011, p. 254).

Realizado essa breve apresentação sobre o pensamento vigotskiano, abordamos agora uma concepção de uma categoria chave para nossa proposta de entendimento sobre participação política, a categoria *práxis*. O autor que foi nosso guia na construção do tópico a seguir foi principalmente o espanhol Adolfo Sánchez Vázquez.

1.2.4. *Práxis*

Como ficará claro em páginas a frente, a categoria *práxis* é de fundamental importância para a elaboração que nos propomos a realizar nesse trabalho. Assim sendo, parece-nos essencial abordá-la em um tópico específico. Aqui apresentamos um breve histórico da *práxis* e a visão sobre essa categoria sistematizados por Sánchez Vázquez (2007).

A. Breve histórico

Os antigos gregos possuíam uma visão extremamente pejorativa da atividade prática humana (*práxis*)²⁴. Segundo Sánchez Vázquez (2007), os filósofos gregos entendiam a *práxis* apenas em sua faceta prática-utilitária e, de forma geral, defendiam que o distanciamento do mundo prático e material possuía um caráter libertador para o homem. Tal entendimento sobre a *práxis* estava profundamente ligado aos interesses das classes dominantes da época, as quais viviam no ócio. Segundo os pensadores gregos, os homens livres só poderiam viver entregues à contemplação ou a atividade política, todo o trabalho físico era considerado indigno e humilhante, devendo ser realizado pelos tidos como inferiores, os escravos. Essa diferenciação tão marcante entre atividades teóricas (filósofos e políticos) e prática (escravos) legitima claramente a divisão social presente no mundo antigo grego.

Sánchez Vázquez (2007) escreve que, no Renascimento, a atividade prática humana começa a ser mais valorizada. A aplicação efetiva do conhecimento no mundo material passa ser utilizada para gerar avanços técnicos que seriam fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo. No entanto, a ação prática, como o trabalho, ainda é concebida apenas como meio para se alcançar o estado propriamente humano, a contemplação. Assim, o trabalho não é entendido como parte essencial da natureza humana, mas sim, como forma de se alcançar o estado de contemplação necessário ao homem. Em geral, o pensamento desta época não rejeita a atividade prática, mas a submete a um plano inferior.

Entre os pensadores que defendem esta perspectiva, alguns se destacam. Bacon e Descartes, mesmo reconhecendo a importância da prática, ainda concebem que a potência do homem se encontra na atividade teórica. É Rousseau quem pela primeira vez vai relacionar as transformações da natureza com as transformações do próprio homem. O filósofo francês defende assim que o trabalho humano sobre a natureza é capaz de alterar a própria natureza do homem. No entanto, tais alterações do homem haviam sido, até aquele momento,

24 Para uma discussão sobre as precisões terminológicas da palavra *práxis* consultar Sánchez Vázquez (2007, pp. 27-28).

predominantemente negativas para Rousseau. O trabalho ganha grande importância principalmente a partir dos economistas ingleses clássicos. Esses economistas colocarão o trabalho como esfera central da sociedade humana, sendo ele a fonte de toda a riqueza social e de todo o valor (Sánchez Vázquez, 2007).

Sem dúvida as concepções apresentadas acima influenciaram as visões posteriores sobre a práxis. Contudo, Hegel e Feuerbach foram as duas influências mais diretas na formação da categoria práxis para o marxismo. Sánchez Vázquez (2007) entende que Hegel concebe a práxis como elemento relacionado ao desenvolvimento da história, no entanto, para o filósofo alemão, a história é o processo de autoconhecimento do Espírito. Assim sendo, é necessário, a partir da filosofia de Hegel realizar duas grandes reelaborações na categoria práxis. Primeiramente, fazer com que o sujeito da práxis não seja mais o Espírito, mas sim o homem real. E em segundo lugar, fazer com que essa práxis já humana não esteja no plano teórico espiritual, mas sim no plano material e efetivo.

Segundo Sánchez Vázquez (2007), Feuerbach é quem realiza a primeira das reelaborações da práxis hegeliana. O filósofo alemão defende que o sujeito da práxis é o homem e não o Espírito como dizia Hegel. No entanto, a práxis defendida por Feuerbach ainda restringe-se a uma atividade teórica. Sendo assim, a práxis como elemento que compõe o desenvolvimento histórico seria a ação teórica do homem. É Marx quem realizará a partir de Feuerbach a segunda reelaboração. Marx entende a práxis como atividade material humana, ou seja, o sujeito é o homem e não mais o Espírito, e a atividade não é mais meramente teórica, mas sim uma atividade objetiva material. A práxis, segundo Marx, é a prática humana que transforma a natureza e com isso transforma a própria natureza do homem, ela é uma categoria fundamental para o entendimento do processo histórico no marxismo (Netto, 2011).

Por fim, cabe ainda mencionar dois marxistas nesse breve histórico da práxis, Lenin e Gramsci. Sánchez Vázquez (2007) destaca Lenin no processo de desenvolvimento da categoria práxis, pois vê nele a síntese tão ferrenhamente defendida por Marx entre teoria e prática. Lenin, sendo político e filósofo, é capaz de se apropriar das categorias de Marx e aplicá-las à realidade concreta, a qual exige do revolucionário que ele realize elaborações teóricas próprias. Assim, a partir da estreita unidade entre construção teórica e ação política concreta, Lenin, por meio de sua práxis política, torna-se parte fundamental da Revolução Russa. Por sua vez Gramsci, um dos pilares teóricos de nosso trabalho, também é destacado por Sánchez Vázquez pela centralidade que a categoria práxis possui em sua obra. Segundo Sánchez Vázquez (2007, p. 58)

A práxis é, para Gramsci, a categoria central porque para ele o que existe, como resultado da ação transformadora dos homens, é práxis. Ela é para Gramsci a única realidade (daí seu “imanentismo absoluto”), realidade que também se encontra sujeita a um constante devir, razão pela qual se identifica com a história (daí também seu “historicismo absoluto”). Finalmente, enquanto essa história é a história da autoprodução do homem, Gramsci qualifica sua filosofia de humanismo (...). [O] instrumento dessa tripla caracterização – imanentismo, historicismo e humanismo – é a práxis e isto explica que desempenhe o papel pivô conceitual da filosofia gramsciana.

B. A categoria práxis

Segundo Sánchez Vázquez (2007) a primeira distinção a ser feita é entre práxis e atividade. Atividade é um ato por meio do qual um agente modifica uma matéria-prima dada produzindo um resultado. Essa é uma ação genérica, ou seja, não define qualquer especificidade sobre o agente, o objeto ou o resultado a ela vinculados. Assim sendo, dentro da categoria atividade podemos nos referir, por exemplo, a um agente químico gerando determinada reação.

No entanto, a atividade propriamente humana possui peculiaridades. Em tais atos especificamente humanos a ação tem em sua origem um projeto ideal, ou seja, antes de se realizar a atividade, o humano já possui idealmente um resultado no qual pretende chegar. Assim, mais que do passado, as determinações da atividade própria dos homens vêm do futuro, elas não são determinadas apenas por estímulos anteriores, mas também são dirigidas a fins. Para utilizarmos um exemplo clássico, é essa característica da direção consciente da atividade que diferencia qualitativamente os atos de um engenheiro humano dos de uma abelha. O engenheiro pode em suas obras sequer se aproximar da perfeição de uma colmeia, no entanto diferente da abelha essa atividade humana possuía um plano ideal – um projeto – antes de ser realizado não sendo determinada apenas por estímulos ambientais e padrões pré-determinados de comportamento (Netto, 2011).

Os atos conscientes propriamente humanos possuem, de acordo com Sánchez Vázquez (2007), duas dimensões que se relacionam intimamente, mas não se identificam: a cognoscitiva e a teleológica. O ato é cognoscitivo, pois se relaciona a determinados conhecimentos que possuímos da realidade; e teleológico porque visa um fim. Evidentemente para termos um projeto de modificação do real é necessário conhecê-lo, assim como, ao elaborar esse projeto ou executá-lo apreendemos mais conhecimentos sobre tal realidade. Por isso, tanto a atividade teleológica como a cognoscitiva compõem uma unidade indissolúvel na consciência humana. Porém, uma atividade consciente ainda não é necessariamente práxis.

Para ser considerada práxis a atividade deve ir além dos limites da consciência. Sánchez Vázquez (2007, p. 225) escreve

Quer se trate da formulação de fins ou da produção de conhecimentos, a consciência não ultrapassa seu próprio âmbito; isto é, sua atividade não se objetiva ou materializa. Por essa razão, tanto uma como a outra são atividades; não são, de modo algum, atividade objetiva, real, isto é, *práxis*.

A atividade prática que Sánchez Vázquez (2007) definirá como práxis possui características específicas. A práxis é uma atividade objetiva que altera, utilizando ou não instrumentos concretos, um objeto que existe independentemente da consciência dos sujeitos da ação. Por meio da práxis, o objeto sofrerá uma alteração que também existirá independentemente da consciência ou subjetividade dos agentes que a engendraram. Sendo a práxis uma atividade propriamente humana, ela será sempre orientada conscientemente, ou seja, haverá um projeto ideal que o sujeito tentará materializar em sua ação. Em resumo, na práxis, um sujeito – humano – orientado por um projeto ideal transformará um objeto, por meio ou não de instrumentos, obtendo assim um resultando, sendo o objeto, os instrumentos e o resultado todos objetivos.

Sánchez Vázquez (2007) identifica diferentes formas de práxis de acordo com suas especificidades. Primeiramente, ele aborda o que denomina como práxis fundamental, a práxis produtiva. Nessa forma de práxis, o sujeito age sobre a natureza para satisfazer determinada necessidade. A práxis produtiva se identifica com o trabalho. É por meio dele que produzimos e reproduzimos a vida humana e social. É a partir do trabalho e das relações que estabelecemos para e durante sua execução que estruturamos o complexo social. A práxis produtiva toma características diversas a depender das forças produtivas e das relações de produção concretas às quais ela está relacionada. Ao alterar a natureza por meio do trabalho, o homem altera a sua própria natureza, assim sendo, a práxis produtiva produz, mesmo que não intencionalmente, alterações não só na natureza, mas também no próprio homem.

O marxista espanhol também aborda a práxis artística e a práxis experimental. Na primeira, o sujeito busca a satisfação não de uma necessidade prático-utilitária como ocorre no trabalho, mas sim, a satisfação de uma necessidade geral humana de comunicação e expressão. Por sua vez, na práxis experimental o sujeito atua sobre o objeto tentando desvendar as determinações que regem um fenômeno, assim sendo, o fim imediato dessa forma de práxis é teórico. Por fim, é dado destaque a práxis política, a qual será o foco de nossa atenção.

A práxis política é a atividade consciente na qual o homem atua sobre si mesmo, ou seja, ele é agente e objeto da ação. “Dentro dela caem os diversos atos orientados para sua transformação como ser social e, por isso, destinados a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais” (Sánchez Vázquez 2007, p. 230). Quando a práxis política tem como objeto não um indivíduo, mas um grupo social, ou mesmo, a sociedade como um todo ela pode ser definida como práxis social. Evidentemente em sentido amplo todas as formas de práxis são sociais, no entanto, no sentido restrito a práxis social será entendida como “atividade de grupos ou classes sociais que leva a transformar a organização e a direção da sociedade, ou a realizar certas mudanças mediante a atividade do Estado” (Sánchez Vázquez 2007, p. 231). Sánchez Vázquez (2007) enfatiza que a práxis política é uma atividade prática, ou seja, ela é uma ação objetiva. Assim sendo, ela atua, a partir de um projeto ideal, sobre um objeto concreto (determinada organização social, política ou econômica) por meio de ações concretas (greves, manifestações, reuniões, ataques, etc.) e deve gerar um resultado concreto (reorganização social, política ou econômica). Dado seu caráter, a práxis política não deve se restringir a alterações na subjetividade das pessoas. Evidentemente tais alterações são fundamentais para que haja mudanças sociais, no entanto, a práxis se efetiva na transformação das relações sociais concretas e não em alterações subjetivas.

Além de diferenciar tais formas de práxis, Sánchez Vázquez distingue diferentes níveis de práxis. A primeira distinção que ele realiza é entre práxis criadora e práxis reiterativa ou imitativa. Essa diferenciação diz respeito ao grau de criação que o produto da práxis demonstra. Em geral, o homem cria para satisfazer novas necessidades ou adaptar-se a diferentes contextos, mas ele não cria o tempo todo. Entre um momento e outro de criação ele reitera uma práxis já existente. Na práxis criadora há estreita ligação entre a esfera subjetiva do sujeito e a ação objetiva que ele desempenha. Assim, o sujeito na práxis criadora é capaz de adaptar o seu projeto ideal às peculiaridades existentes no concreto, ou seja, o resultado da práxis não está definido de antemão, mas será o produto dessa íntima interação do fim almejado pelo agente e a objetividade que a realidade lhe impõe. Por sua vez, na práxis reiterativa, o sujeito replica na realidade um projeto ideal elaborado a partir de uma práxis criadora anterior. Na práxis imitativa, o resultado já é previsto e não são aceitas alterações no projeto ideal. Exemplos de práxis criadoras podem ser frequentemente encontrados nas atividades artísticas e revolucionárias. A práxis reiterativa se destaca em situações de trabalho alienado e atividades burocratizadas por exemplo.

A segunda distinção proposta por Sánchez Vázquez diz respeito ao grau de consciência que o sujeito revela no processo prático. A partir desse critério ele diferencia a

práxis reflexiva e a práxis espontânea. Antes de abordá-las é necessário definirmos consciência prática e consciência da práxis. A consciência prática é a atividade consciente que atua durante todo o processo da práxis orientando-a para que seus fins sejam realizados. Assim sendo, toda a forma de práxis, por definição, pressupõe um nível de consciência prática. Por sua vez, a consciência da práxis é a atividade consciente que se volta para si mesmo, ou seja, seu objeto é a própria práxis. O marxista espanhol a define como autoconsciência prática. A partir das definições acima, tem-se que a práxis espontânea é aquela na qual há menor atividade da consciência da práxis ou menor manifestação da autoconsciência prática; e a práxis reflexiva é aquela na qual há maior atividade da consciência da práxis ou maior manifestação da autoconsciência prática. Fica então demonstrado que se entende que em grau menor ou maior também sempre existe certa atividade da consciência da práxis.

Por fim, cabe ainda abordar a dimensão da intencionalidade presente na práxis. Sánchez Vázquez (2007) defende que uma práxis intencional é aquela em que o produto, em maior ou menor grau, corresponde ao projeto ideal original do sujeito. Segundo o autor espanhol, quando nos referimos à práxis as intenções não materializadas, sejam elas quais forem, não são consideradas em sua explicação ou avaliação. Assim, o subjetivo aqui é considerado não por si só, mas sim por meio de seus efeitos no mundo objetivo. Mesmo que toda forma de práxis possua um projeto original, podemos identificar algumas práxis não-intencionais. Por exemplo, em muitos casos práxis individuais juntas geram resultados sociais não previstos pelos seus sujeitos. Dessa forma, a junção de variadas práxis individuais intencionais podem gerar uma práxis coletiva não-intencional. Sánchez Vázquez (2007, p. 337), ao se referir ao surgimento do capitalismo escreve

A práxis social, coletiva, ao combinar toda uma diversidade de atos individuais, teve como resultado o aparecimento de um novo produto, um novo modo de produção que não pode ser referido à intenção ou ao projeto de nenhum sujeito prático individual ou coletivo. É, por isso, uma práxis não intencional.

Explicitada a concepção que temos do pensamento gramsciano e vigotskiano, e agora abordada tal visão de práxis, apresentaremos abaixo a elaboração que propomos a partir desses conteúdos.

1.2.5. A práxis política

Práxis política tem especial relevância para se pensar a participação política neste trabalho. Primeiramente, abordamos aqui como são entendidos os conceitos de política, participação política e práxis política. Posteriormente, nos detemos na forma como a dimensão subjetiva se expressa na práxis política, em especial levantamos algumas questões sobre a mediação simbólica e a esfera afetiva. Por fim, tentamos realizar uma síntese que esclareça os pontos fundamentais de nossa proposta.

A. Política, participação política e práxis política

São inúmeras as definições de política presentes na história da humanidade. Nosso entendimento de política se alicerça no pensamento gramsciano, porém há algumas diferenciações. Também assumimos, como Gramsci, uma distinção entre política no sentido amplo e no sentido restrito. Em seu sentido restrito, nossa concepção se identifica com a gramsciana. Assim sendo, a partir do pensador italiano, política em seu sentido restrito é para nós “o conjunto de práticas e de objetivações que se referem diretamente ao Estado, às relações de poder entre governantes e governados” (Coutinho, 2007, p. 93).

Contudo, em seu sentido amplo, nossa definição de política não será sinônimo de “catarse” ou potencial de liberdade intrínseco a toda práxis humana. Entendemos que a política em um sentido amplo diz respeito à forma como o poder está distribuído em determinadas relações humanas e como tal distribuição afeta a tomada de decisões referentes aquele contexto. Se defendermos o poder aqui como a capacidade de influenciar ou decidir sobre as pessoas, concluiremos que as relações de poder, e consequentemente a política, estão presentes nas mais diversas esferas de nossas vidas. Assim, a política se manifesta desde a capacidade que temos de decidir sobre nós mesmos até o quanto podemos influenciar nas decisões estatais, passando pelas esferas das relações interpessoais, familiares e comunitárias. Defendemos assim, que a política pode ser encontrada nos âmbitos mais globais, como nos governos, mas também está presente nas relações mais íntimas que estabelecemos cotidianamente. A partir desse posicionamento sobre a política é evidente que não há a possibilidade de não participar politicamente. A todo o momento, em todas as relações que estabelecemos, ou mesmo diante de decisões pessoais, estamos imersos em tramas de distribuição de poder. Mesmo que não nos atentemos a esse fato ou que nos neguemos a participar de tais tramas, nunca poderemos nos isentar das relações de poder que não só nos rodeiam diariamente, mas também, constituem-nos subjetivamente.

Definido nosso posicionamento sobre a impossibilidade de não haver participação política em sentido amplo, pensemos agora sobre o sentido restrito. Entendemos que toda pessoa participante de um ambiente social atua, conscientemente ou não, em prol da permanência ou transformação de certa organização estatal; ou seja, todos estamos também necessariamente imersos nas relações de poder entre governantes e governados seja combatendo-as ou ratificando-as. Sobre isso Gramsci escreve: “Numa determinada sociedade, ninguém é desorganizado e sem partido, desde que se entendam organização e partido num sentido amplo, e não formal” (Coutinho, 2011a, p. 272). Entendemos que Gramsci defende que todos temos uma posição política dentro da sociedade, seja de manutenção ou transformação da organização social vigente. Desta forma, consideramos que mesmo em seu sentido restrito é impossível estar fora do mundo político, ou seja, é impossível se isentar da participação política. A conceituação de práxis social não-intencional de Sánchez Vázquez (2007) ao nosso ver ratifica nossa posição. Nossos atos, enquanto membros de um corpo social, sempre reverberam, mesmo que de forma extremamente frágil e indireta, na conservação ou transformação de determinada ordem social e governamental. A citação de Gramsci transcrita abaixo sintetiza bem o nosso posicionamento

Todo homem, na medida em que é ativo, isto é, vivo, contribui para modificar o ambiente social em que se desenvolve (para modificar determinadas características dele ou para conservar outras), isto é, tende a estabelecer “normas”, regras de vida e de conduta (...). [Assim] como todos são “políticos”, todos são também “legisladores” (Coutinho, 2011a, p. 260).

Dado que não podemos optar por não participar da política, tanto em sentido amplo como em sentido restrito, faz-se necessário especificar uma forma em especial de participação, a práxis política.

A práxis política é aqui entendida como é uma atividade concreta conscientemente orientada, cujo homem é agente e objeto da ação. Segundo o Sánchez Vázquez (2007, p. 230) “dentro dela caem os diversos atos orientados para sua transformação como ser social e, por isso, destinados a mudar suas relações econômicas, políticas e sociais”. Entendemos que essa intervenção no homem enquanto ser social se dá na práxis política por meio da participação nas relações de poder – consequentemente na tomada de decisões – as quais estão diretamente relacionadas ao mundo não só político, mas também social e econômico.

Sánchez Vázquez (2007) identifica a práxis política com ação objetiva orientada conscientemente para a transformação do homem como ser social. No entanto, entendemos

que a práxis política também pode ser orientada para a manutenção das relações de sociais. Assim, segundo nossa leitura, essa forma de práxis não está relacionada apenas às atividades transformadoras, mas também às ações conservadoras. Gramsci (Coutinho, 2007, 2011a, 2011b) também identifica o movimento político como podendo ser orientado para a transformação ou para a conservação de determinadas realidades sociais. Dessa forma, os sujeitos da práxis política não são a priori progressistas ou revolucionários, eles também podem agir em prol da manutenção da ordem vigente, sendo tradicionais ou conservadores. Porém, uma práxis política conservadora seria uma ação que visa um resultado idêntico ao objeto. Isso pode parecer incoerente dado que a práxis é uma ação concreta que age sobre seu objeto. Assim, se o objeto é idêntico ao resultado supostamente não teria sido necessário uma atividade prática. Entendemos de forma diversa essa questão. A nosso ver, a sociedade é um todo dinâmico em constante alteração que não se mantém espontaneamente, assim sendo, mesmo aqueles que pretendem manter a organização dada precisam realizar atos concretos para isso. Ou seja, a sociedade não se mantém “naturalmente” ou por si só, é necessária a práxis política conservadora, intencional ou não, de diversos sujeitos para isso. Desta forma, se olharmos para o processo da práxis política conservadora e não apenas para o seu produto, ficará claro que foram necessárias ações concretas para que o objeto (relações sociais, políticas e econômicas) se tornasse idêntico a si mesmo.

Em síntese, propomos uma diferenciação entre a práxis política e a participação política geral pautada no caráter intencional da primeira. Entendemos que o sujeito da práxis política possui conscientemente o projeto de interferir nas relações sociais, econômicas e políticas, o que não ocorre necessariamente na participação política como um todo. O resultado dessa intervenção pode ser mais próximo ou mais distante do projeto inicial, no entanto, na origem da atividade já existia a intenção de intervir, para fins transformadores ou conservadores, nas relações estabelecidas no mundo econômico, social e/ou político.

B. Práxis e subjetividade

Uma questão que nos parece imprescindível é a relação entre práxis e subjetividade, abordada aqui por alguns apontamentos sobre as possibilidades de aproximação da práxis política à psicologia histórico-cultural. Tais apontamentos empreendidos são feitos em diálogo com a análise do *corpus* empírico que produzimos para essa pesquisa. Começamos escrevendo brevemente algumas intersecções entre o pensamento gramsciano e a proposta de subjetividade presente na psicologia de Vigotski. Posteriormente, buscamos demonstrar como

o conceito de mediação simbólica da psicologia histórico-cultural pode enriquecer a categoria práxis política.

B.1. Aproximações entre psicologia histórico-cultural e Gramsci.

O psicólogo italiano Ragazzini (2005) defende a tese de que, embora Gramsci tenha tratado preferencialmente da política, há nele uma teoria da personalidade, fundada também no materialismo histórico e dialético. Para o autor, inclusive, existem indícios de que Gramsci teria lido e sido influenciado pelas ideias de Vigotski. As aproximações entre os dois autores de fato são perceptíveis em momentos da produção gramsciana²⁵.

Ragazzini, em sua publicação sobre a teoria da personalidade em Gramsci, defende que a subjetividade participa do processo histórico, assim como também é determinada por ele. Assim sendo, “(...) cada um muda a si próprio, modifica-se, na medida em que muda todo o complexo das relações das quais ele é o centro de ligação” (Gramsci²⁶ conforme citado por Ragazzini, 2005, p. 70). Dessa forma, o autor concebe a atuação política como uma maneira de modificação do mundo e de si próprio. Ragazzini defende que, para Gramsci, de forma similar a Vigotski, a subjetividade se organiza dinamicamente; segundo ele, essa organização se daria em um equilíbrio dinâmico.

Determinado estado de equilíbrio dinâmico psíquico estaria ligado a uma específica organização – hierarquização de funções – subjetiva hegemônica. Hegemônica, porém não única ou permanente, pelo próprio caráter dinâmico do psiquismo. Ragazzini defende a possibilidade do que ele chama de “guerra de posição interior”, ou seja, a possibilidade de haver novas organizações hegemônicas de si. Essa forma dinâmica de entender a subjetividade que Ragazzini propõe, baseado em Gramsci, a nosso ver se identifica em muito com o conceito vigotskiano de drama. Em ambas as propostas, a subjetividade não se organiza de forma fixa ou predeterminada, mas sim, a depender de elementos históricos e culturais, pode se reorganizar de maneira específica em cada sujeito concreto.

Outro acadêmico que aborda o tema da psicologia em Gramsci e defende proximidades entre o autor dos Cadernos do Cárcere e Vigotski é o italiano Ghirelli (2012). Ele sustenta que a concepção de “vontade”²⁷ gramsciana se aproxima do conceito vigotskiano de

25 Outro autor que também defende a proximidade entre Vigotski e Gramsci é Burgess (1995). Segundo ele a obra do psicólogo soviético pode ser lida de maneira kantiana ou gramsciana. Certamente a última forma de leitura é mais coerente com o presente trabalho.

26 Gramsci, A. (1975). *Quaderni del carcere*. Torino, Italia: Einaudi.

27 Para uma abordagem sobre a concepção gramsciana de “vontade” consultar Coutinho (2011b).

funções psicológicas superiores dado seu caráter histórico. Além disso, segundo Ghiro (2012), a linguagem e a psicologia são, assim como em Vigotski, profundamente relacionadas em Gramsci. O autor escreve que a linguagem seria um meio fundamental nas civilizações atuais para o nascimento, desenvolvimento e mudança das psicologias.

Ghiro (2012) destaca a concepção de sujeito de Gramsci que é expressa pelo seguinte trecho do pequeno sardo:

O homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente individuais e subjetivos e de elementos de massa e objetivos ou materiais com os quais o indivíduo está em relação ativa. Transformar o mundo externo, as relações gerais, significa potencializar a si mesmo, desenvolver a si mesmo (Gramsci, 2007, p. 1337-1338) [tradução livre do autor].

O autor sintetiza a sua concepção gramsciana de sujeito defendendo a singularidade da pessoa, a qual deve ser entendida como “um processo, que se forma molecularmente, em contínua relação com o social, mas com características autônomas, individuais para cada grupo e dentro de cada grupo para cada indivíduo” (Ghiro, 2012, p. 145) [tradução livre do autor].

Em Vigotski, a capacidade simbólica própria dos humanos é fundamental para o entendimento de nossas singularidades psíquicas. A partir do momento em que passamos a usar signos já não mais estamos sujeitos a simplesmente mecanismos de estímulo-resposta ou a comportamentos determinados geneticamente. A mediação simbólica nos dá a possibilidade de controlar – dentro de determinados limites – nosso próprio comportamento e faz com que sejam possíveis formas específicas de organização subjetiva a partir dos sentidos e significados que construímos em nossa imersão no mundo social e cultural. Para o psicólogo soviético, a forma simbólica mais fundamental é a linguagem. Assim, os diferentes sentidos que a linguagem carrega – manifestos nos diferentes sentidos das palavras – estão relacionados a organizações subjetivas específicas. Defendemos, assim como Ghiro (2012), que Gramsci se aproxima também deste entendimento. O pensador sardo escreve “(...) no limite pode-se dizer que todo ser falante tem uma linguagem pessoal e própria, isto é, um modo pessoal de pensar e de sentir” (Coutinho, 2011a, p. 152). E mais especificamente sobre a diversidade de sentidos que uma palavra possui, Gramsci escreve se referindo à comparação entre o italiano e o latim: “Mas cada palavra é um conceito, uma imagem, que assume matizes diversos nas diferentes épocas, nas pessoas, em cada uma das duas línguas comparadas” (Coutinho, 2011a, p. 224).

Por fim, entendemos que Gramsci defende, de forma próxima a Vigotski, que a consciência se constitui a partir das relações sociais. Segundo o italiano “(...) a consciência da criança não é algo individual (e muito menos individualizado): é reflexo da fração da sociedade civil da qual a criança participa, das relações sociais tais como se aninham na família, na vizinhança, na aldeia etc” (Coutinho, 2011a, p. 222).

Objetivamos com as citações acima não provar incontestavelmente a partir de recortes a proximidade de Gramsci e Vigotski, mas sim ilustrar uma aproximação que compreendemos que perpassa não apenas tais citações, mas a obra em geral de ambos.

B.2. A práxis e a mediação simbólica

Sánchez Vázquez (2007) deixa claro que, na sua concepção de práxis, há uma dimensão consciente. Tal dimensão, que ele enfatiza ser indispensável para qualquer práxis, é composta por uma esfera cognoscitiva e uma esfera teleológica, sendo ambas indissociáveis. A primeira se refere ao conhecimento que possuímos da realidade, a segunda diz respeito aos projetos que guiam nossas ações.

Não há dúvida que conhecimentos e projetos compõem nossa consciência, no entanto consideramos que a subjetividade é complexa demais para ser abordada apenas por essas duas esferas. Assim, propomos que podemos olhar a dimensão subjetiva da práxis política a partir da psicologia histórico-cultural, ou seja, como um complexo sistema dinâmico que envolva sentidos e significados.

Na concepção tradicional da dimensão consciente da práxis política (Sánchez Vázquez, 2007) não são abordados especificamente, por exemplo, os aspectos afetivos e emotivos de tal atividade. Subentende-se que eles compõem as duas esferas fundamentais (cognoscitivo e teleológico). A importância das emoções na ação política é destacada por Gramsci. Ele defende que é a partir de uma forte paixão que podemos elaborar e executar projetos de intervenção na realidade (Coutinho, 2011b). Ele escreve: “É fato pacífico que a ‘clareza’ intelectual dos termos da luta é indispensável, mas esta clareza é um valor político quando se torna paixão difundida e é premissa de uma forte vontade” (Coutinho, 2011a, p. 322). O pensador italiano também aborda a necessidade de união entre o pensar do intelectual e o sentir do povo, sobre isso ele defende que

O elemento popular “sente”, mas nem sempre compreende ou sabe; o elemento intelectual “sabe”, mas nem sempre compreende e, menos ainda, “sente” (...). O erro do intelectual consiste em acreditar que se possa *saber* sem compreender e,

principalmente, sem sentir e estar apaixonado (não só pelo saber em si, mas também pelo objeto do saber) (...); não se faz política-história sem esta paixão, isto é, sem esta conexão sentimental entre intelectuais e povo-nação (...). Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de forma mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação (...) realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o “bloco histórico” (Coutinho, 2011a, p. 202).

Explicitado o entendimento que possuímos da importância da afetividade nos processos políticos, defendemos que a inserção do conceito de mediação simbólica na dimensão subjetiva da práxis política pode expressar melhor a complexidade de tal dimensão, que ao nosso ver não é suficientemente abordada no modelo tradicional.

Nesta aproximação, buscamos articular a mediação simbólica com as atividades cognoscitiva e teleológica.

A atividade cognoscitiva diz respeito ao processo de conhecer a realidade. Góes e Cruz (2006) defendem que a formação de conceitos está intimamente ligada ao processo de significação²⁸. Segundo as autoras, Vigotski escreve que não é possível elaborar conceitos, e assim conhecimento, sem a atividade semiótica verbal. Assim sendo, é necessário entender que o processo de conhecimento não está restrito apenas à zona mais estável do campo dos sentidos, o significado. Desta forma, no movimento de conhecer, participam processos cognitivos e intelectuais, mas também afetivos, emotivos e motivacionais. Esse movimento também se caracteriza por se dar a partir de vivências concretas, ou seja, o conhecimento se constrói na interação específica que cada sujeito possui com um ambiente determinado. Góes e Cruz (2006, p. 42) escrevem

Se a categorização da realidade é construída sobre a base de experiências vivenciais concretas, ela não deixa de ser atravessada pelo caráter dinâmico da significação, que tem lugar no contexto da cultura, em suas condições estáveis e instáveis, que se refletem no acontecimento da interação verbal, em suas condições específicas de ocorrência e nas vicissitudes das motivações e características de personalidade dos sujeitos (Góes & Cruz, 2006, p. 42).

²⁸ Segundo Branco (2006, p. 144), significação é uma tentativa de acabar com a dicotomia sentido (individual) e significado (socialmente partilhado). “os processos de significação constituem — e são constituídos a partir de — as complexas interações entre linguagem, cognição, afeto e motivação, dimensões que se conjugam de forma sistêmica na contínua produção de significados que caracterizam a experiência de significação.

Vigotski (2009b) relaciona a dimensão teleológica à atividade criadora humana. Segundo o autor, “é exatamente a atividade criadora que faz do homem um ser que se volta para o futuro, erigindo-o e modificando o seu presente” (Vigotski, 2009b, p. 14). O psicólogo soviético escreve sobre quatro formas diferentes da imaginação²⁹ se relacionar com a realidade. Primeiramente, ele defende que toda a forma de imaginação é construída a partir de elementos tomados da realidade e presentes em experiências anteriores da pessoa. Assim, mesmo quando imaginamos algo inexistente, como por exemplo o Pégaso, estamos lidando de determinada forma com elementos presentes na realidade, no caso cavalos e seres alados.

Outra relação diz respeito ao produto da fantasia e um fenômeno da realidade. Quando alguém nos conta uma história, real ou não, somos capazes de vivenciar experiências das quais não participamos. Evidentemente é muito diferente ter vivido a Revolução Francesa e ter apenas ouvido histórias sobre ela, no entanto, estas histórias nos possibilitam, por meio de nossas imaginações, que possamos vivenciar certas situações e momentos que não seriam possíveis concretamente. Essa segunda “lei” é análoga à primeira, mas enquanto a outra constrói produtos sem compromisso com a realidade, esta busca se aproximar ao máximo do fato concreto a partir de suas construções.

A terceira forma de relação proposta por Vigotski é de caráter emocional. Essa relação se dá em duas vias. Os sentimentos são responsáveis por criarmos formas específicas de ver o mundo, ou seja, de acordo com o nosso estado afetivo a realidade a nossa volta pode se configurar de maneira peculiar, podemos captar aspectos que com outros ânimos não captaríamos. Contudo, os sentimentos criados pela imaginação nos assolam como os reais. Assim sendo, os sentimentos interferem na imaginação (e percepção), mas também podem ser criados por ela (Vigotski, 2009b).

Por fim, a última relação a ser mencionada é a capacidade da imaginação “cristalizar-se” em um objeto real. A atividade criadora adquire a capacidade de intervir na realidade a partir do momento em que adquire concretude material. Vigotski (2009b) defende que essa intervenção da imaginação concretizada pode se dar na realidade objetiva por meio de criações técnicas, mas também pode ocorrer em realidades subjetivas por meio principalmente de criações artísticas. Consideramos essa quarta forma de relação entre realidade e imaginação especialmente importante para a práxis. No momento em que nos engajamos na práxis política buscamos materializar nossos projetos, ou seja, transformar aquilo que ainda

²⁹ “A psicologia denomina de imaginação ou fantasia essa atividade criadora baseada na capacidade de combinação do nosso cérebro” (Vigotski, 2009b, p. 14).

existe apenas em nossas fantasias em algo concreto, real. O psicólogo soviético escreve que ao encarnar-se materialmente a imaginação completa o círculo da atividade criativa, retornando à realidade de onde partiu (primeira “lei”), mas não da mesma forma, pois agora possui uma “nova força ativa que a modifica [a realidade]”. Quanto às funções necessárias para a criação humana Vigotski escreve que “é quando temos diante de nós o círculo completo descrito pela imaginação que os dois fatores – intelectual e emocional – revelam-se igualmente necessários para o ato de criação. Tanto o sentimento quanto o pensamento movem a criação humana” (Vigotski, 2009b, p. 30).

Além de ligadas à imaginação, identificamos as atividades teleológicas como intimamente relacionadas aos processos motivacionais. Branco (2006) defende que assim como nas funções superiores, a dimensão semiótica também compõe os processos motivacionais humanos. Branco aborda o que ela denomina de motivação social. Entendemos que esse conceito está muito vinculado à atividade teleológica presente na práxis política. Branco escreve que a motivação social “(...) trata-se de referência a um sistema aberto de *orientações para crenças, valores e objetivos que levam às ações da pessoa em determinados contextos sócio-histórico-culturais*³⁰” (Branco, 2006, p. 144). Por ser um sistema aberto e ter como característica a mediação simbólica, a motivação social possui orientações específicas mais ou menos estáveis em cada sujeito concreto. Essa especificidade se constrói a partir da imersão da pessoa em um determinado contexto histórico-cultural. Branco (2006) descreve as motivações como unidade afeto-cognição gerada a partir de práticas socioculturais.

O que pretendemos demonstrar com o exposto acima é que entendemos que dizer que as atividades teleológicas e cognoscitivas interagem entre si e compõem desta forma a dimensão consciente da práxis política é insuficiente. Defendemos que ambas as atividades são realizadas por meio de mediações simbólicas. Assim sendo, entendemos que nossos conhecimentos e projetos são invadidos de sentidos, o que faz com que o teleológico e o cognoscitivo estejam permeados de processo cognitivos, afetivos e motivacionais. Desta forma, para entendermos como um determinado sujeito elabora o seu projeto para realizar a práxis política, não basta relacionar esse projeto com o conhecimento que o sujeito tem da realidade, mas é necessário articular essas duas dimensões aos sentidos que as compõem e toda a diversidade que provem desses.

30 “Do universo de orientações para crenças, aquelas que são especialmente impregnadas de afeto e emoção vêm sendo caracterizadas como valores” (Branco, 2006, p.145).

A partir dessa proposta entendemos que, em especial, a esfera afetiva pode ser abordada de forma mais adequada. Defendemos que as emoções, permeadas de sentidos e significados, compõem integralmente tanto conhecimentos como projetos, os quais também interferem no campo dos afetos. Seguindo a concepção histórico-cultural de emoções, entendemos que essas podem ocupar diferentes papéis no drama subjetivo. Desta forma, não pretendemos aqui postular qual a função das emoções na práxis política. O que nos interessa é pontuar que elas também participam do drama subjetivo que integra esta atividade prática, compondo de forma dinâmica e dialética junto a outros processos – cognitivos e motivacionais – a dimensão subjetiva da práxis política.

C. Práxis política

Entendemos, a partir do abordado até então, a práxis política como forma específica (intencional) de participação política. A práxis política é uma atividade prática consciente que tem como objetivo a intervenção – transformadora ou conservadora – no homem como ser social, ou seja, nas relações sociais, econômicas e/ou políticas. Em sentido amplo a práxis política pode se dar em qualquer esfera da sociedade, desde as relações interpessoais até as relações entre Estados, passando, por exemplo, pelas relações familiares e comunitárias. Em sentido restrito, a práxis política se dá apenas quando o governo ou Estado é o alvo e/ou o meio pelo qual o(s) sujeito(s) realiza(m) a intervenção nas relações econômicas, políticas e/ou sociais. A práxis política é composta por uma dimensão subjetiva. Tal dimensão é permeada por sentidos e significados e se dá pela indissociabilidade de processos cognitivos, afetivos e motivacionais no drama subjetivo. A subjetividade é aqui entendida como produção elaborada pelo sujeito a partir de suas vivências concretas em um contexto sócio-histórico-cultural específico, compondo-se de forma dramática. A práxis política é uma atividade objetiva, prática, orientada subjetivamente.

1.2.6. *Senso Comum*

Para encerrar esse capítulo, abordaremos o conceito de senso comum segundo Colucci. Essa categoria nos possibilitou um olhar mais amplo para os sentidos partilhados entre os participantes da pesquisa. O senso comum, como será aqui tratado, representa uma elaboração teórica que dialoga com nossos referenciais expressos até então e uma oportunidade de buscar entender o nosso material empírico a partir de um viés interessado além dos sentidos pessoais, mas também naqueles partilhados entre os sujeitos.

A. *Percurso histórico do senso comum*

Segundo Colucci e Camussi, (1998), a história do conceito de senso comum é fortemente marcada por definições diversas e muitas vezes contraditórias. Tais definições oscilam no que diz respeito à repercussão social do senso comum entre os polos da conservação do *status quo* e o questionamento das normas estabelecidas.

Cícero, na cultura romana antiga, defende que o grande orador não deve se distanciar do linguajar e das experiências cotidianas das pessoas. Ou seja, tal pensador fala da possibilidade de, a partir dos sentidos e lugares comuns partilhados entre as diversas pessoas – o que podemos entender como senso comum –, gerar uma alteração ou fortalecimento de determinado ponto de vista (Colucci & Camussi, 1998). Como Billig (1991) destaca, o senso comum assim entendido tem a potencialidade de embasar argumentações opostas sobre qualquer tema. Essa definição colocada pelos antigos retóricos e retomada por Billig demonstra a natureza contraditória inerente ao senso comum e expressa as possibilidades de mudança nele presentes.

Sêneca, por sua vez, entende que a filosofia tem a função de confirmar as ideias já presentes no senso comum. E Vico, retomando a definição romana de senso comum, escreve: “O senso comum é um juízo proveniente de toda uma ordem, de todo um povo, de toda uma nação ou de todo o gênero humano” (Vico conforme citado por Colucci & Camussi, 1998, p. 35, tradução livre do autor). Além disso, Vico ainda identifica no senso comum (‘*sapientia volgare*’) funções criativas e coloca-o na origem do direito natural (Colucci, 2007).

Thomas Reid, continuador dos trabalhos de Shaftesbury e autor conhecido pela sua “Filosofia do Senso Comum”, defende que a base do conhecimento humano possui uma dimensão social e não meramente individual, como dizia Locke. Segundo ele, o conhecimento possuiria alicerces sociais na medida em que o seu substrato, o senso comum, possui uma natureza fundamentalmente partilhada entre os homens (Billig, 2008). Contra o ceticismo de Hume, Reid coloca o senso comum como “faculdade das primeiras verdades”. Verdades primeiras na medida em que não são derivadas de nenhum princípio anterior. Essa será a definição que se manterá a mais popular na filosofia e ciências humanas: o senso comum como substancialmente a capacidade natural, comum a todos os homens, porque dotados de razão, de compreenderem as verdades primeiras e ao mesmo tempo o consenso dos homens sobre tais verdades. Essa concepção é fundada em um princípio de autoridade do senso comum, o qual estaria baseado em verdades naturais, das quais somos dotados por Deus. No que tange às verdades do senso comum, todos os homens teriam a mesma capacidade. Desta forma, todos os homens possuiriam uma capacidade racional compartilhada, e assim, todos

poderiam se manifestar contra determinadas ações que fossem contrárias às verdades primeiras (Colucci & Camussi, 1998).

Descartes toma como pedra angular da sua filosofia uma constatação de senso comum (penso, logo existo). No entanto, o próprio Descartes, também defensor da concepção de uma razão partilhada entre os homens, defende a loucura como o espaço fora do senso comum, e assim sendo, excluindo os loucos da partilha dessa capacidade racional humana anteriormente tida como universal. Descartes será uma das referências que os enciclopedistas franceses Diderot e D'Alembert usarão para construir seu entendimento de senso comum. Os enciclopedistas dedicam uma parte de seu trabalho ao senso comum, na qual eles escrevem que “todos os homens são filósofos” (Colucci, 1998).

Voltaire trará uma concepção de cunho desviante sobre o senso comum. Segundo o pensador francês, o senso comum seria uma capacidade geral de raciocinar, que se não for pervertida pelo medo imposto pela autoridade, seria capaz de refutar as crenças supersticiosas. A concepção de Voltaire é radicalmente desviante, pois ele defende a capacidade dos homens poderem pensar por si mesmos, ou seja, criticar e superar as tentativas de ilusões impostas pelo poder. Voltaire, com seu senso comum, diz respeito também a opiniões e crenças dominantes em determinada época e cultura. Tais crenças e opiniões quando supersticiosas e impostas pelo poder estariam passivas da crítica e recusa do núcleo são do senso comum, o “*bom senso*” (Colucci & Camussi, 1998).

Por fim, destacaremos o escritor Tom Paine. Paine desempenhou um importante papel intelectual nas Revoluções Americana e Francesa. Ele defende que “todos os homens” (termo usado na Declaração de Independência dos EUA e na Declaração dos direitos do homem e do cidadão) sejam de fato todos: mulheres, loucos, escravos. Ele escreve em seu livro (*Common Sense*, 1776) sobre o absurdo da monarquia hereditária e da dependência dos EUA de uma pequena ilha na Europa. Em síntese, defende o absurdo da desigualdade entre os homens. Ele desenvolve a sua argumentação sem se referir a um sistema filosófico; Paine usa apenas o conhecimento partilhado no senso comum. Escreve que mais correto que falar de revolução em tal período histórico seria falar sobre a regeneração do homem (Colucci, 2002).

O movimento da revolução francesa por igualdade envolve não só os intelectuais, mas também as camadas mais humildes da população. A ideia de igualdade existente desde tempos remotos no senso comum vai aos poucos se tornando mais forte e passa à filosofia e à ideologia. Podemos entender a partir dessa constatação que essa duas últimas (filosofia e ideologia) não apenas influenciam o senso comum, mas também são por ele influenciadas. As declarações americana e francesa (e toda a filosofia e ideologia impregnadas em tais

documentos) influenciaram o senso comum e as representações sociais de nossa cultura, no entanto, também é necessário considerar o movimento inverso, o qual demonstra que elementos do senso comum podem influenciar e mudar conjuntos filosófico-ideológicos (Colucci, 2002).

Na contemporaneidade, a definição mais complexa de senso comum segundo nosso entendimento, deve-se a Gramsci. O pensador italiano será influenciado principalmente pelos iluministas para criar uma concepção de senso comum profundamente dialética, polimórfica e polissêmica. É essa a definição que abordamos no tópico a seguir.

B. Conceito de senso comum

Na forma como o senso comum é aqui entendida, sua função primária, utilizando os termos de Moscovici (2011), é transformar o *opus alienum*, ou universo reificado em *opus nostrum*, ou universo consensual. No entanto, diferentemente do autor franco-romeno, em nosso referencial não há uma divisão tão demarcada entre o mundo da ciência e o mundo do senso comum. Pelo contrário, essas duas dimensões possuem uma íntima relação na qual há um movimento de influência bidirecional, ou seja, não são apenas os conceitos científicos que são “adaptados” ao senso comum, mas também existem elementos do senso comum que passam a compor o mundo da ciência e da filosofia, como aborda Colucci (2002).

Gramsci entende o senso comum como sendo uma “filosofia” profundamente vivida, aprendida assim como elaborada em tantos momentos singulares do viver cotidiano. O senso comum, em geral, manifesta-se sem que as pessoas se deem conta de sua existência, sem conhecerem a sua generalidade, ele é vivido como se apresenta na práxis do dia-a-dia. Apresenta-se como flexível e fluido: “O senso comum não é alguma coisa rígida e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se das noções científicas e filosóficas entradas no costume” (Gramsci, 2007, p. 2271, Tradução livre do autor). Essa “filosofia cotidiana” é o estrato médio entre o verdadeiro folclore e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. É o folclore da filosofia e a filosofia do folclore. Cada estrato social possui seu senso comum e seu bom senso, os quais se fundam sobre a concepção de vida e de homem mais difundida (Gramsci, 2007).

Segundo Gramsci (2007), todos são filósofos – mesmo que de forma “inconsciente”, pois todos manifestam uma atividade intelectual e possuem uma concepção de mundo – e há uma “filosofia espontânea”, de “todo mundo”, que está:

- 1) Na linguagem em si, que é um concentrado de conceitos e noções determinadas (possuem uma concepção de mundo em si) e não apenas um conjunto de palavras vazias.
- 2) No senso comum e no bom senso;
- 3) No folclore.

O senso comum possui na linguagem a sua primeira e mais importante manifestação. É onde convivem desde as crenças e tradições mais antigas de determinado grupo social, até as modernas teorias científicas e filosóficas. O senso comum possui, segundo Coutinho (2011a), um núcleo são, o qual ele chama de “bom senso”. Retomando Voltaire, Gramsci defende que a partir do bom senso é possível ao homem comum possuir uma postura crítica diante do mundo que o circunda e, assim, ter um papel ativo nas mudanças empreendidas nesse mundo. Por sua vez, o folclore se destaca por sua rigidez e pode ser definido como

um aglomerado indigesto de fragmentos de todas as concepções do mundo e da vida que se sucederam na história, da maioria das quais, aliás, somente no folclore é que podem ser encontrados os documentos mutilados e contaminados que sobreviveram (Gramsci, 2007, p. 151, tradução livre do autor)

O senso comum, o bom senso e o folclore comporiam juntos a subjetividade em formas diversas, sendo que em cada momento ou sujeito específico um aspecto mais do que outro pode ser predominante. Gramsci também reconhece e teoriza sobre o caráter polissêmico e polimórfico do senso comum e sobre a coexistência ao interno deste de aspectos contraditórios e controversos (Colucci & Camussi, 1998).

O conceito de senso comum, em articulação com as categorias de práxis e hegemonia, tem um papel central na teoria de Gramsci. O marxista italiano atribui um papel ativo aos homens e às massas, na medida em que os vê como capazes de pensar e agir por si mesmos. Diante das teorias que pregam um sociologismo que desresponsabiliza o sujeito, Gramsci escreve:

Se esse conceito fosse verdadeiro, o mundo e a história seriam sempre imóveis. Se de fato o indivíduo, para mudar, precisa que toda a sociedade seja mudada antes dele, mecanicamente por alguma força extra-humana desconhecida, nenhuma mudança ocorreria jamais. A história, ao invés, é uma continua luta de indivíduos e de grupos para mudar aquilo que existe em cada momento determinado (...) (Gramsci, 2007, p.1879, tradução livre do autor).

A partir do exposto acima, Colucci e Camussi (1998) defendem que tal concepção de senso comum deve desempenhar um papel central e unificante na psicologia política. Entende-se que há uma relação dialética entre a situação política objetiva e a subjetividade. Tal subjetividade, expressando-se como senso comum, como formação psicológica ao mesmo tempo individual e compartilhada, possui em si a contradição entre o real e o irreal, ou seja, entre os dados concretos já postos e as possibilidades de mudança, as utopias, os sonhos, que podem ser construídos a partir desse real concreto.

A psicologia política deve se ocupar em primeiro lugar do agir político, mas esse agir político não é aqui entendido como sendo reservado aos líderes ou sendo feito de forma “irracional” pelas massas. O agir político é entendido como ação intencional - ou seja, práxis política - desempenhado por todos os sujeitos, os quais podem possuir um papel crítico consciente e ativo diante do mundo e não serem apenas escravos da ideologia dominante. Colucci (2007) remete à época da Revolução Francesa para relatar um exemplo do potencial crítico e/ou conservador do senso comum. O autor descreve como milhares de camponeses se revoltaram contra o Antigo Regime ao mesmo tempo em que outros milhares lutavam e morriam pelo rei. Isso demonstra, segundo ele, um exemplo da natureza contraditória do senso comum.

O senso comum deve ser entendido como um sentimento-pensamento-conhecimento, que pelo seu caráter polimórfico e polissêmico, é transformado em cultura, folclore, tradição, representações sociais, experiências pessoais. Essa proposta de senso comum está baseada na concepção dialética entre sentimentos, pensamentos e ações: a ação tem sentimentos e pensamentos que a guiam, assim como esta ação também age sobre tais pensamentos e sentimentos. Esses três elementos (pensamento, sentimento e ação) serão entendidos como ao mesmo tempo coletivo e de cada um dos indivíduos concretos.

O entendimento do senso comum como polimórfico, polissêmico e contraditório, supera a dicotomia entre um sujeito “econômico racional” e “irracional afetivo”. De acordo com a concepção aqui apresentada de senso comum, em cada personalidade há uma complexa relação entre esses dois polos. Ambos existem e se manifestam em cada um de nós, muitas vezes quase simultaneamente. A manifestação da racionalidade ao invés da emotividade (ou vice-versa), a priorização do presente dado ao invés da priorização das possibilidades do por vir (ou vice-versa) se dão em consonância com cada personalidade e situação concreta específica.

Coerentes com essa diversidade possível de manifestações da subjetividade, podemos encontrar argumentos em Gramsci e Vigotski (Ghiro, 2012; Vigotski, 2000, 2007, 2009).

Consideramos também pertinentes as contribuições de Billig (1991) e sua psicologia retórica. O autor americano entende que nosso pensar se manifesta de forma retórica, ou seja, que nossa subjetividade possui potenciais contraditórios e que a todo o momento estamos realizando “debates internos” sobre os mais diversos temas. Ele defende que o senso comum também possui uma estrutura contraditória e que nele é possível encontrar elementos opostos sobre um mesmo objeto. O exemplo usado por Billig (1991) é o do julgamento, no qual ambas as ideias (nesse contexto opostas) de justiça e misericórdia fazem parte da composição do senso comum. Dessa forma, ele busca demonstrar como o senso comum, e consequentemente sua expressão no sujeito individual, possui potenciais diversos, ou seja, não é imóvel ou inalterável.

Segundo Billig (1991) a variabilidade de opiniões em um embate retórico não se dá somente pelas diferentes estratégias adotadas pelos debatedores, mas

Isso também representa a natureza própria do senso comum e seus temas contraditórios, os quais possibilitam a oradores percorrer seus assuntos retóricos. As máximas do senso comum podem ser retoricamente colocadas uma contra a outra; coragem contra prudência; obediência contra originalidade; justiça contra misericórdia; e assim por diante. Desta maneira o assunto do senso comum filosófico pode ser conduzido. Estereótipos opostos podem ser despertados, assim aqueles velhos adversários se enfrentarão um ao outro em batalha mais uma vez. Sendo assim, como Gramsci defende, a linguagem não deveria parecer conter apenas uma única concepção de mundo. Ao contrário, como o autor italiano reconhece em outra passagem dos Cadernos do Cárcere, o senso comum expressa diferente concepções de mundo (...). Os elementos do senso comum podem ser utilizados para criticar o senso comum. Nesse sentido, ideologia não necessariamente evita argumentação, mas pode prover os recursos para o criticismo (...). Pensadores individuais podem organizar seus debates dentro de seus próprios pensamentos. Isso pode ser feito sem pisar fora da ideologia (Billig, 1991, pp. 21-22, tradução livre do autor).

Agir no senso comum e potencializar suas contradições em busca de modificá-lo é uma práxis intrinsecamente ligada ao que Gramsci define como guerra de posição, ou seja, a batalha pela hegemonia cultural e ideológica em determinada sociedade. Segundo Colucci (2007) essa luta pela hegemonia possui também como meta criar um “senso comum livre e crítico”, assim como, construir um “novo conformismo”, não mais imposto, mas agora proposto. Para atingir os objetivos buscados, faz-se necessária a propagação de determinada concepção de mundo. Gramsci defende que tal propagação depende de elementos

psicológicos (por exemplo, a autoridade da fonte), mas principalmente de questões históricas e sociais (Coutinho, 2011a)³¹.

A construção de um novo senso comum deve estar baseada em uma ideologia orgânica, historicamente necessária. Tal construção se dá em uma relação dialética entre teoria e prática. A atividade pedagógica necessária ao novo senso comum depende de sua ligação com a vida prática dos sujeitos. Para Gramsci, o conceito de hegemonia se liga a subjetividade de ambos, massas e sujeito individual, envolvendo o senso comum e a ação nas instituições da sociedade civil (Colucci, 1999).

Por fim, consideramos que essa concepção de senso comum é coerente teoricamente com nossos outros referenciais e é um instrumento de significativa relevância para a análise de nosso *corpus*. A partir das categorias diversas abordadas nesse capítulo buscamos olhar para a práxis política de nossos participantes em seus diversos níveis de totalidade, e assim, nos aproximar do fenômeno enquanto processo concreto.

³¹ Para mais informações sobre ideologia e hegemonia em Gramsci, consultar Tópico 3.3.2.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

No texto que se segue, ocupamo-nos brevemente do histórico da criação e do percurso do MST até os dias atuais, assim como do histórico do assentamento Mário Lago na Fazenda da Barra (Ribeirão Preto, SP), local onde realizamos a pesquisa. Também abordamos a questão da educação, e mais especificamente da educação infantil, no MST. Isso se justifica pelo fato dos sujeitos que participam da pesquisa possuírem nesse campo a sua atuação militante prioritária.

Defendemos que mesmo não tendo o MST em si como o foco de nosso trabalho, esse capítulo faz-se necessário e importante. Isso se dá, pois consideramos fundamental para a compreensão da práxis política de nossos sujeitos entender um pouco da história e das características do movimento social ao qual eles se filiam. Tais conteúdos avançam na perspectiva de compreender os participantes não enquanto indivíduos isolados, mas sim como membros orgânicos de um coletivo. Coletivo esse que participa da constituição da subjetividade das pessoas que o compõem, assim como também é produzido a partir de tais sujeitos.

2.1. Breve histórico do MST

A história do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra possui entre seus antecedentes remotos o modelo de colonização ao qual a coroa portuguesa submete o Brasil. Tal modelo privilegiava o latifúndio e a monocultura de exportação com objetivos de explorar os territórios colonizados em prol do enriquecimento da metrópole. O latifúndio e a monocultura, mesmo tendo passado por períodos com diferentes caracterizações, ainda são muito presentes no Brasil e sua perpetuação possui alguns marcos importantes em nossa história (Rego Barros, 2008).

Segundo Ianni (1984), até os anos 30 do século XX, os principais atores políticos e econômicos brasileiros eram ligados ao setor agrário. Após a Independência (1822), o bloco agrário açucareiro se destaca como o principal sujeito político de nosso país. Esse bloco é responsável por manter, durante a Monarquia, um modelo econômico que tinha como eixo o latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo. Após 1888, o bloco hegemônico passa a ser composto pelas elites agrárias cafeeiras paulistas e mineiras. Esse bloco ainda defende o latifúndio e a monocultura como grandes características de seu modelo econômico, no entanto, diferente do anterior, defende a República e não a Monarquia, e o trabalho assalariado em detrimento do escravo. Evidentemente, essa substituição entre blocos de poder

em nosso país se relaciona com elementos econômicos, políticos e sociais que se deram nacional e internacionalmente. Entre eles, podemos destacar o fim do tráfico de escravos, o avanço do trabalho assalariado e a crise do setor açucareiro. Mesmo entendendo que após a década de 30 os blocos políticos hegemônicos brasileiros foram predominantemente ligados ao setor industrial, Ianni (1984) ainda reconhece o poder e a influência que o setor agrícola continua desempenhando em nossa história.

Um importante marco na história brasileira no que tange à questão agrária é a Lei de Terras estabelecida em 1850, a qual torna a posse das terras possível exclusivamente por meio da compra. Essa legislação se mostrou um eficiente mecanismo para evitar que com a introdução do trabalho livre no Brasil a terra fosse ocupada por aqueles que não fossem grandes detentores de capitais, principalmente imigrantes e escravos libertos. Segundo M. A. M. Silva (1999, p. 30)

Isto significa que a propriedade da terra, que antes era atrelada às relações dos favorecidos com a coroa, agora vai depender do poder de compra dos futuros proprietários. É por meio deste monopólio que a expropriação de posseiros e a não-regulamentação das posses serão atos do direito público.

De acordo com Ianni (1984), a forma como o capitalismo avançou no meio rural brasileiro durante o século XX tornou cada vez mais difícil para o pequeno produtor se manter em suas terras. Já não era mais possível para o pequeno proprietário competir com os grandes latifundiários. Restava-lhe, em grande parte das vezes, apenas a alternativa de vender suas terras ou ceder à expropriação, aumentando ainda mais os latifúndios, e tentar a vida como empregado rural ou migrante nas grandes cidades.

M. A. M. Silva (1999) defende que a expropriação das terras de pequenos proprietários é uma prática que perpassa toda a história brasileira, no entanto, com o tempo, os mecanismos legais foram se tornando mais eficientes que a ação violenta direta. Neste contexto de expulsão e “proletarização” do trabalhador rural cada vez mais intensas, a partir dos anos 50, surge o movimento que ficou conhecido como as Ligas Camponesas. As pessoas mobilizadas em torno das Ligas reivindicavam a melhora das condições de trabalho no campo e direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais. Após esse período, se fortaleceram os sindicatos rurais, com destaque à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) da qual participavam 26 federações e mais de duas centenas de sindicatos rurais no ano de 1964. No entanto, as expectativas dos movimentos populares, sintetizadas nas

Reformas de Base propostas pelo governo João Goulart, são frustradas com o golpe civil militar de 64 (Rego Barros, 2008).

No mesmo ano de 1964, é decretada pelo então “presidente-marechal” Castelo Branco a primeira lei de reforma agrária do Brasil, denominada Estatuto da Terra. Para Morissawa (2001), essa lei possuía características progressistas, porém jamais foi implementada. Segundo o autor, as poucas desapropriações corridas no período tinham o objetivo apenas de desarticular e controlar as lutas sociais.

Também é criado, no início da década de 60, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR). O ETR visava regulamentar a leis trabalhistas para o trabalhador rural. Esse aparato jurídico não tratava sobre a posse da terra pelos trabalhadores, mas apenas pelos seus direitos enquanto empregados. M. A. M. Silva (2004) escreve que, além de não propor nenhuma alteração no que diz respeito à posse das terras pelos camponeses, o ETR, ao implementar no campo relações assalariadas extraídas do modelo urbano, foi responsável pela expulsão de muitos trabalhadores da área rural. Por fim, Morissawa (2001) defende que a política agrária dos militares foi responsável pela modernização tecnológica das grandes propriedades e não pela sua redistribuição. Segundo M. A. M. Silva (2004, p. 22) “o projeto modernizador da agricultura assentou-se no tripé: militarização da questão agrária, expropriação de camponeses e aumento da exploração dos trabalhadores, muitos dos quais foram reduzidos à condição de escravos”.

Stedile e Fernandes (2012) defendem três importantes fatores para a gênese do MST. O primeiro deles seriam os aspectos socioeconômicos das transformações que a agricultura sofreu na década de 1970. Os autores falam sobre um processo de “modernização dolorosa”, o qual estaria baseado no aumento das tecnologias no meio rural – que acabam por expulsar grandes contingentes do campo – na manutenção da concentração de terras e na exclusão social. Muitos camponeses buscaram superar tais dificuldades migrando para zonas de fronteiras agrícolas ou mesmo para as cidades. Em pouco tempo ficou evidente que nenhuma dessas alternativas era capaz de suprir as necessidades dos migrantes. Os camponeses não conseguiram se manter como agricultores familiares nas áreas de fronteira agrícola, assim como já não havia empregos suficientes nas cidades dada a perda de força que a industrialização já sofria naqueles anos. Stedile e Fernandes (2012, p. 19) escrevem

Do ponto de vista socioeconômico, os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso os obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST.

Os outros dois fatores que os autores destacam na gênese do MST são os aspectos ideológicos e o momento político brasileiro. Segundo Stedile e Fernandes (2012), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) desempenhou um papel fundamental na criação do MST. A CPT teria sido fundamental no processo de conscientização dos camponeses, além de contribuir de forma decisiva para que o movimento se constituísse como uma força unificada de caráter nacional. No que se refere ao momento político brasileiro, os autores defendem que o MST surge também graças ao apoio de diversos outros movimentos que se aglutinavam em torno da luta pela redemocratização do país.

A partir do final dos anos 70 o Brasil passa por uma grave crise econômica ao mesmo tempo em que vive um intenso clima de mobilização popular: os movimentos operários voltam a organizar greves, são criados o PT (Partido dos Trabalhadores) e a CUT (Central Única dos Trabalhadores), começa o movimento pelas “Diretas Já”, entre outros. Segundo Urquiza (2009), essa conjuntura de mobilizações e crise, somada à perpetuação da centralização de terras, riqueza e poder, leva os trabalhadores rurais organizados principalmente pela CPT a realizarem sua primeira ocupação de terra em 07 de setembro de 1979, em Ronda Alta no Rio Grande do Sul. Essa organização de trabalhadores rurais é tida como o embrião do MST.

No ano de 1984, em Cascavel no Paraná, acontece o Primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, onde além dos trabalhadores rurais estavam representados: a CUT, a ABRA (Associação Brasileira de Reforma Agrária), o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e a Pastoral Operária de São Paulo. Nesse encontro, as ocupações de terras são consideradas como instrumento legítimo de luta por uma reforma agrária contrária às grandes concentrações de terra. Os militantes ali reunidos definiram o objetivo de criar uma articulação nacional para compor um movimento que teria como eixos: “a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e um novo modelo agrícola, e a luta por transformações na estrutura da sociedade brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional com justiça social” (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra [MST], 2009).

Segundo Stedile e Fernandes (2012), o MST possui desde sua origem três características fundamentais:

- 1) É um movimento popular, ou seja, qualquer pessoa pode dele fazer parte, o que lhe caracteriza como não sectário. Uma peculiaridade do MST é que toda a família participa do movimento, não só os homens adultos como ocorre, por exemplo, nos sindicatos em geral³².

³² Para mais informações sobre a participação das famílias no MST, consultar A. S. Silva (2003).

- 2) O movimento possui um componente sindical. Há uma luta corporativa (principalmente no primeiro momento) que é pela terra, por financiamento, estradas, preço de produtos, reivindicações de cunho prioritariamente econômico.
- 3) O movimento possui um caráter político. O MST não se restringe às pautas econômicas corporativas, mas busca integrar os interesses particulares, corporativos, com os interesses de classe. A luta é contra uma classe (latifundiários) e contra um Estado que apoia tal classe, definido pelos autores como Estado burguês.

Em 1985, em Curitiba (PR), ocorre o I Congresso Nacional do MST. Esse Congresso teve como principal palavra de ordem: “Sem reforma agrária não há democracia”. Fica evidente, pelo mote de luta deliberado nesse primeiro congresso, a vinculação do movimento sem terra com o momento de redemocratização brasileira. Mesmo sobre a repressão militar, o movimento de luta pela reforma agrária resistiu durante o período da ditadura. O desafio posto a partir deste congresso foi organizar nacionalmente essa luta fazendo com que a suas reivindicações fossem postas na agenda política nacional. O 2º Congresso Nacional do MST ocorreu no ano de 1990 em Brasília. A palavra de ordem desse congresso era: “Ocupar, resistir e produzir!”. Segundo Urquiza (2009), o governo da época, dirigido pelo presidente Fernando Collor de Mello, foi responsável pela implantação de políticas neoliberais e repressões contra os movimentos sociais. Esse congresso foi o momento de avaliar as vitórias e derrotas do MST e seus aliados ocorridas no período anterior. Entre as vitórias, merece destaque a inclusão na Constituição de 88 da possibilidade de desapropriação de terras para fins de reforma agrária que não cumprissem com suas funções sociais. Entre as derrotas, podemos destacar a não aprovação do PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) devido, entre outros fatores, a forte pressão da União Democrática Ruralista (UDR).

Em seu 3º Congresso Nacional, ocorrido em 1995 em Brasília, o MST toma como palavra de ordem: “Reforma agrária: uma luta de todos!”. Esse mote sintetiza o entendimento dos militantes de que a reforma agrária é uma luta que diz respeito a toda a sociedade, sendo apenas possível com amplo apoio dos diversos setores sociais. A palavra de ordem também remete à defesa empreendida pelo MST de que a implementação da reforma agrária trará benefícios não só aos trabalhadores rurais, mas a todos os trabalhadores brasileiros a partir da reorganização da estrutura fundiária e produtiva nacional (Morissawa, 2001). No mesmo ano do congresso e no ano seguinte, ocorreram dois grandes massacres que marcaram a história do MST. O primeiro em Corumbiara e o segundo em Eldorado dos Carajás, ao todo se somaram trinta e quatro assassinatos nesses dois conflitos. Em resposta à impunidade diante dos massacres, o MST realizou em 1997 uma das maiores marchas da história do Brasil, na qual

três colunas marcharam por mais de mil quilômetros até Brasília, onde mais de cem mil pessoas esperavam os caminhantes (Urquiza, 2009).

Segundo Urquiza (2009), o governo Fernando Henrique Cardoso foi responsável por avanços ínfimos no que diz respeito à reforma agrária, além de aprofundar a política neoliberal já implementada pelo seu antecessor. O 4º Congresso do MST ocorrido em 2000 em Brasília teve como palavra de ordem: “Por um Brasil sem latifúndio!”. Os principais objetivos desse congresso se focavam na luta contra as políticas neoliberais do então governo.

A eleição de Luís Inácio “Lula” da Silva, em 2002, representou um momento de expectativa para o movimento. Esperava-se que o antigo líder sindical realizasse grandes mudanças na política agrária brasileiro. No entanto, após oito anos, avalia-se que muito pouco se avançou na reforma agrária durante o seu governo³³. Além disso, o movimento entende que houve uma ofensiva do neoliberalismo que propiciou maior integração entre os latifúndios e as empresas transnacionais sob o controle do capital financeiro (Rego Barros, 2008). O 5º Congresso do MST ocorreu em 2007 também em Brasília e sua palavra de ordem foi: “Reforma agrária: por justiça e soberania popular!”. Como linhas gerais desse congresso deliberou-se por “desenvolver o conceito de soberania alimentar e das sementes como patrimônio da humanidade; de promover a luta contra os produtos transgênicos e contra as monoculturas e pela preservação ambiental” (Urquiza, 2009 p. 45).

O MST historicamente desenvolveu formas diversas de luta, a ocupação de terra é a principal dessas, no entanto não é a única. Entre as outras maneiras que o movimento possui de reivindicação se destacam: acampamentos permanentes, marchas por rodovias, ocupação de prédios públicos e manifestações nas grandes cidades. Essas ações têm, em geral, o objetivo de criar fatos políticos que pressionem as autoridades governamentais à realização das pautas do movimento. Morissawa (2001) defende que a organicidade do MST, assim como suas formas de luta, se dão a partir das experiências concretas do movimento. Assim sendo, construção do MST se dá por meio da práxis de seus militantes orientada por espaços de permanente reflexão e estudo.

Há alguns elementos que são gerais da organização do movimento e outros que se constituem segundo as especificidades de cada local e momento. Podemos destacar, por exemplo, entre as instâncias de organização local do MST: a frente de massa e os setores de formação, educação, saúde e produção. A frente de massa é responsável pelo processo de

33 Os números de famílias assentadas até o ano de 2012 estão disponíveis em <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>.

desenvolvimento do MST. É essa frente que busca reunir e organizar novas pessoas dispostas a participar das atividades do movimento. Esse grupo deve realizar trabalhos de base e conscientização, instruindo as novas famílias nas concepções defendidas pelo MST. Posteriormente, é também a frente de massa que organiza as ocupações, mantendo também nos acampamentos as atividades de conscientização. O setor de formação, por sua vez, responsabiliza-se pela elaboração e efetivação de espaços diversos para formar os militantes do MST. Em geral esses espaços se dão em cursos que variam desde temáticas sociopolíticas específicas ligadas ao movimento até supletivos, magistério e cursos técnicos em administração de cooperativas. Os setores de educação e de saúde são os responsáveis por tratar das pautas específicas ligadas a cada uma dessas esferas dentro dos acampamentos ou assentamentos. Por fim, o setor de produção tem como objetivo discutir e implementar as formas de organização econômica e produtiva que serão desenvolvidas em determinado local.

De acordo com cada realidade, o movimento se organiza em mais ou menos setores para suprir suas demandas. Também podemos citar setores como: de cultura, de juventude, de segurança e etc. A organização descrita acima diz respeito principalmente ao âmbito local, assentamentos ou acampamentos. O MST possui também instâncias organizativas nas esferas regionais, estaduais e nacionais. Tais instâncias são chamadas de coordenações e direções (regionais, estaduais ou nacionais). No entanto, os espaços máximos de deliberação do movimento são seus Congressos e Encontros; esses também podem ser regionais, estaduais ou nacionais (Stedile & Fernandes, 2012).

Para terminar esse tópico, citamos um trecho do próprio MST (2009):

Atualmente, o MST está organizado em 24 estados, onde há 130 mil famílias acampadas e 370 mil famílias assentadas. Hoje, completando 25 anos de existência, o Movimento continua a luta pela Reforma Agrária, organizando os pobres do campo. Também segue a luta pela construção de um projeto popular para o Brasil, baseado na justiça social e na dignidade humana, princípios definidos lá em 1984.

2.3. Fazenda da Barra

A região de Ribeirão Preto ocupa uma posição de destaque no que diz respeito à produção agrícola estadual, em especial, no setor da agroindústria canavieira³⁴. Segundo Dorival (2009), o município começa a se tornar referência de produção agrícola em meados

34 Em 2011 a região de Ribeirão Preto teve o terceiro maior valor de produção de cana-de-açúcar do Estado de São Paulo: R\$ 1.688.359.566,89. Dados do IEA (Instituto de Economia Agrícola). Recuperado de http://ciagri.iea.sp.gov.br/nia1/vp.aspx?cod_sis=15

do século XIX, quando se torna um importante produtor nacional de café. Mesmo com a crise de 1929, a produção dessa cultura permanece significativa até os anos 60. Durante esse período o café divide espaço com outros ramos econômicos no município, em especial a policultura e os setores comercial e de serviços que se desenvolvem intensamente. Por fim, nos anos seguintes o café acaba por ser substituído pela cultura da cana-de-açúcar, a qual se estruturaria enquanto agroindústria canavieira posteriormente.

Segundo dados do IBGE³⁵ (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) o município de Ribeirão Preto, no final da primeira década dos anos 2000, possuía seu PIB (Produto Interno Bruto) predominantemente concentrado no setor de serviços, sendo este responsável por mais de 80% do PIB total do município. Os setores industrial e agropecuário correspondiam aproximadamente a 19% e 0,003% do PIB respectivamente.

Dorival (2009), também embasado em dados do IBGE, escreve que a microrregião de Ribeirão Preto possui uma área total de 6.007,036 Km² e uma população de 967.890 pessoas. No entanto, do total de seu território, há apenas 2.500 hectares de áreas de projetos de assentamentos de reforma agrária.

Mesmo apresentando bons índices socioeconômicos, a região de Ribeirão Preto se tornou um foco de conflitos agrários diversos. Segundo Firmiano (2009), até o início dos anos 80, quando os trabalhadores rurais passaram a se organizar em sindicatos, as lutas eram pontuais e dispersas. Um marco no que diz respeito à luta dos trabalhadores rurais na região foi a greve de Guariba em 1984³⁶. A partir de então, os conflitos agrários na região passaram por uma reestruturação de formas e conteúdos, a qual, segundo Firmiano, foi marcada pela chegada do MST.

A construção do movimento na região de Ribeirão Preto é marcada inicialmente pela criação do Núcleo de Apoio a Reforma Agrária, no interior do sindicato dos Correios de Ribeirão Preto, o qual era composto por dirigentes de diversos partidos e movimentos de esquerda, e tinha como objetivo aproximar as lutas do campo e da cidade em prol de um projeto de reestruturação social. Esse núcleo passou a se aproximar do MST a partir das ações que o movimento desenvolvia na região. Com o tempo, foi-se evidenciando entre os militantes a necessidade de atuar no município de Ribeirão Preto especificamente.

35 Recuperado de <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/xtras/perfil.php?codmun=354340&r=2#>

36 Para mais informações consultar documentário “Califórnia à brasileira” (1991) com direção de José Roberto Novaes

Em meados dos anos 90, chegam alguns militantes do MST em Ribeirão no intuito de constituir uma frente de massa que pudesse instalar o movimento no município. Segundo Dorival (2009, p. 58)

O crescimento do índice de desemprego na região, ocasionado, principalmente, em razão da crescente mecanização do corte de cana-de-açúcar, do fechamento de usinas de açúcar e álcool e a presença de movimentos sociais de trabalhadores rurais sem-terra são elementos que contribuíram sobremaneira para uma maior ocorrência de ocupações de terra improdutivas e famílias acampadas na região.

Outro importante ator presente no momento de instalação no MST no município de Ribeirão Preto foi a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da cidade, a qual conseguiu um local para que os primeiros militantes, até então abrigados no Sindicato dos Correios, pudessem residir e desenvolver suas atividades. A partir de então se deu início ao chamado trabalho de base³⁷ em Ribeirão Preto (Dorival, 2009). A primeira ocupação realizada por esse grupo foi em Matão, onde instalou-se, em 1999, o assentamento Dom Helder Câmara. Avalia-se que, por erros estratégicos houve uma grande derrota política e a perda desse acampamento. No entanto, o MST não abandona a região.

Em 2000, outra ocupação foi planejada e efetuada no município de Serra Azul, onde se instituiu o acampamento Sepé Tiaraju (Firmiano, 2009). O Sepé viria a ser o primeiro assentamento agroecológico do Estado de São Paulo. A partir dessa ação, o MST pôde melhor se articular na região expandindo seu trabalho de base, bem como suas alianças com diversos setores da sociedade (Gonçalves, 2010). Entre tais aliados destaca-se naquele momento a Igreja Católica, especificamente seus setores ligados às pastorais sociais. A Igreja cedeu ao MST, em 2002, uma área conhecida como Sítio Pau D'Alho, onde seria instituído o Centro de Formação Sócio Agrícola Dom Helder Câmara. Além de abrigar a secretaria do movimento, neste Centro, desenvolveram-se atividades das mais diversas – políticas, formativas, técnicas, artísticas – tanto para a militância do MST como para a sociedade em geral. O Centro permaneceu neste sítio até janeiro de 2011, quando foi transferido para o assentamento Mário Lago.

Segundo Firmiano (2009), os diversos sujeitos, coletivos e individuais, que se aliaram ao MST – os chamados “amigos do movimento” – foram fundamentais para a concretização do assentamento Mário Lago.

37 Para mais informações consultar Cartilha da Consulta Popular nº 4, “Trabalho de Base”, São Paulo. 1999.

Também pode ser destacada, na desapropriação da Fazenda da Barra, a atuação do Ministério Público, mais especificamente, a Promotoria do Meio Ambiente e Conflitos Agrários da época. O processo de desapropriação da foi iniciado em 2000, junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária [INCRA], embasado tanto pelo não cumprimento das metas de produtividade da fazenda como pela degradação ambiental a qual a área estava exposta.

A Fazenda da Barra é uma área de cerca de 1700 hectares e chega a atingir distâncias internas de até sete quilômetros (Dorival, 2009). A fazenda possui uma especificidade ambiental muito relevante, ela é uma área de recarga do Aquífero Guarani, um dos maiores mananciais subterrâneos de água doce do mundo. Essa característica faz com que sejam necessárias formas de manejo com a terra específicas na área³⁸. Mesmo com a severa degradação ambiental, a qual foi exposta, a Fazenda da Barra ainda possui uma rica biodiversidade, abrigando em suas terras áreas de mata atlântica, cerrado e várzeas.

A descoberta pelo MST de que os proprietários da Fazenda da Barra (Fundação Sinhá Junqueira) planejavam a venda de suas terras, tentando com isso evitar a desapropriação, foi o estopim para o processo de ocupação. Devido a um aparato jurídico implementado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso³⁹, o movimento não poderia ocupar a fazenda, pois isso atrasaria a sua possível desapropriação. Assim sendo, em 2003 foi realizada a ocupação de uma área anexa à fazenda, o Sítio Braghetto, como forma de pressão para a implantação da reforma agrária na Barra. Participaram da ocupação cerca de 250 famílias da cidade de Ribeirão Preto e região. O local ocupado é situado no bairro Ribeirão Verde, distante aproximadamente 10 km do centro de Ribeirão Preto (Dorival, 2009).

Dado o avanço considerado insuficiente do processo de desapropriação das terras da Barra, o MST opta por realizar novas ações com o intuito de pressionar o Estado. Em novembro de 2003, cerca de 500 pessoas são deslocadas para o Parque Maurílio Biagi, localizado próximo à Câmara Municipal de Ribeirão Preto, onde estabelecem acampamento. Nove dias depois, a prefeitura municipal oferece uma área localizada no bairro Parque das Flamboyants, para onde as famílias acampadas tanto no sítio como no parque se mudam. No dia 10 de fevereiro de 2004, o MST volta a se aproximar da Fazenda da Barra, ocupando com

38 Para mais informações consultar Gonçalves (2010).

39 “(...) FHC editou duas medidas provisórias: a primeira determinava o não assentamento de famílias de trabalhadores rurais que tivessem participado de ocupações de terras e a segunda, dizia respeito à não vistoria das terras pelo período de dois anos quando ocupadas uma vez e por quatro anos, quando ocupadas mais de uma vez” (Dorival, 2009, p. 78).

cerca de 150 pessoas uma área da prefeitura em frente ao portão principal da fazenda (Gonçalves, 2010).

Diante de um mandato de reintegração de posse, em maio de 2004 as famílias do MST são realocadas em uma área que ficou conhecida como “sitinho”, a qual foi cedida por um aliado do movimento. Em 21 de outubro de 2004, uma nova ocupação estabeleceu de forma definitiva o assentamento Mário Lago na Fazenda da Barra. No mês de dezembro do mesmo ano, o então presidente Luís Inácio “Lula” da Silva assinou o decreto que desapropriava a área para fins de reforma agrária.

No entanto, mesmo após assinado o decreto a batalha judicial ainda se estendeu. Foi apenas em 22 de maio de 2007 que o INCRA adquiriu definitivamente a posse da Fazenda da Barra (Dorival, 2009). Ainda em 2007, o MST liderou uma nova ocupação a uma área anexa à Fazenda da Barra conhecida como “Barra II” ou Fazenda São João. Ali foi instaurado o assentamento Antonio Gramsci. A ocupação se deu com a participação de cerca de 200 trabalhadores rurais sem-terra, seminaristas e alguns moradores dos bairros periféricos de Ribeirão Preto. No entanto, esse acampamento em pouco tempo foi extinto devido a uma ordem de reintegração de posse.

Durante o processo de luta pelas terras da Barra, muitos conflitos surgiram, resultando em algumas divisões no movimento. Primeiramente, a partir de uma dissidência do MST surgiu o assentamento Santo Dias da Silva, vinculado ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST). Posteriormente, ainda outros dois assentamentos foram criados, Índio Galdino e Luísa Mahin. Assim sendo, no ano de 2012 na antiga Fazenda da Barra, de acordo com informações do INCRA, coexistiam quatro acampamentos Mário Lago (263 famílias), Santo Dias da Silva (111 famílias), Índio Galdino (41 famílias) e Luísa Mahin (53 famílias)⁴⁰. As razões que conduziram à divisão dos assentamentos dizem respeito principalmente ao desacordo sobre as regras que regem os assentamentos e às formas de atuação dos diferentes movimentos.

Segundo Firmiano (2009), em 2007, a Promotoria de Meio Ambiente e Conflitos Fundiários assina junto ao INCRA um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Preliminar, no qual é firmado, entre outros, o compromisso de tornar a antiga Fazenda da Barra um assentamento baseado em princípios ecológicos, políticos, econômicos e sociais previstos na constituição. Assim sendo, o INCRA se comprometia a realizar uma organização

40 Para entender a história das pessoas que dão nome aos assentamentos consultar Andrade Júnior e Maniglia (2011).

do assentamento garantindo: “a) grandes áreas de produção coletiva, de forma cooperativa, compostas por Sistemas Agroflorestais (SAFs), Sistemas Silvopastoris e outros Sistemas Agroecológicos”; “b) pequenas áreas de produção familiar, em módulos situados nas Agrovilas” e, “c) áreas de uso comum dos assentados para atividades sociais, culturais e de lazer” (MP/SP conforme citado por Firmiano, 2009).

Em 2010, o INCRA, o Ministério Público e os assentados na Fazenda da Barra firmam o Compromisso de Ajustamento de Conduta (CAC) que regulamenta as formas de manuseio da terra na Barra. Das 468 famílias assentadas na Fazenda da Barra, 439 comprometeram-se com o CAC (Andrade Júnior & Maniglia, 2011). Até 2012, o Mário Lago era o décimo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) implantado no estado de São Paulo pelo INCRA.

Na época em que o Mário Lago se caracterizava como acampamento, havia vários setores ativos para sua organização. Eram estes: educação, ciranda, saúde, esporte/cultura e lazer, segurança, gênero, produção, frente de massas, finanças, secretaria, formação, comunicação. Cada um desses sendo composto com um número entre quinze e vinte pessoas. Atualmente (2012), o assentamento Mário Lago conta com os setores de saúde, educação e produção, possuindo cada um respectivamente cerca de cinco pessoas, oito pessoas e dez pessoas. A coordenação do assentamento existe desde 2003 e se reúne a cada quinze dias. Cada lote individual da Fazenda da Barra possui 1,58 hectares (48% do território total). Há também áreas exclusivas de proteção ambiental e outras de produção coletiva. Existem financiamentos específicos para a produção nos assentamentos, no entanto, as lideranças do MST relatam que a falta de orientação técnica e o pouco retorno econômico dos projetos implantados acaba levando muito dos produtores a se endividarem⁴¹.

Grande parte dos assentados está em processo de construção de suas casas. O ritmo dessa construção é diretamente correlacionado com a liberação das verbas estatais destinadas a tal fim. Ainda restam a serem liberadas mais de 50% das verbas para as moradias. O abastecimento de água para o consumo se dá por meio de seis poços artesianos construídos na área, no entanto a rede de distribuição dessa água ainda é realizada através de mangueiras dos próprios moradores. O atendimento à saúde no assentamento é feito por uma equipe de saúde da família (dois médicos, duas enfermeiras e quatro agentes de saúde), mas ainda não há um posto na antiga fazenda. Há energia elétrica já instalada no assentamento, porém por não haver serviços dos correios no local existem problemas com o recebimento das contas. Outros

41 Informações obtidas em conversa informal com lideranças do assentamento Mário Lago em 2012.

serviços ainda não disponíveis são: coleta de lixo, escola no próprio assentamento e transporte público⁴².

Como se pode notar a partir da leitura deste tópico, a conquista do assentamento Mário Lago foi uma grande vitória, mas ainda há muito a ser feito e conquistado pelos assentados. Por fim, sobre a o processo de desapropriação da Fazenda da Barra o promotor de Justiça Marcelo Petroso Goulart relata

Nós não teríamos conseguido a desapropriação da Fazenda da Barra se não tivesse ocorrido uma conjunção de fatores em determinado momento que foi: a ação do Ministério Público, apurando a questão do imóvel, requisitando a abertura do processo administrativo e atuando nos processos judiciais; não teria ocorrido a desapropriação da Fazenda da Barra se não tivesse um INCRA disposto a bancar essa desapropriação; não teria ocorrido a desapropriação da Fazenda da Barra se o movimento social, o MST, não tivesse realizado a ocupação, o trabalho todo; não teria ocorrido a desapropriação se não tivesse tido uma articulação da [Secretaria da] Cidadania em apoio ao movimento sem-terra, quando da ocupação e na luta pela desapropriação da Fazenda da Barra; não teria ocorrido se a Justiça não tivesse julgado como julgou seja a ação possessória, seja a ação de emissão de posse. Então, se você tirar um desses fatores, a [Fazenda da] Barra não sairia. Então, não dependeu só do Ministério Público, mas sem o Ministério Público não sairia; não dependeu só do MST, mas sem o MST não sairia; não dependeu só das decisões judiciais; não dependeu só do INCRA. Então foi assim: uma conjunção de fatores importantes que num determinado momento histórico possibilitou essas terras [...] (Goulart conforme citado por Firmiano, 2009, p. 133).

2.4. O MST e a educação

Morissawa (2001) escreve que, após os primeiros anos do MST, nos quais a prioridade do movimento era quase que exclusivamente a luta pela terra, tornou-se evidente que apenas a reivindicação pela reforma agrária era insuficiente para os projetos de transformação social do movimento. A partir de então, a pauta da educação passa a ser também prioritária para o MST. Segundo o autor, o primeiro setor de educação a se constituir no movimento foi o da Fazenda Annoni no Rio Grande do Sul no início dos anos 80. Esse setor, formado por professores e pais, responsabilizou-se pela educação das crianças do local, assegurando que nenhuma delas ficasse sem estudar.

42 Informações obtidas em conversas informais com lideranças e moradores do assentamento Mário Lago em 2012.

A proposta pedagógica do MST começa a ser elaborada de forma mais estruturada em 1987 durante o 1º Encontro Nacional de Educação. Foi também nesse Encontro que foi formalizado o Setor Nacional de Educação do MST. A partir de então, várias experiências – cursos e eventos – relacionadas à educação em assentamentos e acampamentos começam a surgir pelo país. Podemos destacar entre elas o 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), o qual aconteceu no ano de 1997 em Brasília por meio de uma parceria entre o MST, a UnB (Universidade de Brasília), a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e CNBB (Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil). O 1º ENERA possibilitou formação de uma política pública ligada à educação em áreas de reforma agrária, o PRONERA (Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária). Segundo Ribeiro (2010, p. 189), “o objetivo do PRONERA é promover o acesso à educação formal em todos os níveis aos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de reforma agrária”. Os avanços obtidos na área da educação pelo MST foram possíveis devido ao grande número de parcerias que o movimento estabeleceu durante esses anos. Essas parcerias envolvem principalmente órgãos governamentais locais, prefeituras, universidades e instituições internacionais (Morissawa, 2001)⁴³. Segundo Stedile e Fernandes (2012, p. 76), a luta do MST é “para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital”.

Morissawa sintetiza os princípios da educação no MST em cinco objetivos estratégicos:

- Educação para a transformação social;
- Educação de classe, massiva, orgânica ao MST, aberta para o mundo, voltada para a ação, aberta para o novo;
- Educação para o trabalho e a cooperação;
- Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana;
- Educação como processo permanente de formação/transformação humana (Morissawa, 2001, p. 246).

2.5. Ciranda

Apoiado em seus princípios gerais sobre educação, o MST possui um projeto específico para a educação infantil. Esse projeto é denominado Ciranda Infantil. Ao abordar o nome do projeto, Bihain (2001) escreve que a palavra “ciranda” nos remete à criança em ação.

⁴³ Consultar Morissawa (2001) para verificar as diversas parcerias realizadas nessa área.

Ação essa que se dá na brincadeira coletiva, a qual “vai além do brincar juntos, pois é um espaço de construção de relações através das interações afetivas, de sociabilidade, de amizade, de fraternidade, de solidariedade, de linguagem, de conflitos e de aprendizagem (...)” (Bihain, 2001, p. 30). A Ciranda é definida pelo MST como

Um espaço educativo organizado, com objetivo de trabalhar as várias dimensões de ser criança Sem Terrinha, como sujeito de direitos, com valores, imaginação, fantasia, vinculando as vivências do cotidiano, as relações de gênero, a cooperação, a criticidade, e a autonomia (...). São espaços educativos intencionalmente planejados, nos quais as crianças aprendem, em movimento, a ocupar o seu lugar na organização de que fazem parte. É muito mais que espaços físicos, são espaços de trocas, aprendizados e vivências coletivas (MST conforme citado por Rossetto, 2010, p. 106).

A problemática existente no surgimento da Ciranda Infantil, segundo Rossetto (2010), diz respeito principalmente à necessidade de possibilitar que as mulheres, até então cuidadoras quase exclusivas das crianças, pudessem participar mais intensamente da vida política e produtiva do Movimento. Assim sendo, a Ciranda tem sua gênese no setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, e não no de educação como poderia se esperar. Possuindo um espaço onde suas crianças pudessem ser cuidadas, as mães – e cuidadores em geral – agora poderiam se dedicar mais ao trabalho em seu lote e atividades, cursos ou reuniões do Movimento. Esse processo acontece junto à implementação de cooperativas agrícolas nos assentamentos, entre os anos 1989 e 1995.

O surgimento da Ciranda perpassa diferentes dimensões. Ele aborda questões relacionadas ao gênero ao entender que a mulher (cuidadora) possui também o direito/dever de participar como os homens da organização produtiva e política do assentamento. Também são discutidos os aspectos relacionados ao cuidado e educação coletivos das crianças do Movimento, além evidentemente dos princípios pedagógicos a serem seguidos nesse processo. Por fim, podemos citar a passagem da concepção de educação infantil apenas como direito do cuidador da criança para a concepção de que a educação infantil é também um direito da própria criança (Rossetto, 2010).

Segundo Bihain (2001), as Cirandas são organizadas em assentamentos, acampamentos, escolas ou centros de formação de acordo com a realidade de cada local. Podemos distinguir Cirandas itinerantes e Cirandas permanentes. As primeiras acontecem em momentos específicos e possuem uma duração determinada, por exemplo, elas ocorrem em cursos, congressos e encontros do Movimento. Por sua vez, as Cirandas permanentes são

organizadas de forma a se manterem indefinidamente, por exemplo, essas Cirandas podem acontecer em assentamentos onde há uma periodicidade constante das atividades junto às crianças. Segundo Rossetto (2010), em 2008, existiam sessenta Cirandas permanentes no Brasil, sendo trinta e duas em assentamentos e acampamentos e vinte e oito em centros de formação. No estado de São Paulo, nesta data, havia oito Cirandas permanentes, divididas igualmente entre assentamentos ou acampamentos e centros de formação.

A primeira Ciranda itinerante do MST foi realizada no 1º ENERA e cerca de oitenta crianças participaram. Uma experiência que também merece ser citada é a Ciranda itinerante do V Congresso do MST, a qual contou com a participação de aproximadamente mil crianças e trezentos educadores e educadoras. O V Congresso ocorreu em 2000 na cidade de Brasília. Destaca-se nesse evento a oportunidade das crianças, assim como dos educadores e educadoras, de trocar experiências com pessoas das diversas regiões do Brasil reunidas ali (Rossetto, 2010).

A Ciranda do assentamento Mário Lago, na qual três dos nossos sujeitos são cirandeiros, ocorre semanalmente aos sábados. Desde o começo da participação do grupo SEITERRA, a Ciranda já se organizou de formas diversas.

Houve um período no qual a Ciranda era quinzenal e dividida em dois espaços simultâneos: um de formação para os educadores e um de atividades com as crianças. Procurava-se manter nos dois espaços uma coerência temática, ou seja, pretendia-se que os assuntos tratados nas formações fossem também trabalhados com as crianças de alguma maneira. Eram discutidos temas como preconceito, família, registro, ecologia, educação do campo, brincadeiras, etc. Tanto com os educadores como com as crianças tentava-se abordar tais temas de formas variadas e lúdicas. Eram usados nas atividades desenhos, fotos, jogos, encenações, entre outros meios.

Após algum tempo, foi avaliado que seria mais adequado unir os dois espaços da Ciranda, desta forma todos poderiam participar das atividades com as crianças. A partir de então se implementou um rodízio entre os educadores do assentamento e os universitários, e a Ciranda se tornou semanal. Em todas as atividades deveria haver ao menos um educador e um universitário. Eram realizadas também reuniões de avaliação e planejamento mensais com todos os educadores e membros do SEITERRA.

Três dos nossos entrevistados (Maria, Lúcio e Elis) são os principais responsáveis pela Ciranda e pelo setor de educação do assentamento. Estes três educadores, por já realizarem atividades com as crianças, foram escolhidos para serem também monitores dos ônibus escolares que as levam diariamente às suas escolas localizadas na área urbana.

As atividades desenvolvidas na Ciranda do Mário Lago são, como não poderia ser diferente, orientadas pelos princípios defendidos pelo MST. Baseada em tais princípios, Rossetto (2010, p. 118) escreve sobre as dimensões lúdica e revolucionária presentes nas Cirandas:

(...) as crianças têm a oportunidade de vivenciar a *dimensão lúdica e a revolucionária*, pois a *dimensão lúdica*, por excelência, deve estar em todos os espaços, pois é a partir dela que se instiga nas crianças a curiosidade, o buscar conhecer as coisas, saber como funciona o mundo, ou seja, é o princípio básico para as crianças começarem a querer conhecer tudo que está a sua volta e a *dimensão revolucionária* tem esse caráter transformador, porque inaugura um processo de mudança, no modo das crianças perceberem o mundo, a partir das experiências da luta pela terra.

3. PERCURSO METODOLÓGICO

Entendemos que o método e a teoria são indissociáveis. As metodologias utilizadas para a construção do conhecimento são sempre embasadas em pressupostos provenientes de determinadas teorias, assim como as teorias são reforçadas, reformuladas ou abandonadas a partir do contato crítico com a realidade que se dá por meio de um método específico. Desta forma, já evidenciamos de início que nosso referencial teórico-metodológico possui pressupostos epistemológicos de raiz materialista-dialética.

Dados esses pressupostos, entendemos que há uma realidade que existe independente de nossas consciências, no entanto, só temos acesso às faces do real por meio de nossa subjetividade, a qual é produzida em um contexto cultural e histórico específico. Defendemos que tocamos o real dentro dos limites e possibilidades que nosso aparato fisiológico e nossa constituição cultural e histórica permitem. Aqui o critério de verdade e objetividade de um conhecimento se dá na prática histórica e social. Por assumir o materialismo dialético, também tomamos as suas principais categorias como orientadores de nosso olhar: totalidade, contradição e transformação permanente. Essas categorias são tratadas a partir da chave de leitura permitida pelo referencial teórico-metodológico da psicologia histórico-cultural em articulação com o pensamento gramsciano, ambos também radicalmente ligados ao materialismo dialético.

A partir do referencial vigotskiano, tem-se que o método não é apenas a adoção de instrumentos diversos para fins determinados, mas também um processo de contínua construção em coerência com o fenômeno a ser pesquisado pelo cientista. Baseado em Marx, Vigotski defende o método como algo a ser praticado e não simplesmente aplicado. Nas palavras do próprio autor soviético:

A procura de um método torna-se um dos problemas mais importantes de todo empreendimento para a compreensão das formas caracteristicamente humanas de atividade psicológicas. Nesse caso, o método é, ao mesmo tempo, pré-requisito e produto, o instrumento e o resultado do estudo (Vigotski, 2007, p. 69).

3.1. Condições de produção da pesquisa

As condições de produção do *corpus* da pesquisa, além do interesse pessoal do pesquisador e dos procedimentos específicos do mestrado, foram compostas pelo engajamento em atividades de formação e de extensão em um assentamento rural localizado em Ribeirão Preto (SP). Mais especificamente, o contexto no qual foi construído o *corpus* empírico da

pesquisa é o setor de educação do assentamento Mário Lago, ligado ao MST e localizado continuamente à área urbana da cidade.

Por meio de um estágio curricular oferecido pela FFCLRP-USP, tivemos a oportunidade de desenvolver, durante aproximadamente um ano, diversos trabalhos junto aos membros do setor de educação, no qual foi realizada a pesquisa. Durante esse estágio, pudemos notar, por meio de conversas com os educadores e observações das atividades, que a participação no movimento social era um elemento central nas vivências desses sujeitos. Os educadores possuíam seu cotidiano intimamente ligado e até definido segundo essa participação. Além disso, na função de educadores, tais sujeitos priorizavam a construção de oportunidades de participação também dos jovens e crianças, assim como a construção de suas identidades junto ao movimento. Dessa forma, notava-se a relevância que a práxis política assumia em tal contexto, seja como escolha pessoal, a qual exigia uma reconfiguração específica de vários aspectos da vida dessas pessoas – família, trabalho, moradia, educação etc. –, seja como uma prática a ser mediada e incentivada para as crianças e jovens daquele ambiente. Outra razão que favoreceu a escolha do contexto foi atuação de nosso grupo de pesquisa e extensão junto ao setor de educação do assentamento.

A atuação do grupo junto ao setor de educação se dá principalmente nas atividades relacionadas à Ciranda Infantil do assentamento. Essa atuação tem início, em 2007, por meio de um convite, feito por militantes do MST à Profa. Dra. Ana Paula Soares da Silva, para que auxiliasse na formação de assentados e na organização das práticas educativas com as crianças no assentamento. Nos anos de 2008, 2009 e 2010, a Profa. Ana Paula ofereceu um estágio curricular na Ciranda para os alunos do curso de psicologia. Nesse estágio, os estudantes realizavam atividades de formação dos educadores, assim como atuavam diretamente com as crianças. No terceiro ano de atividades, uma aluna da pedagogia também participou do estágio. O pesquisador foi estagiário no segundo ano de atividades, o ano de 2009.

A partir de avaliação realizada no final de 2010, o grupo da Profa Ana Paula (SEITERRA⁴⁴) considerou que seria mais adequado que o trabalho na Ciranda fosse desenvolvido por um conjunto de pessoas menos sazonais que estagiários. Assim sendo, desde 2011, os estudantes de graduação e pós-graduação do grupo SEITERRA são os responsáveis pelas atividades com a Ciranda Infantil do assentamento Mário Lago.

⁴⁴ Subjetividade, Educação e Infância nos Territórios Rurais e da Reforma Agrária.

Em 2012, a Ciranda “Rumo à Liberdade”⁴⁵ acontecia semanalmente, aos sábados de manhã, na antiga sede da Fazenda da Barra. Durante o período em que foram desenvolvidas as atividades junto à Ciranda, o número de educadores participantes sofreu variações entre três e oito pessoas. No momento em que a pesquisa foi realizada, existiam três educadores que participavam mais diretamente das atividades tanto da Ciranda como do setor de educação do assentamento.

O número de participantes da Ciranda era em torno de vinte jovens e crianças, que variavam em uma faixa etária de quatro a dezessete anos. Geralmente, os meninos acima de doze anos jogavam futebol no campo do assentamento durante toda a manhã. As crianças mais novas e majoritariamente as meninas, via de regra, desenvolviam as atividades propostas pelos cirandeiros. Os educadores destacaram, a partir de 2012, alguns jovens com maior participação nas atividades para serem o que denominaram de “cirandeiros-mirins”. As funções desses jovens ainda não estava totalmente clara, mas; ao que tudo indica; esperava-se que eles comesçassem a atuar também como educadores diante dos seus pares, organizando atividades, distribuindo materiais, reunindo-os para conversas e os repreendendo quando necessário.

Em todos os encontros havia um momento em que era servido um lanche preparado pelos próprios assentados. Nesse momento, costumava-se reunir todos, jovens e crianças, que participavam da Ciranda. Nessa “hora do lanche” eram passados os informes que fossem considerados pertinentes a todos.

Além dos momentos de Ciranda propriamente ditos, eram realizadas reuniões mensais entre os educadores do assentamento e os estudantes do SEITERRA para a avaliação e planejamento das atividades. Os princípios orientadores das atividades ali desenvolvidas eram os que norteiam a proposta de educação infantil do MST⁴⁶ em articulação com os referenciais embasados na psicologia histórico-cultural.

A partir do ano de 2011 foi criada uma vaga do programa “Aprender com Cultura e Extensão”, da Universidade de São Paulo, que propiciou a participação de uma graduanda como bolsista do grupo SEITERRA. Em 2012, outra vaga de bolsista foi disponibilizada. As duas alunas da graduação, bolsistas no SEITERRA, desenvolveram um trabalho de organização dos registros já produzidos sobre as atividades da Ciranda, bem como, documentaram as novas ações realizadas. Espera-se que esse trabalho possa proteger as

⁴⁵ O nome da Ciranda foi proposto e escolhido pelas próprias crianças por meio de votações e assembleia.

⁴⁶ Ver capítulo 2

memórias da Ciranda, assim como potencializar propostas futuras a partir das experiências já realizadas.

Como fica evidente no exposto até então, o pesquisador possui um vínculo com os sujeitos anterior ao momento da pesquisa. Sem dúvidas esse vínculo, assim como outras características do pesquisador, influencia na construção do *corpus*. Desta forma, segue uma síntese de algumas informações relevantes sobre o autor deste trabalho.

Leandro, homem, 26 anos, branco, mestrando em psicologia, bolsista, morador de Ribeirão Preto, originário de Catanduva, classe média, psicólogo, solteiro, sem filhos, orientação política de esquerda. Participou durante a graduação de diversas ações envolvendo movimentos sociais por meio do Centro Acadêmico de sua faculdade ou através de grupos de pesquisa dos quais fez parte. Sua monografia teve como tema as condições de trabalho no corte da cana na região de Ribeirão Preto. Já realizou trabalhos na área escolar, na saúde mental, na saúde comunitária, no MST e junto a moradores de rua. Atualmente, participa de um grupo político (Seminário Gramsci) o qual atua junto à sociedade civil de Ribeirão Preto, em especial aos movimentos sociais. Faz parte do grupo SEITERRA.

O material empírico produzido durante essa pesquisa foi analisado à luz das especificidades nas quais ele se constituiu. Entendemos que o material empírico não é um dado pronto que estava à espera de ser coletado. Mas sim, que esse *corpus* foi produzido durante o contato entre o pesquisador e os sujeitos, resultado, portanto, de relações entre sujeitos concretos em contextos, lugares e momentos específicos. Sem buscar entender essas relações, nossas análises estariam prejudicadas (A. P. S. Silva, 2003).

3.2. Construção do material empírico

O *corpus* empírico foi elaborado a partir de entrevistas e de observações das atividades do setor de educação do assentamento rural. Foram realizadas oito entrevistas. Os critérios de seleção dos sujeitos foram o alto nível de engajamento nas atividades do movimento social e a participação no setor de educação. Um entre os três entrevistados já não estava no setor no momento das entrevistas. No entanto, este quarto sujeito foi incluído devido seu papel fundamental na criação e manutenção desse setor por diversos anos e por ser ele também responsável direto pela entrada dos três outros sujeitos participantes da pesquisa na militância em educação.

Mesmo os sujeitos tendo autorizado a utilização de seus nomes verdadeiros na pesquisa, mantivemos a substituição por nomes fictícios, conforme o “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” (Apêndice A)⁴⁷.

Seguem abaixo algumas informações gerais sobre os sujeitos entrevistados.

Nome	Idade	Composição da Familiar nuclear	Data de entrada para o MST	Trabalho	Cidade e estado de Origem	Cor	Escolaridade
Lúcio	47 anos	Esposa; duas filhas (11 e 5 anos); dois filhos (21 e 3 anos)	2003	Agricultor e monitor de ônibus escolar ⁴⁸	Cocos, Bahia	Negro	Analfabeto
Maria	42 anos	Marido; Pais (idosos); Filhos e filhas (23, 20, 17, 16, 14, 12, 11, 9 e 7 anos).	2004	Agricultora e monitora de ônibus escolar	Montalvânia, Minas Gerais	Negra	Ensino Fundamental incompleto
Elis	52 anos	Marido; Filho (20 anos) e Filha (23 anos).	2007	Agricultora e monitora de ônibus escolar	São Raimundo Nonato, Piauí	Branca	Ensino superior
Geraldo	48 anos	Esposa; filha (12 anos) e filho (17 anos).	2005	Agricultor e feirante	Grão Mogol, Minas Gerais	Negro	Até 7ª série (EJA)

Quadro 1. Informações gerais sobre os sujeitos entrevistados

Entrevistas

O *corpus* de nossa pesquisa é constituído por meio de entrevistas, ou seja, a fala e as palavras são fundamentais no desenvolvimento de nosso trabalho. A palavra, como unidade de análise, pode ajudar na exteriorização do “interno” (cognitivo, afetivo e volitivo). Porém, o pesquisador deve ir além das palavras e buscar as determinações que são responsáveis por aquele sujeito significar aquelas palavras de sua maneira singular. De acordo com Rey (1999), o conhecimento abordado é construtivo/interpretativo e não apenas descritivo. O fenômeno deve ser compreendido em seu movimento e dinamicidade e não isolado em seu estado puro. Para a produção do *corpus* – em específico nas entrevistas - deve-se induzir a construção dos sujeitos por meio da fala que também é construção.

As entrevistas realizadas para este trabalho foram divididas em duas etapas, sendo ambas áudio-gravadas.

⁴⁷ O projeto de pesquisa do qual tal dissertação é derivada foi submetido e aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, de acordo com o Processo CEP-FFCLRP nº 576/2011 – 2011.1.1237.59.7 (ANEXO A)

⁴⁸ A partir de 2012 alguns membros do setor de educação foram designados para serem monitores dos ônibus responsáveis por levar os alunos do assentamento até suas escolas urbanas.

Na primeira etapa, solicitávamos ao sujeito, após a leitura conjunta do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o aceite em participar da pesquisa, que ele contasse a sua história de vida e seu processo de entrada no MST. Aprofundávamo-nos em alguns aspectos relacionados à participação política durante o discurso dos sujeitos. Tais aspectos, em geral, diziam respeito a: sentidos atribuídos pelos sujeitos a sua participação política; sentidos em relação a sua entrada no movimento social, bem como no setor de educação do movimento; mudanças (subjetivas ou objetivas) que os sujeitos atribuem a sua participação; como os sujeitos veem a participação dos jovens e crianças no movimento.

Dada nossa perspectiva, entendemos que só é possível compreender a constituição dos sentidos e significados de um sujeito vendo-o enquanto ser concreto, imerso em uma realidade histórico-cultural específica e portador de uma trajetória própria de vida. Conhecer tal trajetória, mesmo que minimamente, sem dúvida nos ajuda a melhor compreender os processos de desenvolvimento que permeiam os sentidos e significados de cada um desses sujeitos. É por meio da análise cuidadosa das experiências relatadas pelos sujeitos que levantamos hipóteses sobre os diferentes caminhos que seus sentidos trilharam durante suas vidas e da sua atual composição não como fixa e dada, mas como resultado de um processo que envolve uma existência concreta. Dado o objeto específico da pesquisa, demos preferência a aprofundar mais os tópicos relacionados diretamente à participação política do sujeito.

Entrevistamos os quatro sujeitos da pesquisa durante a primeira etapa. As entrevistas ocorreram nos dias: 06/08/2011; 09/09/2011; 28/09/2011; e 16/02/2012. A duração das entrevistas teve média de uma hora e dez minutos. Os encontros eram marcados previamente por meio de contatos telefônicos ou pessoais com os sujeitos. Os locais onde eram realizadas as entrevistas variavam de acordo com a disponibilidade do sujeito. As entrevistas da primeira etapa ocorreram em ordem cronológica: na sede do assentamento⁴⁹; na casa do sujeito; em um estabelecimento comercial próximo ao trabalho da entrevistada; e na casa do sujeito. De forma geral, os quatro sujeitos mostraram-se muito disponíveis ao marcar a data e durante a entrevista. Após a realização de todas as entrevistas da primeira etapa, essas foram transcritas na íntegra e o mais próximo possível da fala.

A partir da leitura das transcrições, foi elaborado um roteiro para a segunda etapa das entrevistas (Apêndice B). A elaboração do roteiro da segunda etapa teve como mote a

⁴⁹ Chamaremos aqui de “sede do assentamento” ou “sede do Mário Lago” a antiga sede da Fazenda da Barra. O local é composto por uma casa (Centro de Formação Dom Helder Câmara), um curral (Curral Cultural), um cômodo coberto com duas pequenas salas anexas (Espaço Olga Benário), um campo de futebol rústico e uma grande árvore, sob a qual são realizadas as assembleias do assentamento.

necessidade de maior aprofundamento em algumas questões relacionadas especificamente à participação política dos sujeitos. Durante o processo de produção desse roteiro, foram utilizadas como eixos algumas temáticas gerais presentes em todas as entrevistas. Tais temáticas foram: tensões e dificuldades; mudanças / diferenças; concepções; engajamento.

Assim sendo, a partir dos eixos abordados acima, foram formuladas questões abertas, gerais e específicas. Ou seja, o roteiro da segunda etapa possuía em sua maioria perguntas que foram feitas a todos os sujeitos, mas também havia questões que eram realizadas a apenas algum sujeito em particular. Foram realizadas as quatro entrevistas da segunda etapa nas datas: 13/06/2012; 06/07/2012; e 27/07/2012. No dia 13/06/2012, foram feitas duas entrevistas. Os locais de realização das segundas entrevistas foram cronologicamente: uma antiga secretaria do MST; uma escola onde estudam crianças do assentamento; a sede do assentamento; e a casa de uma amiga da entrevistada na cidade. O tempo médio de duração das entrevistas desta etapa foi ligeiramente maior que o da primeira. Assim como nas entrevistas da primeira etapa, os sujeitos mostraram-se muito disponíveis tanto no momento de marcar as datas dos encontros como na realização das entrevistas. Todas as entrevistas da segunda etapa foram também transcritas na íntegra e o mais próximo possível da fala.

Ao final de cada uma das entrevistas, da primeira e segunda etapa, eram escritas no caderno de campo anotações abordando as condições de realização das entrevistas e algumas impressões gerais sobre o encontro.

Segue abaixo uma tabela que resume as informações de locais e datas de realização das entrevistas com cada sujeito.

Nome do entrevistado	Data - 1ª entrevista	Local - 1ª entrevista	Data - 2ª entrevista	Local - 2ª entrevista
Lúcio	06/08/2011	Sede do Mário Lago	13/06/2012	Antiga secretaria do Movimento
Maria	09/09/2012	Casa da entrevistada	13/06/2012	Pátio de uma escola pública
Elis	28/09/2012	Padaria no bairro vizinho ao assentamento	27/07/2012	Casa de amiga da entrevistada na cidade
Geraldo	16/02/2012	Casa do entrevistado	06/07/2012	Sede do Mário Lago

Quadro 2. Dados sobre as entrevistas

Observação do contexto

Após as entrevistas da primeira etapa, era solicitado ao sujeito entrevistado que sugerisse alguma atividade que ele consideraria representativa de sua participação política e que pudéssemos acompanhar. As atividades sugeridas foram: a monitoria do ônibus escolar; a Ciranda; o planejamento do “Encontro Regional dos Sem-Terrinhas”. A participação da reunião de planejamento do “Encontro Regional dos Sem-Terrinhas” aconteceu no dia 01/10/2011, e o acompanhamento da monitoria do ônibus ocorreu no dia 16/06/2012. Tivemos a oportunidade de estar presente em vários espaços da Ciranda. Além das observações realizadas nesses contextos indicados, também participamos de: reuniões de avaliação e planejamento da Ciranda; passeio com as crianças; reuniões do setor de educação do assentamento. As atividades das quais participamos foram relatadas no caderno de campo.

A necessidade de também realizar a observação das atividades dos sujeitos remete principalmente à centralidade que a categoria práxis possui neste trabalho e às possibilidades de enriquecer a interpretação da fala por elementos contextualizadores, para além de seu momento de produção. A partir da perspectiva que propomos, tentamos olhar para os sentidos e significados de forma indissociável da prática dos sujeitos, de suas práxis. Assim, buscamos, além de abordar os sentidos e significados dos sujeitos, também apreender a práxis política dessas pessoas, em sua dimensão subjetiva e objetiva. Acreditamos que a observação dos sujeitos durante suas ações fornece preciosos subsídios para entender a configuração de seus sentidos e significados. Mesmo sem adotar a etnografia como método, consideramos pertinente algumas observações realizadas por Fonseca (1999). A autora defende a importância de, em pesquisas qualitativas de cunho social, ir além do material produzido a partir do discurso dos entrevistados. Fonseca relata a relevância do pesquisador inserir-se nas atividades da comunidade para melhor entender a subjetividade de seus membros. Além disso, é destacada a necessidade do observador reconhecer a existência de outros “territórios” além do seu, para com isso poder melhor entender o outro e ver “com maior nitidez os contornos e limites históricos de seus próprios valores” (Fonseca, 1999, p. 65). Não realizamos nesse trabalho observações sistemáticas como preza a etnografia, no entanto, parece-nos que tais considerações são válidas para as observações que fizemos nos diversos contextos relacionados à práxis política dos sujeitos.

Não apenas observamos as atividades, mas também participávamos ativamente delas. As observações foram realizadas atreladas ao projeto de extensão do SEITERRA, assim estava-se inserido no contexto enquanto pesquisador-observador, mas também como membro de um grupo de extensão e participante das atividades.

Segue abaixo uma tabela que sintetiza a observação de campo, particularmente aquelas das quais foram elaborados algum tipo de registro.

Atividade	Data	Local
Visita à Escola do Campo de Araraquara	15/04/2011	Escola do campo de Araraquara (SP)
Reunião Projeto Safinho Jovem	16/04/2011	Sede do Mário Lago
Ciranda	23/04/2011	Sede do Mário Lago
Ciranda	30/04/2011	Sede do Mário Lago
Ciranda	07/05/2011	Sede do Mário Lago
Ciranda	27/08/2011	Sede do Mário Lago
Reunião de avaliação e planejamento da Ciranda	03/09/2011	Ciranda
Ciranda	10/09/2011	Sede do Mário Lago
Ciranda	10/09/2011	Sede do Mário Lago
Reunião de planejamento do Encontro Regional dos Sem-Terrinha	01/10/2011	Acampamento Alexandra Kollontai
Reunião de avaliação e planejamento da Ciranda	19/11/2011	Sede do Mário Lago
Ciranda	03/12/2011	Sede do Mário Lago
Caminhada pelo assentamento	18/01/2012	Mário Lago
Caminhada pelas plantações do Geraldo	16/02/2012	Mário Lago
Evento “Agrário Ambiental”	10/03/2012	Sede do Mário Lago
Reunião de avaliação e planejamento da Ciranda	14/03/2012.	Secretaria do Pedra Branca ⁵⁰
Ciranda	05/05/2012	Sede do Mário Lago
Reunião de avaliação e planejamento da Ciranda	09/05/2012	Secretária do Pedra Branca
Acompanhamento da monitoria do ônibus	13/06/2012	Percurso e escola onde crianças do assentamento estudam
Ciranda	16/06/2012	Sede do Mário Lago
Ciranda	16/06/2012	Sede do Mário Lago
Reunião de avaliação e planejamento da Ciranda	29/06/2012	Secretaria do Pedra Branca
Ciranda	07/08/2012	Sede do Mário Lago
Reunião de avaliação e planejamento da Ciranda	07/08/2012	Sede do Mário Lago
Ciranda	25/08/2012	Sede do Mário Lago
Aniversário do Assentamento Mário Lago	02/09/2012	Sede do Mário Lago

Quadro 3. Observações de campo

⁵⁰ Esse espaço era uma antiga casa localizada na divisa entre o assentamento rural e um bairro urbano chamado “Pedra Branca”.

Dados os limites de tempo que perpassam a elaboração desse trabalho, não foi possível abordar os registros das observações participantes de forma específica e em separado das entrevistas. Os conteúdos de tais registros foram integrados à pesquisa como elementos subsidiários para a análise das entrevistas. Sem dúvida, a presença e participação em diversas atividades junto aos sujeitos possibilitou um olhar diferenciado para o material, assim como respaldou a elaboração dos roteiros e a condução das entrevistas.

Materiais produzidos pelos sujeitos relacionados à participação política

Foi proposto aos sujeitos, após as primeiras entrevistas, que cada um deles trouxesse-nos materiais que eles considerassem relacionados à temática da pesquisa. Foram sugeridos como materiais principalmente diários e atas de reuniões. Infelizmente, o único sujeito que possuía um diário o havia perdido alguns meses antes. Assim sendo, nenhum sujeito disponibilizou algum material por ele produzido.

Na tentativa de estimular a produção de materiais, foi disponibilizado, a três sujeitos, gravadores de áudio. A instrução passada era que eles gravassem ali tudo o que pensassem e considerassem relacionados à primeira entrevista. Os gravadores foram entregues sempre após a primeira entrevista com os sujeitos. O prazo dado inicialmente para a devolução dos gravadores foi de um mês. Todos, em um primeiro momento, mostraram-se animados com a ideia. No entanto, após várias semanas, nenhum deles havia utilizado o gravador para a atividade proposta. Sempre que questionados, eles diziam que iriam começar em breve as gravações. Os gravadores ficaram com os sujeitos até o dia 19/11/2012, data limite para a devolução dos aparelhos à Faculdade. Desta forma, não foi proposto ao quarto sujeito a realização das gravações.

3.3. Análise do material empírico

Primeiramente, consideramos importante lembrar que entendemos que o material empírico analisado não se caracteriza como algo já dado na realidade e que apenas foi coletado pelo pesquisador. Entendemos que esse material é uma construção que surge a partir da situação concreta no qual ela se deu. Nas palavras de Rossetti-Ferreira, Amorim, Soares-Silva e Oliveira (2008, p. 161) “o dado não é ‘dado’ e, sim, o resultado de um processo bastante complexo de construção, o qual ocorre na relação do pesquisador com o evento pesquisado”.

O *corpus* foi analisado a partir da articulação do pensamento gramsciano com o referencial histórico-cultural. A categoria que embasou a análise como um todo foi a práxis política. Dado o foco dessa pesquisa nos sentidos dos sujeitos, é evidente que a dimensão subjetiva da práxis tem especial relevância na análise. Entendemos até então que mesmo a ação subjetiva não sendo considerada práxis por si só, ela é fundamental para a efetivação desta, sendo sua orientadora. Assim sendo, para se pensar na esfera subjetiva da práxis mais especificamente e a forma como ela se relaciona com a ação efetiva, utilizamos categorias específicas como guias de análise.

A partir das contribuições de Vigotski, os sentidos e significados construídos pelos sujeitos são tomados como ponto fundamental para o estudo da subjetividade. A identificação das unidades de sentido e significado sobre a participação, realizada por meio de leituras exaustivas e tratamento do material empírico, foi somada às contribuições advindas do conceito de drama. Dessa forma, foi dada visibilidade às tensões entre papéis e às lutas internas vivenciadas pelos participantes, conforme orienta Vigotski (2000). Acrescentamos ao nosso olhar sobre o material empírico categorias advindas da articulação proposta entre os pensamentos da escola histórico-cultural e de Gramsci. Entre tais categorias destaca-se o senso comum.

Tal como proposto por A. P. S. Silva (2003), baseada em Brockmeier⁵¹, adotamos como pressuposto no trabalho que os relatos dos sujeitos durante as entrevistas podem ser compreendidos em dois níveis de eventos: o nível do *evento narrado* e o nível do *evento narrativo* (A. P. S. Silva, 2003). O primeiro nível se refere aos fatos narrados pelo entrevistado durante a conversa. O foco não recai na tentativa ou preocupação de apreender a veracidade de tais fatos, mas sim em tentar compreender como o sujeito relata as formas como lidou com os eventos e quais os sentidos que ele constrói sobre os elementos presentes nesses acontecimentos. As significações sobre esses eventos tornam-se figura na nossa interpretação. Ao mesmo tempo, reconhece-se que as falas, também são circunscritas por experiências concretas vividas por essas pessoas. A narração é, portanto, tanto produzida a partir do momento interativo e das pessoas que estão participando da entrevista como pelos seus limites e possibilidades de produção relacionados a fatos concretos vivenciados e significados, em suas histórias de vida, pelos sujeitos.

51 Brockmeier, J. (2011). From the end to the beginning: Retrospective teleology in autobiography. In J. Brockmeier & D. Carbaugh, *Narrative and identity: Studies in autobiography, self and culture* (pp. 247-280). Amsterdam, Netherlands: John Benjamins B. V.

Por sua vez, o nível do evento narrativo se refere à forma como o sujeito faz sua narração, ou seja, compreende elementos como as expressões, entonações e silêncios presentes no aqui e agora da entrevista que nos dão pistas sobre o processo de significação em curso naquele momento. Os elementos observados no nível do evento narrativo, embora não tenham sido muito explorados, foram descritos nas anotações que o pesquisador realizou em seu caderno de campo após as entrevistas e subsidiaram as análises.

Após as transcrições, as entrevistas de cada sujeito foram distribuídas em quadros (Apêndice C). Esses quadros possuíam, em suas linhas, as diferentes épocas da vida dos sujeitos e, em suas colunas, as seguintes categorias: família e vida pessoal; trabalho e estudo; MST e participação política; elementos de mudança. Assim, os trechos das entrevistas foram separados por época e tema. A partir dessas tabelas foi elaborada a análise individual de cada um dos sujeitos.

A análise do *corpus* foi dividida em dois grandes blocos. No primeiro, enquadram-se as análises individuais de cada sujeito. Nesse momento, são abordados os elementos das entrevistas de cada um dos participantes separadamente. Essas análises são orientadas fundamentalmente pelas categorias da práxis política e drama. Assim, neste bloco, não são realizadas discussões com outros referenciais.

O primeiro bloco de análise possui como objetivo evidenciar as trajetórias específicas de cada um de nossos sujeitos antes e depois da participação no movimento social. Para compreender o processo de práxis política dessas pessoas fez-se necessário um olhar para a concretude e particularidade de suas vivências. Dada tal concretude e particularidade, cada análise individual teve suas características singulares. Dessa forma, mesmo possuindo as categorias de práxis política e drama como principais direcionadoras de nosso olhar, adotamos maneiras específicas de lidar com essas categorias para cada participante. Dispomos as análises de acordo com a ordem em que as trabalhamos. Assim sendo, as entrevistas de Maria foram as primeiras a serem trabalhadas e as de Geraldo as últimas. Internamente, cada análise individual está organizada cronologicamente.

O segundo bloco foi construído a partir do primeiro bloco, e nele são elaboradas análises de elementos que perpassam as entrevistas de mais de um dos participantes, em geral elementos comuns aos quatro sujeitos. Nesse momento, por sua vez, são realizados diálogos com outros autores e teorias da psicologia social e política.

O segundo bloco de análise foi estruturado em três partes, tendo cada uma delas como mote central uma das categorias fundamentais do materialismo dialético, segundo Löwy (1991): mudança permanente; totalidade; contradição. É evidente que as três categorias

perpassam todos os momentos de nossa análise. Contudo, consideramos relevante destacá-las por considerar que, em cada tópico, determinada categoria poderia ser abordada de forma mais específica. Assim, não defendemos que uma ou outra dessas categorias se manifeste mais ou menos em determinado tópico, mas buscamos usá-las como referências para melhor orientar nosso olhar sobre o material empírico em cada um dos momentos.

Por fim, consideramos relevante estar atentos ao alerta que Furlan (2008) faz sobre a construção do conhecimento, em especial relacionado aos métodos das ciências humanas. O autor aborda o risco de nos relacionarmos com o material empírico apenas como ratificadores de nossas teorias já prontas, e não encaramos o contato com o concreto como uma possibilidade de crítica e desenvolvimento aos nossos pressupostos. Segundo Furlan (2008, p. 29)

Não significa que poucas observações ou linhas de entrevista não possam revelar algo importante, mas que é preciso evitar reduzir os fatos a ideias pré-concebidas, estar atento aos limites da própria pesquisa, ser cauteloso em não ultrapassar as manifestações e sugestões de sentido da própria experiência, e ao mesmo tempo ser exigente na busca dos sentidos que podem responder à sua questão (Furlan, 2008, p. 29).

Mesmo reconhecendo a existência de pressupostos teórico-metodológicos bem definidos em nossa pesquisa, buscamos estar atentos durante todo o tempo para o que *corpus* concreto nos transmitia. Entendemos que apenas a partir do contato com o *corpus* foi possível melhor entender as possibilidades, mas também os limites de nossas propostas de análise iniciais, e assim, buscar novas alternativas quando necessário.

4. ANÁLISE

Neste capítulo abordamos as análises de nosso *corpus*. Como já foi mencionado dividimos esse momento em duas grandes partes. A primeira se refere às análises individuais de cada um dos sujeitos. Em tal parte temos as categorias práxis política, drama e sentido como principais orientadoras do nosso olhar. Por sua vez, na segunda parte realizamos uma análise transversal com o intuito de pensar elementos comuns que perpassam os processos dos diferentes participantes. Neste momento, foram feitos diálogos também com outros autores e referenciais principalmente da psicologia social e política.

4.1. Os sujeitos e suas histórias.

A sequência de apresentação das análises abaixo respeita a ordem em que elas foram elaboradas. Assim sendo, as análises foram feitas na seguinte ordem: Maria, Lúcio, Elis e Geraldo.

4.1.1. Maria

A. *Antes das vivências no MST: trabalho e família*

Maria é uma mulher negra, filha única, nascida em 1969 no interior de Minas Gerais. Viveu na zona rural de pequenas cidades até os dezoito anos. Estudou até a então quarta série do ensino fundamental em escola rural. Viajou com a família para o Pará aos sete anos, no entanto, tiveram que retornar a Minas cinco anos depois, pois as terras dos seus pais foram inundadas pela construção de uma barragem. Começou a trabalhar cedo como doméstica em sua pequena cidade natal. Realizou curso e trabalhou por algum tempo como agente de saúde na mesma cidade. Trabalhou como empregada doméstica em algumas cidades. Em uma viagem a trabalho para Brasília, ela conheceu o seu marido.

Eu conheci José em uma dessas viagens de Brasília, na última (risos de ambos). Ai depois que eu conheci ele eu parei de ir pra Brasília.

O envolvimento com José vai marcar profundamente a vida de Maria dali em diante. Aquela que até então ocupava apenas os papéis de filha e funcionária, passa também a ocupar o papel de namorada e futura esposa.

Só que lá também era assim, que [na cidade de] Novo Horizonte era assim tinha serviço pra mim que era no posto [de saúde], mas não tinha pra ele que era pedreiro. Então lá pedreiro não tinha. Então ele tinha que ficar muito lá [na cidade de] Montalvani e eu muito lá em Novo Horizonte. Ai ficava ruim, né?

[No posto de saúde] Eu fazia de tu... assim, eu pesava, media pressão, dava encaminhamento pro médico. Assim o pessoal dali vinha, precisava ir no medico, eu dava o encaminhamento. Ai todo dia tinha uma quantidade de pessoas que eu podia mandar pro médico na cidade, né? Que era uma vila. É uma vila. E tinha o posto de saúde central lá, então eu dava os encaminhamento e as pessoas eram atendidas lá. Eu fazia curativo, eu fazia visita domiciliar, ia na casa daquelas pessoas...tinha aquelas senhoras, pessoas idosa que não podia sair, eu ia nas casa medir pressão. Eu até ia longe assim na fazenda. Eu ia de pé, não tinha [Inaudível] não. Ai eu catava o aparelho e ia lá medir a pressão das pessoas. Tem doente que ficava internado ai quando saia do hospital eu ia nas casa aplicar injeção, aplicar injeção em criança, todo mundo que precisava. Ai eu mandava ficha também pra dentista.

Eu acabei largando tudo e indo morar em Montalvani.

Como podemos verificar, no relato acima, o papel de esposa passa a ter grande peso na vida de Maria. Ela que já havia deixado o trabalho em Brasília após conhecer o marido, deixa agora de trabalhar como agente de saúde para ficar junto dele em Montalvani (MG). O relato de Maria sobre o trabalho no posto de saúde nos mostra o quanto ela se sentia útil, realizadora de diversas tarefas e responsável por muitas pessoas neste cargo. Aparentemente, o papel profissional que ela desempenhava era muito ativo, diferente do papel de esposa nesse momento. Pouco tempo depois, ambos se mudam para Serrana (SP) em busca de melhores condições de vida.

Em Serrana, aos papéis já descritos de Maria, é agregado aquele relativo à maternidade. Ela relata as grandes dificuldades econômicas sofridas pela família nesta nova

cidade. O marido trabalhava realizando alguns bicos. Ela então começa novamente a trabalhar como doméstica e também a vender cosméticos para ajudar na renda familiar.

É, ela [empresa de cosméticos] veio do Japão. Ela começou aqui em Ribeirão e eu entrei. E foi rápido. Eu comecei ganhando 30% e logo logo eu cheguei nos 50%. Eu vendia bem, mas assim... não tava dando certo... porque eu tinha muito desentendimento em casa. Porque eu chegava aí eu tinha que sair... não tinha hora pra voltar. Tinha que vender. Não dava pra ficar muito em casa. Aí o “[inaudível] José num serve pra nada”. Mas eu acabei deixando pra não ter briga em casa. Tinha curso até de estética. Muita coisa boa tinha pra oferece... E eu deixei. E lá dava muitas oportunidades que eu acho hoje assim que foi bobeira eu ter largado eu tinha que ter, né? Eu tinha oportunidade de fazer cursos pra ser cabeleireira, manicure, né?

O trecho transcrito acima demonstra mais uma vez uma tensão entre o papel de esposa/mãe e o de profissional. Como no trabalho de agente de saúde, Maria se descreve como uma boa vendedora. No entanto, por motivos relacionados ao descontentamento do marido, mais uma vez ela interrompe sua vida profissional. No último trecho, pode-se notar o quanto para ela essa decisão afetou muitas oportunidades. É interessante perceber como o marido ocupa um lugar de poder e de influência nas decisões na vida de Maria nesse momento. Mesmo estando bem no trabalho, ela deixa o serviço, pois não agradava o marido. A postura de aceitação ou consideração e peso do que fala o marido, desempenhada no seu papel esposa, parece ser divergente e incompatível com as exigências e posturas no papel de profissional, no qual podemos inferir, pelo entusiasmo com que relata suas habilidades no trabalho, que ali ela conseguia apresentar certa autonomia e iniciativa.

A família – já com seis filhos – consegue, em Serrana, comprar um terreno e construir um cômodo onde passa a morar. Com muitas dificuldades cobrem a casa com telhas e conseguem água e luz para o local. Depois de algum tempo, Maria diz que José abandona a família, vai para Minas Gerais e vende a casa.

Aconteceu um problema lá, ele acabou indo pra Minas e eu fiquei sozinha em Serrana. E a gente ficou um ano separado. E foi difícil. Só que nisso ele vendeu a casa. Porque ele vendeu a casa eu fiquei muito brava. Tanto sofrimento ainda depois vende a casa. Eu aluguei uma casa e fui morar com os meninos. Só que... Eu tava grávida de João. Já vinha o sétimo (risos meus). E ele ficou em Minas e eu sozinha lá.

Ai um amigo meu morava em um sítio perto de São Simão e ele me chamou pra ir morar no sítio dele. Ai nós não íamos pagar aluguel, né? Ai eu fui.

Após ser deixada pelo marido, as condições de vida de Maria e seus filhos se precarizam e ela depende da ajuda e solidariedade de conhecidos. Maria passa a morar junto com os seus sete filhos de favor no sítio de um amigo. Nesse período, ela relata estar trabalhando na casa de uma família até adoecer e não poder mais realizar a atividade.

Mas ai eu percebi que não dava pra ficar com essas crianças morando de favor e sendo que eles tinham o pai e o pai tava lá em Minas. E já tinha arrumado outra e tava [Inaudível]... Mas mesmo assim. Eu falei: “Eles têm pai. Quem tem que ajudar a criar eles é o pai”. Eu não vou ficar criando filho sozinha também não, né? Ai eu peguei e liguei pra ele e chamei ele de volta.

É, é. Eu chamei. Ele falou assim: “E agora?”. A mulher tava grávida. Eu falei: “Ah não sei, se vira. Não mandei você engravidar ninguém (risos ambos). Seu compromisso é aqui. Você já tem os seus aqui. Você que sabe o que você vai fazer lá”. Ai ele pegou largou lá e veio embora (risos de ambos).

Nesse trecho, podemos identificar um ponto culminante de mudança. Evidentemente, tal ponto é o resultado de todo um complexo processo anterior, mas nesse momento emerge um salto qualitativo na postura de Maria no papel de esposa/mãe. Aquela que anteriormente se calou diante da perda de empregos e oportunidades profissionais, aquela que fora abandonada e tivera sua casa vendida pelo marido, passa agora a uma postura ativa de chamá-lo de volta para ajudá-la na criação dos filhos. A forma como ela descreve a situação apresenta não um tom de pedido pelo retorno do marido, mas sim uma ordem diante dos deveres dele. Após a ligação da esposa, José retorna ao estado de São Paulo e volta a viver com Maria e seus filhos em Serrana.

B. Experiências iniciais junto ao MST: das concepções midiáticas às vivências concretas

De volta à Serrana, a família de Maria seguiu sua vida. Ela relata que voltou a realizar algumas faxinas e que a relação com o marido “*um mês tá tudo bem outro mês tava lá em baixo de novo*”. É nesse momento da entrevista em que ela cita pela primeira vez o MST.

Ai a gente ouviu. Eu ouvia falar do movimento e falava assim: “Ah esse povo aí não tem o que fazer né?” (risos meus). Ai quando eu via, mas também só pela televisão que eu via falava: “Tanta mulher nova, podia tá trabalhando, fica lá. Tanto homem novo podia tá trabalhando na usina, podia tá cortando cana. As mulher podia tá fazendo uma faxina... E fica lá. Parece que não pensa”.

“Fica lá...” Eu pensava que eles não faziam nada de importante. “Ficam querendo tomar a terra dos outros, né? Porque não vai trabalhar pra conseguir um lote pra eles...”.

Nesses trechos, Maria relata sua concepção sobre o MST antes de conhecer algum militante ou de entrar para o movimento. Ela cita a televisão como fonte das informações que ela tem sobre o movimento naquele momento. O sentido que ela traz é extremamente pejorativo: como grupo de pessoas que não queriam trabalhar para ter sua propriedade, mas sim “tomar” as terras dos outros. E mais

“Fica aí roubando dos outros. Não tem que fazer não? Povo tudo doido”. Eu tinha também medo deles também. Quando ocupou a [a terra da usina] Nova União lá, eu falava assim pro José não andar sozinho lá não porque os sem-terra tava lá. José trabalhava lá na usina e eu falava: “Não, você não vai andar lá não, sozinho não”. Porque eu achava que matava. Encontrava assim sozinho já matava. Assassinos também. É eu achava tudo isso.

Nesses relatos, podemos perceber a predominância de um sentido sobre o MST como sendo formado por criminosos – vagabundos, ladrões e assassinos – e tal sentido despertando na entrevistada um sentimento de medo.

Ahh quando que via o MST só pela televisão eu fazia umas críticas, né? É que eu via na televisão eles com facão, com foice e eu achava... Eu não entendia o porque de tá com a ferramenta na mão. Eu achava que era: “Quem entra aqui, nois vai corta”. Eu achava assim, que tava com foice, com facão, com enxada, eu achava assim que eles tomavam a terra e quem entrasse eles matavam.

Ai a televisão também não me falava que era isso [pessoas do MST com ferramentas simbolizando a necessidade de trabalho]. Eu via o que eu criava na minha mente que era assim. Na verdade eu não criava aquilo lá sozinha. A mídia me mostrava, fazia com que eu pensasse assim.

Maria traz várias vezes a televisão como mediadora de seu contato prévio com o MST. Ela diz que enquanto o via só pela televisão não entendia porque as pessoas carregavam ferramentas e achava que isso se devia ao fato deles matarem qualquer um que entrassem nas terras ocupadas. Esse sentido construído por Maria é fortemente partilhado no senso comum da ideologia hegemônica atual. Não raro, os meios de disseminação ideológicos hegemônicos – entre eles revistas, jornais e televisão – veiculam informações que se coadunam com as descrições feitas por Maria. Assim, antes de ela ter uma vivência concreta com o MST, acaba construindo seus sentidos sobre o movimento tendo como base tal concepção hegemônica de mundo disseminada das mais diversas formas possíveis.

Ai passou um tempo. Um dia chegou um homem lá em casa e começou... Ele tava procurando até um salão lá pra ele corta o cabelo. Ai o José falou: “Tem um salão tal aqui nessa rua, mas eu também corto cabelo, mas eu não tenho um salão”. Ai ele falou: “Não, eu corto aqui mesmo, tem nada não”. Ai entrou, tinha uma área de serviço assim, eu tava lá lavando roupa e eles lá começaram a conversar e o homem falou que ele era sem-terra. Ele falou que ele era do MST. Ai eu pensei: “Meu Deus! Eu tô com um monstro aqui dentro de casa” (risos todos). Ai eu falei: “Nossa, eu nunca tinha conversado com alguém... Só tinha visto na televisão”. E ele falou que era sem-terra e começou a falar. E eu comecei a prestar atenção. Ouvi ali e achei interessante o que ele tava falando. Começou a fazer um trabalho de base.

A fala transcrita acima relata o primeiro contato da família de Maria de fato com o movimento sem-terra. Esse contato foi por meio de um militante que procurava um local onde pudesse cortar seu cabelo. Vale destacar a fala de Maria sobre nunca ter conversado com alguém do MST, mas apenas visto na televisão. As possibilidades de sentidos advindas da vivência da relação concreta com essa pessoa do movimento começam a entrar em choque com aqueles sentidos já sedimentados advindos da televisão e de outros mediadores.

Trabalhavam em coletivo. Falou que eles não... Moravam na roça, mas eles não se matavam de trabalhar. Porque também assim, antes o pessoal da roça tinha que pegar cedo assim, seis horas da manhã e trabalhava até meio dia. Vinha almoçava. Voltava de novo. Pegava de novo naquele sol rachando. Trabalhava pra se matar e não tinha trator, não tinha nada (risos dela). E assim ele começou a falar: “Não a gente trabalha duas horas por dia. Trabalho das oito às dez. Ai vai o coletivo, né? Duas horas de cada um, né? Rende bastante o serviço. Ai à tarde a gente vai fazer reunião, vai fazer planejamento, vai fazer um monte de coisa [Inaudível]. Ai eu falei: “Nossa que coisa interessante”. Ai ele falou das escolas, tinha escola pras crianças. Foi falando. Ai chamou José para ir na casa dele. José foi... No final de semana o José foi e receberam ele muito bem. Ai deu pra ele milho, mandioca, abóbora, um monte de coisa que veio de lá.

É interessante perceber como o membro do MST traz elementos mediadores do cotidiano para apresentar o movimento, como o trabalho e a escola das crianças. Essa mediação, no caso de Maria, dialoga com os demais elementos de sua vida e constrói as bases para uma mudança de sentidos possível a partir das potencialidades e contradições presentes na então configuração do seu drama subjetivo. As questões envolvendo o trabalho e o acesso à educação para os filhos formam aparentemente pontos críticos para o início de mudança de sentidos, complementam desejos e esperanças, numa dinâmica de oposição aos sentidos já dados ao movimento. As palavras do militante tocam dimensões subjetivas e objetivas e instauram contradições em movimento. Pois as dificuldades no trabalho e no acesso à educação para os seus filhos eram sem dúvida questões chave na vida de Maria, construídas a partir de suas vivências diversas. Também é relevante destacar que as mudanças de sentido não são apenas respaldadas pela retórica do militante. A esse elemento inicial, soma-se a experiência concreta que José tem junto ao assentamento na visita a esse militante. Também, após a vinda do primeiro membro do MST, outro militante passou a frequentar a casa e conversar com a família.

Ai eu fiquei assim convencida até [Inaudível]. Ai depois eu falei pra minha amiga, vizinha minha: “Sem-terra não é nada daquilo que eu penso. Daquilo que a gente vê”. Ela falou: “Ah, mas é bravo”. Eu falei: “Não é não. O rapaz que veio aqui, ele conversa”. Ai um dia o rapaz foi em casa de novo, ai eu chamei ela pra ouvi ele conversar. Ai fico ele mais José pra lá e nós pra cá. Ai ela falou: “Nossa como pode,

parecia que eles eram tudo uns doido. Um pessoal que não tem... Mas não é isso". Ai nós ficamos interessados.

Pesquisador: E toda aquela coisa que você tinha construído essa conversa com o homem, com o rapaz, conseguiu mudar isso?

Maria: Mudou, mudou. Mudou. Mudou. E eu... Já José conversou com ele e perguntou se não tinha como nós irmos pra lá (...).

Está presente no relato como as vivências junto às pessoas concretas, membros do MST, possuíam o potencial de mudanças dos sentidos construídos a partir de informações preconcebidas. Desde então, José se cadastrou em uma lista de pessoas interessadas em participar de futuras ocupações de terras. Segue abaixo o relato sobre o momento em que José foi chamado para a ocupação.

Ai quando foi... um dia, uma tarde... ai liga lá: "Vem rápido que a ocupação vai ser essa noite". Nossa. E agora ficou apertado (risos dela). Ai deu medo.

Ai ele [José] me perguntava: "Eu vou ou não? Se você falar que eu vou eu vou se você falar que eu não vou eu não vou". Ai eu fiquei assim, falei: "Meu Deus. Se o negócio lá der certo e ele ver os outros lá tudo bem, vai falar: 'Oh, por culpa sua nois também podia tá bem, né?'. Se o negócio não dava certo, ele falava: 'Ai tá vendo, você falou pra eu vir'" (risos de ambos). Ai eu falei pra ele: "É o seguinte: vai fica 15 dias. Duas semanas dá muito bem pra você saber se é bom ou se é ruim, né? Com 15 dias a gente vê isso". Já foi e "nossa é muito bom, é um [Inaudível] muito". Ai entramos. E já fomos de vez pra lá e já ficou.

A transcrição acima demonstra a hesitação diante do momento da ocupação. Seria ali que a família decidiria se de fato participaria ou não do MST. Até então eles haviam apenas conversado sobre o movimento; a partir daquele momento seria exigido deles a práxis própria do MST. Diferente dos momentos relatados anteriormente, dessa vez José pede a ajuda de Maria para tomar a decisão. Segundo o relato, é ela que tem a palavra final sobre participar ou não da ocupação. Entendemos que aqui é apresentado mais um ponto crucial de mudança na trajetória de Maria. É a partir desse momento que sua família decide aproximar-se realmente da práxis do

movimento sem-terra, ou seja, é aqui que a mudança de sentido sobre o MST, que está em processo, se concretizará em práxis política concreta. Após a ocupação, a família de Maria, já com oito filhos, passou a morar em um acampamento vinculado ao MST em Batatais.

Eu achava umas coisas meio esquisitas. Tinha umas coisas que eu não entendia. Porque o povo soltava foguete e saía todo mundo correndo com uma enxada, uma ferramenta na mão. Ai na hora de corre com a ferramenta na mão eu falava: “Ah eu não vou pegar a ferramenta não. Porque se a polícia vir...”. Eu ainda não tinha entendido porque da ferramenta (risos meus). Ai eu ia. Gritava lá, chamava uma assembleia, soltava um foguete, pessoal ia tudo correndo. Eu ia também só que eu não levava nada. Porque eu falava assim: “Se a polícia chegar aqui, pelo menos eu não tô com a ferramenta na mão, né?”. Eu achava que o crime era menos.

Segundo a fala anterior, a entrevistada ainda estava com receio de agir segundo as práticas do movimento. Ela participava das ações, mas ainda não entendia muito bem o significado de vários elementos que compunham aquelas atividades. Podemos dizer que a sua práxis política até então aparentemente possuía um âmbito familiar, ou seja, visava transformações das relações econômicas e sociais restritas à sua própria família. Além disso, essa práxis possuía um cunho reiterativo e pouco reflexivo. Assim sendo, as suas ações ligadas à “militância” eram dadas seguindo o modelo dos demais e sem grande reflexão sobre elas mesmas. Os significados de muitos elementos daquela práxis ainda não estavam claros.

Ai quando foi um dia na reunião começaram explicar o porquê da ferramenta. Explicar da bandeira. Das cores da bandeira. Que o vermelho representava o sangue derramado pelos companheiros que tombaram na luta... Lutando pela... por nós, né? Que muitas vezes a gente nem sabia, né? Companheiros lá eram mortos. O vermelho representava o sangue. Ai falou que o preto é o luto, né? Pelas pessoas. E o branco é a paz, né? Ai falou do verde também, da floresta. Ai eu fiquei assim: “Nossa tô boba memo. Tem que andar com o facão na mão mesmo”.

A transcrição acima relata o processo de entendimento que a entrevistada passa a ter sobre os símbolos do movimento a partir de uma formação. O facão na mão agora não será mais uma ação com sentidos construídos de forma especulativa por ela, mas será um ato cheio de sentidos e significados partilhados com os membros do movimento.

O que mais marcou foi quando... o Marcos falou assim: “Olha, isso daqui não é pra ninguém ficar rico. Tá certo que se alguém enrica, não faz mal, né? Mas o objetivo de vocês virem pra terra não é pensando em enricar, isso aqui é pra você ter um lugar onde você vai morar, construir sua casa, produzir sua alimentação pra você, pra sua família e poder também vender pra você tirar o sustento. Pra você não pegar... ficar buscando sobra de varejão dos outros. Pra você não ficar morando de aluguel. Pra você muitas vezes não fica ai de baixo de viaduto, né? E não desmerecendo as pessoas que moram na favela, mas pra você não ir lá criar seus filhos na favela. Você poder ter um lugar pra você morar com sua família e você daqui tirar o seu sustento e ainda pode ajudar as outras pessoas também se você quiser. Você não vai enrica. ‘Vindo aqui vou ficar rico’. Se você enrica também não tem nenhum problema” (risos ambos).

Então o que me chamou mais forte pra mim assim foi isso. De você poder ter sua casa, ter seu lugar que você pode produzir e também pensar nas outras pessoas. Pensar em produzir alimento de qualidade, sem veneno [Inaudível] sem veneno, sem agrotóxico. Você vai dar uma alimentação de qualidade. Você pode ter pra você e pode oferecer pras pessoas também. No caso, você pode vender e comprar o que falta. Você pode também dar pra pessoas, né? Que isso é bom. Você poder falar: “Eu posso dar um caixa de mandioca que tá precisando, né? Eu posso dá uma abobora pra fazer um doce”. Ter uma coisa assim. Então eu achei isso: “é isso que eu quero”.

No trecho anterior, Maria relata a fala que mais a marcou no momento de entrada para o MST. Mais uma vez é interessante perceber que o que marca, e possivelmente atua na transformação dos sentidos de Maria sobre o MST, são as falas que se referem a problemas por ela vivenciados concretamente, com elementos significativos no seu momento e contexto. As vivências anteriores de Maria a mostraram que criar tantos filhos não é uma tarefa fácil. Ao militante colocar o movimento como uma possibilidade de se conseguir essa meta, ele toca fundo nas preocupações da entrevistada enquanto mãe. Possivelmente, é gerada aí uma tensão entre os sentidos prévios sobre o MST de Maria e seu papel de mãe. Em geral, o dever do militante é agir nas tensões do drama subjetivo que são contradições pelo seu caráter de possível gérmen de mudança, e fazer com que a partir dessas e de outras contradições os sentidos sobre o MST sejam reconfigurados. O sujeito aqui é visto como agente ativo em todo o processo. As intervenções dos militantes não são irrecusáveis, exatamente porque esse sujeito também age sobre seus próprios sentidos e seu próprio drama subjetivo. Há noção de

coletividade de Maria quando ressalta o desejo de também cooperar com outras pessoas e famílias. Provavelmente a oportunidade de realizar tal cooperação também propiciou alterações de sentidos.

Ai você vê e fala: “Puxa vida, ele também não tinha. Ele conseguiu, eu também vou conseguir”. Isso dá um... aquele animo. Então eu vejo [o MST como] uma família, ali se tornar uma família. Ali você começa a ver que aquilo é uma coisa que acontece, não é que fica só na história. “Ah não, é lá longe que aconteceu”. Não! Você tá vivendo. Aquilo é uma realidade e daí a pouco a gente também consegue. Eu também consigo ter a minha casa, ser assentada e tal. Ai você vai vendo. Ai é quando você começa a ver as outras pessoas lá e você quer buscar todo mundo, né? “Puxa vida eu conheço alguém que também, que tá lá”. Ai você quer que as pessoas venham também. Eu vejo assim, uma família.

Na fala anterior, podemos identificar elementos que motivaram a entrevistada a estar no movimento. Ela ressalta o “animo” que sente ao perceber que as pessoas de fato conseguem a terra e as suas casas. Os exemplos trazidos pelos membros já assentados parecem fortalecer muito as esperanças de Maria na eficácia da luta junto ao MST. Há também nesse relato a menção ao MST como uma família, pelos vínculos criados ao se lutar, sonhar e conquistar objetivos comuns. Podemos identificar também nesse trecho um processo de mudança de uma práxis de âmbito restrito ao núcleo familiar, como indicamos no momento de sua entrada, para uma práxis em um nível comunitário. Inferimos esse processo a partir da referência àquela comunidade como uma grande família e ao relato da tentativa de trazer mais pessoas para tal família-comunidade.

C. A participação no movimento: lutas e aprendizados

Ai eu comecei a participar. Assim eu... não faltava de nada que tinha. Chamava pras reunião, soltava foguete, ai eu corria pra lá também. Era duas horas da manhã soltava foguete eu ia. Porque eu queria aprender. Eu assim... eu acho assim que quando eu não conheço uma coisa e... eu quero saber como é que é aquilo, como é que funciona pra eu pode fala, né?

Porque eu vi que eu imaginava uma coisa, não era aquilo que eu tava imaginando. Eu tava falando mal de uma coisa que eu não conhecia, né? Que pra eu falar de uma coisa eu tenho que saber. Tem que ter conhecimento daquilo pra depois falar [Inaudível] se não tem. Ai eu falei: “Não, eu tenho que conhecer”. Então assim, tinha uma reunião eu tava lá.

O trecho transcrito demonstra a participação intensa a partir de determinada vivência no MST. Entendemos que essa vivência envolve o entendimento de alguns aspectos básicos do movimento sem-terra, como seus símbolos, objetivos e meios de luta, mas não só. Esse engajamento se dá pelo conjunto das vivências experienciadas por Maria. Ou seja, envolve aspectos cognitivos de entendimento, mas também aspectos afetivos e volitivos ligados à criação de vínculos e identificação com as pessoas presentes no acampamento ao ponto de vê-los como uma família. Podemos também ver, no trecho, o quanto o movimento passa a ser um vetor poderoso em sua vida. Ao assumir o papel de membro do MST, Maria passa a participar de todas as atividades às quais é chamada. Interessante perceber, no entanto, que essa adesão aos compromissos do movimento não parece se dar por uma via de coerção por parte das lideranças. Ao falar sobre sua participação, Maria transmite a ideia de que sua adesão é uma escolha dela. Ela demonstra uma forte vontade em aprender mais sobre as questões relacionadas ao MST, começa a desempenhar um papel de militante-aluna do movimento.

Eu ia entendendo e já não tinha mais aqueles pensamento de que queria matar. Que não era nada disso que eu pensava. Eu fui entender que a televisão mostrava as coisas distorcidas que era pra pessoa pensa do jeito que eu pensava mesmo. Pra não se juntar a eles, pra não mudar a situação nem as pessoas.

No relato acima, a entrevistada fala um pouco sobre o seu processo de formação no MST e como ela entende a função ideológica dos meios de comunicação. Vale ressaltar a concepção de participação no MST que ela traz nesse trecho. Ela relaciona a ação do movimento com a transformação da situação e das pessoas, aproximando-se em muito de nosso entendimento de práxis política.

Após quase um ano no assentamento, há uma ação de reintegração de posse.

Não tinha como resisti não. Ai teve que sair. Ai eu tava, Flavinho tinha nascido naqueles dias. Ele tinha alguns dias de nascido. Ai todo mundo pego suas coisa todo mundo saiu.

A gente teve dois despejos. A gente foi despejado de dentro da fazenda e a gente foi despejado também de dentro do [ginásio de esportes de Batatais]. Que a polícia deu também algumas horas assim pra gente sair de lá também. E joga nossas coisas... Tinha um lixão do lado lá e nossas coisas foram jogadas tudo lá. Tivemos que corre com os colchão de lá, com as criança de lá. E o Flavinho era ainda um bebezinho.

Naquela época em que falaram pra mim assim... que eu tava com o bebezinho... que eu tinha que sair. Esperar as coisas tranquilizar pra eu voltar. Eu penso assim: se eu tivesse voltado eu tinha ficado covarde. Talvez eu não tava onde eu tô hoje. Porque às vezes pras pessoas ver não parece ser muita coisa, mas pra mim é um avanço e tanto que eu tive na minha vida, no dia-a-dia assim... O que eu conquistei.

E o objetivo... Ai eu já entendia que o objetivo nosso ali era um só. E que se eu saísse pra depois eu voltar quando as coisas estivessem tranquilizado pra mim era covardia. Eu tinha que tá junto em todos os momentos assim, né? E eu sentia ali naquele... que todos que ficou ali, pra mim era uma família, sabe? Eu não via assim... Pra mim ali era minha família, né? Então eu falava: “Não, eu não vou”.

Que diferença, né? Isso tudo por causa de que? Da convivência ali, né? Comecei a participar junto, comecei a entender, né? Que de longe, né? A imagem que eu criava era outra.

A transcrição anterior aborda as dificuldades enfrentadas após a reintegração de posse do acampamento onde Maria morava. Segundo a entrevistada, muitas pessoas a aconselharam a deixar o MST, mesmo que temporariamente, dado que ela havia tido seu filho mais novo há poucos dias. No entanto, ela se nega a deixar o movimento. Ela relata que deixar aquela família, a qual tinha um mesmo objetivo, naquele momento, seria uma covardia e se recusa a fazê-lo. Podemos entender essa decisão como fruto do engajamento que Maria passou a ter junto aos acampados e aos fortes vínculos ali construídos. Engajamento esse ligado ao entendimento sobre o movimento, mas também às vinculações criadas com as pessoas

daquele local, compondo uma rede de sustentação calcada em elementos de conhecimento e elementos emocionais; uma composição dramática subjetiva na qual elementos cognitivos e afetivos são indissociáveis. A mudança de sentido atribuída aos sem-terra de criminosos-temidos para família-querida passa por momentos de formação e estudos, mas também de convívio e partilha de dificuldades e esperanças cotidianas. Tal decisão, em suma, está ligada a vivência – com sua complexidade cognitiva e afetiva – no acampamento que pôde potencializar as contradições presentes no drama subjetivo da entrevistada, fazendo com que houvesse novas transformações nos sentidos atribuídos ao MST e aos seus membros.

“... eu vou continuar aqui”. Eu vi que foi ali que eu ganhei uma... que me deu assim... um padrão de resistência. Eu vejo que se naquele momento eu tivesse deixado a maré passar. Falado: “Depois, quando tiver um barraquinho, tiver um lugarzinho eu vou lá”. Parece que eu ia ficar naquela mesmo... querendo as coisa, mas que os outro fizesse pra mim. E não era isso. Eu quero, vou fazer. Falta muita coisa eu sei que falta, mas eu não desanimo não (risos ambos).

Acho que a gente tem que ser igual ao bambu, ser resistente. Você dobraaavaaa e o bambu não quebrava” (risos ambos).

Importante buscarmos compreender não apenas os elementos relacionados à decisão de ficar no assentamento, mas também os efeitos gerados por essa decisão. Segundo Maria, aquele foi um momento crucial, no qual ela estabelece um “padrão de resistência”. Entendemos que optar por ficar junto ao MST naquele momento se dá por determinada composição de sentidos de Maria. No entanto, essa opção também gera alterações nesses sentidos. Ela entende que, a partir daquele momento, estaria consolidada uma postura ativa diante da vida: ela não mais esperaria que os outros fizessem por ela, mas ela mesma não desanimaria da luta pela busca de seus objetivos. Esse momento marcante de mudança foi assim possível devido a todo um processo anterior de construção e transformação de sentidos diversos. Essa postura diante do engajamento político não se limita a essa esfera. Ela ancora-se no conjunto das vivências anteriores, seja como esposa, filha, mãe ou profissional. Assim, a composição dos sentidos sobre o MST e a participação no movimento não se limitam a vivências apenas ligadas a essa temática, mas são compostas dos mais diversos sentidos construídos durante diferentes situações – familiares, profissionais, políticas, etc.

Após serem expulsos do ginásio de esportes onde estavam, os sem-terra foram para o então acampamento Mario Lago em Ribeirão Preto. Lá a família de Maria é acolhida por um militante chamado Geraldo em sua casa. Mesmo diante da oferta de um lote no Mário Lago, Maria ainda opta por esperar o retorno a Batatais. Quando perguntada sobre o que gostava tanto em Batatais ela responde

O Lugar e o povo. Porque sabe assim, quando eu já tava sendo assim uma pessoa excluí... quase excluída, ah sei lá quase ou já excluída mesmo. Sendo excluída, muito discriminada...

Fora do assentamento. Antes quando eu morava com meus filhos, já era discriminada, tava praticamente excluída da sociedade (risos dela). Que era tanto coisa que eu não podia, que eu não podia. Que as pessoas falavam: “Não”. E dentro do acampamento não. As pessoas me tratavam igual os outros. Eu tinha o mesmo direito que os outros, né?

Me tratavam [fora do acampamento] assim como se fosse irresponsável, sabe? Por ter as crianças. Ai... ah era muita coisa que falavam. “Ah isso você não pode. Ah você não vai conseguir”. Como se eu não fosse alguém que tivesse algum prestígio, sabe?

No acampamento não. “Você vem, você vai conseguir, você pode. Você tem criança? Ai que bom. Que família...” (risos ambos). “Ai que bom uma família grande aqui. É isso que nós precisa. Nós quer bastante criança aqui”. Então sabe, eu sentia o amor das pessoas, né? Então eu comecei... eu gostava muito. Mesmo morando naquele barracinho de lona. A lona era aquela mesmo de quinta... (risos dela)”.

No trecho acima, é evidenciada a importância da vinculação afetiva no engajamento de Maria. Ela que antes se sentia uma pessoa excluída passa a sentir-se uma igual dentro do assentamento. O seu papel de mãe de vários filhos não é mais visto como algo negativo, pelo contrário. Ela não mais tem suas possibilidades de ação limitadas ou julgadas negativamente por esse papel. No assentamento, ela é incluída como todos os outros, ela sente o amor e o acolhimento das pessoas. Mesmo morando na barraca de lona, ela gosta do local por essa forte vinculação com seus companheiros. O relato anterior mais uma vez corrobora com nosso entendimento da importância dos aspectos afetivos na vinculação de Maria junto ao MST e na

construção dos sentidos sobre o movimento e sua participação nele, sentidos esses que orientarão sua práxis política.

Diante da impossibilidade de voltar a Batatais, Maria e sua família passam a morar em um lote no acampamento Mário Lago.

D. Aprofundamento da participação: maior envolvimento na militância

“Então eu pego o setor e ele vai trabalhar”. Então foi mesmo porque precisava ter um setor e ele não tava.

“José, vamo fazer uma coisa, eu vou pegar... Eu vou pro setor e você vai trabalhar”.

Os trechos acima se referem à entrada de Maria no setor de educação do assentamento Mário Lago. Segundo os relatos, toda família precisava (“tinha que”) estar engajada em algum setor do movimento. José começou a frequentar o setor de educação, no entanto, devido a seu trabalho, ele não podia acompanhar as reuniões ou realizar as tarefas. Assim, Maria decide tomar seu lugar no setor. Interessante perceber que segundo a fala da entrevistada é ela que toma a iniciativa de substituir o marido e não o faz a pedido dele. Essa postura pode evidenciar o entendimento do marido como o provedor da casa e por isso a necessidade de ele estar livre para o trabalho, mas também dá indícios da postura de iniciativa de Maria no papel de esposa.

No entanto, houve resistências quanto à entrada de Maria no setor.

“Porque a Maria não pode que ela não tem tempo, ela não vai da conta”. E se pegar o setor, você tem que pegar e assumi mesmo, né? Não é assim... Ai eles disse que não concordava por isso. Ai o Geraldo pego e falou assim. Primeiro tinha falado que não concordava e o Geraldo perguntou: “Mas porque vocês não concordam?” Ai eles falaram que era isso. Que era porque eu não... Porque eu tinha muita coisa pra fazer, né? E eles achavam que não dava. Ai o Geraldo pego e falou: “Se ela tá colocando que ela pode contribuir, eu acho que não tem que falar pra ela que não. Ela quer contribuir. Ela que se organiza e vai. Se ela tá falando então. Eu acho que tem que deixar”.

Na situação descrita acima, Maria volta a passar por uma limitação devido à quantidade de filhos que possui, assim como descreve que ocorria antes de sua entrada no

movimento. Aqui o seu papel de mãe de nove filhos dificulta a possibilidade de ela assumir o papel de militante. No entanto, ela tem junto a si um forte aliado, Geraldo. Ele defende que Maria participe do setor e acaba convencendo os outros disso. Esse voto de confiança de Geraldo possibilitou o início da práxis política de Maria junto ao setor de educação do Mário Lago, do qual ela será coordenadora futuramente.

A primeira atividade fora do acampamento que Maria realiza como membro do setor de educação é a participação do V Congresso do MST.

Ai eu fazia tudo... ai... é... A primeira atividade que eu fiz fora foi ir pra Brasília. Que eu fui no congresso, no quinto congresso.

Diferente, a situação foi diferente. Então isso também eu fiquei... Fiquei imaginando: “Ai gente, vim tantas vezes em Brasília...”. Mas essa foi diferente. Eu me senti assim outra pessoa, sabe?

De diferente, eu senti uma diferença... que eu sentia que eu tava melhor. Eu me sentia assim uma pessoa com outro conhecimento. Porque às vezes, muitas vezes... eu tinha até alguns conhecimentos de alguns direitos que eu tinha, mas eu não tinha coragem de lutar por eles. E hoje eu vejo diferente. Se eu tenho... Não tenho mais medo de lutar pelos meus direitos e pelo direito das pessoas e pelo direito das crianças. “É pra ir vamo”. Não tenho mais aqueles medo que eu tinha, aquelas incertezas... Aquelas dúvida...

Eu não sei pra onde ele [medo] foi porque eu não encontrei ele nunca mais e nem tenho saudade (risos ambos). Nem tenho saudade, sabe? A luta só me ensinou a ser forte.

Nesse trecho, fica evidente o quanto a própria Maria reconhece as mudanças que ocorreram consigo mesma. Ela já havia ido àquele mesmo lugar várias vezes para trabalhar, mas agora estava indo como militante do MST; era uma posição diferente, uma Maria diferente, uma nova organização de seu drama subjetivo. Ao dizer que estava tudo diferente, que se sentia outra pessoa e que não sentia mais medo, a entrevistada está evidenciando uma nova organização dos papéis subjetivos desempenhados pelas diferentes funções psíquicas e os sentidos que as compõem. Interessante ressaltar o destaque da entrevistada ao fato de não

sentir mais medo. Ela destaca aqui não um aspecto ligado ao entendimento cognitivo, mas sim um aspecto de cunho predominantemente afetivo e volitivo.

Participando agora do setor de educação e Ciranda, Maria começa a sentir a necessidade de formação para lidar com as questões que estavam entre suas tarefas, em especial as relacionadas à Ciranda.

Mas pra mim faltava uma formação pra eu entender o certo e o errado a respeito das crianças. Não é a mesma coisa dos filhos, né? Comecei ver que assim, os filhos você ter... Que nem, eu tenho nove filhos, eu tinha os pequenos. Ai com eles eu sei, eu sabia o que... Agora com as crianças da Ciranda era diferente. Ali se tivesse nove eu não sabia igual era dentro de casa com meus filhos. Eu vi que não era porque eu tinha bastante filhos que eu sabia entender lá. Era diferente, precisava de alguma coisa.

Maria apresenta um desejo/necessidade de se formar para práxis junto às crianças. Essa postura de militante-aluna de Maria já aparecia desde sua chegada ao movimento e agora emerge mais uma vez. Nesse mesma época, o grupo SEITERRA oferece formação junto aos cirandeiros. No entanto, Maria é escalada para ficar com as crianças e não para participar da formação. Sobre isso ela relata

Ai eu peguei e falei pro Geraldo, né? Eu falei pro Geraldo assim que eu queria tá é na formação. Porque eu precisava. Eu peguei e falei pra ele: “Olha, eu pretendo morar aqui pro resto da minha vida. Mas eu não quero só morar aqui e ficar pra lá e prá cá. Eu quero ter um conhecimento do que que eu faço. De qual rumo que eu tô tomando. O que eu vou fazer. Então eu preciso de formação”. Ai ele pegou e falou assim: “Então vai pra formação”.

Maria aqui demonstra sua postura ativa na busca por formação. Na fala da entrevistada a Geraldo, podemos identificar seu senso de engajamento junto à comunidade – não quer ficar “pra lá e pra cá” – e seu desejo de se formar para melhor cumprir suas funções. Sua práxis política aqui está vinculada de fato àquela comunidade a que ela pertence e não apenas a seu núcleo familiar restrito. Podemos inferir que a formação que ela procura significa a busca da possibilidade de realizar uma práxis política mais reflexiva e criativa.

A participação de Maria no MST gerou algumas tensões junto à comunidade religiosa que ela frequentava. Durante o tempo em que a família de Maria esteve acampada no Mário

Lago, houve algumas propostas de membros da igreja evangélica que ela participava para que ela saísse do movimento. Ela relata que o pastor procurava uma chácara para ela ir morar com seus filhos e que um casal de membros da igreja propôs que eles todos morassem em uma casa fora do acampamento. No entanto, mesmo diante da garantia do casal de um local de graça onde morar, José recusa a proposta.

José falou: “Não, nois num vai”. Ai eles falou: “Mas por que? Olha a situação que vocês tá aqui”. Ai ele pegou e falou: “Não, sabe por que? Porque aqui eu tô sofrendo, mas eu vou conseguir. Aqui nós não vamos ficar desse jeito. Nós vamos mudar. Aqui vai sair a terra e vai vir o dinheiro e nós vamos fazer nossa casa. E ir pra sua casa vai ser bom agora, mas daqui um ano você já me expulsou de lá”.

Entendemos que aqui José demonstra seu engajamento ao sonho de possuir seu pedaço de terra e à forte esperança de realizá-lo. Ele assume uma postura pensando não de forma imediatista, mas acreditando nos frutos que a práxis política de sua família pode lhes render futuramente. Mesmo a família negando a proposta do casal, o pastor da igreja continuava insistindo na necessidade de eles saírem do movimento social. Diante disso, Maria relata

Eu pensei assim: “Se Deus não quisesse que eu tava no movimento, ele não ia permitir que eu me sentisse bem lá. Porque eu creio que eu sinto... que o que Deus quer é que você tá bem”. Você vê sua família, se você conseguiu uma casa, se você consegue se relacionar bem com as pessoas, se você consegue ser vista como gente... Como você vai falar que isso não é de Deus? Magina! (risos meus). Eu vi assim a mudança da minha vida que tava mudando pra melhor. Então eu falei: “Não. É aqui que Deus quer que eu fique mesmo. E o pastor tá falando isso. É coisa dele mesmo e... Às vezes Deus usa uma pessoa pra falar com a outra. Você tem que ter... tá sensível pra você entender. Mas naquele caso eu vi que não. Que ele tava tirando do coração dele mesmo. Não era Deus que tava usando ele. Era dele mesmo. Às vezes por dó, né? (risos dela). Então é isso, foi assim. Ai hoje eu tô em outra igreja que eu já vejo que tem a cara do assentamento (risos dela).

No trecho anterior, podemos ver como Maria consegue eliminar a tensão que o pastor de sua antiga igreja estava incitando entre seu papel de militante e de crente. Mesmo diante a suposta superioridade teológica do pastor sobre ela, Maria nega a postura do líder religioso e opta pelo seu

próprio entendimento sobre a situação. Entendimento esse baseado no seu cotidiano concreto, o qual lhe demonstrava melhoras econômicas e sociais evidentes para sua família. Mais uma vez Maria possui uma postura ativa diante de alguma adversidade, ela não simplesmente adota a postura de seu “superior”, mas a entende, questiona e opta por não acatar. Interessante ressaltar que Maria não abandona o cristianismo, mas encontra uma igreja com a “cara do assentamento”. Ou seja, ela não elimina o papel de militante ou crente – papéis inconciliáveis segundo o seu antigo pastor - mas sim encontra uma forma de eliminar a tensão entre eles.

No entanto, existem tensões entre outros papéis desempenhados pela entrevistada e o papel de militante. Maria relata que houve um momento difícil em que seu marido ameaçou abandonar a casa da família se ela aceitasse uma função na direção do movimento social. No entanto, diferente do que ela poderia ter feito no passado, agora, junto ao companheiro Lúcio, ela elaborou uma estratégia para lidar com a situação.

Ai o Lúcio falou: “É o seguinte, não fala pra ele” (risos dela, de Lúcio e meu). Lúcio falou: “Oh, não fala pra ele que você foi indicada. E deixa...” Ai tinha uma reunião da direção e ela era uma reunião aberta pra comunidade participar, né? E lá que ia ser dado o informa dos dirigentes. Ai Lúcio falou: “Não fala nada pra ele e convida ele pra reunião ele precisa ir, né?”. Essa coisa de participar de reunião ele gosta, ele participa. Só fala: “Vamo, tá tendo isso”, que ele vai. “Ai ele tem que ir e lá na hora ele escuta. É impossível lá na hora ele fazer lá baixaria no meio do povo” (riso de todos). Ai tá. Eu pensei: “Baixaria lá ele não vai fazer, mas quando chegar em casa... (riso de todos). O Lúcio vai cuidar da minha pele quando chegar em casa”. E assim foi, né? Teve a reunião e ai lá a Gláucia foi lá na frente falar o nome de quem fazia parte da nova direção. E engraçado que o meu foi o primeiro nome que ela falou (risos de todos). Ai tá. Eu tava sentada assim na beira ai eu levantei, ele ficou lá e tal. Ai sai de lá ele [José] falou: “Nossa! Você é muito capaz! Você conseguiu”.

Em um trecho seguinte Maria relata o seu entendimento sobre como o marido mudou de postura.

Porque ele participou de toda a reunião. Ai teve aquela divisão de grupo onde todo mundo ia e discutia o que tava acontecendo no movimento, o que o movimento queria. Qual a problemática. E ele participou daquilo tudo, ai então ele sentiu também a necessidade igual eu te falei, né? Então ele também viu a necessidade, mas ele viu a

necessidade e ele se sentiu incapaz assim dele contribuir. E ele achou que eu tinha capacidade, que eu conseguia, sabe assim? Ele falou: “Não, oh, precisa mesmo você vai e eu tô aí”.

O papel de esposa que Maria desempenha aqui neste momento é bem diferente daquele demonstrado anteriormente. Antes o poder, em relação à autonomia de atuação de Maria na esfera pública e as tensões em conciliação com as atividades domésticas, estava aparentemente concentrado nas mãos do marido. No relato acima, parece que esse poder já não é monopólio de José. Ela de forma habilidosa não entra em choque direto com o marido, mas também não desiste daquilo que quer. Ela elabora uma estratégia que consegue fazer com que o marido mude sua posição diante do seu trabalho na direção do MST. Houve uma alteração das relações políticas do interior da família da entrevistada. O regime de poder já não é o mesmo de antes dentro da casa, as relações estão mais democráticas, menos autoritárias aparentemente.

Maria relata também algumas outras tensões entre seu papel de militante e esposa, mãe ou filha. Todas essas tensões estariam relacionadas ao pedido do seu marido, filho ou pais – os quais ela traz para morar em sua casa no assentamento – de ficar mais tempo com eles em detrimento das atividades do movimento. No entanto, nos casos relatados ela sempre consegue conciliar bem os diversos papéis. Sobre esse processo ela diz:

Assim, às vezes... Eu não sou assim de bater de frente. Daí deixo... Ai eu vou faço uma conversa e minhas conversa tem que ter resultado. Então eu sempre consigo (risos dela). Mas tem. Muitas vezes tem hora que eu falo: “Opa... agora”. Mas agora é isso que eu falei. Eu tô mais forte. É que antes aí. “Ah não vai, não vai, não vai”. “Ah tá bom, não vou”. Hoje não eu não vou teimar: “Eu vou e quero ir”. Não é assim. Eu vou explicar o que que eu faço. O que que eu tô fazendo. Porque, pra que, né? Eu não saio de casa pra ir em reunião porque é bonito pra ir lá em uma reunião. É porque tem uma necessidade, precisa. Alguém tem que ter um planejamento, alguém tem que pensar, né? Não é só ir lá e por no papel. Tem que fazer. As coisas precisam acontecer e pras coisas acontecer você tem que abrir mão de alguma coisa pra você, né?

Na transcrição acima, podemos verificar novamente o engajamento da entrevistada com a comunidade. Ela toma necessidades comunitárias como suas também, e se responsabiliza por contribuir para tais necessidades mesmo em detrimento de algumas demandas pessoais.

Maria com o tempo passa a ocupar posições de liderança no movimento. Ela descreve o seu processo de formação para as diferentes funções que ocupa no MST abaixo.

Ai eu passei a ir pra formação. Ai eu comecei a entender, fui entendendo. Ai depois veio... Ai eu passei a ser a coordenadora geral da educação. Nossa... (risos dela). Pra mim era: “Ai meu Deus o que eu que vou fazer?” Só que ai eu fui aprendendo no dia-a-dia. Começando a entender qual era o meu papel como coordenadora geral. Ai depois eu entrei... Também fui indicada pra militância. Ai cada vez era um susto pra mim assim. Eu falava: “Nossa e agora, militante?”. Ai eu comecei a entender também. Fui entendendo as coisas.

Maria evidencia aqui a sua busca por entender melhor as posições que ocupa e como esse entendimento se dá não apenas em formações e cursos, mas também na práxis cotidiana. Ela destaca novamente a importância de Geraldo nesse processo e relata a forma como ele era paciente diante de suas dúvidas e confusões.

E. Hoje: de “cachorro sem dono a joia rara”

Serão apresentados, nessa sessão final, os elementos relacionados às concepções atuais da entrevistada sobre diversas questões.

Quanto à participação dos jovens e crianças no movimento, Maria relata que muitos sentem vergonha de ser sem-terra, no entanto há outros que possuem postura de militante desde cedo.

Eles [crianças e jovens que participam das atividades do MST] foram pra lá pequeno e hoje assim pra eles não é vergonha nenhuma, eles criaram assim. Então assim na convivência. E aquelas que foi pra lá já maiorzinha e também viu os pais não participar tem muito dessa coisa. Acho que vai da família, sabe?

Então não é nem culpa dele hoje de não querer ser sem-terra. Porque ele foi criado daquele jeito.

Olha tem criança, tem jovem que já é bem assim. Que já tem aquela influência porque... Porque a criança, o jovem, que veio muito novinho e já entrou participando da Ciranda das atividades junto com os pais, hoje, eles já são até militantes assim.

Como podemos observar acima, Maria relaciona a participação dos jovens e crianças no MST fortemente à influência familiar. No entanto, ela também responsabiliza o setor de educação e Ciranda quanto à formação deles.

Hoje eu vejo assim, o setor de educação, ele traz um... Você tem que... uma responsabilidade muito grande, né? Você assume o compromisso de tá... Porque é assim não é só o cuidar, não é só por gostar de criança, né? Gosta de criança é uma coisa, mas você vê que o futuro, que o dia de amanhã tá aí na mão dessas crianças e que precisa assim, um adulto buscar experiência pra ajudar ela. Porque assim, a criança ela tem a vontade própria, ela tem decisão, só que assim. Precisa ter o adulto dando rumo, né?

O trecho acima traz parte da concepção de Maria sobre crianças. A entrevistada não as vê como pessoas apenas a serem cuidadas, mas as enxerga como futuro do movimento e, assim sendo, reconhece a responsabilidade do setor em formá-las. Tal formação estaria principalmente relacionada à necessidade do adulto “dar um rumo” aos jovens, os quais ela entende como sujeitos ativos, dotados de vontade própria. Quando perguntada sobre o quanto ela pensa que a Ciranda contribui para a participação das crianças e dos jovens, Maria responde:

Então, eu vejo assim, no meu modo de ver que a Ciranda contribui bastante com isso. Porque a gente procura tá ouvindo eles aí [Inaudível] um de nós que escuta uma criança falar e aí a gente já traz pro setor, né? E a gente discute em cima daquilo. A gente leva e diz: “Eu ouvi. A criança falou isso, isso e isso”. Aí a gente já vai lá tira um encaminhamento, já convida a todos. O setor, eu vejo assim que a gente trabalha mesmo a favor disso. De tá ouvindo as crianças e encaminhando junto com elas, né?

Notamos a importância que Maria dá ao fato de ouvir as crianças. Aparentemente, ela entende que o processo de formação de um futuro agente político passa pela experiência dessa pessoa em ter um papel ativo nas relações em que está inserida desde a infância. Segundo o relato, parece-nos que ela busca diminuir a hierarquia na relação adulto-criança/jovem.

Outra temática muito abordada durante as entrevistas foram as mudanças que a entrevistada sentia em si mesma antes e depois da participação no MST. Maria relata:

Até porque eu tinha uma dificuldade antes quando eu tava fazendo alguma coisa e alguém ia falar pra mim que não ia dar certo e começava a criticar aquilo que eu tava fazendo, eu não tinha muita força pra resistir. Eu acabava era deixando mesmo. Era fácil eu desistir das coisas. Eu queria, eu tentava. Alguém começava a criticar: “Isso não vai dar certo. É bobeira. Você não consegue, isso é pra outra pessoa”. Ai eu começava a achar que era aquilo mesmo. Depois que eu entrei no MST, não. Se eu tô fazendo alguma coisa e alguém diz que não vai dar certo eu não acredito. Eu acredito que vai dar certo. Eu fiquei mais resistente assim, né? (risos ambos). Então isso pra mim é positivo.

Porque eu era assim batia o pé pra mim eu já tava tremendo (risos ambos). Hoje não! Quanto mais assim às vezes os problemas vêm... acontece. Às vezes eu passo por... Hoje assim eu passo por momentos difíceis. Às vezes tem alguma coisa pra me afrontar, mas eu não tenho medo. Aqui eles só me ajudam a ser mais forte, me dá mais resistência sabe?

A entrevistada sintetiza nesse trecho a nossa hipótese sobre algumas mudanças ocorridas com ela relatadas anteriormente. Interessante ver nesse relato a resistência que Maria diz ter adquirido após a entrada para o MST. Entendemos que tal resistência é o resultado de vivências que extrapolam as vividas no movimento social, no entanto as experiências junto aos MST são marcos para a entrevistada de momentos de prova e desenvolvimento de resistência. Desta forma, ela identifica a entrada para o movimento como grande ponto de transformação em sua postura. Defendemos que a resistência aqui abordada por Maria está principalmente relacionada à esfera volitiva de sua práxis. Ou seja, diferente do que ocorria anteriormente, ela consegue agora manter sua vontade e motivação mesmo diante de críticas diversas. Essa alteração da esfera volitiva se dá, evidentemente, em articulação com aspectos cognitivos e afetivos.

Mas Maria reconhece mudanças em si não apenas relacionadas estritamente a sua prática junto ao MST.

“Ah eu não vou cumprimentar ninguém não” (risos meus). É às vezes eu passava assim... Hoje não. Eu passo: “Ou, oba”. Abano a mão pra todo mundo. Quero nem saber se ele vai responder se não vai, eu tô cumprimentando. Então eu fiquei mais assim... Desse lado das relações com as pessoas. Todo mundo eu converso.

Importante entender que as mudanças dos sentidos relacionados à participação política e ao MST e, conseqüentemente, às práticas ligadas a essas esferas, não se alteram de forma isolada do todo da subjetividade de Maria. Ele relaciona a sua participação no movimento com mudanças estendidas a outros âmbitos, como por exemplo, o relatado acima. Abaixo ela aborda as diferentes imagens de si que possui relacionadas a antes e depois da participação no MST.

Eu já me senti péssima. Eu não sei nem se eu devo falar isso aqui, mas eu já cheguei um ponto assim no meu passado, que eu me sentia assim como um cachorro sem dono. Hoje não, imagina (risos dela)!

Hoje eu não penso assim não, eu penso no meu valor, na minha capacidade. Que eu sou mulher. Que eu sou uma peça rara. Que eu sou uma joia (risos de ambos). É assim. Acabou aquilo graças a Deus.

Quando ela fala sobre a imagem de si antes e depois da participação no movimento, fica evidente que as alterações não se limitam à esfera estritamente política, no seu sentido restrito. Ela se sente diferente como um todo e não apenas em algum nível específico referente à sua militância. Os adjetivos utilizados por ela, “cachorro sem dono” e “peça rara”, revelam a forma como ela se vê em sua totalidade em cada um dos momentos. Evidencia assim, que as modificações no que se denomina normalmente de consciência política estão entrelaçadas com diversas outras dimensões que compõe o todo da subjetividade. Alterações em dimensões diversas da subjetividade parecem ter afetado a consciência política de Maria, assim como, alterações nesta dimensão impactaram diversos outros aspectos da sua subjetividade. É claro no caso de Maria que os sentidos relacionados ao seu papel de esposa e mãe estão fortemente ligados aos seus sentidos relacionados à participação política, sendo que ambos se influenciam mutuamente como podemos verificar ao olhar para sua história.

Quando perguntada sobre o que não mudou nesse tempo todo, Maria diz que o que permaneceu constante foi o seu apego a seus filhos, sua família. E sobre o que ela pensa que pode ter gerado tantas outras mudanças, ela fala:

É porque eu acho que eu fico mais próximo de pessoas que... pessoas que pensam positivo. Pessoas que também mudaram. Tipo assim, pessoas que acreditam na luta, pessoas que vai a luta. Então eu vejo pessoas assim. Ai eu acho que é porque eu fico mais próximo dessas pessoas.

Chega no MST. Ele tem a... recebe o convite. Aquele abraço, a amizade das pessoas. Você vê pessoas iguais a você. Aí você conhece pessoas que já foi igual a você, assim no caso conheço pessoas que também era igual a mim.

Nos trechos acima, ela, diferentemente de outros momentos, não inclui nos motivos de mudança a formação ou o aprendizado em sentido restrito. O que ela destaca aqui como forte influenciador da mudança são de fato as vivências concretas junto aos sem-terra e os vínculos criados com essas pessoas. Esse relato corrobora com a concepção de que o engajamento político se dá em um processo permeado de aspectos cognitivos, mas também afetivos e volitivos.

A entrevistada também fala sobre as mudanças materiais nas suas condições de vida após a sua entrada para o MST.

Eu vejo assim hoje, o meu lote, a minha casa, mesmo daquele jeito assim sem acabar, [Inaudível] não tem preço. Foi uma conquista muito grande, sabe? E pra mim assim... Meu Deus do céu tem pessoas que tem vergonha de morar lá na fazenda. Eu não. Eu tenho orgulho. Porque eu não tinha nada. Não, pra mim me engrandece.

E às vezes nem tinha condições de tá comprando [comida] naquela hora. Às vezes num dia tem no outro não tem. Hoje também às vezes acontece de não ter como comprar, mas hoje é mais fácil. Eu tiro três, quatro cacho de banana, quer dizer... Aonde? Eu nem tinha isso. Quer dizer isso melhorou também. Assim você pode... Tem outras coisas, mas essa questão mesmo da alimentação, da moradia. Eu acho assim, só foi melhora (risos dela).

Destacamos aqui a necessidade de lembrar a importância que os aspectos materiais ligados às condições de vida possuem também para a família de Maria. Ela revela que assim como muitos ela se aproxima do movimento primeiramente pela possibilidade de melhorar as condições econômicas de sua família. No entanto, ela relata que com o tempo ela pôde perceber que a participação no MST não se limitava a isso.

Mas aí depois há necessidade também da luta, da política [além da necessidade de ter um lugar pra morar], por que? Atrás ali vêm as discussões, né? Aí você começa se... se... Você tem um lugar pra morar, mas você pode conquistar muitas outras coisas

também. Então aí é quando você entra na política do MST, por que? Porque é uma necessidade também, que você não sabia que você tinha essa necessidade, né? E a partir do momento que você tá lá com a participação vai entender que há uma necessidade. “Ai eu sou capaz, eu também consigo”. Às vezes você não tá entendendo nada, mas vai lá e começa a participar junto, daí a pouco as coisas vão assim tomando um rumo na sua cabeça. Vai dizendo “Ah tá”. Ai consegue. Ai quando vê já tá lá envolvido (risos ambos) é isso aí.

Destacamos no trecho anterior como Maria identifica a política com a descoberta de necessidades que ela não sabia que tinha. Ela amplia o termo necessidade para a sua máxima potencialidade. Sobre esse processo ela continua:

E a partir do momento que a gente começa a participar da luta, aí vai formando a consciência. Ai a gente vê que tem que fazer a luta. Que além da terra tem outros direitos, outras coisas que a gente também pode conquistar.

Ele [o militante] não pensa também só nele, né? O que importa ali não é só um lote, uma casa, ele quer mais. Em busca de direitos, né? A escola, a saúde, então essas coisas todas assim.

Porque ali no barraco de lona a gente nasce de novo, né? Tudo muda, né?

A entrevistada relata não mais buscar saciar apenas as necessidades imediatas e materiais de sua família, mas sim conquistar direitos mais amplos para o conjunto de sua comunidade. Ela “renasce” a partir de uma transformação na configuração de suas funções psíquicas e os sentidos que as compõe, os quais possuem dimensões afetivas, cognitivas e volitivas indissociáveis. Essa nova configuração subjetiva irá propiciar novas possibilidades da práxis para a entrevistada. Toda esta transformação está relacionada ao conjunto de experiências de Maria durante sua história de vida, no entanto algumas vivências em específico são marcos mais significativos de mudança, como podemos perceber ao longo deste tópico.

Uma das características do momento ético-político é a superação da causalidade econômica em favor da teleologia política. Esta teleologia está ligada à atividade de, a partir da realidade dada, com seus limites e possibilidades, poder almejar um objetivo ainda não

posto, mas possível. A práxis política não se restringe à ação técnica dentro daquilo já existente, já dado, mas implica também na busca da construção de novas realidades a partir das potências da atual. Falando sobre sonhos, Maria relata:

O modo de vida [atual] que adocece. Que assim, que eles [crianças e jovens] possam ser diferentes. Eu sei que daqui pra frente... as coisas não tão fácil agora e daqui pra frente, né? E se você for olhar no modo geral assim a previsão é de ficar pior, mas eu não acredito assim: “Ah coitado deles, vai ser pior”. Não! Eu penso que eles vão ser melhores. Que eles vão conseguir algo que talvez eu não consegui.

Eu até tinha sonhos, mas eu não realizava nenhum. Tudo que eu começava, por algum motivo, alguém, alguma coisa, eu acabava deixando. Não ia até o final. Hoje eu tenho determinação. Eu consigo ter isso. Assim: “Eu quero eu vou conseguir”.

Acima a entrevistada demonstra grande otimismo em relação ao futuro das crianças. Ela consegue ver a partir da realidade já posta potências de melhores realidades futuras. No entanto, ela relaciona a realização de seus sonhos a sua luta e determinação. Maria não entende que seus sonhos se darão inevitavelmente ou pela ação de um agente externo a ela, mas que eles só serão possíveis a partir de sua persistência diante dos desafios.

Maria também fala sobre o orgulho que sente em ser militante.

O que eu sou hoje. Pra mim assim é uma grandeza e tanto. Num tem assim... falar... num tem preço. É uma coisa muito valorosa pra mim. Dou muito valor no que eu faço. Se eu não fizesse o que eu faço, eu nem sei como eu tava hoje. Talvez eu tava uma pessoa ai cheia de depressão, cheia, cheia de muita coisa negativa, sabe? E hoje assim, graças a Deus, minha luta eu faço com amor, gosto.

A entrevistada chega a relacionar a participação no movimento social, sua luta, à sua saúde mental. Entendemos que essa relação defendida por Maria é coerente ao entendimento que a subjetividade é uma totalidade orgânica e não podemos abordar, adequadamente, qualquer das suas dimensões de forma isolada. A esfera subjetiva da práxis política de Maria no MST não se limita a sua consciência política, mas compõe a totalidade de seu drama subjetivo.

Quando perguntada sobre a possibilidade de sair do setor de educação, Maria responde:

Não. Não [pararia de participar]. É igual o Lúcio falou, né? Só quando... Até que a morte nos separe.

Eu acho que é uma coisa assim que me... já tá no sangue mesmo. Que eu já me apeguei com a Ciranda com o setor. Não tem como parar.

E sobre aqueles que param de participar ela diz

[As pessoas saem do MST] Por falta de pensar mais um pouco. Falta de união. Porque às vezes a pessoa sozinha começa a pensar... Mas vem cá e conversa.

Maria relaciona o fato das pessoas pararem de participar principalmente à falta de engajamento ao coletivo e à falta de formação e entendimento adequados. Ela parece ter dificuldades em imaginar motivos para que as pessoas abandonem o movimento. É compreensiva esta dificuldade vindo de nossa entrevistada. Afinal, a participação no MST a transformou, segundo seus relatos, de um “cachorro sem dono” em uma “joia rara”.

4.1.2. Lúcio

A. Infância e juventude: precárias condições de vida e a dedicação à família

Lúcio, homem negro de 47 anos, nasceu em um pequeno município no Estado da Bahia. Sua família morou como agregada em diversos locais na zona rural e mantinha sua subsistência diante de difíceis condições econômicas e sociais. É o mais velho entre os sete filhos de sua mãe. Ele relata a presença esporádica do pai, o qual de tempos em tempos passava pela casa de sua família. Lúcio entende que a pobreza fez com que ele quase não tivesse infância, pois começou a trabalhar na roça para ajudar a mãe desde os oito anos de idade. Sobre os estudos, ele relata que apenas aos dezoito anos ele ouviu falar pela primeira vez sobre professores.

As vizinhas lá davam aula pros irmãos delas, pros vizinho lá. Aí que eu ouvi falar de professor. Eu tinha dezoito anos. Eu já trabalhava pros outro, nas firmas, plantando eucalipto, plantando pinho, caju, né? Mexendo com essas coisas. Ajudava minha mãe.

Sobre os pais, Lúcio descreve sua mãe como sendo muito severa e o pai, mesmo pouco presente, como um bom conselheiro.

Ela foi criada... ela é neta das duas partes de caboclo d'água. É gente assim... selvagem. Minha mãe era brava. Você não podia assim... Qualquer coisinha ela batia. Era assim de uma família bem severa mesmo, não tinha esse negócio de querer saber o que fez o que num fez. Ela chegava e já descia o bambu. Então eu... sofri muito assim discriminação, da própria família. Mas minha mãe com toda a ruindade... assim era o jeito de educar. Era o sistema de educar os filhos deles.

Mas ele era um bom pai, mesmo assim distante, mas ele era assim um bom pai. E quando ele aparecia pra nois, o pouco tempo que ele ficava ele explicava umas coisas pra gente. Uns conselhos bons, né?

Mesmo reconhecendo que a mãe era uma pessoa severa, Lúcio considera que ela o fazia para educar os filhos, ou seja, era para o bem deles. No que se refere ao seu pai, Lúcio destaca a importância de seus conselhos para a sua formação. O entrevistado diz que muito do que o seu pai o aconselhou ele “leva” consigo, como por exemplo, em especial, não discriminar ninguém e respeitar todas as idades.

O sentimento da vivência de processos de discriminação desde a infância aparece também em outros contextos.

Moramos num lugar em que as pessoas não davam muito valor em nois, né? Não dava muito valor em nois... Mas eu tinha na mente assim que eu queria ser alguém na minha vida, né?

Ai a gente morava ali até quando tava dando certo, aí quando não tava mais... Às vezes a pessoa queria muito é... como... discriminação, aproveitar porque a gente era pobre. Aí a gente dava um jeito de sair dali sem dar motivo pra ele. Sem dar o motivo pelo qual a gente saiu dali. A gente sempre dava um jeitinho pra sair dali, pra não ser escravizado do jeito que ele queria fazer, pra gente não perder o... Deixava ele curioso. Então a gente fazia dessa forma.

Nos depoimentos acima, Lúcio aborda como ele e sua família foram discriminados e explorados em diversos locais onde se estabeleciam. Nesse relato, aparece a vontade do sujeito ser “alguém na vida”, vontade essa que se manterá e ganhará destaque ao longo de sua história. Além disso, verifica-se que a exploração e discriminação não eram apenas aceitas de forma passiva pela família de Lúcio. Segundo ele, a família possuía um mecanismo para evitar “ser escravizada” que era fugir das terras onde estava trabalhando. Independente da eficácia de tal mecanismo, podemos percebê-lo como forma de resistência diante da exploração e discriminação impostas pelos patrões.

No que se refere à vida escolar, Lúcio relata:

Eu era o mais velho de idade lá da turma. Os outros eram de quinze anos pra baixo. Eu era de dezoito anos já. Era homem velho já. Lá dezoito anos é pai de família, na época era pai de família. Homem casava novo. E eu lá... Pelo amor de Deus... Eu com vergonha de ser mais velho e tá junto com aquelas moça ali. E tinha o negócio da palmatória. De bater nos outro. Tinha o negócio que passava a lição assim e aquele que acertava todas as respostas tinha que dá palmatorada na mão dos outros (...). E isso não tinha na minha mente fazer isso. Era uma palmatória desse tamanho assim ó. E você tinha que dá. Porque se você não desse de acordo com a professora aí você levava.

Lúcio descreve com incômodo sua breve e tardia experiência escolar. Segundo ele, tal incômodo seria devido à grande diferença de idade em relação aos colegas, à presença de garotas na classe e ao uso da palmatória, fatos que lhe causavam vergonha e constrangimento. Além do medo, o entrevistado também demonstra negação à violência que um aluno deveria impor ao outro por meio da palmatória como instrumento disciplinador de um determinado tipo de relação com o conhecimento.

Quando questionado sobre qual seria a importância de estudar, Lúcio responde:

Eh, porque... Eu via as pessoas às vezes falar no que o estudo era importante. Emprego bom, ser uma pessoa... Ser um advogado, ser um professor, ser um juiz, médico, né? Então, que muitas e mais várias coisas. Ser um conselheiro. Muitas coisas que eles falavam que era importante. Você assina um holerite de pagamento, para você entrar em uma firma você tinha que assinar o nome, receber o pagamento

você tinha que... assinar um cheque. Não sabia nem o que era isso, mas eles falavam esse negócio de cheque.

O entrevistado também revela outras motivações para ir à escola.

Então ali que me assustou [a palmatória]. E aí eu me apeguei com Deus e falei “Aprendendo meu nome eu vou sair daqui. Aprendendo meu nome eu vou sair daqui”. O negócio você tinha que aprender escrever pras namorada. Aquelas menina... Eu via os outros lendo as cartas das namoradas aquilo ali me tocou. “Eu tenho que estudar”. Aí eu comecei a estudar lá umas duas semanas.

Além de entender a educação como um meio de ascensão social, o estudar adquire também uma motivação específica para o entrevistado: a aquisição da escrita como forma de comunicação e de relacionamento amoroso. Aqui se relacionam elementos motivacionais econômicos pragmáticos (a busca de melhores condições de vida) e elementos ligados ao campo da afetividade e das relações sociais (vontade de se relacionar com as garotas).

Por fim, a educação também poderia oferecer, segundo Lúcio, outra grande oportunidade, a qual é definida por ele como um sonho: trabalhar em São Paulo.

Era um monte de coisa que me falava... Ai aquele lá tinha condições de vir para São Paulo. Quem não soubesse ler não tinha condições de vir pra São Paulo, trabalhar nas usinas. Lá o sonho era trabalhar nas usinas. Então eu pensava assim, né? Aprender pelo menos o nome já é alguma coisa, né?

Lúcio de fato permanece pouco na escola.

Mesmo com vergonha, mas eu ia. Fui Lá. Duas ou três semanas que eu fui e aprendi a fazer meu nome. Eu passava e via no chão assim... Aquele chão limpinho, eu olhava o caderno e escrevia no chão. Aí fui gravando. Eu não sabia... pronunciar uma palavra mas eu sabia que letra era meu nome. Aí eu comecei a fazer, aprendi, aí eu não fui mais (...). Mas eu arrependi de não ter continuado, mas foi uma coisa justa que eu fiz. Que eu não aprendi, mas meus irmãos aprenderam. Eu fiquei em cima deles pra eles estudar e hoje eles falam pra todo mundo que aprenderam... Que agradece que fiz a luta que eles aprenderam.

Eu dediquei no campo, na roça, trabalhar pros outro pra comprar o caderno pra eles, livro... E manter a despesa em casa pra eles não falar que não ia porque não tinha comida que tinha que ajudar minha mãe. E não deixava eles trabalhar. Eles só trabalhavam no dia que não tinha escola; aí eles vinham ajudar minha mãe. Então foi isso que foi colocar eles pra estudar.

Porque se eu não fosse alguém na vida, meus irmãos pelo menos poderiam ser. Então foi aí que eu, dentro da minha cabeça, vejo qual é a importância do estudo.

Com dificuldades, Lúcio permanece na escola o tempo suficiente para aprender a escrever o próprio nome e abandona os estudos para trabalhar. Por meio desse trabalho, o sujeito relata ajudar na manutenção da casa e dos irmãos estudando. Desde cedo, Lúcio desempenha um papel de profissional e divide com a mãe a função de provedor da casa. Isso faz com que a educação escolar possua um papel importante para o entrevistado. Segundo ele, tal educação seria um meio para ser “alguém na vida”. O orgulho do entrevistado emerge intensamente quando relata ter proporcionado a oportunidade dos irmãos estudarem.

B. A caminho do Estado de São Paulo: a esperança de ser “alguém na vida”

Surge em muitos relatos de Lúcio a sua preocupação com sua família e o seu suporte econômico. Ainda na Bahia, assim que o entrevistado aprende a escrever o seu nome, ele é empregado em uma empresa que lidava com plantações de “jojoba”.

Trabalhei dia e noite nessa firma (...). Consegui comprar esse pedaço de terra, coloquei meus irmãos... Coloquei meus pais lá com meus irmãos mais novo pra continuar os estudos (...). Foi aí onde eu casei minha irmã, né? Comprei essa terra. Só pra não deixar meu pai morando com os outro. Pra eles ficarem a vontade, né?

Meu jeito de trabalhar. A firma queria me carregar pra onde fosse. Onde fosse era pra eu ir. Mas eu não quis ir. Por causa da minha família. Porque eu era o chefe da casa.

Na transcrição acima Lúcio fala sobre o seu esforço para conseguir assistir economicamente sua família. O entrevistado desde cedo passa a desempenhar um papel de grande responsabilidade na econômica doméstica de sua casa. Da ausência da infância à

responsabilidade com os desenvolvimentos dos irmãos, Lúcio descreve-se menos como filho e mais no papel de profissional e corresponsável pelo sustento da casa. O participante fala com orgulho sobre o trabalho que realizava.

Trabalhava dia e noite. Quando eu cheguei lá comecei a trabalhar na enxada, aí virei encanador com o Pernambuco [colega de trabalho]. Aí o chefe lá... com a minha obediência, meu jeito de trabalhar, era esforçado, ele me botou pra trabalhar de encanador, pra ser encanador lá (...). Eu e outro rapaz. Nós trabalhamos com ele lá e nós aprendemos. Aí ele foi embora e ele falou: “Agora vocês que vão trabalhar com essa encanação”. E tinha que limpar o maquinário assim ó. Era dois analfabeto. Eu e o outro rapaz. Um pai de família e eu com vinte e um anos. Dois analfabeto. Mas como nós trabalhamos junto com ele, nós não fomos aquele analfabeto burro. Nós aprendemos a trabalhar com todo o maquinário da bomba. Tinha a bomba na beira do rio e tinha a bomba pra distribuir a água, onde a água tinha que ir. Limpar filtros nas horas tudo. E distribuir os padrão pra irrigar água na jojoba. E ficamos lá trabalhando lá. E aprendemos a fazer o serviço. E nois trabalhava dia e noite. Tem dia que nois passava direto. Aí saiu um dinheirinho bom.

No trecho acima, podemos perceber como Lúcio se sente orgulhoso pelo seu bom desempenho no trabalho. O entrevistado chega a criar um grupo dos “analfabetos burros” do qual ele estaria excluído. Assim, ele não era esse tipo de analfabeto, o que o permite realizar um bom serviço. O entrevistado ressalta o esforço e dedicação que ele empreendia neste emprego e o quanto isso fez dele um trabalhador competente e reconhecido.

No entanto, a perspectiva de trabalhar no Estado de São Paulo e conseguir melhores condições de vida para si e sua família se mostra sempre presente para Lúcio.

Porque eu vinha pra cá com a intenção de ser alguém na vida aqui. Porque já tinha sofrido muito lá (...).

A mudança para São Paulo aparece como uma esperança de assumir o tão buscado lugar de “alguém na vida”. Lugar esse que até então lhe havia sido negado em seu Estado de origem. A esperança de se tornar “alguém na vida” perpassa com muita frequência as falas do entrevistado seja como um projeto para seus irmãos ou para ele mesmo.

Lúcio relata dificuldades para conseguir realizar o desejo de trabalhar em São Paulo.

Ai emprestei um dinheiro pro meu primo vir pra cá arrumar serviço. Era a primeira viagem dele, né? Era pra ele arrumar um serviço e já segura uma vaga pra mim, né? Porque na época, meu amigo... Hoje eu tenho tamanho de homem. Na época eu tinha vinte e um anos, mas ninguém queria me trazer. Por causa do meu tamanho. Eu era homem na idade, mas tamanho eu não tinha.

A discriminação presente em tantos outros contextos também se revela no que se refere à esfera profissional de Lúcio. O entrevistado relata que foi necessário mandar um primo antes a São Paulo para que ele pudesse partir posteriormente. A constituição física do sujeito é sentida como o alvo da discriminação sofrida por ele. A discriminação que já havia sido evidenciada pela sua cor, classe social e nível de escolaridade, agora se manifesta também devido a sua baixa estatura. A vida profissional de Lúcio, que segundo um relato anterior foi uma fonte de autoestima, agora se mostra como mais um campo de tensões.

Mesmo diante das dificuldades, Lúcio insiste em buscar trabalho na região Sudeste.

Ai eu consegui arrumar esse dinheiro pro meu primo, arrumei pro outro, aí ele me trouxe. Eu vim de lá... Minha mala era um saquinho de pão amarrado na boca, né? Quatro pecinha de roupa. Dando a volta por Brasília até chegar aqui em Serrana.

Assim como ocorre com Lúcio, o sonho de melhores condições de vida para si e para a sua família atrai não poucos trabalhadores migrantes para o Estado de São Paulo. No entanto, é comum que, ao chegar a seu destino, essas pessoas se deparem com inesperadas condições insalubres de trabalho e de moradia.

C. Vida e trabalho em São Paulo: a realização da promessa e a perda do sonho

Lúcio relata dificuldades ao chegar ao Estado de São Paulo.

Em Serrana, enquanto eu tinha dinheiro, eles [meus primos] andavam comigo. O dia que o dinheiro acabou eles me deixaram na casa de uma prima lá. Aí eu gastei um par de sapatos novinho andando naquelas usinas pra ver se... Mas acho que eles não botavam muita fé em mim porque eu era muito pequeno.

Além de ser deixado pelos primos, Lúcio traz novamente a dificuldade em conseguir emprego dado a sua constituição física. Isso se dá também em outro trecho.

Eu não tinha tipo assim de pessoa que aguentava o tranco. Aí eles não me deram atenção. Aí eu vim sozinho. Trabalhei dois dias lá na roça em Serrana, no meio da quitação lá ganhava meu dinheiro lá.

Mais uma vez o trabalho que, junto com a educação, era tido pelo entrevistado como meio de ser “alguém na vida” lhe é negado. Essa negação é vivida por ele como discriminação. No trecho acima, ele destaca o preconceito em relação a sua aparência física, o que se supõe compor com o fato de ser negro e não ser escolarizado.

O entrevistado descreve abaixo o processo no qual ele consegue o primeiro emprego urbano em Serrana.

Como a gente não tinha malícia nenhuma, eu cheguei procurando emprego. O chefão falou assim: “Aqui não tem emprego pra ninguém não”. Aí voltei sem graça (...). Aí eu fui lembrando. Que os cara chegava lá e ficava tirando sarro do outro que chegava pedindo emprego e os homem dizia que não tinha emprego pra ninguém não. Aí eu fui lembrando. Ah... Aí no outro dia eu voltei de novo. Aí e cheguei no mesmo chefe: “Tem serviço pra servente aí?” Ele falo: “Você veio aqui ontem?” “Vim!”. “Hoje tem serviço pra servente, mas ontem não tinha emprego pra ninguém”. Falou dessa forma pra mim. “Seus documento tão aí?” Eu falei “tá”. “Que dia você pode começar a trabalhar?”. Eu falei: “Agora!”. “Agora não. Deixa seus documento aí, vai buscar suas mala em Serrana. Você vem de noite e amanhã você já começa.” Ah rapaz...eu ia no ônibus bem assim ó. Parece que o ônibus não andava. Parece que eu tava empurrando (risos dele). Fui lá pra Serrana. Cheguei lá dando risada. Minha prima perguntou: “Que foi Lúcio?”. Não, Chiquinho, na época ela me tratava de Chiquinho. “Uai porque você tá rindo assim Chiquinho?”. “Eu arrumei serviço”. Aí me abraçou, aquela emoção. Aí eu cresci, né? Aí peguei minhas coisas tudo já voltei na mesma hora. No outro dia já comecei a trabalhar.

Esse processo pode ser lido como um momento interessante de mudança. Lúcio deixa de ocupar o papel de “ninguém” diante do empregador e passa a assumir outro papel social naquele contexto. Essa mudança faz com que ele consiga o emprego. Emprego esse que leva o entrevistado a descrever uma sensação de grande alegria e satisfação. A importância do trabalho pode ser relacionada não apenas com as suas necessidades econômicas a serem cumpridas, mas também com a possibilidade de, por meio dele, conseguir se firmar como

“alguém de algum valor”. Pelo e no trabalho, Lúcio havia já encontrado a possibilidade de se sentir com um maior status diante das outras pessoas. Em um trabalho anterior ele havia “descoberto” que não era um “analfabeto burro”, agora, por meio desse novo emprego, ele não mais se coloca como um “ninguém” diante dos outros e de si mesmo, mas passa a ser alguém que “cresceu”, um trabalhador, um servente de pedreiro, com todo o valor que tal mudança acarreta.

O entrevistado relata ter ocupado posições profissionais diversas após esse primeiro emprego. Ele declara com orgulho o seu desempenho nos mais diversos serviços.

Eu tive chance de... em vários lugares que eu trabalhei, já fui trabalhador de almoxarifado, de encarregado eu já trabalhei vários lugares. Tomar conta de gente. Quando eu vim aqui pra o Estado de São Paulo mesma coisa na construção civil. Tive chance de trabalhar no almoxarifado, de apontador e de encarregado. Até que uma firma brigou por causa de mim. Até hoje em qualquer lugar que eles me encontram o dono [da firma], o Dr. Marco Antônio, eles tem um assim... sei lá uma atração assim comigo.

A vida profissional se mostra mais uma vez como fonte de orgulho para Lúcio. Ele destaca como é ainda bem visto pelo seu antigo patrão, o qual chegou a disputá-lo (“brigar por ele”) com outra empresa. O entrevistado descreve os ganhos obtidos por meio de seu trabalho em Serrana, a constituição de sua primeira família e seu posterior divórcio.

E foi ali que eu trouxe toda minha família, meus irmão, parente, meus primos. Eu fiz aqueles prédios ali tudo com pessoal da minha família. Aí foi dali também que saiu meus filhos. Foi onde eu tive a primeira família (...). Eu comprei uma casa... Eu ganhei um terreno da COHAB lá no [bairro] Heitor Higon. Aí consegui uma casa lá, mas teve separação. Aí eu cuidei dos meus filhos, né? Dos meus dois filhos eu sozinho, né? Durante dois anos eu fiquei com eles e nenhuma mulher foi dentro de casa.

Nesse momento da vida Lúcio passa a assumir o papel também de pai. Ele relata ter criado os filhos sozinho por cerca de dois anos. Após esse período sem uma companheira, Lúcio encontra sua segunda esposa.

E depois de dois anos que eu fui lá na Bahia. Tava há onze anos sem ir na Bahia. Cheguei em um dia, no outro dia comecei a namorar a Ana. Aí foram vinte dias de namoro, aí voltei. Aí com três meses e dezoito dias eu voltei lá e casei.

Já casado pela segunda vez, em um de seus empregos, Lúcio descreve um incidente em uma obra, na qual ele trabalhava em uma grande altura suspenso por um andaime, nas suas palavras, um “balancinho”. Segundo ele, esse equipamento se abriu e ele quase caiu da obra.

[Depois do incidente com o balancinho] *Não mexi mais com isso. Perdi minha profissão que [inaudível] minha vida, que tava em risco. Aí desisti.*

O trabalho que desempenha uma função tão central na vida de Lúcio, tanto economicamente como subjetivamente, também é uma atividade que em mais de uma situação coloca sua saúde e até mesmo sua vida em perigo. Durante a entrevista, são relatados dois acidentes de trabalho e mais um é abordado, mas de maneira indireta. Aparece a posição paradoxal do trabalho na vida de Lúcio. Embora o trabalho tenha grande importância para sua manutenção econômica e sua autoestima e realização, os tipos de trabalho que ele desempenha lhe trazem significativos riscos.

O acidente afeta a vida econômica de Lúcio e de sua família. Ele relata sobre um terreno que ele compra em conjunto com seu irmão. Após algum tempo morando no mesmo local as duas famílias, o entrevistado menciona desentendimentos entre elas.

Aí foi que eu comprei um terreno no jardim [Inaudível] com meu irmão. Só que minha cunhada começou a brigar com meus meninos, implicar com nois. Aí eu vendi minha parte pra eles. Aí eles não quis, eles não me pagou. Fez nós sair de lá.

Além das dificuldades de conseguir algum lugar para morar com sua família, Lúcio conta que não trabalhava já há algum tempo.

Não [trabalhava]. Eu tava acidentado na época. Eu tava acidentado e já fazia dois anos que eu não trabalhava.

É nesse contexto de grandes dificuldades econômicas que aparece pela primeira vez o MST na história de Lúcio.

Porque uma coisa assim que um dia eu tava na cidade, eu com minha esposa a gente tava conversando sobre minha cunhada, meu irmão querendo tomar a casa, ela falou: “Olha Leandro se a gente conseguisse uma chácara, um terreno, lá eu acho que tenho condição de te ajudar”. Aí eu falei pra ela: “Tomara que você falasse com a boca dos anjos e os anjos passassem e dissesse amém”. Aí foi assim... questão de dias. Aí as pessoas falaram lá... E foi aquilo que eu acabei de falar pra você que eu vi o pessoal lá e fiz a crítica, mas não assuntei a travessa [o pedaço de madeira] que tava aqui na minha frente. Foi onde eu fiquei sabendo que tava dando lote aqui. Aí eu vim e comecei a participar.

D. A entrada no MST: da curiosidade à identificação

Lúcio relata o seu contato inicial com o MST.

A curiosidade que era demais e falou que tava dando lote. “Uai vamo lá vê”

Ai eu vim por curiosidade porque eu vi eles lá no Flamboyant, aquele monte de gente tudo acampado naquelas barraquinhas. Às vezes eu até ria deles e discriminava assim, que eu via muitos com carrão, caminhoneta, né? Aí eu falava: “Que que esse povo tá fazendo com uns carrão desse, fazendo aqui? O que?” Apelava com aquilo. Não concordava com aquilo, né?

Primeiramente eu cheguei aqui... Eu vim com meu cunhado entrei pela portaria do “Piripau”. Com medo, a gente via passar na televisão as coisas que aconteciam, com medo. Entrei procurando: “Tô sabendo que tão dando lote aí”. Aí um rapaz respondeu assim ó: “Aqui não tão dando lote não, mas tão dividindo os lotes e se você quiser eu te informo de quem pode arrumar esse lote aí pra vocês”. Aí eu falei: “Quem é?”. O rapaz respondeu: “É o Valdir, ele mora lá na sede, o barraco dele é lá na sede”.

É, eu vim por curiosidade pra ver o que eles faziam. É quase assim, tipo um espião. Saber o que tava acontecendo, né? Aí eu falo a verdade, foi isso que eu pensei e a curiosidade de saber o que eles tavam fazendo aqui. Aí quando eu cheguei aqui foi uma semana pra eu encontrar esse Valdir. Foi um castigo.

Lúcio reiteradas vezes define a motivação de sua ida inicial ao MST como “curiosidade”, no entanto tal curiosidade segundo a transcrição se relaciona à possibilidade de obter um lote. Vale recordar que no momento em que o entrevistado busca o movimento social ele está sem emprego e com dificuldades de conseguir um local para morar com sua família. O participante relata que ao ser encontrado Valdir leu para ele o regimento do movimento, momento esse aparentemente marcante para o sujeito.

Ai chegamos, falamos com ele. Ele olhou na nossa cara assim do jeitão dele fechado. “Tem um lote pra vocês, mas é lá em cima. Primeiro eu vou ler o regimento pra vê se serve pra vocês”.

Comecei ver que as coisas não eram do jeito que eu pensava. Na hora que ele leu o regimento eu senti que era aqui que ia ficar e alembrei da conversa da minha esposa. Que só na terra é que ela ia poder me ajudar. Como o estudo dela era pouco ela não tinha condição de trabalhar na cidade pra me ajudar.

Rapaz, ele leu tudo e falou pessoalmente do regimento. Tudo ele leu e eu falei... Todas as palavras eu me sentia que eu me adaptava naquilo, no regimento dele.

“Essa doutrina eu tenho dentro de mim, essa doutrina que ele leu ali”. Aí ele acabou de ler e explicou. “Serve pra vocês?” Eu falei: “Encaixou direitinho no que... no que eu sou, né?”

Lúcio evidencia como a leitura do regimento do MST foi um momento importante para ele. A partir dali começa um processo de intensa mudança de suas concepções sobre o movimento. O entrevistado aborda também a lembrança das palavras de sua esposa sobre a vontade de se ter um pedaço de terra. Ele que havia pedido aos anjos para abençoar o desejo de sua mulher, vê nessa oportunidade uma manifestação dessa benção. A religião aparece por toda a entrevista como algo de grande importância na vida de Lúcio. Provavelmente, ver o MST como a possibilidade de se concretizar um pedido feito aos céus é um elemento de significativa relevância na composição dos sentidos do entrevistado, nos quais o movimento era visto apenas como locus de criminalidade e vadiagem.

O que mais se destacou na leitura do regimento foi segundo ele:

Oh... não mexer com a mulher dos outro. Não ir no barraco de mulher solteira se não tiver necessidade, né? Ou só por motivo de socorro. Não andar nú da cintura pra cima, nem com short indecente. E... Respeitar os companheiros.

São aspectos relacionados à disciplina moral dos relacionamentos entre os assentados que atraem Lúcio prioritariamente. Aparentemente esses elementos relevantes para a concordância de Lúcio com o movimento são coerentes com muitos dos valores que o sujeito relata terem sido ensinados por seu pai. Percebemos que o sujeito não aborda enfaticamente questões organizativas do MST ou mesmo seus ideários políticos centrais, mas entende como fundamentais para sua adesão a moralidade na qual se pauta o acampamento. Ressaltamos a importância aqui de estar atento às diversas dimensões que compõem os sujeitos. Não são essencialmente elementos políticos-ideológicos que atraem o sujeito na leitura do regimento, mas sim aspectos referentes a normas de convivência. A história de Lúcio faz com que haja nesse primeiro momento uma maior relevância para ele a moral que a política do movimento.

O entrevistado fala abaixo sobre como sua visão sobre o movimento mudou e sobre as motivações que levam as pessoas a entrarem para o MST

Olha... Eu sinceramente quando eu vim pro movimento... Quando eu via passando na televisão eu era uma daquelas pessoas que fazia a critica chamava as pessoas que era um monte de vagabundo, né? E eu achava terrível aquilo, né? Fazer aquilo, entrar na fazenda dos outros. Porque eu não tinha consciência, né? Aí a partir do momento que eu entrei aqui pra dentro aí eu vi que a coisa era diferente. É uma coisa que faz bem pra sociedade você adquirir seu pedaço de terra você ter a sua... Você criar o seu alimento saudável. E se educar, ter uma família descente. Você tem mais condições de sobreviver, né? Então, eu vejo nessa parte assim. Que muitos vêm mais em função de um pedaço de terra mesmo. Que nunca teve, né? Lá atrás. Então a oportunidade agora do movimento essa chance de ter um pedaço de terra, né? Você ter uma vida mais tranquila. Se você poder trabalhar e o dia que você não puder não trabalhar. Trabalhar quatro horas por dia e você não passar fome. Você tem pra alimentar sua família e ainda tem pra contribuir com os outros lá fora.

No trecho acima, podemos perceber como o sujeito realiza diversas críticas ao movimento antes de sua participação. Tais críticas, fundamentadas principalmente nos meios de comunicação de massa, dizem respeito aos sem-terra serem vagabundos e ladrões de terra.

No entanto, segundo seu relato, ao participar do movimento ele muda radicalmente sua posição. A luta pela terra empreendida pelo MST não é mais vista como roubo, mas sim como um bem para a sociedade por, entre outras coisas, proporcionar a produção de alimentos saudáveis. O movimento também se caracteriza como uma possibilidade de educar os filhos e constituir uma família em condições dignas de sobrevivência. Lúcio destaca ainda como no assentamento pode ele mesmo organizar sua jornada de trabalho, diferentemente dos outros empregos assalariados que ele já possuía. O entrevistado defende que, assim como ele, grande parte das pessoas se aproxima do MST pela chance de obter um pedaço de terra. Porém, após sua entrada para o movimento social, ele passa a defender que o movimento oferece muito mais possibilidades do que apenas o pedaço de terra. Essa participação no MST se relaciona a vivências que afetam diversas esferas do drama subjetivo de Lúcio. Estar no movimento significa aprender sobre a luta, mas também conhecer pessoas, partilhar expectativas e dificuldades. Enfim, a participação no MST se relaciona a totalidade que representa a subjetividade de Lúcio.

Continuando sua história, o entrevistado aborda abaixo dificuldades após a sua entrada para o movimento.

Eu deixei minha família lá [na cidade]. Aí era uma semana aqui, uma semana lá. Três dias lá, dois dias lá, uma semana aqui. Aí foi onde eu fiquei... Vim pra cá. Um ano que fiquei aqui, com todo sofrimento e luta. Aí eu consegui ficar aqui e trouxe minha família pra cá. Sem querer aqui eu tive muita humilhação das duas partes. Até desse irmão que me ligou agora que chegou em casa. Desse irmão, nossa ele me deixou lá embaixo. Toda a família. As duas partes. Que eu tava doido de trazer minha família para cá, que aqui não era lugar pra eu trazer minha família, que ela não merecia ser trazida pra cá. Mas eles falavam de um lado e saía do outro.

Vixi rapaz, a família dela [esposa] vinha aqui e chorava, chorava e chorava. Aí quando o pessoal dela ia embora ela ficava: “Lúcio, vamo embora daqui, vamo embora daqui”. Eu falei: “Não”. Viiixi, tava bem tranquilo.

Lúcio diz que houve muitas críticas e até humilhações de ambos os lados da família. Mesmo sua mulher, segundo ele, não queria permanecer no acampamento. No entanto, ele permanece firme e convicto em sua decisão. Quando questionado sobre o que deu forças para ele ficar, Lúcio responde:

Os companheiro, né? Os companheiros daqui me animaram muito. Eu fui observando. O que era a luta pra você chegar e você conquistar uma terra. Aí eu lembrava assim; “Eu conquistei tantas coisas lá pra trás. Eu trabalhava, ajudava meus pais, meus irmãos. Consegui estudo pros meus irmãos por que eu não consigo um pedaço de terra pra eu cuidar dos meus filhos da minha família, né?” Aí fui voltando. Tudo que eu fiz lá atrás. “Eu não tenho preguiça, tenho coragem, tenho fé. Por que eu vou desanimar?”. Aí eu fui me fortalecendo mais, e as pessoas me animando...

Lúcio deposita papel fundamental em seus companheiros de acampamento para explicar a sua resistência mesmo diante de várias críticas. No trecho acima, a afetividade referente aos vínculos sociais de Lúcio no acampamento se demonstra significativa para a compreensão de sua participação no MST. Nesse movimento, ele alinhava suas experiências, sua história de vida, vinculando esses momentos pela sua força na superação de dificuldades. O engajamento político de Lúcio extrapola a vida de participação direta no movimento social. O sentido da entrada e permanência no movimento está absolutamente relacionado a elementos que se estendem por toda sua história de vida. Elementos não ligados necessariamente à política em sentido restrito, mas a esferas diversas de como o trabalho e a família.

Lúcio também relaciona a sua permanência no MST a outros elementos.

Já me sentia parte [do movimento] e outra, que aqui eu ia ter mais conhecimento. Como eu não tinha estudo aqui eu ia adquirir coisa que eles mesmo que tavam fazendo a crítica não tinham capacidade de conseguir. Eu ia conseguir, né? Enquanto eles tavam fazendo a crítica eu pensava diferente. Que a minha luta eu não ia desisti. Eu lembrava das palavras da minha esposa de que ela poderia me ajudar, né? E fui segurando. Fui vendo o dia-a-dia. Participando das atividades, né? Como a gente pode ser alguém na vida pra conseguir as coisas, é através da luta, da boa vontade e de querer ser alguém na vida.

Lúcio fala de como a sua participação concreta nas atividades do movimento o fizeram perceber outras potencialidades. Ele destaca a possibilidade de obter “conhecimento”. Agora em contato com o MST ele sente, talvez mais do que nunca, a esperança de realizar o antigo sonho de se tornar “alguém na vida” por meio do aprendizado e da melhora nas suas condições de vida.

No trecho abaixo mais uma vez Lúcio fala sobre a importância da vivência concreta com o movimento e seus membros para se construir uma opinião sobre ele.

Ah eu... Quando você chega aqui normalmente você [Inaudível] você vai ver que é completamente diferente [o real da visão que você tinha do MST]. É diferente você tá do lado dos seus companheiro falando a mesma língua, né? A luta é a mesma, né? Você ter um... Conquista um pedaço de terra hoje é uma honra muito grande.

A criação de laços de afetividade e a identificação são fundamentais no processo de engajamento de Lúcio no MST. Dizer que se divide a mesma luta e se fala a mesma língua são sinais fortes que demonstram o quão vinculado aos seus companheiros de movimento Lúcio se sente.

A luta pelo pedaço de terra aparentemente foi de fato a motivação inicial do engajamento de Lúcio. Uma análise de curta abrangência poderia fornecer explicações adequadas para esse início de participação que possui raízes predominantes econômicas. Porém a permanência de Lúcio no movimento se relaciona a uma gama muito mais complexa de elementos. A amizade e a força de seus companheiros e a possibilidade de aprender e se tornar “alguém na vida” surgem como fatores extremamente relevantes para que o entrevistado permanecesse no MST. A partir dos reiterados pedidos familiares para que Lúcio deixasse o movimento, se pode deduzir que havia outras alternativas de sobrevivência além de permanecer no acampamento, ou seja, não se pode aplicar aqui um determinismo econômico para sua permanência. Nas próprias palavras do entrevistado, a força para que ele permanecesse na luta vem em grande parte também de outras esferas que só podem ser entendidas quando olhamos para a vida desse sujeito concreto em sua complexidade.

E. Participação na militância: afetos e tensões

Lúcio relata o começo de sua participação nas atividades do MST.

Ai quando não tinha reunião ainda, não tinha participado de reunião... Ai quando chego na reunião de colocar os nomes nos núcleos e os números, eu não participei da reunião. Ai no outro dia teve outra reunião. Ai eu participei. Já me colocaram no esporte.

Eu aceitei, mas... mas eu não ia participar. Porque não era meu lugar. Ali ia mexer só com jovem. Meu negócio era mexer com criança.

A primeira experiência de Lúcio em um setor do MST foi como responsável pelos esportes. Segundo seus relatos, essa função foi dada por indicação e não por sua escolha. Apesar de aceitar o cargo, dado que era obrigatório estar em algum setor, ele não cumpriu com os compromissos esperados. Assim, foi necessário um remanejamento para outra área, a Ciranda. O entrevistado mostra que sua vontade de lidar com as crianças já se manifestava mesmo antes de seu engajamento na Ciranda.

“Oh Lúcio, você não quer mexer com negócio de esporte. Você não leva jeito pra isso, você não quer. Você que ir pra Ciranda?” Eu falei: “Opa! É agora” (risos dele). Aí eles falaram que a Ciranda [Inaudível] envolvia muita criança, né? Aí eu peguei... Já tinha visto passar na televisão a Ciranda que eles faziam, né? Aí eu falei: “Ahh”. Eu falei: “É aqui que eu vou ficar”. Aí comecei vir participar, né? Comecei entrosa, envergonhado, né? Não levava jeito pra canta, pra brinca, meu negócio é conversar, aconselhar.

Meu sonho é ser um conselheiro. A gente vê muita criança mal educada no trato das pessoas aqui. A maioria das crianças o negócio [Inaudível] embolá. Então eu sou mais pra aconselha e na parte assim também do respeito.

É demonstrada a importância de se tentar conciliar as necessidades coletivas com os desejos individuais. Quando colocado como responsável pelos esportes, Lúcio se demonstra um péssimo militante: não comparece às reuniões, não realiza as atividades, não se interessa. No entanto, quando designado a uma função na qual ele se identifica, o entrevistado passa a ser um militante modelo. Tomando-se como referência o seu desempenho com os esportes, Lúcio deveria ser rotulado como um horrível militante. Porém, em outro contexto ele se mostra extremamente participativo. É expressa aqui a importância de conciliar as necessidades do coletivo (participar de algum setor) com os desejos do indivíduo (poder optar pelo setor que prefere trabalhar). Destaca-se também que mesmo sem saber cantar ou brincar, segundo Lúcio, ele participa segundo suas capacidades da Ciranda e revela que seu sonho é ser um “conselheiro” para as crianças

Lúcio relaciona a sua participação na Ciranda com a sua busca por ser “alguém na vida”.

É, isso é a força de vontade de ser alguém na vida. E mesmo você não tendo estudo você pode ser alguém na vida. Porque eu vejo passar na TV, tem gente que não tem estudo, mas tem qualidade: é educado, sabe tratar as pessoas bem, né? Então quando a gente não tem um... Não é porque a gente não sabe ler ou escrever que a gente tem que ficar naquela, ali isolado. Se você sente que pode ser alguém na vida você tem que correr atrás da oportunidade que Deus dá. Há oportunidade de diversas formas pra você ser alguém na vida, né? Como eu não tenho é... estudo nenhum, o movimento foi minha cara, né? Deus me trouxe lá da cidade: “É aqui que é seu lugar”. Que meu sonho toda a vida era mexer com criança, né? Toda a vida era mexer com criança. Aí quando eu cheguei aqui aí foi minha cara, né? Quando você tem vontade de ser alguém na vida Deus mostra o caminho, né? Então você tem que abraçar esse apoio.

Fica evidente como para Lúcio o movimento lhe ofereceu a possibilidade de trabalhar com algo com o qual ele sempre quis, crianças, e se tornar, também por meio dessa atividade, “alguém na vida”, um conselheiro. Ele que sempre foi discriminado por questões diversas – cor, classe, escolaridade, porte físico – descobre no MST o “caminho” para poder cumprir a sua meta. É de tal ordem a significância que o MST tem para Lúcio, que ele defende que Deus o conduz para o movimento. A ação divina teria se dado diante da grande luta de Lúcio por ser “alguém na vida”. Interessante como o entrevistado significa a sua história como um processo quase linear guiado divinamente em direção ao movimento social, onde ele poderia realizar os seus sonhos.

Geraldo aparece como uma importante figura também na trajetória de Lúcio.

Ai quando foi um dia eu tava ali aí o Geraldo chegou e falou assim pra mim: “Lúcio”. Olhou bem na minha cara eu tava quietinho. Ele falou assim pra mim: “Lúcio, eu não vejo dificuldade nenhuma em você (pausa). Agora se você fala pra mim que a dificuldade tá na sua casa, por causa da sua família, às vezes tem um problema na família de saúde. Às vezes você não quer sair porque não tem o costume de sair e deixar sua família sozinha, né? Aí então eu não digo nada. Mas a sua pessoa, o que a gente avalia você não te dificuldade nenhuma”. Aí ele respondeu assim pra mim: “Eu também fui assim. Quando eu entrei eu ficava em uma roda assim. Só tinha eu de homem. O resto tudo mulher, tudo afinadinha. E eu só ali perdido. Então eu ficava ali ouvindo. Quando eu sentia que tinha a oportunidade que eu podia falar, eu falava. E ficava só ouvindo elas falar”.

No trecho acima Geraldo aparece como um importante mediador no processo de participação de Lúcio. Além de incentivá-lo, Geraldo divide a sua experiência tentando fazer com que Lúcio não pense que apenas ele tem dificuldades. Dado todo o histórico de discriminação sofrido por Lúcio, esse momento em que alguém diz que não vê dificuldade alguma nele, mesmo ele estando em um setor de educação e sendo analfabeto, parece ter sido de grande importância para o entrevistado. Geraldo é responsável aqui por um reposicionamento de Lúcio. O entrevistado é convidado a sair da comum posição de discriminado e incapaz para a posição de alguém que tem suas potencialidades reconhecidas e é digno de confiança.

Falando sobre o que significa o movimento para ele, Lúcio diz

Eu falo que o MST é uma família da gente. Muitos nunca tiveram família lá fora aí quando chega aqui se sente como tendo uma família dele. Assim um pai adotivo, né? O MST é um pai adotivo, né? Muita gente vem lá de fora e pensa que é uma coisa terrível igual à mídia fala. Aí quando chega aqui é aquele pai adotivo carinhoso, né? Porque tem aquele pai adotivo agressivo e tem o pai adotivo carinhoso. Às vezes tem pai adotivo que é mais carinhoso que um pai... Como é que fala? Biológico? O MST é esse pai adotivo que é aquele pai biológico que é bem fiel aos filhos. Eu me sinto no MST uma família que eu não esperava de conhecer, que eu conheci aqui dentro.

Segundo o relato, podemos inferir que o entrevistado sente do movimento o carinho que não possuiu em sua família biológica. Lúcio que fala não ter possuído infância e caracteriza sua mãe como muito rígida e seu pai como pouco presente, entende o movimento social como a família que ele nunca teve. Ele coloca que não esperava encontrar essa família, esse pai carinhoso, no MST, mas com a sua participação passou a sentir-se acolhido pelos sem-terra com um afeto que nunca sentira até então. Ele se aproxima em busca da terra, no entanto acaba por conquistar muito mais do que isso: encontra a possibilidade da vida em família que lhe havia sido negada na infância.

A partir do maior envolvimento na militância, Lúcio precisa cada vez mais dispor de seu tempo para as atividades do MST. Ele relata que em alguns momentos há dificuldades em mediar suas responsabilidades como militante e seus deveres como pai e marido.

Você nunca foi casado, um dia você vai casar. Tem dia que a esposa da gente quer você pra ela ali ó. Onde ela tá ela quer você ali do lado dela. Tem dia que ela quer

você do lado dela. E nesse dia, como eu tenho esse compromisso aqui você tem que ter um banho-maria, um jogo de cintura pra você agradar ela ali, conquistar ela, trabalhar ela dos pés a cabeça pra que ela entenda aquele trabalho que você tá ajudando outra família crescer, ser uma família feliz, como ela se sente do seu lado (...). E os filhos também. Você tem que trabalhar os filhos também de um jeito assim...

Lúcio lida com o conflito entre seus papéis de militante e de marido e pai. Essa mediação se dá a partir de conversas e acordos mútuos. Não há uma simples supressão de um papel pelo outro, mas sim um processo de negociação entre as posturas e ações esperadas para cada papel. Lúcio que é militante, mas é também pai e marido, deve aprender a lidar com as responsabilidades que envolvem cada uma dessas esferas de sua vida. No processo de negociação que se desenvolve entre seus papéis, as diferentes esferas da vida de Lúcio (militância e família, por exemplo) acabam por se interseccionar. Assim sendo, não há uma divisão rígida entre os diferentes papéis e contextos nos quais eles deveriam se manifestar, mas campos comuns onde vários papéis supostamente diferentes se relacionam cotidianamente. Destaca-se aqui também a conexão entre os diversos papéis e a necessidade de abordar todos para o entendimento de cada um.

Ainda sobre as obrigações que envolvem a militância, Lúcio fala:

E a gente faz um ajeitamento assim entre a gente que aquelas coisas que eu não dou conta de fazer ela faz. Aquilo... Eu já falo... “Dona Maria, Elis, aquilo que vocês tem que fazer que vocês vê que eu tenho capacidade de fazer, manda eu fazer. Que eu vou fazer na maior tranquilidade. Eu vou e faço, né? (...). A gente tem que ser assim, trabalhar junto, entender junto, e trabalhar (...). A gente fala a mesma língua. A gente sempre trabalha pra um defender o outro. É assim que fortalece pra não desisti.

“Se um dia você [Elis] não puder vir, eu mais dona Maria a gente faz. Hora que tiver de boa lá, você vem”. A gente tem que trabalhar assim. Se a gente não trabalhar assim, aí o esposo começa briga com a esposa... A esposa começa briga com o marido.

No trecho acima, o entrevistado fala sobre o companheirismo entre os seus colegas de militância e como eles se ajudam para que, além de não desistirem, seja possível a participação de todos de forma a não prejudicar a vida familiar de cada um. Aqui podemos ver

um exemplo da negociação que nossos entrevistados realizam entre seus papéis de militantes e seus outros deveres.

Outra dimensão de grande relevância para Lúcio, além da familiar é a religiosa.

Eu tiro um tempo para minha família, eu tiro um tempo pro movimento e tiro um tempo pra Deus. Porque Ele é o alicerce da família. Então eu tiro um tempo pra... De tudo um pouquinho eu tiro. Um tempo pra aquilo. Pra eu nunca desisti daquilo que Deus me deu.

A transcrição abaixo aborda a relação entre religiosidade e militância segundo Lúcio.

Porque a igreja forma um militante bem consciente do que ele tá fazendo. Porque ele vai saber, né? Se é um militante que participa da igreja ele vai ser um militante bem formado das duas partes porque ele vai saber conversar com as pessoas, convencer as pessoas que não tem conhecimento do movimento, ele vai saber conversar... Vai ter argumento pra essas pessoas. É um militante que tem conhecimento das duas partes. Então é uma pessoa que vai trazer as pessoas pro movimento bem trabalhado. Eles já vêm bem trabalhados pra cá, chega aqui ele não vai se assustar, né? Tem que ser um militante bem consciente do que ele tá fazendo, né?

Ao invés de opor a religiosidade à militância, como acontece em muitos casos, Lúcio entende a primeira como fortalecedora da segunda. A concretude do sujeito revela que a religião ocupa posição importante também no que diz respeito ao seu papel militante. O entrevistado relaciona inclusive a sua vinda para o MST como parte dos planos divinos para ele e sua família. Lúcio fala sobre a experiência que ele proporcionou a membros de sua igreja ao levá-los ao MST.

Então eu levei eles lá e eles ficaram de cara. Tudo limpinho, né? As pessoas receberam eles bem. E falaram: “É diferente da mídia”. Não sou eu falando não. É diferente do que a mídia fala. Eu me senti orgulhoso de ter levado eles lá e eles já sentiu aquilo. Que eu era um deles e eles eram um de mim. E quando hoje... Quando eu levei eles, lá sentiram que era bem diferente da mídia. E agora eles já tão trabalhando pra ir fazer o barraquinho deles lá (risos meus). E é pessoa que não tem necessidade de ir. Mas ele agora tá achando que é necessidade ele ir pra roça.

O entrevistado defende que a vivência concreta no movimento e com seus membros pode fazer com que as pessoas deixem as opiniões defendidas pela “mídia”. Ele mesmo em vários momentos admite ter adotado tais opiniões sobre o MST antes de conhecê-lo de fato. Ele defende a realização de uma atividade parecida com a que ele fez com seus amigos da igreja, mas para os jovens.

Meu sonho é assim que eles [jovens] fizessem um projeto, uma luta, uma participação, pra que eles trouxessem mais jovem da cidade. Pra eles conhecer a realidade aqui dentro (...). Ia ser um sucesso muito grande. Ia acabar o preconceito dos lá de fora com os aqui de dentro. E com os daqui de dentro com os lá de fora. Porque tem um monte de gente aqui que tem preconceito com os lá de fora.

Mais uma vez o entrevistado defende a vivência concreta para a superação de preconceitos e para a aproximação entre os de “dentro” e os de “fora”. Ele ressalta o preconceito também daqueles do MST para com os que não são do movimento.

Lúcio descreve como ele realiza o trabalho de base com as pessoas que não conhecem o movimento.

Observo bem como que tem que fazer o trabalho lá fora pra que as pessoas... Eu defendo o movimento de acordo com aquelas conversa deles. Bem atrelada... Nervoso. Falando mal mesmo do movimento. Aí eu chego ali no banho-maria como um Zé Ninguém. Às vezes entro no embalo deles e também começo a falar mal, mas aí eu falo: “Mas tem uma coisa”. Eu começo falar entre eles ali, entro no banho-maria deles ali, na conversa deles. Aí quando eu vejo que eles já tão bem calmo, aí eu pego e falo pra eles... Eu entro na conversa deles falando mal do movimento. Pra mim ganhar apoio ali, pra eu entrar junto ali e depois eu falo pra eles: “Mas tem uma coisa, às vezes a gente faz a crítica de lá mas a gente não conhece eles”. “Ah mas...”, muitos falam. “Não, a gente não pode falar mal daquilo que a gente não conhece. Mas tem uma qualidade lá também. Tem muitas coisas boas lá também”. Aí eu já falo dos filhos. Porque o sonho de todo pai é o filho fazer uma faculdade. Aí eu falo: “Lá os filho que participa das atividade... Eu fiquei sabendo. Eu conheço algumas pessoas lá de dentro que os filho faz faculdade, não paga nada é tudo de graça. Até adulto que quiser fazer... Tiver o sonho de fazer uma faculdade é tudo de graça”. Aí eles falam: “E é? Tem isso lá?”. Aí eu falo: “Tem. É só você chegar em algum lugar assim, pegar algum livro deles, vocês vão ver. Que não é bem assim igual a gente tá falando mal deles”.

A estratégia adotada por Lúcio, assim como a usada em conversas com sua família, não é o enfrentamento frontal, mas sim um diálogo que visa aos poucos fazer com que a pessoa possa mudar de opinião sobre algumas de suas posições. O entrevistado tenta agir nas frestas e nas contradições presentes nos discursos. Ele começa criticando o movimento junto aos outros até possuir uma inserção no grupo. Após esse processo inicial, ele utiliza-se de elementos do contexto de seus interlocutores que poderiam motivá-los a conhecer o MST, no caso a possibilidade de seus filhos entrarem em uma universidade. A partir desse mote baseado na concretude daquele grupo de discussão, ele passa a gerar uma argumentação contrária ao discurso inicial, potencializando contradições ali existentes. Essa postura de convencimento parece ser comum em pelo menos dois papéis desempenhados por Lúcio, o de militante e de marido. Provavelmente, as estratégias utilizadas por ele em um dos contextos ajudam a aprimorar a ação no outro.

F. Hoje: de Ninguém a Lula

Também no MST Lúcio necessita lidar com dificuldades relacionadas a discriminações, elemento que se constitui como eixo de sua entrevista.

Então a gente fica meio perdido nisso aí. Mas eu... minha pessoa.... a gente é muito discriminado (fala lentamente). Ah... Principalmente eu assim. Às vezes as pessoas não dá muita atenção para o que eu falo... Pelo o que eu falo. Às vezes nas reuniões também eu passo e às vezes eu fico muito calado porque às vezes eu falo alguma coisa que tem... Que acho que tem alguma coisa a ver... Porque quando a gente não tem estudo nenhum você, você passa batido, muitas vezes você fala coisa que não tá dentro daquilo que tá falando.

As dificuldades são significadas por Lúcio principalmente na dependência de sua não escolarização. Mesmo diante dessas dificuldades Lúcio se posiciona claramente.

Eu insisto. Eu não desisto. Mesmo com todas as pedradas que eu levo eu desvio dela e vou em frente porque é minha luta que tá em jogo (...). Como eu não sei ler nem escrever, não sei falar, tenho dificuldade em falar... Eu podia tá lá fazendo minhas... Mas enquanto tem muitos aí que sabe ler e escrever e não tão nem aí com as crianças do assentamento, não tá nem aí com o jovem do assentamento, não tá nem aí com os idosos. Só tá ali olhando a ponto do nariz dele, né? Tá só ali, né?

Lúcio se mostra persistente e não desiste de sua militância, em especial, junto às crianças. Ele que até então se colocava como inferior dado seu analfabetismo, ocupa agora uma posição superior. Isso se dá, pois o entrevistado ainda que analfabeto defende que continua militando em favor do assentamento, ao contrário de muitos que mesmo sabendo ler e escrever não o fazem.

Sobre essa persistência, Lúcio fala das diferenças que ele sente em si mesmo antes e depois do MST.

Tem uma diferença muito grande. Eu sou um Lúcio diferente. Hoje eu sou um Lúcio diferente. Hoje eu sou um Lúcio diferente porque... antes eu achava que eu não tinha capa... Eu queria fazer, mas achava que eu não tinha capacidade. E hoje pelo dia-a-dia que eu vivo com os companheiros mais de perto do MST, eles me ajuda muito... Eu descobri a pessoa que eu sou hoje.

Segundo Lúcio, é através de sua militância no MST que ele é capaz de descobrir aquilo que ele é hoje. Ele caracteriza essa forma de ser pela descoberta junto aos seus companheiros das capacidades que ele não sabia que possuía. Após uma vida toda de discriminações e negações, é no movimento social que Lúcio por meio de suas vivências e relações percebe o potencial que ele possui e passa a transformar tal potencial em ações por meio principalmente de sua práxis política.

Mesmo reconhecendo que ainda haja dificuldades dentro do movimento, Lúcio vê o MST como um agente transformador que o fez sentir mais confiança em si mesmo. Quando se pergunta a motivação para ele militar, o entrevistado responde:

Conhecimento. Eu não ganho dinheiro [para militar], mas ganho mais do que dinheiro porque eu ganho conhecimento. Mesmo assim a pessoa que eu sou, as pessoas que entendem... Me conhecem como cidadão que conhece igual os outros que sabem ler e escrever.

Lúcio não pauta o saber apenas na capacidade ou não de ler e escrever. Ele fala sobre um saber “*como cidadão*”, um saber que ele possui tanto quanto os que são alfabetizados. Tal saber “não formal” é tamanho para o entrevistado que ele deixa de se sentir um analfabeto.

Hoje eu já não me sinto mais analfabeto, eu não me sinto analfabeto. Aí eu tenho visto... Já fui convidado várias vezes pra fazer curso em São Paulo. Muitos não vou porque tem que ler e escrever. Mas eu fico feliz que eu fui indicado (...). Só de falar meu nome lá que eu poderia ser, participar, pra mim é um sucesso. Pra mim é um sucesso, né? Tem dia que eu não durmo a noite assim feliz da vida.

Lúcio relata militar incentivado pela obtenção de conhecimento. Tal conhecimento faz com que ele não se sinta mais um analfabeto, uma das características principais que segundo ele o torna alvo de discriminações. Assim, ter conhecimento, deixar de se sentir um analfabeto, é também poder sair do papel de discriminado. É poder ser indicado para cursos em São Paulo. Aqui podemos perceber que a militância e a sua participação no MST possibilitaram que Lúcio ocupasse outras posições além da de alvo de discriminações, a qual foi mantida por boa parte de sua vida.

Sobre como se deu esse aprendizado, Lúcio relata:

Às vezes a gente não tá todo dia... Quando a gente vai na escola, mas o dia-a-dia ensina a gente. Dos preconceitos, da discriminação... Então a gente vê que aqui a gente tem uma qualidade... que é... A gente é grande e não sabe que é grande.

O que eu aprendi aqui... Aprendi a lutar não só pra mim, mas pra todos.

O trecho acima mostra como o conhecimento do qual Lúcio se refere se dá principalmente na práxis, no cotidiano do movimento social e não em um espaço formal de ensino. Como no dia-a-dia do MST ele pôde descobrir o quão grande ele era e nem sabia.

Sobre outras mudanças relacionadas à sua participação no movimento social, o entrevistado fala:

Antes... Antes era uma coisa assim... Muita coisa mudou de antes. O conhecimento, a política do movimento. O dia-a-dia com as pessoas com os companheiros. Deu ó, principalmente meu sonho que se fosse lá na cidade eu não teria chance de trabalhar com criança. Aqui eu tive essa oportunidade. Mudou da água pro vinho.

No trecho acima Lúcio fala da obtenção de conhecimento, das relações com os seus companheiros e da possibilidade de realizar o seu sonho de trabalhar com crianças. A práxis

política junto ao MST gerou na vida de Lúcio transformações muito além das que ele esperava inicialmente. A posse da terra sempre foi um sonho, no entanto se revelam aqui outros sonhos que estavam até então latentes. O movimento social foi capaz de tocar diferentes esferas da vida do entrevistado e tornar realidade sonhos de diversas naturezas: material, profissional, intelectual, afetiva, etc. Uma mudança da “água para o vinho” não se refere a apenas a um aspecto da vida do sujeito, mas diz respeito a uma transformação mais ampla. Não é a reivindicação manifesta do MST realizar tal amplitude de sonhos, no entanto sua forma de organização e luta podem proporcionar tais conquistas.

O entrevistado aborda abaixo como entende hoje alguns dos avanços em suas condições de vida proporcionados pelo MST.

Porque quem sou eu ganhando vamos supor R\$ 20 mil pra comprar um pedaço de terra de dezesseis mil metro de terra aqui dentro de Ribeirão Preto? Ali dá pra eu cuidar dos meus filhos. Tira uma faculdade pra eles. Ali dá pra eu tirar tudo pra eles. E tirar o próprio alimento pra eles. E eu morrendo eles ficam. Eles, meus filhos, meus neto, bisneto, tataraneto, tá tudo ali. Tem aquele orgulho de ter um pedaço de terra dentro de Ribeirão Preto. Não é só aqui, é em outros lugares também. Hoje você ter um pedaço de terra desse você se considera um ricoço. Você é uma pessoa rica. Não é de dinheiro. É você tá assim em um lugar que você se sente bem. Quem gosta de porco, cria porco. Quem gosta de vaca, cria vaca. Galinha, né? Você tá criando um alimento ali que você tá sabendo que é sadio. Você pode comer tranquilo.

Os ganhos do entrevistado adquirem um sentido muito amplo. Agora Lúcio é capaz de proporcionar melhores oportunidades a seus filhos, produzir alimentos sem agrotóxicos, sentir o orgulho de possuir um pedaço de terra em Ribeirão Preto. O sujeito relata sentir-se um “ricoço” diante de suas condições de vida descritas acima.

Lúcio fala ainda mais sobre os ganhos de se estar no assentamento.

Se lá [cidade] você ia durar oitenta anos, aqui dentro [assentamento] você vai viver cem. Olha a diferença que dá. Lá você ia viver só oitenta, se você vir pra cá você vai viver cem. Vinte anos a mais. Você relaxa mais. Não tem aquele barulhão na sua cabeça. A poluição da cidade. Você sente uma diferença com o canto das árvores, o canto da natureza. Então você fica mais relaxado. Então isso aqui é um paraíso na verdade.

A concepção de Lúcio demonstrada acima chega a assumir um caráter com tons utópicos sobre a vida no assentamento.

Abaixo compilamos alguns trechos das entrevistas nos quais Lúcio fala sobre como ele se sente e se vê atualmente.

Como eu não tenho [leitura e escrita], eu me sinto uma pessoa bem estudada, né? Porque as pessoas me tratam bem, me respeitam. Então, eu me sinto uma pessoa bem respeitada aqui dentro e lá fora. Essas pessoas que têm o conhecimento, gente grande, que me trata muito bem, vocês mesmo. A gente se sente orgulhosos de permanecer nessa luta que tem muita gente que ainda acredita no que a gente faz. E eu que não sei ler nem escrever pra tá hoje cuidando de criança, vamos supor quarenta e oito crianças dentro do ônibus. Oito anos aqui dentro do movimento é uma honra muito grande pra mim... Pra mim... é uma vitória fantástica.

Eu falo pra minha mulher: “Eu sou um homem feliz”. Mesmo eu não tendo estudo eu tenho essa oportunidade de ter essa participação dentro do movimento. Eu achava que isso era só pra gente grande. O povo falava: “Ah aquilo lá é só pra gente rico”. Eu vó lá também. E tô aí né fazendo aquilo que eu gosto de fazer, aprendo.

Eu sou o Lula! (risos de ambos). Eu sou o Lula (risos de ambos). Eu assisti uma história dele e as palavras dele lá que pra gente ser alguém na vida tem que fazer luta, tem que partir pra cima, não pode ter medo, né?

Então eu me sinto uma pessoa bem diferente. Eu me sinto hoje uma pessoa... um conselheiro. Que era meu sonho de ser um conselheiro e um professor da maneira de eu ser que antes eu não tinha esse conhecimento

Segundo as transcrições acima, evidencia-se um processo de mudança no que diz respeito à forma como Lúcio se via antes e depois do movimento. Desde os seus primeiros relatos, o entrevistado enfatiza muito ser alvo em diversos momentos de discriminações. Ele fala sobre como em variados contextos as pessoas não “davam muito valor” para ele. No entanto, no MST ele encontra a oportunidade de ocupar um papel que lhe foi negado por muito tempo, o papel de alguém com capacidades, alguém confiável, respeitado e digno de grandes tarefas. Ele que em alguns momentos descreve ter se sentindo como um ninguém,

agora se compara ao ex-presidente “Lula”, vindo em ambos os casos (seu e de Lula) a coragem de lutar para se tornar “alguém na vida” e o sucesso em tal luta. Esse sucesso para Lúcio se materializa, entre outras coisas, na realização de seu sonho de se tornar um conselheiro.

Como já abordamos, O MST significa para Lúcio muito mais do que um meio para se conseguir um pedaço de terra. O movimento significou para Lúcio a possibilidade de ele se tornar aquilo que ele sempre quis ser. O movimento é para ele uma família carinhosa que ele nunca teve “lá fora”. No movimento ele encontra amizades, conhecimento, um trabalho que faz sentido e lhe dá prazer. Essa junção de elementos que remetem a demandas relacionadas às mais diversas esferas da vida de Lúcio compõe o histórico de sua práxis política, o qual ainda está em desenvolvimento. As mudanças ocorridas em Lúcio, abordadas nos trechos acima, não dizem respeito ao campo restrito da consciência política, mas ao todo de seu drama subjetivo. Não buscar olhar para essa totalidade implica em não ter os elementos necessários para se entender adequadamente o seu papel de militante e sua participação no movimento social.

4.1.3. Elis

A. Infância e juventude: o gosto de trabalhar com o povo

Elis, mulher branca de cinquenta e dois anos, é piauiense e morou na zona rural por toda sua infância e grande parte da juventude. Ela é a terceira entre dez irmãos, no entanto um faleceu quando ela era ainda jovem. Morava no sítio onde seu pai possuía um armazém no qual ela relata serem vendidos vários produtos. Junto a sua família nuclear, também moravam um irmão e uma irmã de seu pai. Ambos ajudavam no trabalho relacionado ao armazém. Segundo ela, o seu pai e seus tios realizavam o trabalho de tropeiros, ou seja, eram comerciantes que viajavam pela região.

Ela relata o quão o pai era severo na forma de criar os filhos.

Ah meu pai não aceitava isso. Se assim por acaso a gente brigasse Leandro, o meu pai batia. Você já ouviu falar em palmatória? Era dez. E os dois apanhavam, entendeu?

Você vê que eu não falo palavrão. Isso veio do meu pai. Meu pai não aceita isso até hoje (...). Então quer dizer, meu pai era muito rígido com a gente. E qualquer coisa que a gente fazia a gente já apanhava.

Mesmo assim, Elis defende o carinho que o pai possuía por eles.

Mas meu pai tinha o carinho. Meu pai tinha o carinho. Meu pai ele viajava. Para você ter uma ideia, ele viajava para Petrolina Pernambuco. Eu não sei se você conheceu umas balinhas e tem um pirulito que ele é vermelho e branco enroladinho. Então mas lá no nordeste tem as balinhas, tem as balinhas. E meu pai levava um pacote de balinha pra cada um (...). Então aquele presente era importante pra mim. Pra mim e pros meus irmãos, entendeu?

A partir dos trechos acima podemos perceber que ainda que admita a rigidez do pai, Elis guarda com alegria suas lembranças. Os poucos sinais de carinho relatados por ela são vivenciados com bastante intensidade. Quando Elis tinha aproximadamente onze anos, a sua mãe descobre que tem um câncer. A luta contra a doença durará cerca de treze anos até a morte da mãe da entrevistada.

Elis fala sobre as dificuldades de se viver no sertão do Piauí e as repercussões de tais dificuldades para sua saúde atual.

Oh rapaz, por isso que minha coluna tá lascada desse jeito. Buscava água na cabeça, lenha na cabeça, entendeu? Era uma região... Hoje lá tem água. Era uma região que tipo, a gente saía de casa quatro horas da manhã pra ir pra perto da mina pra pegar água.

A entrevistada relaciona suas atuais dores nas costas com os esforços empreendidos desde a infância. Sobre seus estudos, ela relata:

Mas assim, eu venho de uma região muito pobre do Piauí, né? Então, muito seco, não tinha muita estrutura. Mas meu pai... Eu estudei em uma escola muito boa, em uma escola de padres, depois escola de freiras. Hoje não, mas meu pai era muito rígido. E a gente tinha que aprender a ler e escrever em qualquer lugar. Não tinha essa de porque não tinha escola. Não não. Meu pai arrumava alguém. Trocava lá um mês por um porco, um mês por uma meia vaca lá e aquele caboclo tinha que fazer a gente aprender a ler e escrever. E assim se foi. Não tinha local... Assim é muito quente minha região, então tinha dia que a gente falava assim: “Olha...” Ai quando foi um dia nós falamos pra ele, né? Eu era das menores, mas aí meus irmãos mais velhos

falaram assim: “Aqui dentro tá muito quente, vamo pra de baixo do pé de juá?” e fomos. Ai depois a gente não ficava mais dentro de casa. Era lá embaixo do pé de juá mesmo. É juazeiro o nome, é juazeiro o nome na verdade, fala juá. Então o que aconteceu? A gente saia pra dentro de casa, o dia que tava chovendo. Entendeu? E lá nos formamos uma lousa do tronco desse pé de juá e ai... sabe? Foi uma coisa muito boa. Quer dizer, eu aprendi na realidade a escola do campo, né? A gente não tinha giz, a gente não tinha lápis de cor, a gente não tinha isso não, não tinha nada disso não. Quem tinha o lápis... meu pai dizia: “O lápis é pra durar um mês” e ele durava um mês. O Rafael [meu filho] eu comprava cinco por mês, óia lá se ele não perdia. Então é uma coisa assim, muito desperdício hoje e pouco interesse das pessoas pra estudarem mesmo.

Elis fala com orgulho sobre sua “escola do campo” e sobre as dificuldades superadas para que ela conseguisse ler e escrever. Segundo seu relato, a educação era entendida como algo indispensável pelo seu pai. A entrevistada também defende que hoje há um desinteresse em relação ao estudo comparado ao interesse em seu tempo. Elis continua a estudar na capital do Piauí.

Lá no Piauí eu fiz administração de empresa, que é o curso técnico lá em Teresina, na FATEC, né? A escola técnica de lá.

É também em Teresina onde ela consegue seu primeiro emprego.

Estudei quatro anos em Teresina na capital e lá eu já trabalhei no centro social. Trabalhava com a comunidade, com a comunidade bem pobre mesmo.

Elis defende possuir desde jovem uma vontade de trabalhar com as comunidades mais pobres e relaciona tal desejo a sua criação no contexto nordestino com todas as suas dificuldades.

Pessoa de dezessete anos começar a trabalhar com palafitas. Fazer visitas a palafitas. O que que acontece? Uai eu chegava na casa deles com dezessete anos. Se tinha um café, um chá, a gente tomava junto com eles. Então é uma coisa assim que vem de dentro mesmo.

Eu acho que é o sofrimento do nordeste. Eu acho que é isso. Quando a gente... Quando gente passa pelo sofrimento a gente gostaria que ninguém passasse por ele. Entendeu Leandro? Porque é muito ruim você precisar do socorro e você não ter o socorro.

Nessa época eu tinha dezoito anos. Então daí pra cá que eu comecei a gostar de trabalhar com o povo, né?

As pessoas me socorriam, eu também, se tinha uma campanha pra ajudar alguém, eu tava no meio.

Segundo os trechos transcritos acima, Elis associa a sua postura solidária e a sua vontade em “trabalhar com o povo” com suas vivências no nordeste. A entrevistada defende que as dificuldades enfrentadas naquele contexto se relacionam a uma vontade “que vem de dentro mesmo” de realizar ações de ajuda a pessoas que, segundo ela, estivessem em necessidade.

B. No Estado de São Paulo: em direção ao sonho

Com aproximadamente vinte quatro anos, Elis parte para o Estado de São Paulo.

Vim, eu vim sozinha, mas eu conhecia meus cunhados, minhas cunhadas. Que até hoje a gente tem muita amizade. Ai eles pegaram e falaram... Ai o que que aconteceu? Ai você morava... eu morava, vamo dizer assim, num cortiço.

A entrevistada vem sozinha para o Estado de São Paulo tendo como referência apenas seus cunhados que moravam na região. Ela termina por não residir junto a esses parentes e vai morar em um “cortiço”. Podemos a partir de esses relatos sentir posturas autônomas que Elis desempenha já em sua juventude. Sobre seu primeiro trabalho em Serrana, ela diz:

Ai as pessoas vinham... Sempre gostei de criança. Ai as riquinha da rua que precisava ir em algum lugar deixava as criança comigo. “Ah, você fica com ela?”. “Fico”.

Segundo a transcrição, Elis acaba conseguindo dinheiro por meio de um trabalho informal cuidando das crianças de algumas pessoas de sua rua. Destaca-se aqui o fato da

entrevistada relatar que sempre gostou de trabalhar com crianças. As condições de vida da entrevistada parecem pouco confortáveis nesse primeiro momento. Ela relata morar em um cortiço e trabalhar de forma eventual como babá. Elis fala sobre como seu casamento teve que ser apressado, dada a situação econômica do casal.

Porque eu cheguei em Serrana e namorei dois meses e um dia com o Paulo. (risos meus)

Foi rápido (risos dela)! Por situação mesmo. Eu não tinha onde morar e ele também não tinha. A gente começou a namorar. “Então vamo casar”. E nois casamos. Meu pai me mandou o dinheiro pra eu ir embora e eu fui lá e paguei o cartório. Tinha um anel que minha mãe tinha me dado quando eu completei dezoito anos, eu já fui lá e mandei fazer duas alianças. E assim foi sabe. Quando eu me casei, eu só tinha a cama e o fogão. Tudo usado que nós compramos com esse dinheiro que meu pai mandou.

Mais uma vez Elis parece desempenhar desde cedo uma postura ativa. Relatou ter ido para São Paulo sozinha, conseguido um lugar para ficar, um emprego temporário e agora opta por pagar o casamento com o dinheiro com o qual ela deveria voltar para casa. O casamento acarreta a mudança de casa e outras possibilidades de renda.

E assim foi. Assim foi. Eu morava em um cômodo sozinha Leandro. As minhas coisas as compras que a gente comprava era guardada debaixo da cama porque não tinha outro espaço. Ai o Paulo... Ai tudo bem. Ai depois nós tivemos que alugar dois cômodos. Por quê? Porque eu já tinha ganhado guarda-roupa das minhas vizinhas. Eu já tinha ganhado mesa, cadeira. Eu já tinha ganhado tudo de uma casa, entendeu? Ai precisamos mudar pra outra casa. Ai eu comecei a dar pensão em Serrana.

Interessante notar na transcrição acima como as condições objetivas de vida acabam tendo forte peso na condução da vida de Elis. Pode-se perceber aqui como a esfera econômica interfere de forma decisiva na esfera afetiva e familiar da entrevistada. Além disso, vale destacar a presença de relações de solidariedade com a sua comunidade, evidenciadas aqui com o relato sobre ela ter ganhado de suas vizinhas várias coisas para a casa. A partir da mudança de casa, Elis agora possui uma nova forma de gerar renda para sua família, a chamada pensão, geralmente para imigrantes também vindos da região nordeste do país.

Vêm as pessoas de lá aí você compra um colchão joga no chão e dorme lá. Quatro horas da manhã você tem que levantar pra fazer a marmita pra ele leva pra roça. Hoje não tem mais isso, mas antigamente tinha muito isso em Serrana. Pra você ter uma ideia eu já fiz marmita pra quarenta e duas pessoas.

Nesta época em que trabalhava “dando pensão” para migrantes, Elis consegue terminar seu curso de pedagogia. Ela é a única entrevistada com curso superior.

E aí eu parti pra pedagogia. Aí terminei a pedagogia. Dei aula em uma escola municipal lá em Serrana e depois eu passei no concurso pra secretaria de escola lá em Serrana também. E tem o curso de educação especial da APAE. Também trabalhei dois anos na APAE em Serrana, né?

Elis, segundo os relatos, desempenhava vários papéis. Ela era esposa, mas também era trabalhadora e estudante. Eram diversas as atividades realizadas.

Sobre os vínculos de solidariedade desenvolvidos em Serrana, Elis relata:

Quando eu vim pro Estado de São Paulo, que a [minha amiga] Alessandra me procurava: “Oh Elis, me ajuda nisso que eu não tô conseguindo”, na prefeitura, no INSS, então eu ia lá pra ajudar. Procurava os direitos daquela pessoa e... Então quer dizer eu nasci assim. Eu acho que o MST me trouxe uma... uma... me potencializou com relação aos conhecimentos, né?

Elis entende suas características solidárias como algo de sua natureza, porém reconhece que o MST potencializou tais características por meio do conhecimento que ela obteve no movimento. Essas características que ela entende como “naturais” são também relacionadas por ela às difíceis condições de vida no nordeste brasileiro. Segundo ela, quem passou por dificuldades não quer que os outros passem pela mesma situação sem ajuda.

Mesmo a entrevistada defendendo hoje que o movimento foi um potencializador de suas ações, ela admite que antes de conhecê-lo possuía uma visão predominantemente negativa dele.

Aí eu passava pelo assentamento, acampamento, eu chamava de vagabundo, preguiçoso, pingaiada, pé inchado. Isso tudo eram rótulos que eu dava pros sem-terra, né?

E é munida dessa concepção negativa do movimento que Elis terá seu primeiro contato com o MST.

C. Aproximação ao MST: do medo às amizades

O contato inicial com o MST se dá por meio da relação da família de Elis com um membro do movimento.

Ai veio um moço lá dos sem-terra passando em frente a minha casa vendendo milho verde. Ai eu comecei a pegar. Comprava milho, comprava feijão, comprava as coisas deles, banana. E ai foi quando ele falou: “Vai lá na minha casa”. Ai nós fomos. Eu fui com minha família pra conhecer.

Ai o que aconteceu? Depois nós pegamos tanta amizade com essa família que ai teve a festa junina. E eles me convidaram pra ir na festa junina e ajudar a estourar pipoca. Quando eu cheguei lá que eles tavam... ai eu resolvi... Como eu tava de folga nesse dia eu falei: “Ah vamo lá ver como é que tá lá?”. Ai nós fomos.

Movimento social, que até pouco tempo era visto por Elis como composto de vagabundos e bêbados, agora lhe parece um lugar adequado para ela e sua família participarem de uma festa. Essa alteração de sentidos passa, de acordo com a transcrição, por uma relação de amizade com um acampado. As vivências junto a esse acampado faz com que se criem vínculos afetivos entre eles, altera sentidos e a faz aceitar ir conhecer de fato o MST.

Elis relata como foi à primeira visita ao MST.

TV, jornal, tudo isso aí... Eu tinha uma outra imagem, uma imagem bem retorcida, uma imagem bem ruim, a imagem era ruim mesmo. Aí depois a primeira vez que eu fui, eu fui com muito medo. Tinha a porteira, tinha as duas pessoas que ficava na guarda. Ai nós falamos aonde a gente ia, mas o medo era tremendo.

A imagem construída segundo a entrevistada por meio da TV e jornais faz com que ela e sua família tivessem medo do movimento social. As relações de amizade e os vínculos afetivos levam à aproximação cada vez maior ao MST.

Então tudo bem. Com essa ida e vinda que a gente não ficava mais de quinze dias sem ir lá fazer visita e eles também vinham. Quando precisava de alguma coisa... Ai sim, ai houve o processo do assentamento. Ai no projeto do assentamento, o projeto era feito lá na minha casa. Minha menina que fazia os projetos. O projeto do PRONAF...

Os vínculos entre as famílias se estreitam e as relações de solidariedade se intensificam. A filha de Elis que havia prática com trabalhos burocráticos, dado seu emprego na prefeitura, dispõe-se a ajudar na elaboração dos projetos do PRONAF. Interessante destacar que até então Elis não abordou nenhum elemento político-ideológico como razão de sua aproximação ao MST. Esses elementos provavelmente devem compor esse processo, mas a entrevistada, em seus relatos, prioriza em absoluto os vínculos afetivos como importantes no momento de sua aproximação.

D. Entrada para o MST: sonho pela terra e paixão pelo povo

Elis relata que sofreu um acidente em seu trabalho em Serrana e que processou a prefeitura por tal acidente. A entrevistada diz ter perdido a causa por descuido do advogado e fala posteriormente ter perdido o emprego por perseguições políticas.

Ai como eu tava desempregada, meu marido pego e falou assim: “oh,...[vamos participar do movimento]”. Ai eu já ia lá no acampamento do Sepé [Tiaraju].

Elis encontra-se desempregada após o incidente envolvendo a prefeitura de seu município. O fato de ela estar sem emprego aparentemente tem grande peso na decisão de participar de fato do movimento. Como foi abordado em trechos acima, Elis na época já realizava visitas regulares ao acampamento Sepé Tiaraju.

Abaixo a entrevistada fala sobre o momento em que ela e a sua família começaram a participar do MST.

E assim foi acontecendo. E um belo dia nós fomos convidados a ser agregados da família lá que é do seu Pedro e da Dona Dilma que a gente até hoje tem amizade com eles, né?

Foi meu marido (risos dela). Foi ele quem falou [para irmos para o MST]. Tinha o sonho de ganhar terra.

Segundo o relato, o elemento predominante na entrada para o MST é a busca pelo sonho de se ter um pedaço de terra. As vinculações afetivas formaram um substrato para a efetivação desse sonho. Após o contato e a vivência concreta com o movimento e seus membros, a família de Elis transforma suas concepções sobre o MST e passa a ver nele uma possibilidade para realizar o sonho da terra.

Quando perguntada sobre como ocorreu a mudança de ideia sobre o MST, Elis responde:

Eu acho que foi a convivência. Mas essa convivência... Acho que foi muito pouco pra mim gostar daquilo, entendeu? Foi paixão a primeira vista. Então assim, eu sentia que era o meu povo.

No relato acima fica evidente a importância dos vínculos afetivos para a participação de Elis no movimento. Uma paixão, uma fusão. Evidentemente a pauta manifesta da luta pela terra é extremamente importante para o seu engajamento no MST, no entanto, como já abordado acima, as amizades e relações estabelecidas com os membros do movimento também desempenharam um papel central. Elis se espelha naquelas pessoas, a ponto de reconhecê-las como seu povo.

Elis relata que teve que deixar o local onde inicialmente estava assentada. Esse processo envolveu o fato de sua família não estar inicialmente cadastrada no assentamento, tendo entrado para o MST como “agregada” de outra família de assentados.

Após deixar o Sepé, Elis e sua família passaram por vários locais até se estabelecerem no Mario Lago.

Ai eles falaram: “Vocês pode ir lá no Mario Lago que lá tem um acampamento”. Ai nós viemos, mas quando nós viemos o acampamento do Mário Lago estava fechado, mas estava já com um novo acampamento aqui já no sitinho. Ai nós viemos em duas reuniões no sitinho e ai na semana seguinte, acho que foi um mês e pouquinho já... Já aconteceu de fazer a ocupação da fazenda da barra dois que foi o Gramsci, Antonio Gramsci, acampamento Antonio Gramsci, que nós ficamos um ano no acampamento.

Antes de se tornar assentada no Mário Lago, Elis ainda passará pelo acampamento Alexandra Kolontai, localizado junto ao assentamento Sepé Tiaraju. A entrevistada fala sobre as dificuldades de “adaptação” de uma família em acampamentos. Entre essas dificuldades,

Elis destaca o dever de realizar turnos de vigia em tais contextos. Essa é uma prática comum ao MST. O movimento monta posto de vigia em lugares estratégicos para controle da entrada e saída das pessoas dos acampamentos.

Turnos [de vigia] de seis horas. Então quer dizer, isso pra mim foi uma surpresa, mas a gente vai se adaptando e eu acho que quando a gente tem um ideal, um objetivo de luta, que objetiva a conquistar, eu acho que você entra nesse regulamento, mas quando você não tem... Por isso que muitas famílias vão embora, porque não admite: “Aqui eu não tenho um chuveiro quente; aqui eu não tenho uma água na torneira. Tenho que cozinhar na lenha. Não tem um mercado pra mim tá comprando o pão todos os dias, uma carne, um leite”. Isso é difícil, mas isso é uma prova. Se você quer morar na roça mesmo, se você quer ter seu sítio, se você quer construir aqui, eu acho que é uma forma... Acho que é uma prova. Uma das coisas pra você ver o que que você quer mesmo. Por isso a família não se adaptou ali, ela prefere ir embora, comprar a sua abobrinha, então, ela vai embora.

Ainda sobre as dificuldades:

Porque olha Leandro, não é fácil, você ficar cinco ou seis anos em acampamento, tem gente de vinte anos de acampamento, tem pessoas de vinte anos de acampamento. Não é fácil você ficar embaixo de lona com uma espera que você não sabe. E todos os acampamentos têm deficiências. Todos os acampamentos e assentamentos têm deficiências. O Mário Lago tem muitas deficiências, não temos estradas, não temos água, não temos a rede de esgoto, não temos transporte, não temos nada disso, né?

Elis defende que para se manter diante das difíceis condições de um acampamento é necessário uma forte determinação em conquistar seus objetivos. Além disso, a entrevistado entende esse momento como uma prova para as famílias que pretendem continuar no MST. Ela diz que na época, apesar das dificuldades, estava disposta a contribuir com as atividades do movimento, no entanto não queria dormir no acampamento com seu marido.

Mas assim, eu tava ajudando tudo, mas eu não queria ficar no barraco. Eu não queria, eu não queria dormir ali, sabe? Quando era à noitinha eu já ó pra casa. Tinha medo [porque] que era mato tudo. Apesar que eu cresci na roça.

Elis fala com ênfase sobre as diversas dificuldades sentidas por ela e pela família no processo de entrada no MST. Tal relato é importante para evidenciar que a participação no movimento social não é apenas repleta de avanços nas condições de vida e momentos de alegria, mas também é composta por momentos de desafio e dificuldades. Dado que o seu marido devia ir trabalhar, Elis acaba tendo que permanecer no barraco mesmo reconhecendo o incômodo que sentia em tal situação.

Isso aqui. Já na Fazenda da Barra. Ai eu falei pra ele: “Oh Paulo, agora você vai trabalhar e eu fico no barraco”. Mas tinha um medo, um medo (risos dela e meu).

Olha barraquinho de lona preta. Ai deu quinze dias eu falei: “Paulo, agora você vai fazer um barraco”. Ai o pessoal já começaram a se organizar, fazer os barraquinho melhor (...). Ai ele fez o barraco de madeira. Ai eu me acostumei com o barraco de madeira, sabe?

Mesmo reconhecendo o quanto era difícil permanecer no barraco, Elis relata que opta por permanecer na luta pela terra. A entrevistada diz que seus filhos ficavam em sua casa em Serrana, enquanto ela permanecia acampada.

Então o Paulo ia trabalhar, voltava pra fazer a comida pra eles e voltava pra trabalhar novamente. Ai chegava e fazia janta. No final de semana, eu ia pra lavar roupa, cuidar da casa, tudo isso. Então foi assim. Foi uma coisa boa assim que eu aprendi a conviver um pouco distante dos meus filhos. Meus filhos cresceram assim... Amadureceram. Que hoje eles são maduros. Eles sabem entrar e sair de qualquer lugar de qualquer situação, então eles sabem, né? Então isso foi muito bom. Isso foi. Eu não vi assim a juventude do Mateus, assim a... passar da infância pra juventude do Mateus. Assim o dia-a-dia dele assim presencial. Mas de longe era assistido.

Na transcrição acima, fica evidenciado como a participação no movimento social interfere diretamente na vida familiar da entrevistada. A necessidade de ficar no barraco faz com que Elis não mais esteja diariamente com seus filhos. Ela avalia elementos positivos nesse processo relacionados ao aumento da maturidade deles. No entanto, também se pode sentir que provavelmente ela gostaria de ter estado mais presente naquele momento da vida de

seu filho. Aqui se evidencia como o papel de militante que estava se constituindo na vida de Elis relaciona-se com o seu papel de mãe, construindo uma maternidade bastante específica.

A transcrição abaixo se refere ao começo da participação de Elis no setor de educação.

Na primeira reunião no acampamento me colocaram como coordenadora. A primeira reunião. Me colocaram como coordenadora e eu não sabia de nada. Eu não sabia de setor, eu não sabia naaadaa. Eu não sabia nada! Nada, nada, nada eu não sabia. E eu aprendi assim... Aprendi fazendo, né? Na prática mesmo. Então o que aconteceu eles... Aí depois o que aconteceu? Nós tivemos que participar aqui do Mário Lago. Das reuniões do Mário Lago. Aí me tiraram como coordenadora geral do setor de educação. (...) Porque aí o Geraldo: “Ah você precisa ir pro setor de educação”. Mais do que rápido eu já fui mesmo. É o setor que eu gosto. Aí a gente participava. Aí pouco tempo depois já me colocaram como coordenadora geral do Mário Lago também. Tô até hoje como coordenadora geral do Mário Lago.

Elis destaca acima como o seu aprendizado se deu na prática das atividades do movimento social. Provavelmente, a sua formação como pedagoga influenciou em sua escolha como coordenadora do setor de educação já em sua primeira reunião. A experiência proporcionada pelo seu papel de profissional (pedagoga) mostra-se como de grande influência nesse momento de constituição de seu papel de militante.

A entrevistada aborda na transcrição abaixo as motivações para o engajamento no MST.

As pessoas, a maioria delas entra pra adquirir a terra. Adquirir um bem pra você. Mas aí depois com tantas palestras, com tantas reuniões, com tantas atividades que participam, aí começam a se apaixonar. Eu acho que è isso... Comigo foi desse jeito.

Ela relaciona a sua entrada para o MST à pauta prioritária do movimento, a luta pela terra. No entanto, ela entende que, com a participação e as vivências junto aos membros do movimento social, a motivação em se engajar não mais se relaciona apenas a essa reivindicação econômica concreta, mas também a outros aspectos. Elis fala de como ela se “apaixona” pelo movimento depois de tantas palestras, reuniões e atividades. Podemos perceber aqui o diálogo entre aspectos cognitivos e afetivos de Elis. Segundo a entrevistada, esse apaixonar-se se daria principalmente pelos aprendizados que ela obteve. Entendemos

aqui a necessidade de olhar para a subjetividade em suas esferas cognitiva e afetiva para se compreender sua práxis política.

E. Hoje: ajudante aprendiz

Na transcrição a seguir, Elis fala sobre como ela entende o MST.

Eu não sei o que falar... Eu não sei se a palavra MST, ela resume. Por que? Porque ela abrange muita coisa, né? O MST, ele não busca só terra... Ele não busca só terra. Ele busca assim, muitas lutas em vários sentidos. O lutar de adquirir um pedaço de terra, mas ao mesmo tempo o lutar de... A luta da gente estar transmitindo como lutar, né? E esse “como lutar” que ele abrange muitos valores da gente tá... espalhando como que é o MST mesmo. Porque... você vê, o MST, ele busca uma faculdade pros pobres que não têm condições de fazer uma faculdade. Se ele sabe que tem... Quem, os Sem Teto... Os Sem Teto, o MST tá lá junto, né? O meio ambiente, o MST tá lá junto, né? Na luta assim de massacres, o MST tá lá junto. Então, a desigualdade, o MST tá lá junto. Então o MST abrange não só a terra, não só a busca de um pedaço de terra, mas abrange muitas coisas.

Segundo a entrevistada, o MST não restringe a sua pauta apenas à luta pela terra, mas participa da luta de diversos outros setores. Interessante perceber como ela defende que o movimento também possui a função de transmitir o “como lutar”. Assim, o MST além de lutar por várias bandeiras, também teria grande importância como exemplo de formas e métodos de luta para outros diversos movimentos, constituindo os membros que deles fazem parte.

No trecho abaixo, Elis aborda a sua participação no movimento.

Eu não vou falar assim que a gente gosta de tudo, né? Mas eu gosto de tá ajudando as crianças. E aquelas famílias que mais precisa. As famílias que não precisa pra mim é indiferente, sabe? Mas se procurar também por mim eu tô ajudando.

A participação política dentro do movimento é assim, é... Ela é assim, ela veio através do conhecimento. Se eu não tinha conhecimento do movimento MST, do movimento social em si, então essa participação minha hoje eu acho ela de grande importância, tanto pro movimento quanto pra mim, como aprendiz. Porque lá eu preciso das pessoas e as pessoas

precisam de mim, principalmente as crianças, os alunos, as famílias que não sabem correr atrás, não só de vaga de escola, mas de uma aposentadoria, de um médico, assim. Não tem conhecimento dos seus benefícios, né? Então assim, quando eu indico ou eu vou junto ajudar, através daquilo eu já tô aprendendo, né? Tendo conhecimento para eu passar e abranger para outras pessoas como também tô ajudando essa pessoa.

Leandro é assim, com a vivência você aprende muito. Assim, as pessoas têm que ser muito humildes para falar assim: “eu não sei tanto”. Mas quando você busca você aprende.

A partir dos trechos acima, podemos perceber que a entrevistada entende de forma semelhante a sua participação política no MST e as ações assistenciais que ela realizava para com vizinhos e amigos antes da participação no movimento. Ele aproxima ambas as atividades ao “ajudar às pessoas”. Além disso, ela destaca como sua participação no movimento se dá por meio do conhecimento. Assim, mesmo entendendo aproximações entre essa participação e suas ações anteriores de caráter assistencial, pode-se dizer que o conhecimento adquirido potencializou suas possibilidades de intervenção. Enfim, Elis defende as vivências cotidianas junto aos companheiros do MST como uma importante forma de se obter conhecimento, de se “aprender muito”. Há uma dialética entre ajudar e aprender; Elis se constrói nesse movimento cuja prática a constitui como aprendiz.

Elis falando sobre como ela se vê em suas diversas funções.

Mãe. Eu sou mãe carinhosa, mas sou muito brava. Assim eu exijo muito, sabe. Assim... A Elis monitora dá carinho, mas ela quer que eles também tenham responsabilidade de tá sentando, pondo o sintô, entendeu? Tudo isso, entendeu? É assim. A Elis aconchegante é outra pessoa. É outra pessoa assim. Se for pra aconchegar, se for pra receber na minha casa, entendeu? Eu gosto de receber bem, tudo isso. Eu acho que a gente mesmo faz várias pessoas ao mesmo tempo.

Nesse trecho a entrevistada expressa de forma muito pertinente traços do conceito de drama. Ela mostra como ocupa diversos papéis e como há uma mudança na sua forma de ser a depender de tal papel e da situação na qual está inserida. Elis é, por ela mesma, pessoa múltipla.

Ainda sobre os diversos papéis de Elis, ela também fala sobre como lidar com as cobranças de sua família diante das tarefas relacionadas à militância e ao trabalho.

Eu tenho dificuldade em relação ao meu marido. Ele fala que eu sou besta. “Ah você vai atrás disso. Deixa isso pra lá que os outro vão lá e vão conseguir”. Mas isso eu gosto de ir.

“Ah porque ano que vem você não vai trabalhar mais que não sei o que...”. Eu também acho que não sei se o ano que vem eu vou tá continuando a trabalhar, mas na Ciranda eu vou. Por quê? Às vezes ele fala: “Ah onde você vai? Pra Ciranda?”. Eu falo: “Eu vou”. Porque lá eu recebo carinho sem, sem cobrança. Às vezes o meu filho. Sei lá se meu filho tá bem. Vai chegar e me dá um abraço, me dá um beijo. E lá não. Já é uma criança que vem e me dá um abraço porque ele quer um abraço. É diferente.

A entrevistada aborda momentos de dificuldade e resistência do marido em relação a algumas de suas atividades e ao mesmo tempo fala sobre sua motivação em participar de tais ações. Para ela é de grande importância para sua práxis política os vínculos afetivos que possui com as crianças. Assim, nesse momento em que a terra já foi conquistada, aspectos meramente econômicos não justificam a práxis de Elis. Ela, já tendo a definição de sua terra, ainda opta por continuar se dedicando às crianças mesmo diante das dificuldades encontradas no lar. A causa dessa dedicação estaria, segundo ela, predominantemente relacionada aos seus vínculos afetivos com as crianças, em complemento a sua constante dedicação ao trabalho com a comunidade e com quem, a seu ver, necessita dela.

Sobre as resistências do marido, Elis relata também em outros momentos essa situação. Inclusive fala sobre casos em que não aceitou determinadas funções no movimento, pois sabia que o marido não aprovaria tal escolha. Elis encara com conformismo a situação.

Então não adianta. Até o final dos tempos vai ter o homem machista. Então não tem como você tá tirando isso. Principalmente nordestino que tem a personalidade forte, não tem jeito.

Evidencia-se aqui uma clara relação entre o papel de esposa/mulher e o de militante. Nesse caso, aparentemente o papel de esposa acaba por gerar determinada limitação ao seu papel de militante. Nesses cruzamentos de papéis, Elis critica as matrizes sociais e culturais que os constituem, ligadas às questões de gênero no país e na sua região de origem.

Sobre a importância da Ciranda para as crianças ela defende:

Assim é muito importante pras crianças. Porque tem muita criança que o carinho que ela recebe ali ela não recebe em casa, né? Então eu acho que a Ciranda é importante por causa disso. Essa é a importância da Ciranda. A maior importância da Ciranda. Tem várias importâncias, mas a maior delas é o carinho que a criança vem e recebe em dia de Ciranda.

O carinho que você transmite pra uma criança é pra que ela se sinta segura e que ela possa amanhã ou depois transmitir pra outra pessoa o carinho que ela recebeu, entendeu? É um ensinamento o carinho. Carinho recebido é carinho transmitido.

Elis valoriza como objetivo primordial da Ciranda a transmissão de carinho. A entrevistada destaca na dimensão afetiva a importância daquele espaço de formação das crianças. Ao mesmo tempo, avalia as crianças e suas famílias nas suas “carências”, justificando assim os sentidos já trazidos de sua dedicação a quem precisa.

Também sobre a função do cirandeiro, Elis fala:

E qual é a... qual é a função do cirandeiro? Onde o cirandeiro entra nessa família? É mostrando pra essa criança que ali é importante pra ela. Que ali é um ambiente bom pra ela. Porque a família colocou ela lá e não explica porque ela tá lá.

De acordo com a entrevistada, seria também função do cirandeiro realizar uma mediação entre a criança e o território onde ela se encontra, no caso o assentamento. Elis defende a necessidade da criança entender a importância e as razões de ela estar ali naquele espaço realizando aquelas atividades. Essa postura geraria a possibilidade das crianças não apenas assumirem um papel passivo diante de sua realidade de assentadas, mas também uma postura ativa e crítica diante de processos que interferem diretamente no seu cotidiano. Sobre isso a entrevistada relata:

Eles [criança e jovem da Ciranda] já têm uma participação política direta e ela é decisiva, decisiva também. Então não adianta eu chegar... Uma outra pessoa, ou você mesmo, ou eu mesmo e falar: “É assim”. Porque eles já falam: “É assim”. Ele vai dar a opinião dele. Então essa participação política eu acho muito importante.

A Ciranda do Mario Lago é um formador de futuros cidadãos. Esse cidadão, jamais alguém vai poder passar ele pra trás (risos dela), né? É uma coisa assim, que a gente, a gente tem orgulho, né? A criança que tem um alicerce na Ciranda e estão aqui.

Segundo os trechos acima, a entrevistada sente uma postura mais ativa nas crianças que participam da Ciranda. Tal postura desenvolvida pelas crianças estaria relacionada diretamente à participação na Ciranda e à atuação dos cirandeiros, o que gera grande orgulho em Elis. Interessante também notar que a educadora entende que as crianças participam politicamente ao dar suas opiniões. Essas opiniões não estariam sendo dadas em ambientes políticos institucionais, mas em situações do dia-a-dia, ou seja, a entrevistada entende que a participação política não se limita aos ambientes e modos já considerados tradicionais, mas vão além disso.

Sobre a forma como ela se relacionava com as pessoas que não são membros do MST, antes e depois da participação no movimento, Elis diz:

Mudou demais... mudou, mudou, mudou... As pessoas chegam perto de mim assim: “Você ainda tá lá?”, falam baixinho.

Elas gostam de mim, elas gostam de mim. Se aproximam, mas assim: “Ela mora lá nos sem-terra”. Você entendeu, Leandro, a diferença? Aí depois que eu falo: “La nos sem-terra? Eu moro lá nos sem-terra. Nos sem-terra. Vai lá conhecer qualquer hora”. Aí já muda totalmente. Aí a pessoa fala: “Elis, eu tenho curiosidade de ir lá na sua casa”. Eu falo: “Pode ir”. Quer dizer, quando vem, quando vem, aí achava que era uma outra coisa, aí quando vem, aí percebe que é uma casa normal, sabe?

Mais uma vez destaca-se como as relações concretas entre as pessoas são importantes na aproximação ao movimento social. Agora é Elis quem faz as mediações ao movimento. Além disso, surge no relato como a participação no movimento social interfere nas relações sociais diversas. O sujeito não é sem-terra apenas quando está desempenhando seu papel de militante, mas nos mais diversos contextos. Tal identidade reverbera em mudanças nos mais diversos campos da vida do sujeito que participa do movimento social.

Elis fala sobre o que ela mesma mudou ou não desde a sua entrada no movimento.

Eu acho que não mudou muito não... (risos meus). Eu acho que eu já era assim. Eu acho que eu já era assim, assim de tá ajudando mesmo. Acho que eu já era assim. Então, não mudou muito não. Eu queria ter mais saúde pra ajudar mais. Isso mudou. Porque assim cada dia chega a idade com problema de saúde, então cada dia você vai diminuindo seu ritmo sabe. O ritmo ele diminui cada dia, então... É tipo da coisa, você começa a morrer desde o dia que você nasce, né? Então isso é verdadeiro.

A entrevistada entende que sua postura de ajuda em relação aos outros já existe desde antes do MST entrar em sua vida. A postura ativa e solidária de Elis de fato aparece, segundo seus relatos, em outros momentos de sua vida, ganhando nova potencialidade no movimento. Podemos entender aqui que o MST ofereceu uma possibilidade de Elis ampliar e potencializar as suas ações de “ajuda”. Ações essas que antes eram predominantemente assistencialistas, podem agora ter também um caráter mais crítico e político. Assim sendo, sua característica de querer “estar ajudando” pode ter permanecido, mas a forma como tal querer se materializa foi modificada pela sua participação no MST. Pode-se dizer, portanto, que há uma passagem de uma ação fundamentalmente assistencialista para uma práxis cujos tons políticos estão em desenvolvimento, numa busca não apenas pela “ajuda”, mas também informada pela possibilidade de interferir nas relações sociais vigentes, possibilitada pelo aprendizado “da luta”.

Elis aborda também as limitações impostas pela sua saúde. Ela é a única dos sujeitos que explicita tal limitação. Elis traz com clareza como é imprescindível também olharmos para aspectos relacionados mais diretamente à dimensão da dinâmica saúde e doença. A história de Elis evidencia a influência de seu estado geral de saúde em sua participação política. Esse fato nos questiona sobre a limitação ao conceito de consciência política isoladamente e nos orienta na direção da categoria práxis política. A práxis envolve ações concretas, orientação subjetiva e as dimensões diversas que constituem o sujeito.

Elis relata ter chamado os sem-terra de vagabundos por algum tempo antes de entrar para o movimento. Abaixo ela fala sobre como entende as condições de trabalho dos assentados agora de dentro do MST.

Então, hoje a gente vê porque as pessoas não trabalham dentro do assentamento. As pessoas não trabalham porque elas não têm condições. O governo não dá total condições pra elas trabalharem. E a pessoas que têm um bico lá fora, essa pessoa abre mais condições. Não é o governo que dá. É ela que abre mais condições para você tá melhorando a sua casa, o seu lote, né? Porque eu moro em um lugar que não

tem água. Não tem uma água de poço. Então, eu participo de um grupo de três famílias que não tem água do poço. Então quer dizer, esse bico que eu faço lá fora, ele já me dá condições de tá comprando uma água, de tá melhorando o meu lote.

A transcrição acima testemunha a falta de apoio do governo em relação aos assentamentos de reforma agrária. Segundo a entrevistada, é necessário realizar trabalhos fora do assentamento para que seja possível manter a família.

Quando perguntada sobre como se constrói o “espírito de luta” característico dos membros do MST, Elis responde:

Vivência lá dentro, (...) Porque assim você nota que quando ele abre um acampamento e vêm pessoas novas sem estrutura, quando ele pega uma estrutura dentro do movimento ele sabe se defender lá fora. E no acampamento a pessoa ainda não aprendeu a... Então esse espírito de luta ele aprende lá dentro.

A entrevistada defende que participar do MST constrói o “espírito de luta” da pessoa para outros diversos contextos, não apenas para a própria luta do movimento. Ela entende que o movimento transforma e fortalece as pessoas que participam dele para os mais diversos campos de suas vidas.

Abaixo é abordada a militância segundo Elis.

Eu falo assim. Toda a pessoa que entra num acampamento ela já é um militante do MST. Então ele... Mas tem os militantes eletivos que todo momento ele é militante. Então assim, e convidam esse militante do acampamento e do assentamento que não é militante do dia-dia, ele é militante diário, o militante mesmo. Ele dá assim possibilidade pras pessoas buscar. Mas acontece que é o seguinte, o militante ele sofre muito, o militante mesmo. Porque ele é militante de dia, de noite, qualquer hora. Não tem essa! Em qualquer lugar que ele estiver ele é um militante daquela bandeira. E isso aquele outro que tá lá atrás em busca, que só quer o pedaço de terra dele, ele mal participa de uma reunião do grupo dele e mais nada. Mas ele não deixa de ser também um militante.

Eu nem vou te falar que é um...eu acho que ele é um transformador de... de ideias. Nem vou te falar que é um revolucionário não (riso de ambos), mas é um transformador do movimento social, transformador de ideias, né? É isso aí...

Elis relaciona a ação militante a “transformar ideias”. Elis prioriza na descrição do militante a luta no campo ideológico. Vale também destacar que Elis defende que o militante é militante sempre. Ou seja, mesmo quando desempenha outros papéis, ela carrega essa identidade social com o movimento, com sua bandeira. Determinadas posturas relacionadas à sua militância são reproduzidas em outros campos de sua vida. Essa concepção de Elis aproxima o papel militante a tantos outros que um sujeito concreto desempenha. Ela prioriza aqui a influência do papel de militante nos outros papéis. Entendemos que tal relação é na verdade bidirecional.

4.1.4. Geraldo

A. Infância e vida em São Paulo: trabalho e exploração

Geraldo, homem negro de 49 anos, é nascido no interior do Estado de Minas Gerais. No momento da entrevista, era militante do setor de produção do assentamento Mário Lago. Geraldo possui origem rural e sua família era constituída por sete irmãos. Ele relata ter começado a estudar apenas aos treze ou quatorze anos. O entrevistado fala que seus estudos foram possíveis apenas deixando a zona rural onde morava.

Não, não tinha ido pra escola ainda. Aí meu pai... Saiu da roça pra vir pra cidade, pra cidadezinha de Grão Mogol pra gente estudar. Aí lá eu iniciei a escola assim. Apreendi o básico do básico.

Segundo o participante, os estudos são o motivo para sua família deixar a “roça”. Depois de estudar por um curto período e ter aprendido o “básico do básico”, o entrevistado relata ter migrado para o Estado de São Paulo em busca de melhores condições de trabalho.

Aí naquela influência do trabalho, aquela coisarada, aquela fama de São Paulo. Eu vim pra São Paulo pra trabalhar. Aquela ideia assim de adolescente. Aí eu vim pra São Paulo pra corta cana eu vim de quinze pra dezessete anos.

Geraldo, incentivado pela “fama” dos bons empregos no Estado de São Paulo, resolve migrar, ainda jovem, em busca de melhores trabalhos. Segundo seus relatos, Geraldo teria estudado por no máximo quatro anos. Abaixo, o entrevistado fala sobre os seus trabalhos no Estado de São Paulo.

[No ano de] Setenta e nove, oitenta mais ou menos, essa data eu vim pra cortar cana. E eu não adaptei. Mesmo desde pequeno eu não gostei muito dessa ideia de cortar cana. Mas eu não quis também voltar pra lá porque eu achava que aqui eu tinha mais chance.

Eu fiquei uns três anos no corte de cana, mas eu não adaptei não. Não concordava com aquela exploração com... Aí eu fiquei, trabalhei em fazendas, cuidando de gado, mexendo com cavalo, trabalhei em haras. Aí em noventa e dois eu conheci minha ex-mulher. Comecei a namorar, aí casei. Em noventa e três eu entrei na usina. Trabalhando dentro da fábrica, eu trabalhei três anos dentro da fábrica.

Segundo Geraldo, ele não concordava e não conseguia se adaptar às condições de trabalho às quais ele era submetido em seus empregos. O entrevistado aborda trabalhos diversos em seus relatos. No entanto, a sua insatisfação permanece constante.

Dentro da usina. Só que aí eu não adaptei também. Eu não concordava com aquele negocio, pica cartão, aquela exploração danada, aquelas coisa...

Eu tinha vontade de ter era assim uma liberdade. Eu lembrava da época da roça. Que a gente... Era uma pobreza danada, mas a gente era livre. Entendeu? Não tinha essa exploração, essa coisa assim... muito horário. Você trabalhava demais e ganhava pouco. Então eu nunca gostei dessa questão. Aí em noventa e seis eu saí da usina. A usina não quis me mandar embora aí eu saí da usina. E fui vender picolé na rua. Catei um carrinho e fui vender picolé. Aí eu passei a mexer com isso. Aí passei a trabalhar com churros, algodão doce e comecei a fazer festa. Ia pras festa de rodeio, festa de igreja (...). Ia fazer festa fora. Viajava. Chegamos a ficar seis meses sem vir pra casa. Saíamos de uma cidade e íamos para outra pra vender as coisas.

Geraldo traz a sua insatisfação com os trabalhos em São Paulo. Ele diz que se sentia muito explorado nesses empregos. Demonstra que preferiria um trabalho com menores rendimentos desde que tal trabalho lhe proporcionasse maior autonomia. A exploração do trabalho descrita por Geraldo não é fruto de uma teorização ou de um conhecimento sobre o assunto, mas sim uma sensação advinda da experiência concreta daquele trabalhador. A exploração e a alienação do trabalho, tantas vezes analisadas e discutidas por diversas

vertentes teóricas, são sentidas aqui de forma crua pelo entrevistado. Os aparatos ideológicos que legitimam as relações de trabalho atuais não foram suficientes para conter a insatisfação de Geraldo. Assim, pode-se dizer que as vivências profissionais do entrevistado, ou seja, a particular relação entre a sua subjetividade e o meio profissional no qual ele está inserido, possibilitaram que o sujeito sentisse em si a exploração e a alienação que permeiam o mundo do trabalho capitalista.

O entrevistado fala como era a posição dele diante de algumas questões sociais:

Olha da questão do trabalho [vem o não concordar com a desigualdade]! Uma das coisas assim pra mim fundamental é essa coisa assim do trabalho e da educação principalmente. Por quê? O trabalhador, principalmente o mais pobre, e o negro nesse país e a questão das mulheres nesse país, o que mais trabalha é o que menos ganha. Então eu não concordava com isso de maneira alguma. Eu não concordo com essa ideia da escola, por exemplo, a progressão continuada. Criada aqui no Estado de São Paulo. Isso pra mim... Eu não entendia, mas eu tinha uma posição crítica em relação a isso. Eu não concordava, por exemplo, na época em que eu comecei a... Que eu estudei um pouco, eu não concordava com aquelas regras da escola. E aquele preconceito, se você não aprende você é burro. Nossa aquilo pra mim eu não conseguia compreender um pouco essa questão. Eu tinha um pouco essa visão, mas eu não conseguia compreender isso. E quanto menos estudo você tem, piora a sua qualidade de vida. Porque mais você é explorado. Então eu tinha uma visão... Eu ficava por entender. “Por que tem camarada que tem aí cinquenta, cem casas? Por que eu não tenho uma pra mora?”. Quantos trabalhadores que trabalham aí a vida inteira... O cara vem, sai principalmente do Nordeste vem constrói esses prédio lindo, aqueles negócio e às vezes mora na favela, onde as crianças brincam na água de esgoto? Como que é isso? Na minha cabeça aquilo... não tava certo. Tava numa questão de distribuição de renda no país, no projeto... de mundo. Mas eu não tinha compreensão disso. Então ficava irritado com essas coisas e tinha muita vontade de fazer alguma coisa em relação a isso. Em relação, por exemplo, a justiça. Eram umas coisas que me incucavam e me incucam muito até hoje. Por exemplo, o cara rico, ele apronta, ele faz uma série de barbaridades aí e tem uma série de direitos. Então eu imaginava que tinha duas justiças. Na minha cabeça, tinha duas justiças.

Geraldo a partir de suas vivências sente os problemas sociais mesmo sem entendê-los em profundidade. Podemos também dizer que as críticas elaboradas pelo entrevistado possuem seu substrato não em teorias sociais, mas em elementos presentes no senso comum. Assim, ele não usa um sistema científico-filosófico específico para formar seus questionamentos, mas parte de construções partilhadas no senso comum. Senso comum este que possui elementos conservadores e tradicionais, mas também potenciais progressistas, sendo assim considerado aqui necessariamente contraditório. Podemos destacar como exemplos críticos na fala de Geraldo a suas reflexões sobre a desigualdade no país em relação a aspectos como renda, moradia e justiça.

Abaixo, o entrevistado fala sobre seu trabalho e sua família.

E a Regina [minha filha], o interessante, que a Regina era bem pequenininha, com um mês de idade, aí não tinha... Viajava eu e minha ex-mulher e a Regina. Aí não tinha onde a gente deixar ela. Aí veio a ideia de comprar uma caixa de isopor grande e coloquei o colchãozinho dela dentro e coloquei ela do lado da gente.

Ela com um mês de idade. Aí ela fico até os quatro anos de idade... Ela foi criada dormindo dentro da caixa de isopor. Assim ela já nem cabia mais dentro da caixa de isopor, mas ela queira dormir lá. Às vezes tava em casa, mas ela queria dormir dentro da caixa de isopor. Aí nesse sentido quando ela começou a estudar, eu coloquei ela na pré-escola, aí eu comecei a parar de viajar porque ela precisava estudar.

Destaca-se do trecho acima como os papéis de pai e de profissional se entrelaçam. Para manter o trabalho, Geraldo e sua ex-mulher encontram uma maneira de levar sua filha mais nova junto nas viagens. No entanto, percebe-se aqui que houve uma mudança na vida da família por conta da necessidade de estudos de Regina. Geraldo relata ter parado de realizar viagens de trabalho, pois a filha precisava estudar. O entrevistado, assim como seu pai fez anteriormente, opta por realizar alterações no cotidiano familiar em prol da educação de sua filha.

E eu era muito coruja assim com ela, então eu comecei a acompanhar o dia-a-dia dela na escola. Aí a partir daí eu comecei a fazer alguns trabalhos voluntários nas escolas. E comecei a me engajar nisso.

O primeiro momento de engajamento político que surge na entrevista de Geraldo é relacionado à educação de seus filhos e com o seu ser “coruja”.

Foi a partir do momento em que minha filha começou a ir pra escola. Aí eu comecei a ir com ela pra escola e aí... Aí eu comecei a ver uma série de coisas que eu achava que não tava certo. Eu via as mães briga com professor, briga com diretor na porta da escola, fazia aquele quebra. E eu começava a avaliar aquelas coisas que não era por aí a questão e acho que o problema tá mais em cima. Os problemas às vezes não tá lá: “Pá”! Em alguns casos, mas na maioria o problema tá lá em cima, não é... Entendeu? Aí às vezes alguns pais algumas mãe chegava e quebrava o pau com a professora, com o funcionário mais simples que tava lá. E eu comecei a perceber isso. Que a questão era mais em cima. A quantidade de crianças que não tinham acesso a escola e que não tem até hoje, como a gente sabe, então isso foi me... Então é nesse sentido que eu quero dizer me parece... O que eu quero dizer com isso? Que eu acho que a militância, eu já nasci com essa, com esse dom de milita, mas eu não tinha oportunidade, nunca tinha despertado pra isso. E a partir dos primeiros dias dos meus filhos virem pra escola eu comecei a perceber isso, que tinha que fazer alguma coisa. Que fazendo pra eles... Aí eu fui percebendo que não adiantava eu fazer só pros meus que teria que ser algo maior. Agora fazia de uma maneira organ... desorganizada. Fazia do meu jeito e buscava um pouco essa questão.

Evidencia-se acima como o papel de militante desempenhado por Geraldo começa a se desenvolver em íntima relação com o seu papel de pai. O engajamento inicial do entrevistado ocorre a partir das necessidades identificadas por ele relacionadas à vida escolar de seus filhos. Observa-se que as vivências do entrevistado o levam a realizar reflexões sobre como intervir naquele contexto. Mesmo sem nenhum sistema teórico formal para analisar a situação, o entrevistado é capaz de a partir da concretude de suas vivências desenvolver métodos, estratégias e objetivos de ação política para aquele momento e local. Pode-se dizer que ele já realiza ali uma práxis política, pois realiza ações que visam à intervenção em relações sociais e políticas. Podemos também entender que aos poucos, utilizando das potencialidades críticas partilhadas no senso comum, ou seja, sem ainda nenhum sistema teórico específico e elaborado, o entrevistado começa a agregar elementos críticos e reflexivos em sua práxis. Além disso, ele passa a estender a sua práxis política a níveis mais amplos que apenas os problemas pessoais em suas causas imediatas aparentes. Assim, a crítica do

problema parte, mas não se limita a uma dificuldade relacionada apenas a sua filha e a escola na qual ela estuda. O problema passa a ser entendido como possuindo determinantes mais complexos, ou nas palavras de Geraldo: “a questão era mais em cima”.

Vale destacar também como Geraldo defende que foi necessário um contexto específico para ele “despertar” a sua participação. Evidencia-se aqui a necessidade de ao pensar sobre o fenômeno da práxis política não olhar apenas o sujeito da práxis, mas também o contexto no qual tal práxis é realizada, e o quanto esse contexto favorece ou dificulta os processos de práxis.

B. Primeiras participações políticas: o despertar da militância

Geraldo descreve suas ações no bairro onde morava.

Então, não tem políticas públicas disso [de estrutura para bairros pobres]. Aí nós começamos a fazer abaixo-assinado [para mais escolas no bairro] e eu lembro que aí eu trabalhava, vendia, vendia as coisa e tal. Chegava em casa a noite e eu... a Regina já tava maior, aí saía eu e a Regina nas casas conversando com as famílias e colhendo abaixo-assinado. E aí coincidiu com o governo Palloci que tinha os orçamentos participativos. Então eu participava de todos. De uma maneira bem desorganizada, porque assim não tinha... eu não tinha essa informação que eu tenho hoje

A coisa assim meio sozinho, meio desorganizado, mas aquilo pra mim, aquilo valeu muito a pena. Então em todas as discussões de orçamento participativo, participava, tentava organizar as pessoas pra irem. Quando não ia ninguém, ia eu e a Regina, bem pequenininha ela que me acompanhava. Aí chegou o MST aqui na região de Ribeirão Preto.

Nos trechos acima podemos destacar a participação de Geraldo em processos de reivindicação para melhorias em sua comunidade. Mesmo sem muita informação, mesmo de forma “bem desorganizada”, ele se propõe a intervir em sua comunidade a partir das demandas que ele sente em suas vivências concretas no bairro. Sua práxis política aqui não possui apenas um âmbito pessoal ou familiar, mas já se estende a uma atuação a nível comunitário.

Nesse momento da história de Geraldo surge o MST na região.

Acho que foi [no ano de] noventa e três, noventa e quatro que o movimento começou a fazer alguns trabalhos aqui. Em noventa e seis mais ou menos. E aí eu via na televisão uma coisa nesse sentido, mas aquilo pra mim era coisa de baderneiro, era uma coisa assim bem atrapalhada. E eu lembro que na luta pela fazenda Martinópolis que hoje é... Fazenda Santa Clara que hoje é o Sepé Tiaraju, um dos acampamentos foi ali na Via norte, ali perto do controle de zoonoses e eu vendia as coisas na rua e eu dava a volta pra não passar próximo do acampamento porque eu tinha medo do sem-terra. Sabe? Aquela visão complicada nessa situação... E aí já em 2003 (...) ali já tava bem forte (...). Via o MST como um monte de vagabundo, um monte de baderneiro. Eu via nesse sentido. Foi tanto que eu tive muita resistência pra vir pro acampamento.

Assim como os outros entrevistados, Geraldo relata que possuía uma visão muito negativa sobre o MST antes de entrar para o movimento, o que lhe despertava medo. Nesse momento, ele atua na luta contra os processos de exploração e exclusão vivenciados por sua família, mas ainda não reconhece o MST como um possível aliado. Ainda sobre a sua concepção sobre o MST na época, o entrevistado diz:

Então a gente tem muito a cultura de ir por aquilo que você ouve o outro falar. E a mídia faz esse papel. A grande mídia faz esse papel. Aquilo que é interessante pro capital eles trabalham bem. Aquilo que não é, aquilo que é oposto aí eles... Aí a gente julga sem conhecer. Aí a gente sai falando daquilo que a gente não participa, daquilo que a gente não conhece, daquilo que a gente não...

O entrevistado entende a função da mídia em reproduzir a ideologia hegemônica. Além disso, ele cita o quanto as pessoas acabam sendo também responsáveis por tal reprodução ao propagar informações sem buscar conhecimento sobre os fatos. Em especial, ele defende o conhecimento por meio da participação, no caso, a participação no movimento social.

No trecho abaixo Geraldo fala um pouco sobre suas expectativas antes de entrar para o MST.

Antes, até uma certa idade eu tinha uma perspectiva de vida de melho... De ter aquela historia assim: “Ah a coisa vai melhorar , amanhã a coisa...”, entendeu? Tinha um pouco essa visão. E quando chegou uma certa época eu comecei a perceber que

aquilo era um pouco ilusão. Eu comecei a perceber que eu não gostava de trabalhar de empregado. Eu não pagava nenhum direito social, nunca paguei. E eu comecei a perceber que eu tava... Que a coisa tava meio complicada pra mim. E chegou uma época antes de vir pro movimento que eu tava muito preocupado, com a perspectiva de vida muito baixa, muito baixa a perspectiva de vida. Então eu comecei a entender que eu tava... Pode ser impressão minha, mas eu tenho quase certeza que eu não constava nessas pesquisas governamentais que acontece por aí. Eu tava naquele numero lá, na linha abaixo da pobreza.

Geraldo avalia sua situação econômico-social antes de entrar para o movimento social como muito grave. Ele se sente em uma posição de extrema marginalização, fora de qualquer estatística, “linha abaixo da pobreza”. Esse sentimento começa a se manifestar para o entrevistado a partir principalmente de suas vivências em diferentes trabalhos. Geraldo se confronta com suas expectativas como “ilusões”. Suas experiências concretas e vividas no cotidiano demonstram cada vez mais para o sujeito que “a coisa tava meio complicada”.

É nesse contexto que se dá o processo de engajamento do entrevistado no MST. As transcrições abaixo abordam tal processo.

Já tinha conquistado o Sepé Tiaraju e aí tava na luta aqui, organizando as famílias aqui pra Barra. Aí minha ex-mulher insistia comigo. Porque aí veio várias famílias lá do bairro, lá do Paiva, vários conhecidos meus veio pra aqui. Minha ex-mulher insistiu pra que eu viesse aqui pra tentar. Eu disse: “Vou nada. Vou mexer com esse monte de baderneiro? Vou mexer com isso não”. Aí tinha um vizinho meu [Ailton], ele veio pro movimento com a família. E chegou aqui e não deu certo não gostaram e tal. Aí eu vim aqui pra poder buscar eles.

É aquilo que eu disse que eu julgava sem conhecer. Aí quando eu vim buscar essa família, e vim até com medo. Eu entrei no acampamento com medo. Aí demora, e aí o Ailton, o companheiro dessa mulher falando mal do movimento. Aí eu ouvindo “É isso mesmo. Eu no lugar dele vou fazer o que, né? É isso”. Aí a mulher pegou e falo o seguinte: “Não seu Geraldo. Não é do jeito que ele tá falando não. É que ele é mentiroso, não quer trabalhar, bebe pinga, só quer saber de beber, fazer coisa errada. O MST é organizado. Lá não é desse jeito que a imprensa mostra. Dessa maneira que a gente pensa. Lá tem organização, tem normas e normas discutidas coletivamente.

Então tem regras, existem os setores. Aí toda semana tem reunião pra poder discutir e ele não gosta de reunião”.

Ela começou me falar de como o movimento se organizava. Que aqui era um espaço no acampamento que o movimento discutia muito a questão da educação, a questão dos setores. Então foi um pouco isso. Que as pessoas eram muito unidas. E a luta era uma luta justa. Algumas coisas assim nesse sentido.

Ai eu comecei a imaginar: “Ah peraí, esse negócio... vou conhecer, né? Pelo o que ela tá colocando aí parece que tem algum nível de organização”. Aí eu vim. No dia que eu vim, a apresentação pra gente já foi em uma roda e aí já tinha sido criado um regimento interno dentro do acampamento e eu achei muito interessante o regimento interno. Com algumas normas, não de cima pra baixo, as normas discutidas coletivamente.

Geraldo, que inicialmente possui uma visão muito pejorativa do MST, acaba resolvendo conhecer melhor o movimento por meio da mediação realizada por uma pessoa que havia já participado dele. A partir de uma vivência concreta com alguém que já tinha a experiência de estar no movimento, o entrevistado passa a se interessar pelo MST. Importante ressaltar que sua esposa já insistia para que Geraldo participasse do movimento para obter um pedaço de terra, no entanto ele se negava por considerar que os sem-terra eram todos “baderneiros”. Porém quando ele descobre que o movimento possui um bom nível de organização ele decide participar também. Ou seja, a luta pela terra por si só não foi suficiente para atrair o entrevistado para o movimento, foi necessário um maior conhecimento da organização e das formas de luta do MST para que ele se interessasse.

A mulher que protagonizou a mudança da concepção sobre o MST pela qual Geraldo passou atua nas contradições existentes na teia de sentidos do entrevistado. Ou seja, ela não impõe mecanicamente uma nova consciência ao sujeito, mas age nos elementos críticos já existentes no drama subjetivo de Geraldo. Podemos destacar entre tais elementos críticos a necessidade que o entrevistado sentia de organização e de discussão de temas como a educação. Ao identificar que o movimento social possui tais características, Geraldo começa um processo de ressignificação do MST, o qual possibilitará a sua aproximação ao movimento. Importante ressaltar que todo esse processo se dá também imerso em condições objetivas.

Aí eu vim pra conhecer. Aí no outro dia já vim e fiz o barraco e aí comecei a ingressar.

C. Participação no MST: vida, produção e direitos

Geraldo relata ter começado a participar ativamente do setor de educação desde a sua entrada no MST.

Aí entrei com muita vontade. Comecei a estudar bastante e comecei a entender um pouco essa questão.

Aí junto com a companheirada a gente começou a organizar um setor de educação. Então foi um pouco isso. Uma luta muito difícil. Era um preconceito enorme. Então tinha uma quantidade muito grande de crianças estudantes aqui e as escolas próximas aqui não tinha vaga pra todo mundo. Aí a gente colocava uma quantidade em uma escola, outra em outra. Mas aí tinha o problema do transporte. Não dava horário não tinha. Aí nós fomos nos reunir com a secretaria municipal de educação. Uma dificuldade danada. Aí surgiu a ideia de tentar colocar as crianças em uma escola só onde facilitasse o transporte. Aí nós conseguimos no [nome do colégio] ali no bairro [nome do bairro], mas aí nós conseguimos colocar a maioria das nossas crianças pra estudarem lá. Aí facilitou um pouco o transporte. Mas qual que era a dificuldade? O preconceito.

Então isso foi muito difícil, ter seus direitos [a educação de seus filhos] negados. Então isso me motivou muito a contribuir na educação, na Ciranda.

Primeiramente, Geraldo relata ter entrado no setor de educação com muita vontade e ter começado a estudar. Desde antes de sua entrada no MST, o entrevistado atuava em questões relacionadas à educação, assim sendo, sua participação imediata no setor de educação demonstra uma continuidade nesse processo. A descoberta de que o movimento discutia sobre a educação é um elemento que Geraldo destaca no seu processo de aproximação ao MST. Dificilmente se poderia entender de forma adequada o rápido engajamento de Geraldo no setor de educação sem abordar a sua história anterior ao movimento. O olhar para o processo de vida mais amplo no qual o engajamento de Geraldo está inserido ajuda a compreender a totalidade de seu processo de engajamento. A

participação do entrevistado remete a sua atuação em prol de melhores condições de educação para sua filha. Atuação essa que o fez se envolver em outros processos reivindicatórios além de fazê-lo refletir sobre os limites de suas ações pontuais. A práxis política de Geraldo não começa no MST e não pode ser vista como algo pronto e imutável. A práxis política remete a processos anteriores a sua manifestação e é em si um processo em constante desenvolvimento, com avanços e retrocessos, como veremos mais adiante.

O entrevistado descreve como junto com outros companheiros foi realizada a organização do setor e fala sobre algumas dificuldades e ações desse coletivo. O transporte das crianças até a escola parece ter sido o desafio mais evidente encontrado por Geraldo no princípio de sua militância. No entanto, outra dificuldade surge com a inclusão das crianças sem-terra nas escolas, o preconceito.

[O preconceito] *Com as crianças e com as famílias. Os sem-terra chegavam era uma coisa... Uma questão geral. Até com a própria escola. Então isso foi muito difícil. Então nós conseguimos, o setor foi se organizando, um movimento muito unido. Aí nós começamos a organizar... Conversar muito com professor. Procuramos trazer a diretora, a vice-diretora lá muito... Tinha uma visão muito boa da luta. Aí nós começamos a trazer os professores aqui pra conhecer o assentamento e foi criando uma relação. Aí foi mudando assim, coisa foi melhorando, foi avançando um pouco nesse sentido.*

O trecho acima aborda uma maneira como os membros do setor de educação combateram o preconceito. Aparentemente, eles priorizaram a convivência entre as pessoas da cidade e os sem-terra como forma de atacar esse problema. Demonstra-se aqui a importância que as vivências junto ao movimento têm no processo de mudança de sentidos sobre o MST. Essa importância é demonstrada também nos processos de mudança de sentidos vivenciados pelos sujeitos dessa pesquisa. Entende-se que o convencimento por meio de formações e conversas é significativo, no entanto, segundo os relatos, a vivência concreta junto ao cotidiano do movimento e dos acampados possui especial relevância na ressignificação dos sentidos sobre o MST. Tais vivências junto aos acampados e assentados agem na totalidade do sujeito, em suas dimensões subjetivas e objetivas.

Geraldo relata que a sua participação no MST possibilitou que ele olhasse de forma diversa para questões sociais com as quais ele não concordava.

Eu nunca concordei de maneira alguma com essa... Com a distribuição de renda no país. Com essa diferença social no país. Eu nunca concordei. Uns tem muito outros não tem nada. E como que é essa questão? Então isso pra mim eu nunca concordei. Então no movimento eu percebi, eu vi uma esperança, um pouco dessa transformação. Explica a questão dos direitos...

O entrevistado identifica muito antes de entrar no movimento social o seu inconformismo com a “situação social do país”. No entanto, admite que a sua participação no MST fez com que ele tivesse uma outra perspectiva sobre essa situação, uma perspectiva de esperança de transformação. As suas percepções anteriores ao movimento eram orientadas quase exclusivamente pelas suas experiências cotidianas. Após a sua entrada no movimento social, Geraldo passa por momentos diversos de formação, os quais o fazem questionar grande parte do senso comum e o levam a obter outros recursos para formar suas posições sobre a realidade social na qual ele estava imerso. Agora além dos elementos críticos já presentes em seus sentidos, Geraldo também possui sistemas teóricos e ideológicos, mais ou menos estruturados, que o permitem um olhar diferente para a realidade. A partir desse novo olhar, ele descreve-se como desempenhando uma práxis política cada vez mais reflexiva e criativa. O olhar crítico sobre a realidade não apenas constitui a práxis, mas é também constituído por ela. Diversas vezes Geraldo ressalta a importância da prática para o desenvolvimento de seus conhecimentos sobre a realidade.

A participação no MST envolve também, segundo Geraldo, grandes dificuldades.

Desde a época do acampamento. Nós andamos fazendo por alto uns levantamentos rurais e passou mais de mil famílias. Então as dificuldades são enormes, muito grandes. Porque aquilo que eu disse. Você tem que acampar. Você não tem a posse da terra, você não tem renda, você tem família, nem todos da família tem essa compreensão política. A pressão, ela é muito grande. Então se você não tiver objetivo claro, não souber de fato o que você quer, é muito difícil. Complicado. Então, tivemos muitas dificuldades pessoais e muitas dificuldades, dificuldades grandes políticas mesmo de enfrentamento. Então as duas coisas, essa... Política aí do enfrentamento, da compreensão da sociedade porque tem muitas pessoas que começam a te ver como baderneiros, pessoas que às vezes é seu amigo começa a passar... Então tem essas dificuldades assim no primeiro momento. Aí então a família começa a ter dificuldade porque... A renda, porque... de uma maneira ou de outra, você mesmo com serviço lá

fora... Há aquela ilusão que você faz o bico todo dia, então todo dia você... E aqui dentro já é mais difícil a coisa... [Inaudível] coletivo. Então assim a gente precisa enxergar que amanhã a coisa vai melhorar. Tem fazer a luta pesando nisso. A dificuldade, no início, a maior dificuldade era pra mim pessoalmente, era a escola pro meu filho. Porque as crianças chegaram a ficar sem estudar uns dias aqui porque a gente não conseguia a vaga nas escolas. Não tinha o transporte. Aí isso, sofremos uma pressão muito grande assim dos familiares, então esse foi um dos grandes desafios.

Geraldo relata grandes desafios e dificuldades em participar do MST. Ele aborda desde a falta de renda até a falta de escola para os filhos e a pressão familiar. Destacamos aqui como o entrevistado relata mudanças de posturas de amigos em relação a ele. Geraldo que antes categorizava os sem-terra como baderneiros é agora também enquadrado em tal categoria por pessoas próximas. Ao entrar para o MST, Geraldo também passa a partilhar do estereótipo atribuído ao grupo. Participar do movimento social implica em dificuldades de diversas ordens: materiais, relacionais, simbólicas. O entrevistado defende que apenas tendo um “objetivo claro” e a capacidade de “enxergar que amanhã as coisas vão melhorar” é possível permanecer no acampamento.

Segundo o Geraldo, os desafios e as condições de vida no acampamento dificultaram a permanência de sua ex-mulher no movimento.

Porque, por exemplo, antes as pessoas não conseguiam enxergar. Por exemplo, eu tenho dificuldade na família e com amigos próximos, as pessoas não conseguiam enxergar que a gente ia conseguir aqui um pedaço de terra. As pessoas não conseguiam fazer um... A médio e longo prazo. Então esse é um desafio. Que ficava perdendo tempo, que só militava, só viajava, não tinha tempo pra nada. Os filhos às vezes reclamavam que não tinha muito tempo pra eles. Minha primeira companheira... Tanto que eu separei do meu primeiro casamento por conta da minha militância e... por falta dessa visão. Porque no início achava que era vir pegar o pedaço de terra e... Entendeu?

Mais uma vez o entrevistado fala sobre a necessidade de superar o imediatismo para se manter no movimento social. Ainda sobre a separação de sua primeira mulher, Geraldo diz:

E o mais interessante nessa história é que minha ex-mulher sempre defendia essa ideia de reforma agrária de lutar por um pedaço de terra. Quando eu vi... É que ela tinha uma visão assim, que era só chegar aqui pegar um pedaço de terra e pronto, não tinha que fazer luta (...). E eu também imaginava um pouco isso. Aí quando eu vi a luta, aí eu me engajei e... Tanto que minha ex-mulher separou de mim por conta disso... Eu não quis abrir mão da luta (voz abaixando).

Os papéis de militante e de marido se entrelaçam na vida de Geraldo. Sua mulher era uma das grandes incentivadoras para que ele participasse do movimento, no entanto quando ele se engaja seriamente na militância ela passa a desaprovar sua postura. Essa tensão entre os papéis de marido e militante chega a tal nível que acontece a separação entre os dois, pois Geraldo não abre mão de sua participação no movimento social. Ao que tudo indica a ex-mulher do entrevistado não partilhava de vários de seus projetos. Ele que em diversos momentos destaca sua esperança e investimento em projetos de médio e longo prazo, percebe a dificuldade de algumas pessoas ao seu redor de aderirem a tal perspectiva.

As tensões envolvendo os diferentes papéis de Geraldo não se manifestam apenas entre a sua participação política e suas relações familiares. Ele também relata como lida com a sua militância e a necessidade de produzir em seu lote após a posse da terra.

Ai chegou um certo momento no movimento sem-terra que eu comecei a ter, entrar em algumas contradições. De por exemplo, eu mergulhei muito na luta na militância. Aí peguei o lote. Aí eu militava muito e não tinha tempo de fazer nada no lote. Eu comecei a perceber que eu precisava dosar isso. Porque investir na produção, que a gente luta tanto pra conquistar a terra. Investir na produção, em outro modelo de produção em outra coisa era muito interessante. Então não tinha muito sentido se eu pego o lote e não planto. Como é que eu posso contribuir se eu não faço o mínimo? Aí foi onde eu comecei a limitar um pouco a minha militância.

O participante demonstra no trecho acima a sua preocupação em conseguir equilibrar o seu papel de militante com o seu papel de produtor. Ele busca negociar as suas atividades e obrigações políticas e econômicas, sendo que em muitos momentos esses dois campos se interseccionam. A partir de então esses papéis passam a estar mais em constante diálogo, fazendo manifestar-se o produtor-militante. Ele decide sair do setor de educação para dedicar-se mais ao setor da produção. Dado que Geraldo era uma referência muito forte no setor de educação, a sua saída teve que ser mediada por um processo anterior.

No setor de educação eu era visto como o salvador da... E aquilo pra mim me fazia mal. Porque eu pra mim tava dando a minha contribuição dentro do meu limite. Todas as coisas as pessoas vinham me procurar. Era bom em um sentido, mas muito ruim isso... Porque eu falava: “E se amanhã ou depois...?”. Como é que fica isso? Como eu vi no movimento, algumas pessoas se dedicavam muito ao setor depois não dava certo e acabava indo embora e... E... Aí eu comecei a perceber isso. A minha vontade era a seguinte: ir saindo um pouco do setor e deixando pessoas assim com compromisso que fosse assumir essa tarefa. Aí foi formando o coletivo, D. Maria, Elis, Lúcio, D. Rosa e outras pessoas, Margarida. E esse pessoal deu continuidade e conta do recado. Então eu fui afastando um pouco pra que não ficasse essa visão de que só eu era capaz de...

O entrevistado demonstra responsabilidade e compromisso com o setor de educação até o momento de sua saída do grupo. Ele realiza o seu desligamento por meio de um processo que não cria uma ausência de referências ou lideranças, o que poderia gerar o fim do setor. Ao invés disso, ele gera um processo que visa aos poucos aumentar a autonomia das outras pessoas do grupo em relação a sua figura.

Na época da entrevista, Geraldo havia começado a participar do setor de produção do assentamento Mário Lago.

E hoje eu dedico um pouco no movimento e pretendo dedicar no campo da produção. Organizar a produção aqui no assentamento. Eu venho dedicando a isso e fazendo na prática. Porque eu acredito em uma coisa: que tem que ter teoria e prática. Se você ficar só na teoria, as coisas não acontecem. E se você ficar só na prática também as coisas não acontecem também, as coisas maior assim não acontecem. Então hoje a intenção, o que eu venho batalhando pra isso, é pra dedicar ao setor de produção e organizar a produção e comercialização aqui do assentamento.

Geraldo defende a necessidade de articulação entre a teoria (militância) e prática (produção) no que se refere a sua participação no MST. Essa relação dialética entre teoria e prática evidencia-se na história de Geraldo. É a partir da prática (profissional) que ele começa a pensar sobre as injustiças sociais, o que o leva a assumir novas formas de ação. Tais ações compõem os elementos que o levam ao MST onde ele adquire maiores recursos teóricos para pensar sobre a organização social que tanto lhe incomodava. Esses recursos serão de grande

valor no que e refere à sua práxis política se tornar cada vez mais reflexiva e criativa. A práxis política nunca é algo completo ou inerte, mas deve ser vista como um processo em permanente movimento.

O entrevistado destaca a sua forte relação com Maria e sua família.

A D. Maria, eles tavam no Salete Strozak, o acampamento lá em Batatais e sofreram a reintegração de posse. E eu era novo no movimento, tava há pouco tempo no movimento e fui pra lá pra contribuir. Aí vi a família da D. Maria com aquela quantidade de crianças sem onde... Com aquele monte de criança. E aquela família dedicada. Aquilo pra mim marcou muito assim. Com todas as dificuldades, mas o amor, a esperança, tava ali presente. E aí uma decisão coletiva que as famílias do Salete Strozak viessem aqui pro Mario Lago. E essas famílias chegaram aqui no Mario lago e não tinha de inicio... não tinha onde abrigar essas famílias. Essas famílias ficaram abrigadas lá embaixo no curral onde é o espaço de reunião, então ficou todo mundo ali. Aí eu tinha... Quando eu vim pra aqui eu fiz um barraquinho bem pequenininho e ficava com minhas duas crianças nesse barraquinho. Aí aconteceu essa questão da D. Maria do Salete Strozak e eu trouxe eles pra morar lá com a gente. Aí eles ficaram um tempo até construir o barraco deles e...

Se eu não tivesse conquistado um pedaço de terra aqui no Mário Lago e, isso eu tinha na minha cabeça, mas se aquela família conquistasse, pra mim eu já tinha contribuído muito pra reforma agrária. Porque o amor, a união daquela família, pra mim foi uma coisa muito marcante.

O trecho acima evidencia o forte vínculo de Geraldo com a família de Maria. Maria e sua família chegam a ser acolhidas no barraco de Geraldo por algum tempo. O entrevistado destaca o amor que ele sentia naquela família e como esse amor o afeta, toca-o a ponto de ele sentir que vê-los assentados, mesmo ele não conseguindo, já seria uma grande vitória para a reforma agrária. Ressalta-se aqui a importância da solidariedade e dos vínculos afetivos nos processos de práxis política. Geraldo vê na possibilidade da conquista da terra pela família de Maria uma motivação para a sua própria luta.

O entrevistado relata um momento, também comentado por Maria, no qual ela se disponibiliza para participar do setor de educação. Segundo os relatos, as pessoas teriam sido contrárias a sua proposta, pois consideravam que ela não seria capaz de dar conta das tarefas

domésticas – visto que possuía nove filhos – e as tarefas do setor. Diante de tal situação Geraldo se posiciona em defesa de Maria e convence os outros a permitirem a sua participação no setor. No momento da entrevista, Maria era da direção regional do MST.

E percebi com toda a simplicidade dela [de Maria], mas um talento pronto pra luta. Aí começou indicar ela pra alguns... algumas atividades do movimento, algumas coisas assim. E um monte de gente não concordava. Por que? Porque ainda existe aquela historia, e é cultural isso das pessoas: “Ah, mas não vai dá conta”. Subestimar o poder das pessoas, a capacidade das pessoas.

Geraldo demonstra uma postura de confiança diante das capacidades de Maria. Essa postura sem dúvida marcou em muito a vida da entrevistada, como pode ser visto em sua entrevista. Geraldo possui uma especificidade diante dos outros entrevistados. Ele aparentemente foi uma figura importante no processo de engajamento de todos os sujeitos dessa pesquisa no setor de educação. Os três outros participantes relatam que em algum momento Geraldo os convidou e confiou em suas capacidades como futuros militantes daquele setor.

D. Hoje: produção de vida, conhecimentos e direitos

O entrevistado fala sobre as dificuldades econômicas que incidem sobre o planejamento das famílias de baixa renda.

Então é isso que eu tô dizendo, do imediatismo. Tudo isso eu vejo que é... aquilo que eu disse... a falta de planejamento, a falta de perspectiva. Porque hoje nós estamos aí... no geral assim o imediato. Trabalho e daí trinta dias, por exemplo, se você trabalha de empregado, daí trinta dias você pega o dinheiro. O que você ganhar às vezes é muito pouco não dá pra você fazer plano nenhum. Você paga às vezes paga o aluguel... Se você paga o aluguel você não paga a água, você paga a água você não paga a luz. Hora que você compra o arroz você não compra o feijão. Então é assim, como é que você faz um planejamento? Eu acredito que isso é uma maneira ideológica assim de fechar a mente das pessoas. Pra não fazer um planejamento de vida. Então você não consegue fazer nada a longo prazo. Como é que você planeja, por exemplo, aí um... A maioria dos trabalhadores, quem mora na favela, por exemplo... Como é que você planeja em comprar uma casa? Em ter um... Porque não

tem como você fazer um planejamento. Porque você não tem renda. Porque o planejamento tem que ser a partir da coisa...

No trecho acima, Geraldo defende que o imediatismo que ele sente em muitas pessoas também se deve à falta de condições objetivas mínimas para se realizar um planejamento. Segundo ele, são necessários recursos mínimos para se realizar um planejamento de vida, recursos esses muitas vezes negados às classes sociais mais empobrecidas. Geraldo faz uma relação entre a teleologia e as suas bases materiais necessárias. O entrevistado reconhece modificações significativas em sua vida a partir da participação no MST.

Essas mudanças pra mim... Isso foi muito interessante. Por quê? Eu com... Eu sempre trabalhei. Trabalhei na usina, trabalhei no corte de cana, trabalhei... E assim, eu não concordava com aquilo, mas eu não tinha muita expectativa, eu não tinha. Porque eu achava: “Eu sou um pobre, sou um analfabeto, eu não estudei. Quer dizer, eu tenho que me ferrar”. Eu não tinha compreensão política da coisa assim. Aí eu fui tentando. Quando eu vim pro MST... Uma coisa foi interessante pra mim porque antes de eu vir pro MST, eu já com meus quarenta anos, eu me sentia um cidadão excluído da sociedade assim na questão de direitos. Porque eu não pagava direitos sociais, não tinha uma profissão pra me sustentar. Então aquilo me assustava. Eu olhava pros meus filhos dormindo assim, e aquilo me apavorava. Vendo a situação da educação. Então aquilo me apavorava. Quando eu vim pro MST, eu fui compreender essa questão mais a fundo, essa questão dos direitos. Aí foi mudando a minha... a realidade. Com a conquista do pedacinho de terra a partir do MST, isso transformou muito. Porque eu vi a possibilidade de uma vida sustentável. Quer dizer, no início era a possibilidade, hoje eu vivo a realidade. Mesmo com muitas dificuldades, a gente tem aí, como eu já disse, essa dificuldade com políticas públicas porque não existe um projeto de reforma agrária no Brasil, mas você já vê uma transformação. Tanto ideológica, como socialmente mesmo.

No trecho acima o entrevistado fala das mudanças tanto no campo ideológico como socioeconômico. Relata que sua participação no movimento o fez ter uma maior compreensão relacionada a seus direitos, além de possibilitar a sua família uma perspectiva de vida sustentável econômica e ambientalmente. Agora no MST, o entrevistado relata ser possível realizar planos, o que era impossível em suas condições de vida anteriores. Ele, que defende

em diversos trechos a necessidade de se ter projetos a médio e longo prazo, fala de como alguns desses que eram possibilidades tornaram-se já realidade. No trecho acima, ele não apenas aborda as alterações no campo material como possibilitadoras de uma melhora em suas perspectivas, mas também defende a importância das transformações “ideológicas”. Geraldo deixa de pensar que por ser pobre deveria necessariamente ter seus direitos negados e passa a lutar por melhores condições de vida. As bases materiais possibilitaram que ele pudesse elaborar um planejamento para sua família, no entanto tal planejamento é construído orientado pelas mudanças pelas quais ele passou no movimento social.

Sobre as dificuldades de produção no assentamento, Geraldo diz:

Por exemplo, meus filhos, tão começando a compreender agora um pouco. A terra dá um retorno muito bom, mas o retorno é a médio e longo prazo. E as necessidades às vezes ela são imediatas. Então isso ainda tem sido um pouco complicado. Então você com todas as dificuldades que eu disse: falta de estrutura, falta de políticas públicas, falta de assistência técnica, uma série de coisa. E eu saí da roça muito pequeno, então não tenho todo o conhecimento ainda com a terra. Então isso aos poucos que você vai conquistando. Então você planta aí pé de banana, demora aí no mínimo um ano pra começar a produzir. Você planta mandioca, oito meses, então isso que tem tido ainda... Quer dizer vem melhorando a cada dia, mas isso foi uma das coisas bastante difíceis.

Mesmo reconhecendo os avanços no campo econômico proporcionados pela sua participação no MST, Geraldo não nega as muitas dificuldades existentes para se trabalhar como agricultor. Entre tais dificuldades ele destaca que é preciso algum tempo para se produzir na terra. Assim, para se trabalhar a terra faz-se necessário superar as visões imediatistas, superação essa que o entrevistado diz estar tentando ajudar seus filhos a construírem.

Outra dificuldade presente no campo da produção é, segundo o entrevistado, a falta de políticas públicas de incentivo a reforma agrária.

Como no Brasil não tem uma política de reforma agrária, então falta muito pra que a gente alcance os objetivos. Por exemplo, eu tenho... Aquilo que eu disse na minha vida pessoal é falta ainda de políticas públicas. Falta escola. Falta água, por exemplo, existem grandes empresas multinacionais dentro de Ribeirão Preto que exploram

tanto os recursos naturais aí pra manter os seus lucros. E nós trabalhadores, nós do assentamento, não temos ainda esse direito à água. Nós estamos em cima do Aquífero Guarani, o lugar que tem mais água e nós temos ainda dificuldade, não conseguimos produzir porque não temos água. E não queremos... O que a gente quer é o seguinte: que essa água seja de uma maneira sustentável e de uma maneira legal. A gente não quer explorar a água, explorar esses recursos naturais de uma maneira aí degradante. Então, é isso que falta hoje. Pra mim... Eu acho que o avanço pra nós aqui é essa coisa aí das políticas públicas. Acesso a uma política aí, de acesso ao negado. Então a gente tem muita restrição. Esses programas do governo tem ainda muita dificuldade de acesso as... Então tem uma série de coisas que a gente produz aqui no assentamento que a gente não consegue ainda escoar. Isso mesmo nesses programas do governo social por conta dessa política aí do agronegócio. Então eu acho que é um pouco isso.

Geraldo entende que a reforma agrária não diz respeito apenas à conquista da terra, mas também à luta por políticas públicas que permitam a produção e a vida nos assentamentos. O entrevistado critica o Estado por não tomar as medidas necessárias para a implementação de fato da reforma agrária. Merece destaque a forma como o participante defende a utilização dos recursos. Ao falar da água, Geraldo demonstra uma postura de preocupação sobre a preservação do Aquífero Guarani. Assim, ele defende que a água seja sim utilizada para o uso doméstico e para a produção agrícola, no entanto esse uso dever ser realizado, segundo ele, de forma sustentável.

O participante defende que a compreensão política proporcionada pela sua participação política é ainda mais importante que os avanços econômicos atingidos.

Isso... Esse pra mim acho que tá a frente até do econômico. Quer dizer, o econômico faz parte, mas o conhecimento político, a coisa do direito. Porque ouvia falar muito na ocupação, você faz uma ocupação urbana ou rural, você faz algumas lutas dos trabalhadores pelos seus direitos e a mídia coloca que é invasão e os baderneiros. Então eu ter a compreensão que isso é direito. Que isso só acontece pela negação do Estado, dos direitos, então isso pra mim é muito forte assim (...). Eu considero ela mais importante. Eu considero ela mais importante. Porque se eu tiver... Se eu conquistar aqui o econômico e não tiver com o econômico uma vida social... Se eu

não tiver uma compreensão política disso não tem muito sentido assim eu acho. Nesse objetivo do MST que é a transformação social. Então precisa ter essa compreensão.

A pessoa precisa valorizar a vida. Precisa entender, no meu ponto de vista, que para você viver bem, não basta você ter dinheiro. Você pode ter um monte de dinheiro e uma vida desgraçada, no meu ponto de vista. Tem que ter uma série de coisas. Qualidade de vida é pra mim um negócio bastante [Inaudível]. A primeira coisa acho que é ter pertença por aquilo que você faz, acreditar.

Nos trechos acima podemos perceber o quanto é importante para Geraldo o pertencimento ao MST não apenas por questões econômicas, mas também por uma concepção de vida e luta partilhada com o grupo. Ele relaciona a sua qualidade de vida não apenas a fatores econômicos, mas também a questões relacionadas à sua identificação com um projeto de sociedade pelo qual ele trabalha. Ainda sobre as mudanças ocorridas devido a sua participação no movimento, Geraldo fala:

Quando eu vim pro movimento e eu comecei a estudar um pouco eu comecei a compreender isso. E aí a perspectiva de vida melhorou, mas muito, mas muito, mas muito. Tanto a nível da questão econômica, como na questão maior do conhecimento. Isso é um avanço. Então eu acho, na minha cabeça, que a gente só avança no econômico se você tiver um conhecimento maior, se você compreender um pouco... Porque aí você passa a dar valor mais na vida. Você passa a observar mais as coisas. Então hoje eu tenho uma perspectiva de vida mais muito muito muito grande assim, uma coisa assim muito muito ampla.

O entrevistado defende a necessidade de se obter maior conhecimento para poder avançar no campo econômico e para obter também uma maior qualidade de vida. No trecho acima ele aborda com muita ênfase o quanto suas perspectivas de vida melhoraram ao participar do MST e ao começar a estudar. Ele defende que as suas perspectivas e qualidade de vida não são atreladas apenas a um fator econômico, mas também a uma possibilidade de compreender melhor a realidade que o rodeia, a capacidade de dar sentido a tal realidade e às ações que ele realiza.

Então eu acho que a partir do momento que você compreende essas coisas, começa a compreender isso, você passa a viver melhor. Eu acho.

Há também destaque para a necessidade de agir de forma reflexiva.

Não só na militância. Acho que na vida da gente mesmo, na vida da gente. Na vida de qualquer pessoa. Acho que a gente precisa fazer as coisas e ir pensando.

Geraldo defende que a reflexão deve ser uma prática em vários campos de nossas vidas e não apenas no que se refere à militância. Alcançar tal capacidade reflexiva cotidiana é quebrar com padrões de pragmatismo e imediatismo normalmente predominantes no senso comum de grande parte da sociedade. Ele também entende que a própria participação política está presente em diversas esferas da vida.

Nos trechos abaixo o entrevistado fala sobre as crianças e jovens do assentamento.

Aqui no assentamento, a juventude, as crianças em sua grande maioria eles compreendem muito bem essa questão política, essa questão dos direitos. E tudo isso a partir desse trabalho, do trabalho da Ciranda. A parte do trabalho do MST na comunidade. Então a criançada aqui... Como diz: já nasce aqui. Então na escola hoje junto assim... A molecada já dá (risos dele)... Fala muito assim da participação política, do geral assim. Então isso é muito interessante. E que muitas vezes eu observo, até na minha família mesmo, crianças que não tá acostumada com esse cotidiano que não entende. Que não tem essa participação assim... da minha família. Que tá fora da organização, entendeu? É um pouco...

Então a gente vê... Hoje você pega crianças aqui de dez anos de idade que dá aula de cidadania (risos de ambos). E dá aula aí muitas vezes pra intelectuais...

Então, acho que é um pouco... Uma coisa complementa a outra. Então as ações do dia-a-dia, então a partir disso vai se tendo uma compreensão. A gente percebe nitidamente. Os jovens que participam mais ativamente das ações, vai ficando mais claro essa participação. Eles têm muito mais facilidade do que aquele que não participa de nada, entendeu? O que não participa ativamente tem mais dificuldade da compreensão assim política, da situação.

Geraldo defende explicitamente que as crianças que participam da Ciranda possuem uma postura mais crítica e mais participativa. Segundo ele, as experiências no grupo de

educação infantil do MST seriam responsáveis por fazer com que estes jovens e crianças participassem mais ativamente dos processos de discussão e deliberação que envolvem as suas famílias e comunidade. Além disso, a participação não apenas na Ciranda, mas também em outras atividades do movimento são, segundo o entrevistado, importantes para que os jovens possam ter maior “compreensão política da situação”.

Sobre seu entendimento sobre a política, Geraldo relata:

Pra mim eu acho que existem duas coisas políticas. Existe a política partidária que eu não gosto em hipótese alguma, mas dependo dela. E a política de conhecimento, a política de participação (...). Eu acho que nas escolas isso precisava ser discutido. Eu acho que a partir disso: que você discutisse na escola segurança, que você discutisse educação, que você discutisse economia, que você discutisse uma série de coisas é... Eu acho que tá feita a revolução. Porque a gente [Inaudível] os mais pobres principalmente, tem uma visão que a política é coisa de rico, é coisas de doutor (risos meus). É coisa de doutor, que nós só temos que obedecer. Não procuramos compreender se os negócios, saber os “porquês”. E é cultural e intencional isso. Essa é a perspectiva que eu tenho. E nunca me passou pela cabeça entrar em partido político. Nunca me passou pela minha cabeça isso, ser um político partidário, nunca isso me passou pela cabeça, mas a política tá no sangue. Mas essa política do conhecimento, essa política da luta, essa política do entendimento. Então isso eu tenho no sangue.

Se faz política todo dia. Se faz política no trabalho, na escola, dentro de casa com a família, entendeu? Então isso pra mim é muito forte. Todos nós precisávamos compreender isso. Então tem pessoas que diz: “Eu não gosto de política, eu não quero política”. Só que política é todo dia, o dia-a-dia da vida da gente é uma política. A gente só precisa compreender.

Pra mim... Eu acho que essa política do cotidiano... Eu acho que todas as discussões, tudo que a gente fala gira em torno de política. Então é os “porquês”. Os “porquês”.

A concepção de política de Geraldo se aproxima da categorização defendida por nós nesse trabalho. Ele diferencia a política partidária e a política da participação e do conhecimento. A primeira estaria relacionada às instituições ditas políticas (partidos,

congresso, câmaras, etc), por sua vez, a segunda seria uma concepção ampliada de política a qual se manifestaria nos mais diversos espaços por meio dos mais diversos sujeitos. O entrevistado entende que a política diz respeito aos “porquês”, e defende que agir politicamente é buscar entender as múltiplas causas e relações que compõe os contextos sociais nos quais nos inserimos. Buscar os “porquês” é agir criticamente diante da realidade. Tal postura não se refere apenas ao âmbito do político em sentido restrito, mas diz respeito a campos diversos da vida. Ele ainda defende que a revolução se daria de forma concreta quando nas escolas fossem discutidos temas variados como segurança, educação, economia. A formação das crianças e jovens nesses temas seria de fundamental importância para a transformação social. A revolução é vista aqui como processo e não apenas como momento de brusca ruptura. Por fim, podemos destacar como Geraldo não mais acredita que política é coisa de “doutor”. Em sua forma de entender a política, a participação não só pode como deve ser estendida as mais diversas camadas e setores sociais.

Quando perguntado sobre o que o faria parar de militar no movimento social, Geraldo diz que nada. No entanto, em seus relatos aparece uma questão que o já fez anteriormente pensar na possibilidade de deixar a militância: o sectarismo.

Mas se tivesse uma esquerda mais... menos fragmentada, mais organizada nesse sentido, quer dizer, acho que daria uma sustentabilidade um pouco mais. Então eu vejo um pouco nesse sentido. Eu consigo... Eu vejo assim que aqui no nosso caso, por exemplo, existem três movimentos. E tudo... E sai de um e vai pro outro. E tá todo mundo na mesma situação. Se tivesse todo mundo mais unido acredito eu que seria... Então eu vejo que essas fragmentações só atrapalham, não resolvem.

Muito essa fragmentação, muito cada um atira pra um canto, cada um atira... Naquele momento eu cheguei a colocar minha militância em... Eu pensei em parar e... Aí eu fiz uma reflexão e disse: “Eu vou conhecer. Vou procurar entender isso politicamente”.

O momento transcrito acima, que se refere à discussão sobre as regras de uso das terras do assentamento, é o único em que Geraldo relata ter pensado em deixar a militância. No entanto, diante das dificuldades advindas da fragmentação e da divisão dos movimentos, ele não deixa o MST, mas opta por tentar compreender melhor esse fenômeno politicamente.

Sobre os motivos que levam a participar do movimento, Geraldo relata:

Eu acho que é assim: todos nós temos um sonho, todos. Todos tem a vontade, tem o sonho e tem as necessidades também, então a partir dessas coisas aí você começa a participar.

[Alguns] Fica só na luta pela terra. E é o que acontece com a maioria muitas vezes. Aí então já tem uma grande maioria que já quer a conquista da reforma agrária. E já tem outras pessoas que a transformação social. Aí vocês... Eu não alcanço essa transformação social, mas eu tô dando uma contribuição pra outras pessoas, principalmente pra os mais jovens... Pra ir dando continuidade porque se não a coisa para, entendeu?

No trecho acima Geraldo usa os três objetivos principais do MST para categorizar os diferentes níveis de metas que as pessoas que participam do movimento possuem. Ele articula os sonhos e as necessidades no que se refere à participação no movimento social. Essa articulação se dá na busca dos três objetivos citados pelo entrevistado: luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. Transformação social essa que Geraldo não acredita que presenciara em vida, mas que encontra sentido em contribuir para que o processo nessa direção continue. Podemos aqui dizer que Geraldo é um militante movido por necessidades e sonhos que se entrelaçam. Ele se põe como sujeito de e da história.

Quando é perguntado o que é o MST para ele, o entrevistado responde:

O MST pra mim é... uma organização com um.... poder de transformação. O MST ele transformou minha vida. Ele transformou minha vida, e ele transformou a vida de muita gente e transformou pra melhor. Transformou esse campo do conhecimento. É aquilo que eu disse, eu achava antes que discutir política era para o intelectual, era pro político mesmo, era política partidária, que era esse negócio. Que isso não era pro trabalhador, não era pra pessoa que mora na periferia. Então assim, o MST me transformou e tenho certeza que transformou aí milhares e milhares de pessoas por esse Brasil, por esse planeta a fora aí (riso ambos), nesse sentido. Abre um monte de portas aí pro conhecimento.

Então, eu vejo a transformação social dois... dois... assim em duas coisas. Uma é a transformação social do modelo de produção e outra que aconteceu comigo, como eu disse, é a transformação social já no cotidiano assim (risos dele), no dia-a-dia. Então,

eu acredito que pra maioria das famílias que tá assentada hoje já aconteceu esse início aí da transformação social. Então se você tiver compreensão disso, não era pra ninguém parar de lutar.

O entrevistado define o MST como uma organização com poder de transformação. Ele não limita essa transformação a um horizonte longínquo de transformação social (“transformação do modelo de produção”), mas entende e vê as transformações realizadas pelo MST também de forma muito concreta. Ele relata que o movimento transformou a sua vida e transforma muitas outras pessoas cotidianamente, ou seja, a transformação não é apenas um projeto a ser alcançado em um futuro distante, mas sim um processo que também se dá diariamente na vida concreta de diversos sujeitos.

No trecho transcrito acima, Geraldo mais uma vez dá grande ênfase ao conhecimento adquirido por ele no movimento. A transformação que ele diz ter passado no MST está, no trecho, relacionada principalmente ao quanto ele pôde aprender em sua participação no movimento social. Geraldo que se via como um excluído social abaixo da linha da pobreza e, assim sendo, fora do mundo da política, se expressa agora como um lutador por direitos cujos sonhos e esperanças são capazes de tocar e modificar a vida das pessoas ao seu redor.

4.2. A práxis política dos sujeitos

Esta sessão procura analisar de forma integrada a produção com os quatro sujeitos de nossa pesquisa. Serão três tópicos diferentes, derivados da apreensão que fizemos a partir das análises individuais.

O tratamento do material e a análise foram orientados pelas três categorias fundamentais da dialética: movimento permanente, totalidade e contradição (Löwy, 1991). Embora elas perpassem todo o material e estejam entrelaçadas, foram destacadas em determinados momentos para que possamos também com isso apreendê-las melhor em suas especificidades.

4.2.1. Práxis política como um processo de vida: movimento permanente

Tanto Coutinho (2011a) como Vigotski (2004a, 2007) defendem que os fenômenos a serem estudados por eles – aqui respectivamente a política e a subjetividade – devem ser vistos como processos em constante transformação e desenvolvimento. Em coerência com a orientação teórico-metodológica de nosso trabalho, também defendemos que a práxis política deve ser entendida como um processo e não como um objeto acabado.

A práxis política aparece na vida dos participantes não como fenômeno que ocorre em determinado momento específico, mas sim, como processo que remete aos elementos diversos que compõem suas histórias de vida. Além disso, pudemos perceber que tal processo é permeado por constantes movimentos de transformação, sejam de avanços ou retrocessos. Emerge do material a práxis como processo histórico complexo e em constante desenvolvimento.

No caso de Maria, podemos perceber, por meio das entrevistas, como a postura dos acampados em relação à sua família foi importante no momento do seu engajamento no movimento social. Maria relata muitos casos durante sua vida nos quais ela sofreu discriminações pela quantidade de filhos que possuía. O vínculo existente entre ela e seus filhos é algo que gera espanto mesmo para Geraldo no momento em que se conhecem. O papel de mãe exercido por Maria era de vital importância na organização de seu drama subjetivo, mas tal posição era, fora do acampamento, causa de discriminação e perda de oportunidades. No entanto, ao chegar ao MST, essa situação se transforma. Ela e sua família deixam de ser criticados e passam a ser elogiados pela sua grande quantidade de membros. A mudança relacionada ao papel materno de Maria é de fundamental importância para o entendimento de sua participação no movimento social. Essa mudança a leva, inclusive, a ficar no acampamento mesmo debaixo de uma “lona de quinta”. Assim, é preciso entender o engajamento de Maria como parte de um processo de vida anterior à sua práxis política no movimento social.

Lúcio relata em suas entrevistas como a sua participação no movimento o fez deixar de se sentir analfabeto. Compreender a importância de não mais se sentir analfabeto para Lúcio é apenas possível a partir de um olhar para a sua história de vida. Lúcio fala durante as duas entrevistas de forma constante das discriminações e humilhações que sofria por sua condição social, sua cor, seu porte físico, sua origem e sua escolaridade. Ele aborda com frequência o seu sonho de ser “alguém na vida” e como isso parecia inalcançável para ele. No entanto, é a partir de sua práxis política que isso muda. Sua entrada no movimento social o faz se sentir cada vez mais capacitado. Aquele que até então era visto como incapaz a partir dos mais diversos critérios encontra um lugar onde suas habilidades são desenvolvidas e valorizadas. Um lugar que o faz deixar de se sentir analfabeto, mesmo que não dominando os códigos da língua escrita. A práxis política de Lúcio só pode ser devidamente compreendida abordando essa transformação sofrida por ele no movimento social. Ao mesmo tempo, tal transformação apenas pode ser entendida a partir de um olhar para sua história de vida, ou seja, na busca das raízes históricas do processo de práxis política desse militante.

Geraldo relata desde cedo sua postura crítica diante do mundo, mesmo sem entender bem a razão. Ao entrar no MST ele diz ter tido a oportunidade de compreender melhor as relações sociais que eram responsáveis por gerar aquela desigualdade que tanto o incomodava. Geraldo diz que o MST o fez entender a “questão dos direitos”, e assim, ele pôde melhor compreender os processos de exclusão nos quais ele já há um bom tempo percebia estar inserido. Esse entendimento obtido por Geraldo a partir de sua participação no MST demonstra-se muito significativo para o entrevistado.

Olhar para o engajamento de Geraldo e dos outros apenas a partir da necessidade econômica que o levaram a luta pela terra, não é o suficiente para compreender a complexidade de sua práxis política. As tramas de seus processos históricos questionam entendimentos acerca da participação política em movimentos sociais como apenas uma tomada de decisão racional, visão defendida pela Teoria de Mobilização de Recursos (Gohn, 1997). Aos elementos econômicos que remetem a condições imediatas de necessidade de suas famílias no momento do engajamento no MST, somam-se outros construídos na histórica de cada sujeito concreto e relativos às esferas mais próximas ao campo da subjetividade.

O *corpus* da pesquisa indica ainda que, além da práxis política dever ser abordada a partir de uma visão mais ampla da vida dos sujeitos concretos, ela também deve ser vista como um processo em constante mudança.

Quando Elis fala sobre suas ações junto à comunidade do MST, podemos ver como a entrevistada identifica a vontade de ajudar as pessoas como uma característica anterior ao movimento social, no entanto reconhece que sua participação no MST a potencializou. As ações de Elis, que anteriormente se caracterizavam como ações de cunho predominantemente assistencialista, tornam-se, a partir de sua participação no movimento social, práxis política e adquirem cada vez mais um caráter reflexivo e criativo.

Geraldo fala como sua participação no MST transformou sua forma de ver a ação política. Ele, que já possuía uma práxis política anterior à participação no movimento social, encontra no MST a oportunidade de qualificá-la. Geraldo fala sobre como pensava que discutir política não era coisa para trabalhadores que moravam em periferias, mas apenas para intelectuais. As suas vivências junto ao movimento social, segundo ele, abriu diversas “portas para o conhecimento” e o fez perceber que atuar na política deve ser tarefa de todos e não só de pequenos grupos.

Maria descobriu no MST necessidades que não sabia que possuía. Ela fala de como, além da necessidade de ter uma terra para morar e produzir, há também a “*necessidade da luta, da política*”. Essa descoberta de outras necessidades, além das ligadas diretamente às

necessidades econômicas, caracteriza o que Gramsci definiu como “catarse” (Coutinho, 2011a). Maria passa do momento determinado meramente pela causalidade econômica e começa a agir a partir também da teleologia política. Esse movimento catártico demonstra uma alteração em sua práxis política. Ela passa a pensar em metas cujas naturezas são voltadas para um conjunto mais amplo de sua comunidade. A sua práxis política não surge como algo acabado, mas se desenvolve durante suas ações no movimento.

No modelo teórico desenvolvido por Sandoval (2001), determinada configuração da consciência política é o que leva ao engajamento em movimentos sociais. Assim, de forma geral, a participação em um movimento social dependeria da existência de uma forma específica de consciência. Segundo os relatos de nossos participantes, parece-nos que a consciência política está em constante desenvolvimento. Não aparenta, segundo as entrevistas, que uma configuração específica da consciência política seja causa necessária e suficiente da participação no movimento. É com o próprio processo de engajamento e as vivências que ele permite que são qualificadas as práxis políticas, num movimento que as torna mais reflexivas. Poderia se dizer que a consciência política desses sujeitos, antes de ser causa, está mais próxima a um processo que é potencializado pela própria participação.

4.2.2. Práxis política do sujeito concreto: totalidade

Como vimos, Gramsci busca por meio da categoria bloco histórico apreender a totalidade social composta de elementos infra e superestruturais relacionados dialeticamente em um dado momento histórico (Coutinho, 2007; Portelli, 2002). Vigotski (2007, 2004a) por sua vez defende que a subjetividade deve ser vista como uma totalidade orgânica e não analisada de forma fragmentária a partir de seus elementos isolados.

Buscaremos aqui, a partir da categoria práxis política, abarcar o fenômeno da participação política em diversos níveis de totalidade, nas suas dimensões: geral e específica; objetiva e subjetiva; afetiva e cognitiva. Compreendidas como aspectos distintos de uma mesma totalidade orgânica e dialética, apresentaremos cada par de dimensões em um tópico determinado. Evidentemente que tais dimensões se perpassam e a divisão para esta apresentação tem caráter didático, o que significa que em alguns momentos escolhemos arbitrariamente em que tópico abordar um elemento que se encontra na intersecção entre dimensões.

Entendemos que é na busca das diversas determinações presentes nas dimensões abordadas que podemos almejar entender o sujeito político em sua concretude.

A. Dimensões geral e específica

Abordaremos aqui a dimensão geral como referente a elementos do atual bloco histórico brasileiro que perpassam e transcendem as histórias individuais de nossos sujeitos. Por sua vez, a dimensão específica diz respeito aos aspectos singulares que compõe o processo de práxis política dos participantes. Ambas as dimensões devem ser entendidas como se compondo e influenciando mutuamente.

O MST pode ser visto como contexto geral no qual os participantes desenvolvem suas práxis políticas. Segundo Klandermans (2002), o movimento pode ser enquadrado como uma “oferta de mobilização”, ou seja, uma possibilidade naquela realidade dos sujeitos de suprir as suas demandas de mobilização. A forma de ser e se organizar do MST está intimamente relacionada ao momento histórico em que o movimento surge e se desenvolve, ou seja, essa possibilidade de meio de mobilização presente no contexto social dos sujeitos está vinculada dialeticamente com realidades históricas, sociais, econômicas e políticas de nível nacional e até internacional. Esses sujeitos não se engajam em um movimento social abstrato. Mas assim como eles são sujeitos concretos imersos em uma realidade histórica, eles também se engajam em um movimento social concreto com características, limites e possibilidades em constatare diálogo com o seu momento histórico. A história do MST e a história do assentamento da Barra circunscrevem o engajamento dos sujeitos da pesquisa.

Segundo Geraldo, são necessárias determinadas condições para “despertar a militância”. O sujeito defende que mesmo tendo nascido com o “dom de militar” apenas conseguiu despertar tal dom quando houve oportunidade para isso. O MST foi para os sujeitos essa grande oportunidade de despertar a militância que havia em potencial em cada um.

Maria também fala sobre como o movimento social a fez ter coragem de lutar pelos seus direitos. A entrevistada relata que até conhecia alguns direitos, mas antes de participar do movimento não tinha coragem de lutar por eles. A oportunidade de militar no movimento possibilitou que Maria realizasse lutas que sem ele não faria. A práxis política se dá por questões relacionadas aos sujeitos e suas histórias, mas também depende da estrutura de oportunidades de mobilização que o contexto social de tais sujeitos lhes oferece. Sem o MST e as oportunidades de mobilização que ele lhes proporcionou, pode ser que o potencial de práxis política dos entrevistados nunca chegasse a se tornar ato.

O MST além de proporcionar um espaço de militância, também influencia nas formas e conteúdos de práxis política dos sujeitos. Elis defende que ao entrar para o setor de educação não sabia absolutamente nada sobre as formas de ação no movimento, mas que foi na prática e nas vivências que ela passou a desenvolver a sua práxis política. Lúcio, por sua

vez, relata a transformação de sua práxis política. Segundo ele, estar no movimento o ensinou, entre outras coisas, a lutar não só por ele, mas por todos. Assim, a “política do movimento” que se relaciona à constituição histórica do MST, e a sociedade na qual tal constituição se dá, age diretamente na formação da práxis política de Lúcio.

Geraldo também relata aprendizagens a partir de sua participação no movimento social. O entrevistado fala em diversos trechos sobre como o aprendizado sobre os seus direitos transformou sua forma de ver a realidade e sua práxis política, a qual, segundo ele, antes do movimento ainda era muito “desorganizada”.

No entanto, a dimensão geral não se expressa apenas no que se refere ao movimento social no qual os sujeitos se engajam (“lado da oferta”), mas também nas próprias trajetórias dos sujeitos (“lado da procura”). Os quatro sujeitos entrevistados para essa pesquisa possuem algumas características socioeconômicas comuns. Todos relatam dificuldades econômicas durante suas vidas e contam que ainda na juventude migram para o Estado de São Paulo em busca de melhores condições de vida.

As razões que levam nossos sujeitos a migrarem para o Estado de São Paulo remetem a uma realidade social e econômica que transpassa em muito suas histórias individuais. Segundo Alves (2007, p. 47), “está havendo um processo de expulsão, ocasionado pela impossibilidade de os trabalhadores conseguirem boas terras para o plantio de subsistência e pela impossibilidade de acesso a outras formas de renda, por meio da venda da sua força de trabalho”. Esse processo se insere em uma forma de organização social capitalista e está vinculado a outros processos infra e superestruturais. Segundo os relatos dos entrevistados, mesmo conseguindo melhores condições de vida no Sudeste, eles ainda passavam por grandes dificuldades econômicas.

Novaes e Alves (2007) retratam como trabalhadores migrantes encontram dificuldades para conseguir sobreviver de forma digna no Estado de São Paulo. Os autores e seus colaboradores abordam principalmente as insalubres condições de trabalho e moradia dessas pessoas. Todos os sujeitos relatam, uns mais outros menos, que no momento da entrada para o MST a sua família passava por dificuldades econômicas e que a possibilidade de obtenção de um lote parecia uma boa alternativa para essa situação. Não consideramos que os fatores econômicos gerados por uma dada realidade macrossocial sejam suficientes por si só para explicar a práxis política de nossos sujeitos. No entanto, não se pode entender tal processo sem abordar a dimensão social mais ampla na qual a práxis política dessas pessoas está inserida.

É na conjunção entre elementos de ordem macro e singulares que se manifesta e constitui a práxis política.

As histórias de vida de Maria, Geraldo, Elis e Lúcio revelam especificidades no processo de engajamento político e do desenvolvimento de suas práxis políticas. Essas particularidades podem ser vistas, por exemplo, no caso de Lúcio, pelos conflitos com a família de seu irmão, os quais geram a situação de não ter onde morar. Neste contexto material e simbólico, Lúcio decide conhecer o MST e, posteriormente, integrar o movimento.

Netto (1990) defende que o método marxista de construção do conhecimento deve envolver a universalidade, particularidade e singularidade. O modo de produção capitalista constitui uma universalidade. Ele perpassa e dita limites e possibilidades para os modos de vida de todos os sujeitos nele imerso. No entanto, as condições de vida de Lúcio são uma construção singular. Ela não é comum a todos aqueles sujeitos ao modo de produção capitalista. Essa mediação entre a generalidade ou universalidade do capitalismo e a singularidade da situação de Lúcio se dá por meio das particularidades presentes na vida concreta do sujeito. Assim como ocorre com Lúcio, os outros sujeitos também possuem situações singulares (ou específicas) que se manifestam, por meio de suas particularidades, dentro das generalidades macrossociais na quais todos estão imersos. A práxis política se revela assim na conjunção entre a universalidade e a singularidade.

Também os diversos papéis que desempenham compõem os processos específicos da práxis políticas dos nossos participantes. Esses papéis são circunscritos pela realidade social mais ampla na qual estão inseridos e pelas singularidades nessa universalidade social dada. Cada um dos papéis (militante, pai, profissional, filho, etc) assume determinada função no processo de práxis política de cada sujeito.

O papel de pai influencia significativamente a trajetória política de Geraldo. O entrevistado relata que a sua primeira experiência de práxis política foi lutando por melhores condições de educação para os seus filhos. A partir dessa experiência inicial ele se engaja em outros processos, entre eles, mais tarde, a liderança do setor de educação do MST. Outro papel de Geraldo que se entrelaça intimamente com a sua práxis política, é o papel de marido. O sujeito fala sobre como o seu intenso engajamento no movimento social acaba por gerar o fim do relacionamento com a sua mulher.

Elis e Maria, por sua vez, falam sobre dificuldades em conciliar os seus papéis de militantes e de esposas. As duas entrevistadas relatam que possuem ou possuíram dificuldades em relação aos seus maridos no que se refere à militância, pois esses não gostavam que elas dedicassem grande tempo à atuação no setor de educação; eles consideravam que elas

deveriam investir mais tempo na família e nos cuidados domésticos. Mesmo possuindo certa similaridade, as situações de Maria e Elis se desenvolvem de forma diferente, sendo que Maria possuía aparentemente maior flexibilidade nas negociações com o marido. Lúcio também fala sobre algumas dificuldades com sua esposa, a qual gostaria que ele passasse mais tempo com ela em detrimento de suas ações políticas. No entanto, ele parece lidar bem com tais dificuldades.

Por fim, Maria relata momentos de conflito entre o seu papel de membro de uma igreja cristã e militante do MST. Segundo a entrevistada, o seu antigo pastor a pressionava para que ela saísse do movimento social, junto com sua família. No entanto, ao invés de optar pelo papel de crente ou de militante, Maria elabora uma concepção específica que proporciona a conciliação entre os papéis. A entrevistada defende que o que Deus quer é que as pessoas estejam bem. Dado que as condições de vida dela e de sua família melhoraram significativamente no MST, Maria entende que é da vontade de Deus que ela permaneça no movimento e na luta. Maria termina por deixar sua antiga igreja e passa a frequentar outra denominação evangélica que segundo ela tem “a cara do assentamento”.

Os diferentes papéis estão entrelaçados à práxis política dos sujeitos, ora com ela colaborando ora competindo. Entre eles ocorre uma relação dinâmica em cada situação e participante.

Entendemos papéis aqui segundo a concepção de drama de Vigotski (Delari Junior, 2011; Vigotski, 2000). Assim, defendemos que os sujeitos concretos podem ter a configuração de seu drama subjetivo alterado de acordo com a situação e contexto no qual estão inseridos. Maria possui um drama subjetivo como mãe que pode ser diverso dos momentos em que desempenha o papel de militante ou profissional. No entanto, mesmo reconhecendo a flexibilidade possível do drama subjetivo de cada participante em cada papel, a subjetividade desse participante ainda constitui uma totalidade orgânica (Ghiro, 2012; Vigotski, 2004a). Desta forma, as diferentes organizações subjetivas – presentes no diferentes papéis desempenhados pelos sujeitos – relacionam-se dialeticamente entre si, ou seja, influenciam-se mutuamente. Entendemos, a partir de nossos referenciais teóricos, que existem elementos da subjetividade que perpassam os diferentes papéis, ou seja, apesar de sua flexibilidade, os diferentes papéis ainda são desempenhados pelo mesmo sujeito concreto. Enfim, as identidades dos sujeitos são totalidades que se constroem na relação dialética entre igualdade e diferença (Ciampa, 2004).

Maria fala de que forma a atuação no movimento social fez com que sua postura como esposa fosse modificada, ou seja, como seu papel militante agiu sobre seu papel de esposa.

Segundo os relatos de Maria a sua participação no movimento social gerou uma práxis política também em seu núcleo familiar. Tal práxis fez com que as decisões e o poder na família se tornassem menos centralizados na figura de seu marido. As relações interpessoais são constituídas e constituidoras dos diversos papéis e das configurações subjetivas a eles relacionadas.

Por fim, as práxis políticas de nossos sujeitos evidenciam-se por elementos ditos “gerais” – que remetem a uma organização social mais ampla –, assim como elementos específicos que dizem respeito a cada sujeito particular. Ambas as dimensões – geral e específica – mostraram-se imprescindíveis para uma análise que pretenda alcançar uma práxis política numa perspectiva concreta.

B. Dimensões objetiva e subjetiva

Definimos a práxis política como uma ação objetiva orientada subjetivamente, ou seja, defendemos a indissociabilidade entre os aspectos objetivos e subjetivos dessa categoria.

Diversos referenciais de mobilização política ou de estudos sobre movimentos sociais defendem a importância de se entender a realidade socioeconômica na qual os agentes políticos estão inseridos, assim como as suas condições de vida (Gohn, 1997). Aqui também consideramos indispensável abordar tais elementos.

No momento do engajamento inicial no MST nossos sujeitos relatam, alguns com mais intensidade que outros, que passavam por dificuldades econômicas. Uma posição comum entre todos nossos participantes é o entendimento de que a grande motivação inicial para se participar do MST é a luta pela terra e melhores condições de vida. Stedile e Fernandes (2012, p. 57) afirmam:

A possibilidade de conquistar um pedaço de terra é o que motiva uma família a ir para uma ocupação ou permanecer acampada por um período indeterminado. Nesse primeiro momento, é uma luta para atender, essencialmente, uma reivindicação econômica.

Os entrevistados falam não apenas de forma genérica sobre a motivação inicial de se entrar no movimento, eles se incluem também entre aqueles os quais possuíam como grande razão para participar do MST a luta pela conquista da terra e, conseqüentemente, melhores condições de vida para suas famílias. Aparentemente o engajamento inicial no movimento se dá por questões muito objetivas: a luta pela terra, melhores condições de alimentação, moradia e educação para os filhos. Assim, a aproximação inicial dos sujeitos ao movimento se

dá em grande parte por razões de ordem econômica, ou como diria Klandermans (2002), de forma geral, por razões instrumentais. As condições objetivas de vida anteriores à participação no MST e a busca por uma reivindicação de ordem prioritariamente material são elementos importantes para o entendimento do processo de entrada para o movimento social, entretanto, como temos tentando demonstrar, eles não são os únicos. Como veremos mais adiante, mesmo frente às difíceis condições de vida, houve a necessidade de um processo de transformação de sentidos para que se desse o engajamento dos sujeitos no movimento social.

São muitas as formas que a luta política de nossos sujeitos se materializam objetivamente em práxis política no movimento social. Desde ocupações a eventos de formação, passando por reuniões, ações com as crianças, vigias, produção no lote e resistência ao duro cotidiano em um acampamento. Poderíamos nos perguntar se algumas dessas ações são de fato práxis política.

Olhar para as histórias de vida dos participantes ajuda-nos a compreender que os objetivos de suas lutas no MST são mediados por ações com metas parciais que não se identificam com tais objetivos diretamente. Participar de um curso de formação ou realizar atividades com crianças não são ações relacionadas diretamente à luta pela terra, como a ocupação. Entretanto, no caso dos participantes, foram ações necessárias para que esse objetivo fosse alcançado. Também realizar tarefas domésticas e reorganizar as dinâmicas e papéis familiares, com a meta de manter-se em um assentamento do MST, são ações vinculadas à atividade de luta política do movimento e, conseqüentemente, à reforma agrária. Assim, identificamos todas essas ações como parte da práxis política dos entrevistados e, desta forma, todas dizem respeito, direta ou indiretamente, ao objetivo geral de alcançar as reivindicações do movimento.

Além das motivações e do caráter objetivo das práxis políticas de nossos militantes, também se evidenciam os resultados econômicos gerados pela práxis na vida de seus atores. Todos os entrevistados relatam avanços materiais (econômicos) relacionados à luta pela terra. Podemos ver nas entrevistas como a participação no movimento gerou melhoras significativas nas condições socioeconômicas dos sujeitos de nossa pesquisa. Tais melhoras são relatadas não apenas por nossos participantes, mas também por grande parte dos beneficiários da reforma agrária (INCRA, 2010).

A partir dos diversos relatos de nossos sujeitos, podemos perceber que a grande motivação inicial para a aproximação ao MST foi, de forma geral, a possibilidade de se obter um pedaço de terra. No entanto, assim como diz Maria, aparentemente surge nesse processo a possibilidade de suprir necessidades que os participantes muitas vezes não sabiam que

possuíam, ou então, não esperavam que fossem supridas no movimento social. Essas reivindicações, que poderíamos chamar de latentes, sem dúvidas foram de grande importância na permanência e aprofundamento da participação dos sujeitos.

Maria e Lúcio relatam uma trajetória de discriminação que perpassa grande parte de suas vidas. Maria relaciona esse processo principalmente à quantidade de filhos que possui, enquanto Lúcio o relaciona principalmente ao seu analfabetismo. Nas entrevistas, podemos perceber como, no movimento social, Maria e Lúcio encontraram um espaço onde conseguiram superar a suas trajetórias de discriminação. Maria, ao invés de ser vista como alguém “sem prestígio” ou “sem juízo”, é recebida junto com seus filhos com amor pela comunidade. Lúcio, por sua vez, é valorizado e incentivado pelos companheiros e se torna um líder no setor de educação do assentamento, o que o faz ressignificar o sentido de si mesmo e sua identificação como analfabeto. Esses sujeitos não entraram para o MST por buscar um local onde pudessem ser tratados com mais respeito e afeto. No entanto, ao vivenciarem o movimento suprimindo essa reivindicação latente eles se engajaram com maior persistência e profundidade nas atividades do assentamento. Assim, as práticas políticas desses sujeitos foram potencializadas e mantida graças a elementos que vão além da luta pela terra, neste caso relacionadas à superação de uma condição de discriminação e exclusão social.

Elis relaciona a sua permanência na Ciranda ao carinho que ela recebe das crianças. Ela diz que tal carinho é a maior recompensa que ela pode receber, atribuindo a sua participação na Ciranda a um elemento prioritariamente afetivo.

No relato de Geraldo, o incômodo com a desigualdade social aparece desde antes de participar do MST, sendo o início de sua militância política identificado na defesa do direito à educação de seus filhos. Tal militância o fez sentir ainda mais as contradições sociais que o incomodavam e acaba por despertar nele um desejo de melhor entender esses processos para poder transformá-los. É no MST que Geraldo encontra a oportunidade de suprir tal desejo. No movimento, ele adquire um referencial teórico para entender as desigualdades sociais, assim como para buscar uma transformação social. Na oportunidade que a vivência no MST promove, ele não apenas permanece na militância como intensifica em muito a sua prática política. Aqui elementos bastante singulares, subjetivos – entender a questão dos direitos, ver uma esperança de transformação social – mostram-se de grande importância para compreender o processo de participação no movimento social.

A prática política é também produtora de transformações na subjetividade. Há vários trechos das entrevistas que falam de como a participação no movimento social alterou aspectos importantes da subjetividade de nossos participantes. Lúcio relata o quanto de

conhecimento adquiriu no processo além de destacar a descoberta de sua própria capacidade. Maria fala de como a decisão de permanecer na luta junto aos companheiros do movimento a fez criar um “padrão de resistência”. Fala também que por meio de sua práxis política perdeu o medo que possuía e se sente mais forte. Geraldo relata sobre os ganhos econômicos e os conhecimentos adquiridos na luta. Para o entrevistado o conhecimento político que sua práxis o proporcionou “*está à frente*” até mesmo dos ganhos econômicos.

Evidencia-se uma relação dialética entre subjetividade e atividade objetiva. Como afirma Gramsci, “(...) cada um muda a si próprio, se modifica, na medida em que muda todo o complexo das relações das quais ele é o centro de ligação” (Gramsci⁵² conforme citado por Ragazzini, 2005, p. 70). Vigotski (2009b) defende a capacidade da imaginação “cristalizar-se” em objetos reais. A partir desse “cristalizar-se”, a nossa subjetividade pode intervir no mundo objetivo. Identificamos a práxis política como uma busca de materializar na realidade projetos que ainda existem apenas em nossa imaginação, em nossos sonhos.

Ao abordar a construção do “deve ser” político, Coutinho (2011a) relaciona as dimensões subjetiva e objetiva. Segundo ele, as metas do sujeito político devem estar intimamente relacionados às possibilidades objetivas dadas pela realidade histórica. Nosso material de pesquisa também nos diz que, nesse “dever ser”, junto com a avaliação da realidade concreta, jogam os elementos singulares, os sonhos, os projetos de mundo e de si mesmo. Segundo Coutinho (2011b), política no sentido gramsciano amplo é sinônimo de “catarse”, a qual diz respeito à passagem – possível em toda forma de práxis – do momento meramente econômico ao momento ético-político, do objetivo ao subjetivo, da causalidade à teleologia.

Geraldo: *Eu acho que é assim... todos nós temos um sonho, todos. Todos têm a vontade, têm o sonho e têm as necessidades também, então a partir dessas coisas aí você começa a participar.*

Geraldo entende que a participação é movida por necessidades e sonhos. Consideramos muito pertinente essa colocação, pois de fato a participação parece ser composta dessas duplas faces: necessidades / sonhos; objetividade / subjetividade; causalidade / teleologia. A causalidade das necessidades objetivas está sempre em negociação

⁵² Gramsci, A. (1975). *Quaderni del carcere*. Torino, Italia: Einaudi.

com teleologia dos projetos que sonhamos materializar na realidade. As dimensões objetiva e subjetiva dialogam durante todo o processo de práxis política.

C. Dimensões cognitiva e afetiva

A categoria sentido de Vigotski (2009a) expressa a impossibilidade de dissociar as dimensões cognitiva e afetiva. Para fins de exposição e análise, em alguns momentos tomamos como foco um ou outro aspecto, direcionando nosso olhar ora mais ao âmbito do aprendizado e da dita tomada de decisão racional, ora mais ao campo dos afetos, sentimentos e emoções.

Segundo o modelo da Mobilização de Recursos (Alonso, 2009) a participação em uma ação coletiva se daria por meio de um cálculo de custos e benefícios realizado pelo indivíduo que deve decidir engajar-se ou não. Também, em geral, os modelos marxistas clássicos (Gohn, 1997) destacam em suas concepções de consciência de classe poucos aspectos afetivos referentes à participação política. Segundo tais modelos (Gohn, 1997; Netto, 2012; Sánchez-Vázquez, 2007) a tomada de consciência da classe operária - passagem da consciência de classe “em-si” para a consciência de classe “para-si” - é o que levaria ao embate político revolucionário. As possibilidades de consciência política do sujeito envolveriam principalmente elementos relacionados à sua posição na estrutura econômica. Assim, o indivíduo ou o grupo, a partir da aquisição de conhecimentos por meio da práxis, seria capaz de tomar a decisão de se colocar ao lado da luta política de sua classe.

Os modelos que priorizam as escolhas racionais e a aprendizagem como elementos explicativos para a participação em movimentos políticos possuem vários aspectos relevantes. Tais elementos foram aparentemente fundamentais para o engajamento dos entrevistados no MST. Como já abordamos anteriormente, a luta pela terra e por melhores condições de vida foi a motivação prioritária no princípio da participação dos sujeitos no movimento social. A escolha dos participantes por entrar em um movimento que poderia oferecer significativos avanços econômico-sociais para suas famílias pode coerentemente ser definida como “racional”. Todos os sujeitos relatam processos parecidos no momento em que se engajaram inicialmente no MST, processos em grande parte relacionados à busca por melhorias de suas condições de vida materiais.

Em nossas entrevistas muitas vezes surge também como o conhecimento adquirido na práxis política dos sujeitos potencializa suas consciências políticas/de classe. Os sujeitos reconhecem a importância de seus aprendizados no movimento social. Ao mesmo tempo em que os entrevistados falam sobre como a participação os possibilitou grandes aprendizados,

aparecem também relatos de como o conhecimento adquirido gerou uma práxis política mais criativa e reflexiva. A participação no movimento social aparentemente de fato fez com que a consciência política/de classe dos entrevistados se “desenvolvesse”.

Segundo abordamos no Capítulo 1, o conhecer nunca é asséptico, isento de sentir. Segundo Góes e Cruz (2006), a construção do conhecimento está relacionada ao processo de significação, ou seja, está também permeada por aspectos afetivos e volitivos, além dos cognitivos.

Maria fala como seu processo de formação é profundamente permeado por aspectos motivacionais e afetivos. Ela relata a vontade de aprender para poder contribuir de forma adequada com o coletivo do qual faz parte. Esse conhecer de Maria não perpassará a sua subjetividade apenas cognitivamente, mas esse processo a tocará em diversas dimensões, em especial aqui, afetiva e volitivamente. Geraldo também aborda sua motivação em aprender. O entrevistado relata como a sua busca por conhecimento estava profundamente atrelada à vontade de melhor entender as razões das desigualdades sociais e tentar transformar tal realidade. O sujeito se propõe a conhecer por razões que excedem a dimensão meramente cognitiva de sua subjetividade. Nesse caso podemos destacar elementos afetivos e valores relacionados à mudança social.

Em outros depoimentos também podemos perceber como essas dimensões estão entrelaçadas. Geraldo destaca a importância para ele de compreender que a luta que os trabalhadores realizam é uma luta por direitos e não uma ação de baderneiros. Esse compreender gera efeitos profundos para o sujeito. A partir dessa compreensão ele se vincula cada vez mais à militância do MST. Essa compreensão de Geraldo toca em diversas dimensões de seu drama subjetivo.

Lúcio relata emocionado como por meio do aprendizado obtido no MST ele conseguiu realizar o seu sonho de ser um conselheiro e de ser “*alguém na vida*”. O aprendizado aqui é motivado por um objetivo (ser um conselheiro) que perpassa toda a história de Lúcio. O conhecer contribuiu com uma transformação na totalidade de sua subjetividade. Também Maria se transforma, entre outras razões, por causa do conhecimento que adquiriu na sua práxis política. Ela relata ser uma pessoa “com outro conhecimento”. O conhecer aqui parece ser um elemento de destaque no seu processo de vencer o medo.

Consideramos que o despejo pelo qual Maria passa junto com sua família ilustra significativamente a centralidade que a dimensão afetiva pode desempenhar na práxis política.

Maria, com um bebê recém-nascido, passa por um processo de reintegração de posse. Após a reintegração do acampamento onde morava, ela se reúne aos outros despejados em um

ginásio de esportes da onde são novamente expulsos. Durante todo esse processo, Maria relata como recorrentes os conselhos para que ela se afastasse do movimento por algum tempo. Segundo seus companheiros, aquela situação era dura demais para ela e seu filho recém-nascido. Maria poderia ter optado por morar por algum tempo com parentes ou amigos da região enquanto seu marido permaneceria no movimento. Dessa forma, ela se pouparia desse momento de desamparo e não perderia a chance de ganhar um pedaço de terra. Uma análise de custos e benefícios a partir do modelo de um sujeito “econômico/racional” certamente teria previsto que Maria deixaria o movimento, ao menos até se recuperar completamente do parto e seu filho já estar um pouco mais velho. Afinal, ela supostamente não perderia nada em deixar temporariamente o movimento naquela situação e ainda teria a chance de dedicar-se aos cuidados de seu filho bebê. No entanto, não é essa a decisão de Maria. Ele opta por permanecer junto ao movimento social. A práxis política não pode ser entendida apenas pelos aspectos racionais em sentido restrito, mas também por meio da afetividade e dos sentimentos.

Maria, sobre o processo descrito acima, fala de como ela sentia as pessoas que vivenciavam a mesma situação como parte de sua família. São muitos os modelos que destacam a importância da criação de uma identidade coletiva junto ao movimento social do qual se participa (Klandermans, 2002; Prado, 2002; Sandoval, 2001). Maria parece ali de fato identificada profundamente com aquelas pessoas. Esse processo de identificação com os companheiros se dá pela vivência concreta junto aos outros acampados. Segundo Stedile e Fernandes (2012, p. 38), “A ocupação dá sentido de unidade às pessoas, para lutarem por um mesmo objetivo. Passar pelo calvário de um acampamento cria um sentimento de comunidade, de aliança”. A entrevistada mesmo relatando morar em péssimas condições (barraquinho de lona de quinta) afirma, com emoção, que gostava do local, pois conseguia sentir o amor das pessoas. A dimensão afetiva aparece aqui como fundamental para o entendimento da práxis política de Maria.

Sawaia (2009) defende o potencial emancipador dos afetos. Segundo a autora, ancorada em Espinosa, a nossa potência de ser é aumentada por meio dos bons encontros. As emoções geradas em um bom encontro nos afetariam de forma a nos potencializar física e mentalmente. Em vários relatos de nossos entrevistados podemos perceber que, após as vivências junto ao MST, eles se sentiram “potencializados”: Maria fala sobre a superação do medo de lutar por seus direitos após sua entrada no movimento; Lúcio relata que descobre suas capacidades junto aos companheiros; Elis diz como o movimento a potencializou em suas ações.

Aparentemente, a vivência junto ao MST e seus membros pode aqui ser considerada um bom encontro, ou seja, geradora de afetos potencializadores. Segundo nossos entrevistados, tal encontro os afetou no sentido de aumentar a potência de cada um. Esse aumento de potência se refere ao agir, mas também à subjetividade como um todo.

Lúcio: *Eu sou o Lula!* (risos). *Eu sou o Lula.*

Lúcio utiliza a trajetória do ex-presidente “Lula” para falar de si, de suas conquistas pessoais e de seu processo de transformação. O entrevistado, que antes se sentia uma vítima dos mais diversos preconceitos, se vê agora como alguém de grandes capacidades e prestígio que por meio de seu esforço e coragem conseguiu “ser alguém da vida”.

Maria também possui um relato pertinente no qual ela diz não mais se sentir um “cachorro sem dono”, mas sim uma “peça rara”. Consideramos que a passagem de um “cachorro sem dono” para uma “peça rara” é uma ótima imagem do quanto os encontros na experiência coletiva de acampamento e assentamento aumentaram a potência de ser de Maria. Sawaia (2009) defende que o aumento de potência relaciona-se com o aproximar-se da essência do ser. Os humanos, segundo a autora, teriam em sua essência a necessidade de liberdade tão forte quanto necessidades de nível fisiológico como a fome e a sede.

Geraldo: *Eu tinha vontade de ter era assim uma liberdade. Eu lembrava da época da roça que a gente... Era uma pobreza danada, mas a gente era livre. Entendeu?*

Geraldo critica com frequência as condições de trabalho às quais ele foi submetido no Estado de São Paulo. Segundo o entrevistado, mesmo sem entender bem as causas daquelas relações nas quais estava imerso, ele sentia de forma muito acentuada a exploração de seu trabalho. Na transcrição acima Geraldo defende que preferia uma vida com carências econômicas, porém com menos exploração, ou seja, com maior liberdade. O entrevistado relata em outros momentos como sua participação no movimento social lhe ofereceu uma oportunidade de ter maior liberdade, de sair do imediatismo e criar projetos para o futuro seu e de sua família. Aparentemente também para Geraldo essas vivências podem ser consideradas bons encontros.

Sobre os afetos e sua capacidade de potencialização, Vigotski escreve

Toda emoção é um chamamento à ação ou uma renúncia a ela. Nenhum sentimento pode permanecer indiferente e infrutífero no comportamento. Ao sermos afetados, se alteram as conexões iniciais entre mente e corpo, pois os componentes psíquicos e orgânicos da reação emocional se estendem a todas as funções psicológicas superiores iniciais em que se produziram, surgindo uma nova ordem e novas conexões (Vigotski conforme citado por Sawaia, 2009).

Como já foi exposto em outros trechos deste trabalho, consideramos que as dimensões cognitiva e afetiva estão sempre entrelaçadas. Defendemos a impossibilidade de uma expressão subjetiva que não possua ambas as dimensões. Qualquer processo de decisão ou de aprendizado é permeado por aspectos afetivos, assim como, as manifestações emocionais são sempre ligadas a processos simbólicos ou cognitivos. Ao abordar uma dimensão como foco, reconhecemos que, em um momento específico das interações dos sujeitos, em coerência com o referencial do drama subjetivo (Vigotski, 2000), uma dimensão possa ter preponderância sobre a outra. Tais preponderâncias não são fixas, alterando seus papéis a depender dos sujeitos e das situações nas quais eles estão inseridos.

Nosso material permite-nos dizer que essas duas dimensões, de formas diversas e singulares, e ao mesmo tempo integradas, compõem o processo da participação no movimento social, o que tem implicações para a compreensão da práxis política do sujeito concreto.

4.2.3. Análise a partir do senso comum: contradição

Podemos identificar as contradições como os elementos que permitem o potencial de transformação de determinado ser. Elas são a negação do ser nele mesmo. Nesta sessão, trabalharemos alguns sentidos partilhados de nossos participantes e as possibilidades de transformação do senso comum a partir de suas contradições.

O nosso olhar para os sentidos partilhados será orientado principalmente pelo conceito de senso comum. Como vimos, segundo Colucci (2007) e Colucci e Camussi (1998), o senso comum é um pensamento-sentimento-conhecimento polissêmico, polimórfico e contraditório partilhado por determinado grupo social.

Quando perguntados sobre o que pensavam sobre o MST antes da participação no movimento social, as respostas se assemelham. Percebemos que havia um campo de sentidos partilhados entre nossos sujeitos, vinculando os membros do movimento a criminosos. Além de testemunharem com seus próprios relatos, os participantes também defendem que essa seria a visão presente de forma “geral” na sociedade. O senso comum é repleto de valores que perpassam um mesmo grupo social. De forma geral, tais valores são universais para tal grupo

social, mas se manifestam de forma singular em cada sujeito a partir de suas particularidades. As singularidades dos sujeitos podem ser maiores ou menores a depender do nível de coesão que um mesmo senso comum possui em determinado grupo. Billig (1991) utiliza o confronto entre o valor de justiça e o de misericórdia para exemplificar como dentro do mesmo senso comum (ou ideologia) existem possibilidades de embate. Além disso, o autor inglês também aponta que os mesmos valores são com o tempo ressignificados e podem ocupar posições diferentes das já defendidas. Nas entrevistas, parece-nos que valores como o trabalho, a propriedade e a ordem são colocados em grande relevância ao ser construído o senso comum contrário ao movimento de luta pela reforma agrária. Ou seja, os sem-terra seriam vagabundos, ladrões, baderneiros e assim, objetos de medo e ofensas.

Nossos sujeitos destacam a importância de meios de comunicação, em especial a televisão, para a construção de tal senso comum. Nota-se como as concepções nesse primeiro momento de críticas mediadas pelos meios de comunicação são parecidas em sua generalidade. Vale destacar como a posterior participação no movimento fará com que as concepções sejam mais concretas e singulares em cada sujeito.

Podemos identificar as organizações responsáveis pelos meios de comunicação como componentes da estrutura ideológica, ou seja, seriam elas produtoras de material ideológico (Portelli, 2002). Essas organizações – junto a outras instituições como escola, partidos e igrejas – compõem o campo de forças da luta pela hegemonia em determinada sociedade. Toda sociedade possui uma classe dirigente, ou seja, uma classe que exerce a função de direção ideológica. A ideologia de tal classe dirigente se identifica com a ideologia hegemônica daquela época. Em contextos nos quais a sociedade civil é desenvolvida, Gramsci (Coutinho, 2011a) defende que o embate entre classes deve se dar não primeiramente na luta pela tomada do poder do Estado em sentido restrito, mas sim na luta pela hegemonia. Conquistar a hegemonia significa conseguir que a ideologia de seu grupo social seja, por meio do consenso, a mais difundida e aceita naquele contexto histórico, ou nas palavras de Gramsci (Coutinho, 2011a), tornar seu grupo social a “direção intelectual e moral” daquele momento histórico. Entendemos que os meios de comunicação participam dos atuais embates pela hegemonia. Eles defendem e divulgam determinadas concepções de mundo que servem a grupos e interesses específicos

Devemos aqui entender que os meios de comunicação não agem sobre tábulas rasas (Gramsci, 2007). Os nossos participantes já possuem valores partilhados, os quais são tocados pela propaganda contrária ao movimento social. Entre tais valores, poderíamos destacar aqueles já citados acima: trabalho, ordem e propriedade. Provavelmente, todos os nossos

participantes possuem tais valores como importantes; os meios de comunicação agindo a partir deles fazem com que surjam ou se fortaleçam posições contrárias aos sem-terra. No entanto, o senso comum, como é aqui entendido, deve ser visto como polimórfico, polissêmico e contraditório (Colucci & Camussi, 1998). Assim, mesmo possuindo sentidos partilhados que os colocassem contrários ao MST, havia também potenciais nesse mesmo senso comum que poderiam conduzir a uma mudança de postura em relação ao movimento social. Até mesmo os valores usados para fortalecer a posição contrária ao MST (trabalho, propriedade e ordem, por exemplo) possuem o potencial de serem ressignificados podendo conduzir os sujeitos a posições diversas.

Pensemos no valor referente ao trabalho. O trabalho é uma realidade presente na vida de nossos entrevistados desde muito cedo. Aparentemente para todos eles trabalhar compõe a sua identidade e é motivo de orgulho. A centralidade do trabalho na vida e na formação da identidade não se limita aos nossos sujeitos, mas é um fenômeno já estudado em outros contextos (Antunes, 1999; Dejours, 1999; Organista, 2006).

Destacaremos aqui a experiência de Lúcio ao ser empregado. Podemos verificar nas entrevistas como o fato de conseguir um emprego no Estado de São Paulo gerou grande alegria na família de nosso entrevistado, além de fazer com que Lúcio sentisse que havia “ficado grande” quando empregado. Esse é um exemplo que consideramos representativo de nossos participantes de forma geral. O trabalho pode ser sentido também como um forte valor aqui, pois uma das principais ofensas dirigidas aos sem-terra é de serem “vagabundos”, ou seja, o fato de não trabalhar ou não querer trabalhar surge como grande vício, defeito ou problema. Esse valor sobre trabalho parece ter se mantido mais ou menos estável em nossos entrevistados, no entanto transformaram-se os sentidos sobre os sem-terra a partir da aproximação e participação no movimento. Além de passar a entender as dificuldades em produzir nos assentamentos e acampamentos, os entrevistados, ao conhecer o MST, passaram também a perceber a necessidade de se trabalhar na terra e como seria impossível manter-se sem tal esforço naquele contexto. Assim, eles defendem desde então que o sem-terra é sim um trabalhador e não mais um vagabundo. Tal mudança de concepção também se relaciona ao fato do sem-terra, a partir de determinado momento, não ser mais um “outro”, mas serem agora os próprios entrevistados parte deste grupo. A transformação de sentidos sobre os membros do MST faz com que o valor de trabalho deixe de ser fonte de ataque e críticas ao movimento e passe a ser um elemento favorecedor à aproximação e à participação dos sujeitos. Consideramos que o trecho abaixo ilustra de forma pertinente a temática abordada.

Maria: *É que eu via na televisão eles com facão, com foice e eu achava...eu não entendia o porque de tá com a ferramenta na mão. Eu achava que era: “Quem entra aqui, nois vai corta”. Eu achava assim, que tava com foice, com facão, com enxada, eu achava assim que eles tomavam a terra e quem entrasse eles matavam. Eu não entendia que as ferramentas representa o trabalhador com as ferramentas na mão querendo trabalhar, né? “Precisamos de terra pra trabalhar” E eu não entendia isso ai não.*

No que se refere aos valores de propriedade e ordem, entendemos que eles não foram abandonados, mas passaram por um processo de ressignificação.

Geraldo ressalta o quão importante foi para ele entender de outra forma determinados processos. Antes de sua participação no movimento ele defendia a posição de que os militantes do MST eram baderneiros e realizavam ações ilegais contra a propriedade (invasões). Geraldo não descobre que tais ações concretas não existiam, mas ele as ressignifica. A partir do momento que ele inclui em sua teia de sentidos a lógica dos direitos, ele passa a ver as “invasões de baderneiros” como “luta justa por direitos”. Podemos dizer que Geraldo não abandona o valor da propriedade ou da ordem, pois ele defende o seu direito de ter um pedaço de terra e viver em paz nele. No entanto, os valores de propriedade e ordem são ressignificados baseados na lógica de direitos que Geraldo adota a partir de suas vivências com participantes do movimento social.

Talvez possamos falar aqui no potencial contraditório do valor de justiça. Antes tal valor parecia estar prioritariamente relacionado a uma defesa acrítica da ordem e da propriedade. Agora Geraldo parece permear seu valor de justiça pelos direitos seus e de seus companheiros. Podemos relacionar o processo descrito acima com uma dimensão em especial do modelo de Sandoval (2001) de consciência política: Sentimento de Justiça e Injustiça. Poderíamos dizer que Geraldo passou por um importante momento de reconfiguração dessa dimensão de sua consciência política, ou seja, passou a se ver como vítima de um processo injusto e com isso foi potencializada a sua participação no movimento social. Uma intersecção também possível se refere ao referencial de Prado (2002). Segundo tal referencial, Geraldo teria passado a reconhecer determinadas relações como relações de opressão e não mais de subordinação. Segundo Prado, as relações de opressão estariam ligadas a um sentimento de injustiça e privação social baseado na desnaturalização das desigualdades sociais. Mesmo enfatizando neste momento os processos descritos acima, importante ressaltar

que não se deve perder a noção de totalidade que perpassa a práxis política e o engajamento dos sujeitos.

Geraldo relata ter ocorrido outra mudança em seus sentidos que também consideramos particularmente interessante e explicativa dos diversos processos ocorridos com nossos sujeitos. Mesmo sem entender ao certo as determinações das relações sociais nas quais estava inserido, Geraldo diz que não se conformava com dadas situações.

Geraldo: Por que tem camarada que tem aí cinquenta, cem casas? Por que eu não tenho uma pra morar?”(...). Eu sentia isso mesmo [a exploração]. Eu tinha vontade de ter era assim uma liberdade. Eu lembrava da época da roça. Que a gente...Era uma pobreza danada, mas a gente era livre. Entendeu? Não tinha essa exploração, essa coisa assim...muito horário. Você trabalhava demais e ganhava pouco. Então eu nunca gostei dessa questão.

Ainda que sem possuir um referencial teórico Geraldo é capaz de a partir de suas experiências cotidianas, ou seja, a partir do senso comum, elaborar uma crítica ao modelo social vigente. Podemos identificar nesse trecho a manifestação do que Gramsci (2007) definiu como “bom senso”. O bom senso representaria o elemento crítico presente no senso comum, o qual manteria em si a maior potencialidade de elaboração dentre os sentidos partilhados por um determinado grupo. O bom senso se manifesta, desta forma, também como um elemento contraditório do senso comum, pois pode levá-lo a transformações. Os relatos de Geraldo ratificam tal concepção. A partir de um entendimento crítico advindo de suas vivências cotidianas e presente no senso comum, ele desenvolve uma postura cada vez mais elaborada e complexa diante da realidade. Ou seja, Geraldo desenvolve a potencialidade de seu bom senso passando a partilhar de um senso comum crítico e não mais apenas hegemonicamente imposto pela ideologia dominante. Mesmo usando aqui como exemplo os relatos de Geraldo, entendemos que o processo pelo qual ele passou tem muito em comum com os outros participantes da pesquisa. Cada um possui suas particularidades, no entanto defendemos que em todos os casos abordados houve um processo no qual ocorreu uma transformação, um processo de síntese de um novo senso comum mais reflexivo e crítico. Ou como Gramsci (Coutinho, 2011a) poderia definir, esteve em curso um processo de “catarse”.

Mesmo todos os participantes reconhecendo que no momento da entrada para o MST estavam passando por situações de dificuldade econômica, nossos sujeitos destacam a importância da mediação de outras pessoas para a adesão ao movimento. Tais pessoas teriam

exercitado a função de potencializar contradições existentes dentro do senso comum de nossos sujeitos. Assim, elas teriam fortalecido posições a favor do MST e atacado as posições contrárias, ou seja, buscado demonstrar a legalidade e legitimidade da luta e dos militantes. Cada entrevistado demonstra singularidade nas contradições presentes em seus dramas subjetivos e nos processos de mudança de seus sentidos sobre o MST. No entanto, os aspectos gerais que apresentamos ao abordar os valores de trabalho, propriedade e ordem podem ser vistos como exemplos significativos desses processos.

É evidente que a concretude da necessidade dos nossos participantes possui grande importância em seu engajamento e participação. Defendemos que tal concretude e urgência material potencializem ainda mais as contradições já existentes no senso comum dos entrevistados e os levem a estar mais sujeitos a assumirem posições favoráveis ao movimento, mas que não agem de forma determinista.

Todos os sujeitos relatam grande transformação na forma como viam o MST antes de suas participações e depois. Geraldo entende o MST como uma organização com poder de transformar vidas para a melhor; Elis defende que o movimento luta por diversas causas em favor dos mais pobres; Lúcio o define como um pai carinhoso; Maria vê os sem-terra como sua família. É evidente que há uma mudança generalizada sobre os sentidos atribuídos ao MST após a participação dos sujeitos no movimento. Esses sentidos começaram a ser alterados intensamente ainda nos momentos que precedem a decisão sobre entrar ou não no movimento, no qual alguns militantes argumentavam favoravelmente ao MST. No entanto, a consolidação das transformações se deu de fato nas vivências e na práxis junto ao movimento social.

A atribuição das mudanças a processos de vivências e luta dentro do movimento social, pelos entrevistados, não se restringe a elementos uni-fatoriais: necessidade, aprendizado, identificação, etc. Eles sentem a totalidade da vivência e da práxis política, desempenhadas por eles e por seus companheiros, como a grande responsável por essas revoluções pessoais. Cada um seguiu uma trajetória particular, assim como cada um passou por processos de mudança específicos. No entanto, o que permanece de comum entre eles é a importância das vivências junto ao MST em toda sua totalidade, ou seja, considerando dimensões diversas do fenômeno: objetiva, cognitiva, afetiva, etc.

Outro sentido compartilhado também pelos entrevistados é sobre a importância da Ciranda do Mário Lago. Podemos identificar como os entrevistados relacionam a ação da Ciranda com a formação dos jovens e crianças no movimento. Tal formação não está vinculada apenas a um conteúdo formal, mas diz respeito principalmente à construção de uma práxis política com

as novas gerações. A formação das crianças e jovens é descrita como composta de conhecimentos, mas também de ações. Segundo os entrevistados, “eles dão aula para intelectuais”, mas também possuem posturas ativas em diversos ambientes: assentamento, em casa, na escola. São entendidos como futuro do assentamento e, por isso, as funções de cirandeiro e educador são vistas como de grande responsabilidade. As práxis políticas dos entrevistados estão intimamente ligadas com práticas formativas das novas gerações.

Nesse tópico, o nosso objetivo foi destacar como os sentidos partilhados podem ser mudados a partir de seus elementos contraditórios. Como vimos, as transformações no senso comum sempre partem de algum substrato já dado no sujeito ou no coletivo que se busca modificar. Entender como se organiza tal substrato, quais são suas contradições, seus limites e suas potencialidades, pode ser profícuo para o estudo da práxis política e da participação dos sujeitos em movimentos sociais, principalmente movimentos carregados de avaliações negativas. Vale lembrar que o novo não é a reprodução da contradição ou soma desta com o velho, mas uma síntese. É através da compreensão dos movimentos e contradições dos sentidos e do senso comum dados que há a possibilidades de se empreender qualquer transformação. É por meio da interação entre o novo e o velho, o concreto e o abstrato, o conservador e o revolucionário, que se compõe o processo de alteração de sentidos e senso comum.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais baixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso?

Guimarães Rosa - Grande Sertão: Veredas.

A travessia que representou a construção desta dissertação se aproxima do final. E assim como diz o trecho de Guimarães Rosa, passamos pelo rio, mas aonde chegamos foi, sem dúvidas, um ponto diverso do que esperávamos de início.

Abordemos, primeiramente, alguns aspectos relacionados às proposições teóricas discutidas neste trabalho.

Durante essa travessia, propusemo-nos a articular o pensamento político gramsciano à psicologia histórico-cultural, mais especificamente a Vigotski. Essa demanda surgiu a partir do entendimento de que para se entender o fenômeno da participação política, a partir da psicologia, seriam necessários referenciais que abordassem tanto a problemática da subjetividade como da política. Assim, dada nossa proximidade com a escola histórico-cultural, é-nos apresentado o desafio de encontrar alguma teoria política que fosse coerente com nosso referencial. Nesse momento surgiu Gramsci.

Desta forma, buscamos articular a subjetividade vigotskiana com a política gramsciana, entendendo que a participação política deveria ser estudada como um fenômeno que perpassa desde as esferas diversas da subjetividade até as estruturas sociais e históricas mais amplas. Evidentemente, nossos avanços no que diz respeito a uma elaboração teórica são limitados neste trabalho. No entanto, as aproximações que realizamos mostraram que o caminho aqui apenas iniciado na articulação das contribuições desses dois pensadores é bastante promissor.

Nesse caminho, ao invés de buscar “descobrir a psicologia gramsciana”, optamos prioritariamente por entender o quanto as principais categorias do pensador italiano eram coerentes e articuláveis com a psicologia histórico-cultural. A partir deste esforço, encontramos na categoria práxis política a pedra angular de nosso desenvolvimento teórico.

Entendemos que a práxis política sintetiza de forma coerente a intersecção dos nossos dois principais referenciais. Seja individual ou coletiva, ela sempre se expressa a partir de

condições históricas e sociais específicas. A práxis política tem suas possibilidades atreladas à realidade presente, no entanto, é orientada subjetivamente e se move em direção a um futuro ainda por ser construído, que existe apenas no campo das possibilidades. Assim, essa atividade propriamente humana abarca em si determinações objetivas e subjetivas de diversos campos: político, histórico, cultural, cognitivo, afetivo, etc.

Compreendida a coesão teórica e epistemológica entre Vigotski e Gramsci, foi possível prever as contribuições desses autores, em seus campos diversos, para o entendimento do processo da práxis política, a qual foi tida aqui como imersa na realidade sócio-política gramsciana e orientada a partir da subjetividade vigotskiana. Desta forma, buscávamos abordar o maior número possível de determinações que compõem a totalidade da práxis política. No entanto, apenas ao confrontar nossa proposta teórica com a concretude dos sujeitos de nossa pesquisa poderíamos de fato avançar na direção de dar “carne e ossos” à categoria práxis política.

Consideramos que a articulação do conceito de “catarse” gramsciano à psicologia histórico-cultural possui grande potencial para a explicação da práxis política. Tomamos a “catarse” como um processo, com avanços e retrocessos, pelo qual um sujeito passa durante suas vivências, e não como apenas um momento único de salto qualitativo. Nosso material nos permite dizer que a passagem do momento egoísta-passional para o momento ético-político ocorre processualmente dentro das possibilidades históricas e sociais concretas e envolve transformações nas mais diversas esferas da subjetividade: afetiva, cognitiva, volitiva, etc. Essa passagem se relaciona à reconfiguração de sentidos e papéis ligados aos diferentes campos da vida, ou seja, ela não se limita à vida política em sentido restrito. Ela se relaciona à totalidade das vivências do sujeito. É por meio da “catarse” que o sujeito supera a causalidade econômica e alcança a teleologia política. Deixa de ser apenas escravo das necessidades e passa a ser também agente de projetos futuros.

Por outro lado, o conceito de drama ganhou concretude nos relatos dos sujeitos da pesquisa e na abordagem da subjetividade de cada um de nossos entrevistados. A ele, foram adicionadas as contribuições sobre o senso comum, elaboradas por Colucci. Descobrimos nessa concepção de senso comum a possibilidade de elaborar uma abordagem coletiva adequada ao nosso percurso. Tanto o drama como o senso comum permitem priorizar as tensões, conflitos, mudanças e contradições nos processos coletivos e individuais que abarcam. Assim sendo, foi possível realizar uma análise mais ampla do fenômeno da práxis política sem incorrer no risco de construir uma quimera teórica, como nos alerta Vigotski.

As análises individuais de nossos participantes nos possibilitou de fato “encarnar” nossas categorias. A concretude presente nas entrevistas e relatos de campo esculpiram nossas elaborações e as deram forma e conteúdo. A singularidade de cada um dos participantes, que compartilharam suas histórias e investiram parte de seu tempo para contribuir com nossa pesquisa, foi de vital importância para o nosso entendimento sobre a práxis política.

A partir das análises individuais de nossos entrevistados, elaboramos algumas concepções comuns que, em nosso entendimento, perpassavam a práxis política de todos eles.

Foi possível compreender a práxis política como um processo em contínuo movimento e transformação. Esse processo possui uma pré-história, ou seja, mesmo antes de ele se manifestar de fato já existiam elementos na vida dos sujeitos que comporiam o desenvolvimento de sua práxis política. Suas histórias nos alertam que, além disso, a práxis política deve ser concebida como em contínua transformação. Especificidades da vida dos sujeitos fazem emergir suas práxis políticas, as quais serão moldadas, a partir de então, de acordo com as suas vivências. Vivências estas relacionadas diretamente ao MST, mas também fundamentalmente ligadas a outros campos da vida: família, trabalho, religião, etc. Os papéis desempenhados em cada um desses campos se entrelaçam com o papel de militante. Nesse processo, é possível entender a práxis política como relacionada à totalidade da vida dos sujeitos. Não há uma esfera da vida ou uma dimensão específica da subjetividade que isoladamente possa explicar a práxis política; ela se mostra como um fenômeno que perpassa o sujeito integral.

Nesse sentido, a práxis política pode ser entendida como uma totalidade composta de dimensões: gerais e específicas; objetivas e subjetivas; cognitivas e afetivas. A articulação dos referenciais gramsciano e vigotskiano potencializou o olhar para essa diversidade de dimensões. Ambos os pensadores, cada um em seu campo, defendem que tais dimensões compõem uma mesma totalidade orgânica, ou seja, elas não são dicotômicas, mas são faces diferentes de uma mesma realidade complexa. Ancorados em uma composição teórica que abarca desde processos sociais macro até processos micro é possível perpassar as diversas dimensões da práxis política em seus variados níveis.

O envolvimento dos participantes no movimento social se mostrou relacionado a elementos econômicos e sociais em sentido mais amplo, mas também a elementos afetivos e relacionais particulares dos sujeitos. Eles entram para o movimento prioritariamente a partir da pauta da luta pela terra. No entanto, a permanência e o aprofundamento na participação não podem ser explicados apenas por esse elemento. Nos relatos, é possível perceber como reivindicações latentes foram importantes na história da práxis política dos sujeitos.

Reivindicações essas que se caracterizaram como muito diversas e particulares a cada participante: sentir que sua família é aceita socialmente; tornar-se um conselheiro; ajudar quem necessita ainda mais; entender a dinâmica social; etc. Alguns dos entrevistados relatam inclusive o quanto sentem que a práxis política foi (e ainda é) importante para a manutenção de sua saúde mental. Podemos dizer que a práxis se dá, assim como a vida, na encruzilhada entre universalidades e singularidades, entre objetividades e subjetividades.

Evidenciam-se durante nossa pesquisa os processos de mudança pelos quais os sujeitos passaram. Mudanças nos âmbitos mais diversos. Abordamos em especial as mudanças nos sentidos de nossos participantes. Com a contribuição do conceito de senso comum, pudemos também realizar uma análise dos sentidos partilhados dos entrevistados. Percebemos que as mudanças possíveis na configuração dos sentidos, nos dramas subjetivos ou mesmo no senso comum, se dão a partir das contradições existentes na constituição de cada um deles. Ou seja, é necessário conhecê-los em seus limites e potencialidades para poder empreender qualquer tentativa de mudança a partir da potencialização de suas próprias contradições. Como nos ensina Gramsci, não somos tábulas rasas. Não somos tomados e controlados por ideologias passivamente. Não somos apenas um mar de conformismo, possuímos também potenciais críticos advindos de nossas experiências cotidianas e das contradições sociais a elas inerentes. É em tais potenciais que reside a possibilidade de mudança de sentidos.

Entender o potencial crítico partilhado por todos nós legitima uma forma de conceber a política na qual todos os homens e mulheres são aptos a participar. Não há um grupo social de políticos profissionais que seriam os únicos capacitados para o agir político. Todos podemos contribuir com o mundo político a partir de nossas experiências singulares. Faz-se inclusive necessária tal diversidade de participações e de experiências para enriquecer e problematizar a vida política.

Se a grande motivação que permeou toda nossa travessia foi a busca por entender o fenômeno da participação política, nesse percurso, encontros teóricos, metodológicos e com sujeitos concretos nos orientaram para a categoria da práxis política. A práxis política nos mostrou a complexidade envolvida nas relações políticas, a necessidade de desvelar essas relações e de compreender como o poder se constitui como elemento central nesse processo. Essa parecia ser uma boa linha para se traçar na travessia do rio de nosso trabalho. No entanto, agora que a outra margem se aproxima não estamos certos da onde estamos chegando. Certamente não é o local que tínhamos como projeto inicial. Provavelmente, ainda

levará algum tempo para entendermos essa nova margem assim como a travessia como um todo.

No entanto, ainda ao longe, parece-nos que algumas indicações impedem o olhar para esse processo com os olhos do início do trabalho. Após essa travessia, parece-nos cada vez menos adequada a busca por uma participação política abstrata, genérica. Quem luta politicamente sempre o faz em determinadas condições e com determinados objetivos. Nesse sentido, *lutar é verbo transitivo*. Exige complemento. As pessoas não lutam simplesmente. Lutamos sempre por algo, com alguém, em determinado contexto. A práxis política é querer intervir na realidade. O objetivo, o projeto, dessa intervenção deve ter centralidade no estudo da práxis.

Por fim, talvez por estarmos ainda de chegada nessa nova margem ou mesmo pelo cansaço da travessia, não possamos por ora ver com clareza o caminho que se delineia pela frente. No entanto, não há dúvidas que a caminhada e as travessias continuam. Assim como não há dúvidas que a práxis política tem a ver com o poder, mas quem sabe tenha a ver ainda mais com os sonhos de quem se engaja politicamente. A vontade de se materializar na realidade aquilo que ainda não existe, mas se crê possível, é o motor da práxis política. Talvez a próxima margem de onde devamos partir não seja o poder ou a dominação, mas os sonhos.

*Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só fazer
outras maiores perguntas.*

Guimarães Rosa – Grande Sertão: Veredas

REFERÊNCIAS

- Alonso, A. (2009). As teorias dos movimentos sociais: Um balanço do debate. *Lua Nova*, 76(49-86). Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>
- Alves, F. J. C. (2007). Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí: Será esse um fenômeno casual ou recorrente da estratégia empresarial do complexo agroindustrial canavieiro? In J. R. Novaes & F. J. C. Alves (Orgs.), *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)* (pp. 22-54). São Carlos, SP: EdUFSCar.
- Andrade Júnior, J. R. P., & Maniglia, E. (2011). Reforma agrária na região de Ribeirão Preto: A concretização jurídico-política de um modelo contra-hegemônico de produção agrícola. *Anais do Simpósio Internacional e do 4o Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, 5.
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Bihain, N. M. (2001). *A trajetória da educação infantil no MST: De ciranda em ciranda aprendendo a cirandar* (Dissertação de mestrado não publicada). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.
- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions. Studies in rhetorical psychology*. London, England: Sage.
- Billig, M. (2008). *The hidden roots of critical psychology*. London, England: Sage.
- Branco, A. U. (2006). Crenças e práticas culturais: Co-construção e ontogênese de valores sociais. *Pro-Posições*, 17(50), 139-155.
- Burgess, T. (1995). Ler Vygotsky. In: Daniels, H. (Org.), *Vygotsky em foco: Pressupostos e desdobramentos* (pp. 31- 68). Campinas, SP: Papirus.
- Carone, I. (2004). A dialética marxista: Uma leitura epistemológica. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. 20-30). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Castro, E. G. (2009). Juventude rural no Brasil: Processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez e Juventud*, 7(1), 179-208. Recuperado de <http://www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>

- Castro, M. G. (2007). Políticas públicas de juventudes – Questões para a participação. In C. Mayorga & M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: Articulando saberes e fazeres* (pp. 179-196). Belo Horizonte, MG: Autentica.
- Ciampa, A. C. (2004). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia social: O homem em movimento* (pp. ?-?). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Clot, Y. (2006). Vygotski: Para além da psicologia cognitiva. *Pro-Posições*, 17(50), 19-30.
- Colucci, F. P. (1998). Contraddittorietà del senso comune tra norma e devianza. In Colucci, F. P. (Org.), *Bei delitti e belle pene. Devianza, colpa, punizione: Per una lettura psicosociale* (pp. 35-36). Milano, Italia: Unicopli.
- Colucci, F. P. (1999). The Relevance to psychology of Antonio Gramsci's ideas on activity and common sense. In Yrjö Engeström et al. (eds.), *Perspectives on Activity Theory*. New York, USA: Cambridge University Press, p. 147-164.
- Colucci, F. P. (2002). Le Dichiarazioni dei diritti umani e il senso comune: Chi sono tutti gli uomini? In C. Serino (Org.), *Diritti umani e pregiudizio. Riflessioni e strumenti per la società multietnica* (pp. 81-110). Milano, Italia: Unicopli.
- Colucci, F. P. (2007). Common sense and everyday life as corresponding and potentially critical concepts. *The International Journal of Critical Psychology*, 20, 41-76.
- Colucci, F. P., & Camussi, E. (1998). Per una teoria del senso comune nella psicologia della política. In F. P. Colucci (Org.), *Il cambiamento imperfetto: I cittadini, la comunicazione política, i leader nell'Italia degli anni Novanta* (pp. 103-138). Milano, Italia: Unicopli.
- Costa, P. G. (2009). *Cidadania e participação: Impactos da política social num enfoque psicopolítico*. Curitiba, PR: Juruá.
- Coutinho, C. N. (2007). *Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Coutinho, C. N. (Org.). (2011a). *O leitor de Gramsci: Escritos escolhidos*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Coutinho, C. N. (2011b). *De Rousseau a Gramsci: Ensaio de teoria política*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Dejours, C. (1999). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

- Delari Junior, A. (2011). Sentidos do “drama” na perspectiva de Vigotski: Um diálogo no limiar entre arte e psicologia. *Psicologia em Estudo*, 16, 181-197. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pe/v16n2/a02v16n2.pdf>
- Donato, C. R., & Borges, L. A. (2007). A participação de mulheres, negras, jovens: Da construção da identidade à ação política. In C. Mayorga & M. A. M. Prado (Orgs.), *Psicologia social: Articulando saberes e fazeres* (pp. 173-178). Belo Horizonte, MG: Autentica.
- Dorival, B. F. (2009). *A luta pela posse da terra na região de Ribeirão Preto: O processo de formação e organização do assentamento Mário Lago* (Dissertação de mestrado não publicada). Centro Universitário de Araraquara, Araraquara, SP.
- Firmiano, F. D. (2009). *A formação cultural dos jovens do MST: A experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto (SP)*. São Paulo, SP: Editora UNESP/Cultura Acadêmica. Recuperado de <http://static.scielo.org/scielobooks/49yt7/pdf/firmiano-9788579830433.pdf>
- Fonseca, C. (1999). Quando cada caso NÃO é um caso: Pesquisa enográfica e educação. *Revista Brasileira de Educação*, (10), 58-78.
- Furlan, R. (2008). A questão do método na psicologia. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 25-33.
- Ghiro, A. (2012). *Gramsci e la Psicologia: Tra patchwork e teoria scientifica*. Padova, Italia: Coop. Libreria Editrice Universita' di Padova.
- Góes, M. C. R., & Cruz, M. C. R. (2006). Sentido, significado e conceito: Notas sobre as contribuições de Lev Vigotski. *Pro-Posições*, 17(50), 31-45.
- Gohn, M. G. (1997) *Teoria dos movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo, SP: Edições Loyola.
- Gonçalves, J. C. (2010). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto – SP* (Dissertação de mestrado não publicada). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
- Gramsci, A. (2007) *Quaderni del Carcere. Edizione critica dell' Istituto Gramsci* (Vol. 2). Valentino Gerratana (Org.). Torino: Einaudi.
- Ianni, O. (1984). *Origens agrárias do estado brasileiro*. São Paulo, SP: Brasiliense.

- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. (2010). Reforma agrária: Pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentamentos da reforma agrária: Apresentação dos primeiros resultados. Recuperado de <http://pqra.incra.gov.br>
- Klandermans, B. (2002). The demand and supply of participation: Social-psychological correlates of participation in social movements. *Revista Psicologia Política*, 2(3), 83-114.
- Konder, L. (1987). *O que é dialética?* (Coleção Primeiros Passos). Rio de Janeiro, RJ: Brasiliense.
- Le Bon, G. (1910). *A psychologia política*. Rio de Janeiro, RJ: Livraria Garnier.
- Leite, J. F., & Dimenstein, M. (2011). *Militância política e produção de subjetividade: O MST em perspectiva*. Natal, RN: EDUFRN.
- Löwy, M. (1991). *Ideologia e ciências sociais: Elementos para uma análise marxista*. São Paulo, SP: Cortez.
- Lukács, G. (1978). *As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, SP: Ciências Humanas, 1978. Recuperado de <http://moviments.net/espaimarx/docs/818f4654ed39a1c147d1e51a00ffb4cb.pdf>
- McAdam, D., Tarrow, S., & Tilly, C. (2004). *Dynamics of contention*. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press.
- Morissawa, M. (2001). *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Moscovici, S. (2011). *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis, RJ: Vozes
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. (2009). Um histórico do MST. Recuperado de <http://www.mst.org.br/especiais/23/destaque>
- Netto, J. P. (2009). Introdução ao método da teoria social. In *Serviço social: Direitos sociais e competências profissionais*. Brasília, DF: CFEES/ABEPSS.
- Netto, J. P. (Org.). (2012). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Netto, J. P., & Braz, M. (2007). *Economia política: Uma introdução crítica*. São Paulo, SP: Cortez.

- Novaes, J. R., & Alves, F. J. C. (Orgs.). (2007). *Migrantes: Trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. São Carlos, SP: EdUFSCar.
- Organista, J. H. C. (2006). *O debate sobre a centralidade do trabalho*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Pino, A. (2005). *As marcas do humano: As origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vygotsky*. São Paulo, SP: Cortez.
- Politzer, G. (1998). *Crítica aos fundamentos da psicologia – a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba, SP: UNIMEP.
- Portelli, H. (2002). *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: Reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8(11), 59-71. Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/npp/index.php/artigos/26-artigo-marcomobilidade?format=pdf>
- Ragazzini, D. (2005). *Teoria da personalidade na sociedade de massa: A contribuição de Gramsci*. Campinas, SP: Autores Associados.
- Rego Barros, C. F. (2008). MST: Lutas, história, perspectivas. *Revista História Agora*, 6, 1-19. Recuperado de <http://www.historiagora.com/revistas-antiores/historia-agora-no6/34/70-mstlutas-historia-perspectiva>
- Rey, F. G. (1999). *La investigación cualitativa en Psicología*. São Paulo, SP: Educ.
- Ribeiro, M. (2010). *Movimento camponês, trabalho e educação – liberdade, autonomia e emancipação: princípios/fins da formação humana*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S., Soares-Silva, A. P., & Oliveira, Z. M. R. (2008). Desafios metodológicos na perspectiva da rede de significações. *Cadernos de Pesquisa*, 38(133), 147-170.
- Rossetto, E. (2010). A educação das crianças pequenas nas cirandas infantis do MST. *Revista Múltiplas Leituras*, 3(1), 103-118. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/ML/article/viewFile/1912/1913>.

- Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade*, 21 (3), 364-372. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v21n3/a10v21n3.pdf>.
- Sabucedo, J. M. (1996). *Psicologia política*. Madrid, Espanha: Síntesis.
- Sánchez Vázquez, A. (2007). *Filosofia da práxis*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Sandoval, S. A. M. (1994). Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. In M. J. Spink (Org.), *A cidadania em construção: Uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez.
- Sandoval, S. A. M. (1997). Comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: A reaproximação da sociologia e da psicologia social. In L. Camino, L. Lhullier, & S. Sandoval, *Estudos sobre o comportamento político: Teoria e pesquisa* (pp. 13-23). Florianópolis, SC: Letras Contemporâneas.
- Sandoval, S. A. M. (2001). The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 173-195. Recuperado de <http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv1r1/Salvador.pdf>
- Silva, A. P. S. (2003). *(Des)continuidade no envolvimento com o crime: Construção de identidade narrativa de ex-infratores*. São Paulo, SP: IBCCRIM.
- Silva, A. S. (2002). O lugar das crenças e valores sociais na formação da consciência política entre trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra. *Interações: Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 7(14), 105-130. Recuperado de <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/354/35401406.pdf>
- Silva, A. S. (2003). Consciência política, identidade coletiva, família e MST nos estudos psicossociais. *Revista Psicologia Política*, 3(5), 55-88.
- Silva, A. S. (2007). Identificação de adversários, de sentimentos antagônicos e de (in)eficácia política na formação da consciência política no MST paulista. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7(1), 102-122. Recuperado de <http://www.revispsi.uerj.br/v7n1/artigos/pdf/v7n1a10.pdf>
- Silva, M. A. M. (1999). *Errantes do fim do século*. São Paulo, SP: Fundação Editora da UNESP.
- Silva, M. A. M. (2004). *A luta pela terra: Experiências e memória*. São Paulo, SP: UNESP.

- Souza Filho, R. (2002-2003). Apontamentos sobre o materialismo dialético. *Libertas*, 2-3(2, 1-2), 115-130.
- Stedile, J. P. & Fernandes, B. M. (2012). *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Toassa, G. (2011). *Emoções e vivências em Vigotski*. Campinas, SP: Papirus.
- Urquiza, P. R. U. (2009). *História da Escola Itinerante Caminhos do Saber – Ortigueira – PR – 2005-2008* (Dissertação de mestrado não publicada). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, PR.
- Van Der Veer, R., & Valsiner, J. (2006). *Vygotsky: Uma síntese*. São Paulo, SP: Loyola.
- Vigotski, L. S. (2000). Manuscrito de 1929. *Educação & Sociedade*, 21, 21-44. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a02v2171.pdf>
- Vigotski, L. S. (2004a). *Teoria e método em psicologia*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2004b). *Teoría de las emociones: Estudio histórico-psicológico*. Madrid, España: Ediciones Akal.
- Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2009a). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo, SP: WMF Martins Fontes.
- Vigotski, L. S. (2009b). *Imaginação e criação na infância: Ensaio psicológico: Livro para professores*. São Paulo, SP: Ática.
- Vigotski, L. S. (2010). Quarta aula: A questão do meio na pedologia. *Psicologia USP*, 21, 681-701. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pusp/v21n4/v21n4a03.pdf>

APÊNDICES

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecimento

Eu, _____,
RG _____, aceito participar do projeto de pesquisa intitulado “Participação política: sentidos e significados atribuídos por membros do setor de educação de um assentamento rural”, a ser desenvolvido por Leandro Amorim Rosa sob orientação da Profa. Dra. Ana Paula Soares Silva pesquisadora do CINEDI (Centro de Investigações sobre Desenvolvimento Humano e Educação Infantil) da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto.

Fui informado (a) que o projeto aqui apresentado objetiva “*investigar os sentidos e significados sobre participação política de sujeitos do setor de educação de um assentamento rural vinculado a um movimento de luta pela reforma agrária*”. Compreendi que se eu aceitar participar da pesquisa irei conceder entrevistas que serão áudio gravadas, e se houver disponibilidade, também serão analisados materiais elaborados por mim sobre o tema da participação política. Estou ciente que o pesquisador também realizará observações durante atividades relacionadas ao setor de educação do assentamento, assim como produzirá um caderno de campo com informações relevantes ao objetivo desse projeto. Portanto, entendo que a pesquisa não terá nenhum procedimento que traga qualquer risco à minha saúde e integridade física ou psíquica. É do meu conhecimento que as perguntas que serão feitas nas entrevistas buscam, de forma geral, obter dados a respeito do sentido atribuído por mim à minha participação política; como foi minha entrada no movimento; as mudanças ocorridas desde que eu participo do movimento; como eu vejo a participação dos jovens e crianças no movimento. Fui esclarecido (a) de que tenho o direito de obter toda informação que achar necessária sobre a pesquisa e posso desistir de participar da mesma a qualquer momento. Pela minha participação no estudo, fui informado (a) que não receberei qualquer valor em dinheiro. Estou ciente que meu nome será mantido em sigilo, ou seja, não aparecerá em qualquer momento do estudo, e que minhas entrevistas serão identificadas por meio de um nome fictício.

Assim sendo, compreendi como se dará a minha participação neste estudo. A explicação que recebi esclarece os objetivos e a metodologia que será adotada nesta pesquisa. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso em nada me afetará. Estou ciente que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura do voluntário e Documento de identidade

Pesquisador: Leandro Amorim Rosa (16) 9271-6093

Orientadora: Ana Paula Soares da Silva (16) 3602-3659

APÊNDICE B - Roteiro geral 2ª entrevista

- 1) O que significa, o que é, participação política?
 - para as pessoas
 - para você
 - para as crianças
 - para os jovens
- 2) Você acha que sua atuação influencia na forma como os jovens e crianças entendem a participação política? Como?
- 3) Que elementos você acha que contribuíram para essas concepções de participação política?
- 4) Por que você acha que as pessoas começam a participar politicamente? E você, por que e como começou?
- 5) Como e por que você acha que as pessoas entram no MST? E você? (caso não tenha ainda aparecido)

Geraldo = O que naquela conversa com a mulher do seu amigo te fez querer entrar no MST?

- 6) O que é o MST?
 - Para as pessoas
 - Para você
 - Para as crianças
 - Para os jovens
- 7) Em nossa outra conversa você disse que houve mudanças na sua vida antes e depois do movimento. O que você acha que mudou em sua vida comparando antes de você participar do movimento até agora?
 - Trabalho
 - Condições de vida
 - Cotidiano
 - Aprendizado
 - Relação com as outras pessoas
 - Em você mesmo

- No que você pensa sobre o MST
- Tem algo que não mudou? O que?

Lúcio = perguntar sobre como se tornou um conselheiro, se não aparecer.

- 8) Dessas mudanças, quais você acha que são as positivas e quais você acha que são as negativas? (perguntar das dificuldades caso não apareça).

Maria = destacar as questões relacionadas de ser mãe de nove filhos se ela não trazer. Falar sobre as mudanças entre as duas vezes que ela foi para Brasília.

Elis = se ela não citar, perguntar mais sobre a expulsão dela do movimento.

- 9) E como é participar da Ciranda / Setor? Quais os pontos positivos e negativos? (se não aparecer)

- 10) Eu queria saber como é que as pessoas próximas de você lidam com a sua participação no movimento.

- Parceir@s
- Filh@s
- Pais e irmãos
- Amigos
- Vizinhos
- “Autoridades” (professores, diretores, policiais, etc..)

Maria e Lúcio = Qual o papel da religião na sua vida? Como ela se relaciona com sua participação no MST?

- 11) Por que você acha que as pessoas param de participar politicamente? E você já pensou em parar? Quando e por quê?

- 12) O que te faria sair do MST? E do Setor de Educação / Ciranda? Você participaria politicamente de outra forma caso isso ocorresse? Qual? (caso não apareça na anterior)

- 13) Que conselho você daria para:

- uma pessoa que não participa politicamente;
- uma pessoa indecisa se participa ou não;
- uma pessoa que participa, mas está pensando em parar.

- 14) Por fim, que nota você daria para a sua participação e por quê?

APÊNDICE C – Quadro de análise individual

[illegible]

ANEXOS

ANEXO A – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP – USP

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

_____*"Campus" de Ribeirão Preto*_____

Of.CEtP/FFCLRP-USP/065/-jsl

Ribeirão Preto, 31 de maio de 2011.

Prezado Pesquisador,

Comunicamos a V. Sa. que o trabalho intitulado "**PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS ATRIBUÍDOS POR MEMBROS DO SETOR DE EDUCAÇÃO DE UM ASSENTAMENTO RURAL**" foi reanalisado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FFCLRP-USP, e enquadrado na categoria: **APROVADO**, de acordo com o Processo CEP-FFCLRP nº 576/2011 - 2011.1.1237.59.7.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª ANA RAQUEL LUCATO CIANFLONE
Coordenadora

Ilustríssimo Senhor
Leandro Amorim Rosa
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da FFCLRP - USP

Com cópia para a orientadora:
Prof.ª Dr.ª Ana Paula Soares da Silva
Departamento de Psicologia da FFCLRP - USP